Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2022 | Nº 25.129 | Preço banca: R$ 3,50

# Dólar cai para R$ 4,60 e fecha no menor nível em dois anos

## OCDE sugere políticas públicas para governo e setor produtivo

Página 18

## Indicadores Industriais apresentam "imobilidade preocupante", diz CNI

Página 3

A entrada de fluxos externos atraídos por juros altos e pela valorização das commodities fez o dólar cair pela terceira vez seguida e fechar no menor nível em mais de dois anos. A bolsa de valores teve um dia mais tenso, com a indecisão sobre o comando da Petrobras, e teve leve queda.

O dólar comercial encerrou a segunda-feira (4) vendido a R$ 4,608, com queda de R$ 0,059 (-1,27%). Após abrir próxima da estabilidade, a cotação operou em baixa durante todo o dia, na faixa entre R$ 4,60 e R$ 4,62.

A moeda norte-americana está no menor nível desde 4 de março de 2020, uma semana antes de a Organização Mundial de Saúde decretar a pandemia de covid-19, quando tinha fechado a R$ 4,58. Apenas nos dois primeiros dias úteis de abril, o dólar caiu 3,2%. Em 2022, a divisa acumula baixa de 17,36%.

A euforia no mercado de câmbio não se repetiu no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 121.279 pontos, com queda de 0,24%. Apesar de uma reação durante a tarde, o indicador encerrou em baixa pressionado pela situação da Petrobras e por ações de bancos, que caíram nesta segunda-feira.

Segundo diversos jornais e agências de notícias, o economista Adriano Pires, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para comandar a Petrobras, teria desistido de assumir o cargo por conflitos de interesse entre a estatal e empresas beneficiadas por sua consultoria. A notícia ainda não foi oficialmente confirmada, mas as ações da companhia caíram 0,85% (ações ordinárias) e 0,94% (ações preferenciais).

A queda na bolsa só não foi maior porque o Ibovespa foi beneficiado pelas bolsas norte-americanas. Em relação ao dólar, a moeda norte-americana continua caindo por dois fatores. O primeiro são os juros altos no Brasil, que atrai fluxos de capital para países emergentes. O segundo é a valorização das commodities (bens primários com cotação internacional) provocada pela guerra entre Rússia e Ucrânia, que está trazendo mais divisas para países exportadores de matérias-primas, como o Brasil. (Agencia Brasil)

## Presidente da Ucrânia: ações em Bucha tornam negociações difíceis

O presidente ucraniano Volodymyr Zelenskiy disse na segunda-feira (4) que havia se tornado mais difícil para a Ucrânia negociar com a Rússia depois que Kiev tomou conhecimento da escala das supostas atrocidades cometidas pelas forças russas na Ucrânia.

Zelenskiy falou na televisão nacional a partir da cidade de Bucha, na região de Kiev, onde foram encontrados corpos amarrados e com tiros à queima-roupa, uma vala comum e outros sinais de execuções, depois que tropas russas deixaram a região.

O Kremlin nega quaisquer acusações relacionadas ao assassinato de civis em Bucha.

"Estes são crimes de guerra e serão reconhecidos pelo mundo como genocídio", disse Zelensky, usando colete à prova de balas e cercado por militares.

"É muito difícil falar quando se vê o que eles fizeram aqui", disse. "Quanto mais tempo a Federação Russa demorar para o processo de uma reunião, pior será para eles e para esta situação e para esta guerra".

"Sabemos de milhares de pessoas mortas e torturadas, com membros cortados, mulheres estupradas e crianças assassinadas", disse.

**Alvos civis**

A Rússia nega ter como alvo os civis desde que invadiu a Ucrânia em 24 de fevereiro, no que chama de "operação militar especial" destinada a desmilitarizar e "desnazificar" a Ucrânia. A Ucrânia diz que foi invadida sem provocação. Página 3

## Cerimônia marca lançamento da campanha de vacinação contra a gripe

Foto/Tomaz Silva/AB

Página 18

## *Prefeitura promove Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura*

Página 2

**Previsão do Tempo**

**Terça:** Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. 28° C 20° C

Manhã | Tarde | Noite

**Fonte:** Climatempo

**DÓLAR**

**Comercial**
**Compra:** 4,61
**Venda:** 4,61

**Turismo**
**Compra:** 4,51
**Venda:** 4,76

**EURO**
**Compra:** 5,05
**Venda:** 5,05

## Esporte

# Aleix Espargaró vence a primeira na MotoGP com Aprilla

**Por Járcio Baldi**

O Grande Prêmio da Argentina na temporada de 2022 jamais será esquecida pelo piloto Aleix Espargaró e pela fábrica italiana Aprilia, que está situada na cidade italiana de Noale, Veneza. Foi a primeira vitória de ambos na categoria principal do motociclismo mundial. O 200º GP do piloto na categoria não poderia ser premiado de forma tão brilhante, largando na pole, fazendo a melhor volta da prova e conquistando a vitória. Completaram em 2º e 3º respectivamente Jorge Martin (Ducati) e Alex Rins (Suzuki) formando um pódio totalmente espanhol. Nas três primeiras etapas tivemos nove pilotos diferentes subindo ao pódio, mostrando um grande equilíbrio nessa temporada.

Aleix, que há dois anos quase abandonou a carreira pela falta de resultados, agora lidera o campeonato e disse que essa é a melhor moto que já pilotou. "Não foi tão fácil, como muitos diziam no sábado. Eu utilizei bastante a eletrônica, o freio motor e controle de tração da moto pensando em salvar os pneus para o final da prova e consegui". Jorge Martin, que foi bastante elogiado por Espargaró por ter um ritmo de corrida muito forte estava feliz pelo 2º lugar, já que não conseguiu terminar a prova nas duas etapas anteriores. "Acho que foi um dos melhores finais de semana até agora na minha carreira na MotoGP. Tenho trabalhado muito. As condições na pista estavam muito quentes e eu sabia que Aleix era um pouco mais rápido, mas tentei mantê-lo atrás. Estou muito feliz por sua vitória, ele é um grande amigo meu". Martin afirmou que no início de sua carreira Aleix o ajudou muito, fornecendo materiais, realizando treinamentos juntos e também oferecendo um lugar para morar. Atualmente ambos possuem o mesmo empresário.

Foto/MotoGP

**Aleix** *Espargaro vence na Argentina*

Alex Rins, 3º, parece ter saído do inferno astral da temporada passada onde teve muitas quedas e abandonos. Agora o piloto encontrou uma regularidade nas corridas, mas afirmou que ainda é cedo para pensar no campeonato, que é bastante longo. Rins afirmou que o primeiro passo é melhorar na classificação. "Honestamente, largando atrás perdi muito tempo para ultrapassar vários pilotos além de desgastar demais os pneus, mas no final eu tinha um ótimo ritmo de corrida. Estou muito feliz em voltar ao pódio e agora vamos para Austin, um circuito que gostamos". Foi no circuito do Texas que Rins obteve sua primeira vitória na categoria MotoGP.

A Yamaha continua sofrendo com a falta de aderência traseira. Quartararo que sob chuva chegou em 2º na Indonésia, ficou apenas com o 8º posto. "Não se vence um campeonato chegando em 8º, temos que lutar por pódios e estar sempre entre os 5 primeiros" afirmou o francês. Outro piloto da fábrica dos 3 diapasões que teve problemas foi Dovizioso, mas reconheceu sua falha. O piloto esqueceu-se de destravar o dispositivo de largada que mantém o garfo dianteiro abaixado e só percebeu quando entrou nos boxes logo na primeira volta. "Estou muito desapontado, isso nunca aconteceu comigo. Cometi um erro e esqueci de desbloquear o dispositivo de largada. Quando parei no 'pitlane' percebi que era minha culpa". O italiano perdeu 3 voltas até que a equipe destravasse o dispositivo que precisa de velocidade e a força de frenagem para fazê-lo. A próxima etapa acontece já nesse próximo final de semana nos EUA.

# Brasileiro Rally: Victor Corrêa e Maicol Souza vencem segunda etapa em Goiás

Finalmente a dupla formada pelo piloto mineiro Victor Corrêa e o navegador catarinense Maicol Souza redescobriu o caminho da vitória. No último domingo (3) eles venceram a segunda etapa do Campeonato Brasileiro de Rali, em Aparecida de Goiânia (GO), e agora devem ir atrás do tricampeonato na categoria R5, com o Peugeot 207 da equipe Unifenas/RT One Rally. "Estamos felizes por ter vencido hoje (domingo). O melhor de tudo é saber que o carro está competitivo e que a gente poderá brigar pelo terceiro título este ano", comemorou o piloto Victor Corrêa (Unifenas), campeão brasileiro em 2018 e 2020, e vice em 2019.

Na primeira etapa do campeonato, disputada no sábado (02/4) como abertura do Rally do Centenário, Victor Corrêa e Maicol Souza foram obrigados a abandonar quando estavam folgados na liderança no meio da prova. "Cometi um errinho por forçar numa curva e o carro atolou em areia muito fofa. Ficou aquela sensação de ficar sozinho na frente do gol e chutar pra fora. Vamos torcer pra desencantar amanhã", desabafou o piloto de Alfenas, no sul de Minas Gerais. "Foi bem superficial, mas não conseguimos tirar o carro da areia fina. Foi uma bobeirinha, mas infelizmente aconteceu", emendou o navegador de Itajaí, litoral norte de Santa Catarina.

Na segunda etapa do campeonato o domínio da dupla da equipe Unifenas/RT One Rally foi total. Eles venceram todas as quatro Especiais cronometradas do dia e terminaram com a vantagem de 40 segundos.

A segunda rodada do campeonato Brasileiro de Rali será nos dias 23 e 24 de abril, em Estação, no Rio Grande do Sul.

# Prefeitura promove Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura

A Prefeitura de São Paulo, por meio das secretarias municipais de Educação, Cultura e da Pessoa com Deficiência, deu início na segunda-feira (4), no Theatro Municipal, à 11ª Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura. O evento, que será realizado até sexta-feira (8) e celebra o centenário da Semana de Arte Moderna, é composto por atrações on-line e apresentações em vários pontos da capital. Cerca de mil estudantes e professores que participam do projeto Academia Estudantil de Letras (AEL), da Secretaria Municipal de Educação, participaram de algumas das apresentações.

"Hoje iniciamos a 11ª edição deste evento, um projeto muito importante do vereador Eliseu Gabriel. A leitura é uma prática fundamental para nossas crianças, nossos estudantes e adultos. O Brasil, como um todo, está na 27ª posição do ranking mundial de leitura. A Índia ocupa a primeira colocação", explicou o prefeito Ricardo Nunes, que também citou uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo em 2020.

"De acordo com esse levantamento, 60% da população na capital paulista tem o hábito de ler pelo menos um livro, ou parte dele, a cada três meses, mas este índice tem que aumentar. Precisamos trabalhar para melhorar esta marca porque, quando uma pessoa lê, tem capacidade de entendimento, especialmente nestes tempos de fake news, pois ela pode fazer sua própria interpretação dos fatos", enfatizou Nunes.

A educação, de acordo com o vereador Elisei Gabriel,deve ser promovida em conjunto pela sociedade. Por isso, destacou a importância de eventos como este, realizado hoje no região central da cidade

"Tem que ler para poder escrever, é preciso ler para saber falar direito, para desenvolver o raciocínio. Não adianta ir à escola e voltar, diariamente. É preciso que a comunidade participe do processo, incluindo as famílias dos estudantes, que devem incentivá-los a ler e a estudar", disse.

**Bibliotecas**

Atualmente, passado o período mais crítico da pandemia e com a população vacinada, as 55 bibliotecas da cidade estão funcionando normalmente, fato que foi ressaltado pela secretária de Cultura, Aline Torres, durante a solenidade.

"Participar de uma atividade como esta, depois de uma fase na qual nossas bibliotecas ficaram fechadas, é muito importante. O objetivo desta ação é fortalecer a leitura e a Secretaria Municipal de Cultura está de mãos dadas com a da Educação, porque a cultura e a educação são coisas que ninguém pode nos tirar. Então, foco nos estudos, crianças", disse a secretária, dirigindo-se aos estudantes da rede municipal presentes na plateia do Theatro Municipal de São Paulo.

O secretário municipal de Educação, Fernando Padula, destacou que hoje a cidade conta com 179 unidades da Academia Estudantil de Letras (AEL), que foi criada em 2005, na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Padre Antônio Vieira, na Zona Leste, Foi idealizada pela então professora de Língua Portuguesa, Maria Sueli Fonseca Gonçalves, conhecida por todos como Suelizinha.

"Graças a esse movimento, hoje os estudantes estão participando da semana de incentivo nos CEUs e nas salas de leitura da cidade", afirmou Padula.

**Pessoa com Deficiência**

A secretária municipal da Pessoa com Deficiência, Silvia Grecco, ressaltou a importância da leitura também para o público atendido pela pasta por ela comandada.

"As pessoas que têm deficiência devem ser estimuladas a ler porque a arte e a educação podem proporcionar oportunidades, transformar vidas. Por isso incentivo muito meu filho Lucas, que é cego. Em alguns momentos, leio para ele e, em outros, ele usa um óculos que tem um dispositivo que lê para ele. Assim, tem autonomia", exemplificou.

**Atividades**

Despertar, desenvolver e estimular a prática do estudo e da leitura em crianças, jovens e adultos, por meio de diversas atividades, fazem parte dos objetivos da Semana de Leitura. Para este ano estão programadas várias edições do evento que envolverão contação de histórias, saraus, apresentações teatrais e rodas de leitura. Atrações musicais, bibliotecas itinerantes, palestras, bate-papos com escritores, visitas guiadas também integram a grade do evento. As atividades serão realizadas em bibliotecas, escolas, parques, praças, e até mesmo em shopping centers. A programação completa pode ser conferida na aba Agenda do portal Estudo e Leitura e nas redes sociais oficiais da Semana.

Para Guilherme Cunha de Carvalho, coordenador do projeto Academia Estudantil de Letras (AEL), foi muito importante a abertura do evento ter sido realizada no Theatro Municipal, marcando o centenário da Semana de Arte Moderna.

"Mesmo tendo o seu significado revisto de tempos em tempos, a Semana de Arte Moderna continua sendo um grande momento na história da nossa cultura, tanto pela preocupação em dar centralidade à cultura brasileira nas artes, como pelas inovações estéticas que apareceram no período", afirmou.

A 11ª Semana de Estudo e Leitura conta com o apoio do SESC (Serviço Social do Comércio), da Câmara Brasileira do Livro (CBL), Aprofem (Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo), CPP (Centro do Professorado Paulista) e Sinesp (Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo).

**Apresentações**

O primeiro dia da 11ª Semana de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura foi marcado pelo espetáculo teatral "As Cores de Tarsila", representado por estudantes da EMEF Vicentina Ribeiro da Luz, da zona Leste (Aricanduva), que fazem parte da AEL Vinícius de Moraes. A peça apresentou, brevemente, a trajetória da artista modernista Tarsila do Amaral. Houve, ainda, a declamação de poesias protagonizada pelos alunos da EMEF Liliane Verzine Silva, da Zona Sul (Jardim Luso), que fazem parte da AEL Carolina Maria de Jesus.

A programação contou, também, com o balé "Fadas da Natureza: eternidade e em busca do vale perdido", com os estudantes da EMEF Amadeu Mendes, da zona Oeste (Parque São Domingos). Todo o evento contou com a cobertura dos integrantes do Imprensa Jovem, alunos Estudantes que fazem parte de projetos de educamunicação.

## CESAR NETO

www.cesarneto.com

**CÂMARA (São Paulo)**

Médico e vereador Paulo Frange (PTB) fez o que tinha que fazer quanto ao relatório - aprovado pelos demais colegas da CPI sobre administração e medicina na Prevent Senior e seus hospitais Sancta Maggiore. Agora é com o Ministério Público

.

**PREFEITURA (São Paulo)**

Vale a pena ler de novo : ex-Secretário (Saúde) - do Covas e do Nunes - o ex-deputado Edson Aparecido pode protagonizar uma ironia : ser vice na chapa ao governo (SP) do Rodrigo (PSDB), que o derrotou por 1 voto pra presidência da ALESP 2005

.

**ASSEMBLEIA (São Paulo)**

Vale a pena ler de novo : a católica e advogada Janaína - musa do Impeachment da president(a) Dilma (PT) em 2016 - e mais votada (PSL) da História da ALESP 2018 é candidata pelo PRTB ao Senado. Nem os santos que ela cultua farão milagre

.

**GOVERNO (São Paulo)**

Pesquisa da Paraná demonstra que pra Presidência (no Estado), o Bolsonaro (PL) empata (tecnicamente) com Lula (PT). Pro governo do Estado, Haddad (candidato presidencial do PT em 2018) segue na frente, com França (PSB) em 2º e Tarcísio em 3º

.

**CONGRESSO (Brasil)**

Pesquisa da Paraná demonstra que o comunicador (tv) Datena já lidera as intenções de votos pro Senado, pelo Estado de São Paulo, mesmo tendo se filiado - na última hora - ao PSC, pra apoiar Tarciso (Republicanos), o candidato do Bolsonaro pra governador

.

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**

Bolsonaro (PL) comemora suas subidas nas pesquisas, por conta dos votos que não vão mais pro Moro, agora o maior partido da Câmara Federal com 77 deputados

.

**PARTIDOS (Brasil)**

Até ontem eram estes os números de deputados na Câmara Federal, após as trocas pela via da janela 'da infidelidade' : PL - 75; PT - 56; PP - 49; União - 47; PSD - 45; Republicanos - 44; MDB - 36; PSDB - 27; PSB - 24; PDT - 21; PSC, Solidariedade e Podemos - 10

.

**JUSTIÇAS (Brasil)**

A coleção - 5 volumes - do professor (História) Edson Simões "Constituições e Democracia no Brasil e no Mundo - da Antropologia à Autofagia" vai certamente fazer sucesso no Supremo, Tribunais Superiores, Tribunais de Justiça e Faculdades de Direito

.

**ANO 30**

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna **cesarneto.com** tornou-se referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

**Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal**

**cesar@cesarneto.com**

**Jornal O DIA S. Paulo**

**Administração e Redação**
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
**Fone: 3258-1822**

**Periodicidade:** Diária
**Exemplar do dia**: R$ 3,50

**Jornalista Responsável**
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

**Assinatura on-line**
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

**Publicidade Legal**
**Balanços, Atas e Convocações**
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
**Telefone: 3832-4488**

**E-mail: contato@jornalodiasp.com.br**
**Site: www.jornalodiasp.com.br**

# São Paulo disponibiliza mais de 500 vagas para candidatos de diferentes escolaridades

A Prefeitura de São Paulo disponibiliza mais 500 vagas de emprego na primeira semana do mês de abril. As vagas atendem demandas de diferentes níveis de escolaridade. Os interessados têm a opção de verificar o detalhamento das vagas pelo Portal Cate e fazer a inscrição até o dia 23 de março, às 18h, ou se dirigir a uma das 26 unidades na capital, das 8h às 17h. A maioria das oportunidades se destina aos níveis fundamental e médio de ensino, com salários entre R$ 693 (meio período) e R$ 3.600.

"Iniciamos o mês de abril com oportunidades em todos os níveis de escolaridade, ampliando a chance de inserção no mercado de trabalho. Temos intensificado nossos esforços em iniciativas de áreas técnicas, que preparem as pessoas para as vagas de emprego, mas também em ações que evitem a evasão escolar, pela importância que o ensino tem também para o trabalho", destaca a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo Aline Cardoso.

Entre as oportunidades da semana, há 83 vagas para auxiliar de limpeza com salários entre R$ 693 – R$ 1.808. O nível escolar é diversificado, dependendo da vaga ofertada, sendo que para parte das oportunidades não há necessidade de comprovar experiência anterior. Os selecionados serão responsáveis pela higienização de ambientes, reposição de materiais, organização, entre outros.

Cargos na área da construção civil estão com 74 vagas no Cate. Os rendimentos chegam a R$ 3.000 mensais, sendo necessário ter no mínimo o ensino fundamental completo. As vagas são distribuídas entre as funções de pedreiro, pintor, ajudante de obra, marceneiro e entre outras.

Quem atua em cozinha pode se candidatar a 49 oportunidades. Entre os requisitos estão o ensino fundamental incompleto e experiência em cozinha industrial. O candidato que conquistar a vaga será responsável por preparar pratos, manipular alimentos e verificar o estado de conservação dos ingredientes utilizados, para atender as exigências dos pedidos e assegurar o padrão de qualidade.

**Diversidade**

Entre as oportunidades, estão 100 vagas para candidatos com deficiência. As vagas são para as regiões leste e oeste nos bairros da Vila Prudente e Barra Funda. As funções para essas vagas incluem prestar atendimento, realizar o acompanhamento e das demandas, entre outros.

# Chuvas desalojam famílias e bloqueiam estradas em Ubatuba

Na manhã de segunda-feira, (4), as 12 famílias que estavam desabrigadas devido às fortes chuvas que atingem Ubatuba, no litoral paulista, desde a noite de quinta-feira (31), foram alojadas na Escola Municipal Padre José de Anchieta.

Os deslizamentos de terra atingiram as estradas na região, prejudicando o tráfego. Na tarde de ontem (3), a Defesa Civil estadual usou um helicóptero da Polícia Militar para levar mantimentos para as comunidades do Camburi e Picinguaba, que ficaram isoladas com o bloqueio das estradas.

Na Rodovia Rio-Santos, houve deslizamentos e queda de rochas e árvores em diversos pontos. Segundo a prefeitura de Ubatuba, o asfalto chegou a se romper em um trecho. Em nove pontos da via, o tráfego ainda enfrenta restrições.

Na manhã de segunda-feira, a Rodovia Oswaldo Cruz permanecia interditada devido à queda de barreiras e árvores. O asfalto da via também apresenta grande quantidade de trincas. (Agência Brasil)

# São Paulo ganha estátua da sambista Madrinha Eunice

Dançando, com saia rodada, turbante, colares e pulseiras. É assim que está retratada, em uma escultura de bronze de aproximadamente 1,70 m de altura e 60 cm de largura, a sambista Madrinha Eunice, homenageada com uma estátua inaugurada no último sábado (2), na Praça da Liberdade, no centro de São Paulo.

Sambista e ativista do movimento negro, Deolinda Madre ficou conhecida como Madrinha Eunice por batizar dezenas de crianças. Foi fundadora da Sociedade Recreativa Beneficente Esportiva da Escola de Samba Lavapés Pirata Negro, a mais antiga da capital paulista ainda em atividade, e é considerada um símbolo do carnaval paulistano.

Saiu da sua cidade natal, Piracicaba, no interior paulista, e foi para São Paulo aos 12 anos. Passou a morar na Liberdade. Ali, fundou a Lavapés, que celebra 85 anos em 2022, fazendo-a uma grande figura para o bairro. Por sua importância e por ser simbólico para a comunidade negra, o local foi o escolhido para a instauração da obra, a primeira a ser instalada ali em homenagem a personalidades negras.

Esta primeira obra inaugurada faz parte do projeto do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), da Secretaria Municipal de Cultura, que homenageia personalidades negras da cultura paulistana. As criações também foram feitas por artistas negros. A escultura de Madrinha Eunice foi produzida por Lídia Lisboa, criadora de um trabalho de ação sociopolítica.

**Liberdade**

Neta de Madrinha Eunice, Rosemeire Marcondes falou da importância da avó para o samba. "Ela é a história do samba paulistano, a matriarca de todas as escolas de samba. Isso para nós é muito importante. Sem falar do povo preto no bairro da Liberdade, que foi esquecido quando o Japão imigrou no Bairro da Liberdade, onde as pessoas as pensavam que liberdade era por causa do Japão e, na verdade, o bairro da Liberdade é por conta dos negros. É muita honra, principalmente para São Paulo", disse Rosemeire.

Mulher negra à frente de seu tempo, Madrinha Eunice lutava pelo melhor, completa a neta da sambista. "Ela estava sempre buscando a sua independência daquela época, havia muita discriminação sobre a mulher de modo geral. Ela era uma negra que queria mudar isso tudo e para nós é gratificante demais. Foi uma grande mulher, que batalhou pela sua independência e trabalhava sozinha em suas bancas de venda de limão. Deixou esse legado para nós estarmos continuando com a mesma altivez e garra que ela tinha", afirmou Rosemeire, que presidiu a Lavapés por 23 anos e atualmente é presidente de honra da escola de samba.

Para a secretária Municipal de Cultura, Aline Torres, a estátua é uma homenagem ao samba paulistano. "Ao trazer essas figuras, somamos ao acervo municipal diversidade e representatividade e exaltamos as diversas vivências da nossa população. Além disso, homenageamos o samba paulistano, patrimônio cultural e imaterial da nossa cidade desde 2013", justificou.

Geraldo Filme

A segunda obra a ser instalada é a de Geraldo Filme, retratado de pé, olhando para o horizonte, com a mão direita no bolso da calça, tirando para cantar um samba recém composto, e com a mão esquerda segurando um microfone para cantar para o público.

A inauguração da escultura do sambista Geraldo Filme será no dia 21 de abril, na Praça David Raw, no bairro Santa Cecília, centro da capital paulista.

O projeto do DPH teve a sua primeira escultura entregue em dezembro de 2021, em tributo ao cantor Itamar Assumpção, e fica no Centro Cultural da Penha. Estão previstas mais duas obras para este ano, ainda sem data de inauguração, homenageando a escritora Carolina Maria de Jesus e o atleta Adhemar Ferreira da Silva. (Agência Brasil)

# Indicadores Industriais apresentam "imobilidade preocupante", diz CNI

De todos os índices analisados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para a composição dos Indicadores Industriais de fevereiro, apenas o relativo a horas trabalhadas na produção apresentou crescimento, na comparação com janeiro. Segundo a entidade, os índices relativos a faturamento e emprego recuaram, interrompendo a sequência de três altas consecutivas. Para a CNI, o resultado mostra "desaceleração do setor".

Os demais índices analisados pela confederação não apresentaram grandes variações, o que, segundo a equipe técnica da CNI, representa uma "imobilidade preocupante para a atividade econômica".

O faturamento real da indústria de transformação recuou 0,2% em fevereiro de 2022, na comparação com janeiro (série livre de efeitos sazonais). "O recuo ocorre após três altas consecutivas, período no qual o faturamento havia crescido 5,7%. Na comparação com fevereiro de 2021, o faturamento registra queda de 5%", diz o levantamento.

O emprego industrial manteve-se "praticamente estável", segundo a CNI, apresentando recuo de "apenas 0,1%" na comparação com janeiro. No somatório dos três meses anteriores esse índice havia crescido 0,8%. Na comparação com fevereiro de 2021, o emprego aumentou 2,9%.

**Horas trabalhadas**

Já as horas trabalhadas na produção registraram crescimento de 1,4%, na comparação entre fevereiro e janeiro. "O índice volta a crescer após o pequeno recuo do mês anterior (-0,2%) e passa a registrar três altas nos últimos quatro meses, totalizando crescimento de 3,8% no período", informa a CNI.

A entidade acrescenta que o total de horas trabalhadas na produção em fevereiro de 2022 é 2,1% acima do registrado em fevereiro de 2021.

**Rendimento dos trabalhadores**

O rendimento médio real dos trabalhadores da indústria caiu 0,1% entre janeiro e fevereiro de 2022. Na comparação com fevereiro de 2021, o rendimento do trabalhador teve, na média, uma pequena alta, de 0,7%, enquanto a inflação medida no período (12 meses), segundo o IBGE, ficou em 10,54%.

A massa salarial da indústria de transformação apresentou estabilidade no período janeiro-fevereiro de 2022. Na comparação com fevereiro de 2021, este índice registrou alta de 3,5%.

**"Imobilidade preocupante"**

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) ficou estável registrando 81%. Na comparação com fevereiro de 2021, entretanto, registrou alta de 0,4 ponto percentual.

Na avaliação do gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, a "imobilidade" desses indicadores é algo "preocupante para a atividade econômica". Segundo ele, o desempenho do setor industrial precisa melhorar para recuperar as quedas de 2021 e 2020. Os resultados, no entanto, não mostram que essa trajetória de recuperação era sustentável, complementou o economista. (Agencia Brasil)

# Prévia da carga tributária sobe para 33,9% do PIB em 2021

A prévia da carga tributária (peso dos impostos e demais tributos sobre a economia) subiu para 33,9% do Produto Interno Bruto, em 2021, divulgou na segunda-feira (4) o Tesouro Nacional. Em 2020, o mesmo indicador tinha atingido 31,76%, diferença de 2,14 ponto percentual.

Segundo o Tesouro, dois fatores pesaram para a diminuição da carga tributária. O primeiro foi a reversão de várias isenções e reduções de tributos concedidas durante a fase mais aguda da pandemia de covid-19. Somente a restauração das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito respondeu por um aumento de 0,27 ponto percentual do PIB.

O segundo fator foi a recuperação da atividade econômica após a contração de 2020. Com a alta na produção e no consumo, mais pessoas pagam impostos. Isso pode ser explicado pelo aumento de 1,28 ponto percentual do PIB na arrecadação de tributos sobre bens e serviços.

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados, aumentou 0,58 ponto percentual do PIB em 2021. Além da recuperação do consumo, a alta reflete o encarecimento de produtos e serviços que subiram acima da inflação no ano passado, como eletricidade e combustíveis.

Outros tributos com destaque na subida da carga tributária foram o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com crescimento de 0,22 ponto percentual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), administrado pelos municípios, com alta de 0,06 ponto percentual. Os dois tributos são ligados ao consumo e refletem a alta nas vendas.

Todo mês de março, o Tesouro divulga uma estimativa própria da carga tributária do ano anterior. No entanto, por causa da operação-padrão e das paralisações dos servidores do órgão, a divulgação passou para a primeira semana de abril.

Segundo o Ministério da Economia, a elaboração de uma prévia da carga tributária é necessária porque os dados são incluídos na prestação de contas da Presidência da República. O número oficial, divulgado pela Receita Federal, só sai ao longo do segundo semestre. (Agencia Brasil)

# Caixa anuncia medidas de apoio aos atingidos pelas chuvas no Rio

A Caixa Econômica Federal anunciou na segunda-feira (4) medidas de apoio aos municípios de Angra dos Reis, Belford Roxo, Mangaratiba, Mesquita, Paraty e Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, atingidos pelas fortes chuvas dos últimos dias. A partir da última segunda-feira, todas as agências dos municípios afetados passam a abrir às 9h, uma hora mais cedo, para atender a população.

A Caixa informou que vai liberar o saque do FGTS por calamidade nas regiões atingidas pelas enchentes. Os valores serão disponibilizados para saque após decretos municipais declarando o estado de calamidade e reconhecimento do Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio de portaria ministerial.

O banco também irá auxiliar as autoridades locais no intuito de agilizar a delimitação das áreas afetadas pela calamidade. Após esta definição os trabalhadores que tiveram suas residências atingidas poderão realizar o saque do FGTS de forma digital, sem necessidade de ir a uma agência, por meio do aplicativo FGTS, na opção saque digital. A solicitação será realizada pelo aplicativo FGTS, opção Meus Saques, no celular, sem necessidade de comparecer a uma agência.

Ao registrar a solicitação, é possível identificar uma conta da Caixa, ou de outra instituição financeira, para receber os valores, sem nenhum custo. O valor máximo para retirada é de R$ 6.220.

Segundo o banco, o caminhão-agência da Caixa está em deslocamento para Angra dos Reis, com chegada prevista para quarta-feira (6). A unidade móvel de atendimento funcionará das 8h às 16h, em endereço a ser divulgado, prestando serviços essenciais à população.

O caminhão oferece os mesmos serviços de uma agência, tais como: atendimento aos beneficiários do Auxílio Brasil, do governo federal; atendimento aos beneficiários do Abono Salarial; pagamento do FGTS; concessão de crédito; auxílio na utilização de aplicativos do banco, como Caixa Tem e app do FGTS, desbloqueio de cartão e senha de contas, dentre outros. A movimentação de dinheiro em espécie estará disponível por meio de caixa eletrônico instalado na unidade.

A Caixa vai possibilitar pausa de até 90 dias nos contratos de financiamento habitacional nas regiões atingidas, mediante solicitação nas agências do banco, a incorporação das prestações no saldo devedor dos clientes inadimplentes das regiões atingidas, mediante solicitação nas agências do banco e também dará suporte aos clientes para acionamento de seguro habitacional e procedimentos para pagamento de indenizações, de forma imediata.

O banco também informou que vai disponibilizar equipe técnica, com arquitetos e engenheiros, para ações de assistência em apoio aos municípios, que incluem a operacionalização de repasses de recursos. A instituição disse que enviou aos municípios equipes de especialistas nas áreas de habitação, governo e FGTS para atender a população e prestar apoio técnico às prefeituras, auxiliando em providências urgentes.

"As prefeituras terão o apoio técnico da Caixa para levantamento dos danos e estimativa de custos para a recuperação de obras em andamento ou edificações atingidas, como pontes, vias de acesso, abastecimento de água, postos de saúde e escolas, dentre outras de grande impacto para a população", disse o banco.

A Caixa ainda realizará pausa no financiamento para hospitais das regiões afetadas, mediante solicitação.

**Usinas**

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), divulgou nota em que afirma que está acompanhando a situação das chuvas na região de Angra dos Reis-RJ, onde está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA). Segundo o comunicado, até o presente momento, os danos causados pelas fortes chuvas registradas nos últimos dias não impedem a execução das ações previstas no Plano de Emergência Externo (PEE) para a CNAAA.

No domingo (3), a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras, disse que mantém as operações nas usinas de Angra 1 e 2 normalmente após as fortes chuvas. (Agencia Brasil)

# Petrobras encerra março com nível de utilização das refinarias em 91%

A Petrobras informou na segunda-feira (4) que alcançou 91% de fator de utilização total do parque de refino na última semana de março de 2022. A média do fator de utilização considerando todo o mês foi de 89%.

Segundo a companhia, em 2021, o nível médio de utilização das refinarias da Petrobras foi de 83%, maior índice dos últimos 5 anos.

"O fator de utilização total do refino considera o volume de carga de petróleo efetivamente processado e a carga de referência das refinarias, ou seja, a capacidade máxima de operar, respeitando os limites de projeto dos equipamentos, os requisitos de segurança, de meio ambiente e de qualidade dos derivados produzidos, além da racionalidade econômica das decisões de produção, com foco em geração de valor", informou a empresa.

"A definição do nível de utilização é uma decisão técnica e econômica, que leva em conta a demanda dos clientes da Petrobras, as alternativas globais de suprimento e preços de petróleo e derivados, diferentes configurações e limites de operação e a necessidade de paradas de manutenção das unidades de refino, entre outros fatores. A Petrobras está produzindo o máximo possível dentro de condições seguras, sustentáveis e econômicas", disse, em nota, o diretor de Refino e Gás Natural da Petrobras, Rodrigo Costa.

A Petrobras informou ainda que irá realizar investimentos de US$ 6,1 bilhões em refino nos próximos cinco anos, para expandir a capacidade de refino, a geração de produtos de maior qualidade e posicionar suas refinarias entre as melhores do mundo em eficiência e desempenho operacional. (Agencia Brasil)

***Lembre sempre de lavar as mãos***

## INTERNACIONAL

# Presidente da Ucrânia: ações em Bucha tornam negociações difíceis

O presidente ucraniano Volodymyr Zelenskiy disse na segunda-feira (4) que havia se tornado mais difícil para a Ucrânia negociar com a Rússia depois que Kiev tomou conhecimento da escala das supostas atrocidades cometidas pelas forças russas na Ucrânia.

Zelenskiy falou na televisão nacional a partir da cidade de Bucha, na região de Kiev, onde foram encontrados corpos amarrados e com tiros à queima-roupa, uma vala comum e outros sinais de execuções, depois que tropas russas deixaram a região.

O Kremlin nega quaisquer acusações relacionadas ao assassinato de civis em Bucha.

"Estes são crimes de guerra e serão reconhecidos pelo mundo como genocídio", disse Zelensky, usando colete à prova de balas e cercado por militares.

"É muito difícil falar quando se vê o que eles fizeram aqui", disse. "Quanto mais tempo a Federação Russa demorar para o processo de uma reunião, pior será para eles e para esta situação e para esta guerra".

"Sabemos de milhares de pessoas mortas e torturadas, com membros cortados, mulheres estupradas e crianças assassinadas", disse.

**Alvos civis**

A Rússia nega ter como alvo os civis desde que invadiu a Ucrânia em 24 de fevereiro, no que chama de "operação militar especial" destinada a desmilitarizar e "desnazificar" a Ucrânia. A Ucrânia diz que foi invadida sem provocação.

A destruição e a morte de civis em Bucha podem levar os Estados Unidos e a Europa a impor sanções adicionais contra Moscou, com autoridades levantando a perspectiva de restrições às exportações de energia da Rússia.

**Grammy**

Em um vídeo pré-gravado e exibido no domingo (3) durante a cerimônia do Grammy 2022, em Las Vegas, Zelensky pediu aos artistas que não se calem diante da guerra.

"Na nossa terra estamos lutando contra a Rússia que traz silêncios horríveis com suas bombas. Um silêncio mortal. Preencham o silêncio com música! Preencham hoje. Para contar a nossa história. Falem a verdade sobre a guerra nas redes sociais, na televisão", disse.

O Grammy Awards é uma cerimônia de premiação anual dos profissionais da indústria musical. Depois da apresentação de Zelenskiy, o cantor e compositor americano John Legend tocou a música Free ao lado das ucranianas Mika Newton, cantora, e Lyuba Yakimchuk, poetisa.

"Nossos músicos usam coletes à prova de balas em vez de smokings. Eles cantam para os feridos. Nos hospitais. Mesmo para aqueles que não podem ouvi-los. Mas a música vai seguir de qualquer maneira", afirmou Zelenskiy. (Agencia Brasil)

# Começa prazo para pedir isenção no Enem

Começou na segunda-feira (4) o prazo para pedir a isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2022. O pedido pode ser feito até o dia 15 de abril. A taxa de inscrição da última edição do exame foi R$ 85. Os pedidos devem ser feitos na Página do Participante.

O mesmo prazo, de 4 a 15 de abril, vale para os estudantes isentos no Enem 2021 que por algum motivo faltaram no dia da prova e que desejam fazer o Enem 2022 gratuitamente. Esses estudantes devem também enviar documentos que justifiquem a falta.

Os resultados, tanto da justificativa de ausência quanto da solicitação de isenção da taxa de inscrição para o Enem 2022, serão divulgados no dia 22 de abril, na Página do Participante. Quem tiver o pedido negado poderá recorrer entre 25 e 29 de abril. O resultado dos recursos será divulgado no dia 6 de maio.

O pedido de isenção não garante a participação no exame, para isso é preciso ainda fazer a inscrição no Enem 2022. Os estudantes devem ficar atentos ao cronograma do exame, que será divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Pelas regras do Enem, têm direito de fazer o exame gratuitamente todos os participantes que estão cursando a última série do ensino médio este ano em escolas públicas. São isentos também os participantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública ou que sejam bolsistas integrais em escolas particulares. Esses candidatos precisam ter renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio, ou seja, R$ 1.818 por pessoa.

Têm direito ainda à isenção os participantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por serem membros de família de baixa renda, e que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Nesse caso, os interessados deverão informar o Número de Identificação Social (NIS) único e válido.

Os participantes que tiveram a isenção aprovada no Enem 2021 e que não compareceram às provas precisarão justificar a falta para obter novamente a isenção. Para isso, é necessário enviar documentação que comprove o motivo da ausência. Todos os documentos deverão estar datados e assinados e não serão aceitos documentos autodeclaratórios ou emitidos por pais ou responsáveis.

A lista com os documentos aceitos está no edital publicado no Diário Oficial da União, entre eles atestados médicos e boletins de ocorrência. Somente serão aceitos documentos nos formatos PDF, PNG ou JPG, com o tamanho máximo de 2 MB.

O Enem 2022 será nos dias 13 e 20 de novembro. As notas do Enem podem ser usadas para ingressar no ensino superior, em universidades públicas e privadas e para participar de programas federais, como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). (Agencia Brasil)

## Living Caritá Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.610.238/0001-31 - NIRE 35227296264

**Extrato da Ata de Reunião de Sócios**

**Data, Hora, Local:** 02.04.2022, às 10hs, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º Andar, sala 01, parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações Aprovadas.** (i) Redução do capital social em R$ 650.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 650.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 671.822,00 **para** R$ 21.822,00; (ii) Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.04.2022. **Mesa:** Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Presidente, Sigrid Amantino Barcelos - Secretária. **Sócia:** Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações, Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Diretor, Sigrid Amantino Barcelos - Procuradora

## Cyrela Anis Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 14.131.935/0001-11 - NIRE 35225706856

**Extrato da Ata de Reunião de Sócios**

**Data, Hora, Local:** 02.04.2022, às 10hs, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º Andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações Aprovadas:** (i) Redução do capital social em R$ 650.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 650.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 1.142.703,00 **para** R$ 492.703,00; (ii) Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.04.2022. **Mesa:** Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Presidente, Sigrid Amantino Barcelos - Secretária. **Sócia:** Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações, Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Diretor, Sigrid Amantino Barcelos - Procuradora

## Serviço Paulista de Pediatria S/C Ltda

CNPJ/MF sob o nº 51.218.220/0001-27

**Edital de Convocação**

Ficam os sócios da **Serviço Paulista de Pediatria S/C Ltda**, nos termos dos artigos 1.072 e 1.152 do Código Civil, convocados a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se no dia 20 de abril de 2022, tendo início às 10h00min em primeira convocação e às 10h30min em segunda convocação, na sede do escritório do Briganti Sociedade de Advogados, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 10º andar, conjunto 1001, Brooklin Novo, São Paulo-SP, CEP 04578-910, para deliberarem sobre: (i) aprovação do rateio dos débitos da Sociedade, resolvidos primeiramente entre os Sócios Sergio Candio, Ana Cristina Miranda, Jayme Murahovschi, Regina Leonor Menezes Lima de Sousa e Wania Bichara de Freitas, para os demais Sócios não participantes da quitação; (ii) aprovação da alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade de acordo com o novo Código Civil e aprovação da minuta do Contrato Social; (iii) liquidação e dissolução da Sociedade, que se encontra há mais de 11 (onze) anos sem movimentação; (iv) aprovação da minuta do Distrato Social; e (v) outros itens de interesse da sociedade. São Paulo, 5 de abril de 2022, Serviço Paulista de Pediatria S/C Ltda., **Sergio Candio** - Sócio Administrador.

## Maiastra 1 Empreendimento Imobiliário Ltda.

CNPJ 08.621.371/0001-00 - NIRE 35221198082

**Extrato da Ata de Reunião de Sócios**

**Data, Hora, Local:** 02.04.2022, às 10hs, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º Andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações Aprovadas:** (i) Redução do capital social da Sociedade em R$ 750.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 750.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 938.612,00 **para** R$ 188.612,00; (ii) Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.04.2022. **Mesa:** Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Presidente, Sigrid Amantino Barcelos - Secretária. **Sócia:** Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações, Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Diretor, Sigrid Amantino Barcelos - Procuradora

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0014300-32.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) RICARDO CIPRIANO, CPF 151.058.998-81, que Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB CNPJ: 50.228.097/0001-62 ajuizou Ação de Cobrança, Procedimento Comum, sendo julgada procedente e condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 27.721,56 (Setembro/2021), ora em fase de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia retro, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de Março de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1091899-58.2020.8.26.0100**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação. Requerente: Condominio Residencial Bosque Anália Franco Requerido: Flavio Silva. Me. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE. PROCESSO Nº 1091899-58.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ronnie Herbert Barros Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FLAVIO SILVA. ME, CNPJ 23408582000145, que lhe foi proposta uma ação Declaratória de Inexistência de Débito, c/c Sustação Definitiva de Protesto de Procedimento Comum Cível por parte de Condominio Residencial Bosque Anália Franco, objetivando a procedência da ação e o reconhecimento da inexistência do débito, pela inexigibilidade da cambial com a expedição de oficio ao 2º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo, conforme protocolo nº. 2731-29/10/2018-21, para que este protesto seja cancelado definitivamente, bem como, que suas respectivas custas sejam arcadas pelo autor do protesto, vez que já restou comprovado que o título apresentado ao cartório foi forjado para este intuito, além da condenação da requerida ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022. 05 e 06 / 04 / 2022

## Living Amparo Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 11.371.115/0001-09 - NIRE 35223874506

**Extrato da Ata de Reunião de Sócios**

**Data, Hora, Local:** 02.04.2022, às 10hs, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º Andar, sala 01, parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações Aprovadas:** (i) Redução do capital social em R$ 1.500.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 1.500.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 3.852.477,00 **para** R$ 2.352.477,00; (ii) Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.04.2022. **Mesa:** Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Presidente, Sigrid Amantino Barcelos - Secretária **Sócia:** Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações, Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Diretor, Sigrid Amantino Barcelos - Procuradora

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0024964-19.2021.8.26.0100**. A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Lúcia Caninéo Campanhã, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a APPA SERVICE LTDA. CNPJ 03.472.06710001-17, que Condomínio Edifício Ágata ajuizou-lhe ação pelo procedimento sumário, julgada procedente e ora em face de cumprimento da sentença, para receber a quantia de R$ 28.029,44 (agosto/2021). Estando a parte executada em lugar ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o PAGAMENTO, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[05,06]**

## VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 90ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da **90ª** Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com filial na cidade do São Paulo, estado de São Paulo, na rua Joaquim Floriano, nº 1052, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 26 de abril 2022 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 8.2.2 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão celebrado em 21 janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a prorrogação de prazo para registro dos Contratos de Alienação Fiduciária (conforme definido no Termo de Securitização) por mais 45 dias a contar do término do prazo estabelecido na Cláusula 3.29.1 do Termo de Securitização, qual seja 01 de junho de 2022, em razão de eventual atraso por parte dos cartórios competentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer atos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRA que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 8.4 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas por Titulares dos CRA, conceder-se-ão aprovadas caso não ocorra deliberação em contrário por mais do que 10% (dez por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação, conforme cláusula 8.5 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para ger1.agente@oliveiratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRA ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de abril de 2022.

**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** 05 e 06/04

## VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

*(nova denominação da Isec Securitizadora S.A)* - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 54ª e 55ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **54ª** e **55ª** Séries da **4ª** Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.),** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 4º Andar Pinheiros, CEP 05425-020, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 25 de abril de 2022 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 15.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 14 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Tomar conhecimento acerca do falecimento do Sr. Hélio De Athayde Vasone ("Fiador 2") e, conforme notificação enviada pela Emissora à Devedora e à Cedente em 18 de fevereiro de 2022, autorizar a substituição do Fiador 2, pelo substituto indicado pela Localfrio S.A Armazéns Gerais Frigoríficos ("Devedora"), qual seja, a Sra. Marilene de Athayde Vasone ("Nova Fiadora"); **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, **50% (cinquenta por cento) mais um** dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 15.4 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas em primeira convocação por Titulares dos CRI, que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à Assembleia Geral conforme cláusula 15.18.1 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br e corporate@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de abril de 2021.

**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

*(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)* 05 e 06/04

**RICARDO NAHAT,** Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, **FAZ SABER** a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por **Janete de Araújo Almeida** foi apresentado, a esta Serventia, requerimento regularmente prenotado sob nº 846.122 em 21 de dezembro de 2021, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleitearam a retificação administrativa de área dos imóveis situados na Avenida Senador Casemiro da Rocha nºs 825, 833, 847, 851, 859, 863, 869, 873; Rua Guarujá nºs 126, 138, 148 (emplacado sob nº 144), s/nº e nº 146 (ambos com acesso pelo corredor s/nº, emplacado sob nº 146 da Rua Guarujá), matrículas nºs 39.004, 40.305, 43.160, 7.271, 7.818, 88.177, 124.661, 22.267, 222.734, 55.189, 190.344, 196.872 e 196.472, nesta Serventia Predial. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco os senhores Julieta da Conceição Garcia, CPF nº 176.090.338-80; Elizabeth Garcia, CPF nº 955.678.108-06; Eliana Regina Garcia, CPF nº 042.668.678-08 e Elaine Garcia, CPF nº 176.088.678-50, herdeiros dos proprietários do imóvel s/nº, emplacado sob nº 146 da Rua Guarujá (corredor de passagem com acesso pela Rua Guarujá nº 144 e 146), transcrito em área maior sob nº 24.673, neste Registro, Espólio de ANTÔNIO OSWALDO FERNANDES e sua mulher LUCINDA DA CRUZ FERNANDES, ambos brasileiros, uma vez que os mesmos não foram localizados, nem mesmo seus herdeiros e/ou inventariantes, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ultima publicação deste, que será levado a efeito por dois dias consecutivos em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 22 de março de 2022.

## Miguel Donha Jr.

**Leiloeiro Oficial - Matrícula: 14/256L - Jucepar**

www.donhaleiloes.com

**191 veículos**

COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

41 3134-3450

*ONLINE*

*LEILÃO dia 05/04/2022*

**TERÇA-FEIRA**

**Leilão 11h30**

**LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR**

**COLISÃO:** 206 2004 2005 207 2010 2011 208 2013 2014 2 307: 2010 2008 2009 308 2013 2014 2 911: 2018 2019 2017 2018 AGILE 2012 AIRCROSS 2019 2020 ARGO 2017 2018 BIZ 125 2006 2 C 100: 2005 2004 2005 C3 2014 2015 C3 PICASSO 2012 2013 CAPTUR 2019 2020 CBR 600F 1998 CBR 650F 2015 CELTA 2007 2008 CERATO 2013 2014 CG 125 2001 2002 2 CG 160: 2020 2016 CHEVETTE 1991 CITY 2013 2 CIVIC: 2019 2020 2003 CLASSIC 2013 2014 CLIO 2015 2016 9 COROLLA: 2012 2015 2016 2014 2015 2018 2019 2014 2015 2012 2003 2011 2012 2018 3 CORSA: 1998 1999 1995 1996 1995 CRETA 2017 CRUZE 2012 3 CR-V: 2009 2010 2011 2011 DELIVERY 2014 2015 2 ECOSPORT: 2004 2017 ELANTRA 2012 2013 ELITE 2019 2 ESCORT: 1992 1999 2000 ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2 FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 15 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2010 2011 1994 2004 1993 1996 2011 2012 1996 2018 2012 2013 2006 2004 2005 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 7 PALIO: 2016 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTAFE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2012 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX 2012 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 STRALIS 2012 2013 SUPER 2009 TORO 2019 2020 8 UNO: 2010 2011 2005 2006 2013 2011 2012 1991 1990 1993 2013 2014 VECTRA HATCH 2011 VERSA 2012 2013 VERSAILLES 1994 1995 VIRTUS 2018 2019 VOYAGE 2014 2015 WEB 2005 XJ6 2013 2013 YARIS 2019 2020 YBR 125 2007 Z1000 2016 2017 **ROUBO/FURTO:** BONGO 2011 C4 PALLAS 2009 2010 EN125 2008 2009 VELOSTER 2012 2013

**Nº dos Chassis:** 12204496 Normal 12300395 Recortado 24003842 Recortado 2A034203 Recortado 44005742 Normal 4B170008 Normal 4C151586 Normal 4R065161 Recortado 5T165276 Recortado 6B216500 Normal 6R846100 Recortado 6T042785 Recortado 7B520627 Normal 7G225503 Normal 8B559935 Normal 8G503283 Normal 8R003926 Normal 8R149583 Recortado 8R184324 Normal 98405122 Normal 98521557 Normal 9J094221 Recortado 9R519993 Recortado AB523969 Normal AF000328 Recortado AG233373 Recortado AR010926 Recortado AS533963 Normal B2056879 Recortado BA542386 Recortado BA543950 Recortado BB230331 Normal BB507055 Normal BB570086 Normal BJ354181 Normal BJ356138 Normal BL622663 Normal BLM11970 Normal BM104733 Normal BP012065 Recortado BP061330 Normal C4112952 Recortado C8303969 Normal CB211599 Normal CB354291 Normal CG153553 Normal CL865853 Normal CL903134 Normal CM148050 Normal CM213043 Normal CR119039 Normal CR509194 Recortado CW587515 Normal CZ207603 Recortado D0394871 Normal D1267872 Normal D2059535 Recortado D2109215 Normal D2159466 Recortado D6818788 Recortado D6896316 Normal DB027591 Normal DB162372 Normal DCC74416 Normal DE070960 Recortado DG052506 Normal DJ503041 Normal DJ556657 Normal DJ650601 Normal DL808154 Normal DP010426 Recortado E2220297 Recortado E4147182 Normal E9032972 Normal EE816388 Normal EG191021 Normal F0E86524 Normal F2052704 Normal F4A09160 Normal F5958694 Normal F7537424 Recortado F9028746 Recortado FB051745 Normal FB128353 Normal FB135852 Normal FG114398 Recortado FG355248 Recortado FJ008683 Normal FL122274 Normal FP120565 Recortado FP187507 Recortado FP485220 Normal G2041913 Recortado G8563900 Recortado GB092855 Recortado GB102500 Normal GC106727 Normal GC409789 Normal GG009740 Recortado GG285408 Recortado GK039467 Normal GR413361 Normal GZ109424 Recortado GZ114042 Recortado HB075546 Normal HJ445065 Normal HJ499299 Recortado HJ619301 Normal HJ805356 Recortado HM013246 Normal HP014215 Recortado HP785546 Normal J0382280 Normal J2167990 Recortado J8147199 Recortado JB106374 Normal JB128456 Normal JB152238 Normal JC448351 Recortado JE138582 Recortado JG321147 Recortado JG338858 Recortado JJ089205 Normal JJ270304 Normal JR129989 Normal JT157618 Recortado JZ124174 Recortado K2076288 Normal K2236266 Normal K8049871 Recortado K8282103 Recortado K8319932 Recortado KA001533 Recortado KB101842 Recortado KB240497 Normal KC424782 Normal KG102520 Recortado KG244338 Recortado KG274769 Recortado KG312445 Recortado KG492122 Recortado KJ115935 Normal KJ645272 Normal KP049568 Recortado KR055216 Recortado KR302861 Normal KT508146 Recortado L4071158 Recortado L4081889 Recortado L8093954 Recortado LA000464 Recortado LA002996 Recortado LG213928 Normal LJ999398 Recortado LK153262 Recortado LKC86233 Recortado LKK01563 Recortado LM010902 Normal LM981643 Normal LP134164 Normal LR011311 Recortado LY355494 Recortado LYK36042 Normal M0897872 Normal M0908451 Normal MA000435 Recortado MA000622 Recortado MJ229975 Normal MK343589 Normal MK356017 Recortado MK357738 Normal MK381954 Normal MR044918 Normal MY714178 Normal MY726434 Normal MY730507 Normal MY730520 Normal NJ876544 Normal NJ878636 Normal NJ879586 Normal NT018670 Normal NT019878 Normal SB721987 Recortado TP570815 Recortado V3467128 Normal WE447620 Recortado WP003732 Recortado WP585208 Recortado Y0939551 Recortado YJ053330 Recortado YT040902 Recortado

**CONDIÇÕES:** OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450

**(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)**

# EDITAL DE PROCLAMAS

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL**

## 30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA

**OFICIAL - RODRIGO DINAMARCO**

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

**MAURO BACCAN NETO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PILOTO DE AERONAVES, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(25/01/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MAURO BACCAN JUNIOR E DE ELAINE GARBIN BACCAN. **SAMANTHA JUNQUEIRA PEREIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PUBLICITÁRIA, NASCIDA EM CARMO DE MINAS, MG NO DIA (28/02/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA EM CARMO DE MINAS, MG, FILHA DE FRANCISCO ISIDRO DIAS PEREIRA E DE MARIA LÚCIA JUNQUEIRA PEREIRA.

**BERNARDO RABAH FELICETTI NOVARINI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM PETRÓPOLIS, SP NO DIA (09/02/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE BRUNO FELICETTI NOVARINI E DE VALÉRIA VIEIRA RABAH FELICETTI NOVARINI. **RENATA VILAR YAMAO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENGENHEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(15/12/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE EDMAR YAMAO E DE ZELIA VILAR YAMAO.

**MATHEUS DA SILVA GABRIEL**, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUTÔNOMO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/12/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ ROBERTO GABRIEL E DE MARILI DA SILVA. **GABRIELLE DE SANTANA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (19/01/2000), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARCELO DE SANTANA E DE EDMEIA ROCHA DE SANTANA.

**RICARDO JOSÉ PEREIRA IAZZETTA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO FOTÓGRAFO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (19/10/1974), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE NILTON IAZZETTA E DE SÔNIA MARIA PEREIRA IAZZETTA. **RAFAELLA LAGRECA GARRAFA CARDOSO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(28/04/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE RICARDO GARRAFA CARDOSO E DE DANIELA LAGRECA GARRAFA CARDOSO.

**WESLEY JOSÉ DA SILVA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO CONSULTOR SAP SD, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA (04/04/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ ROQUE DA SILVA E DE ELVIRA ADRIANO. **SARAH CAROLINNE MAZZA OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ENFERMEIRA, NASCIDA EM TERESINA, PI NO DIA(24/12/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANIBAL DA CRUZ OLIVEIRA E DE MARIA DO SOCORRO MAZZA OLIVEIRA.

**ANDRÉ MONTEIRO DO ROSÁRIO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADVOGADO, NASCIDO EM LONDRINA, PR NO DIA(11/06/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE OZIRIS MONTEIRO DO ROSÁRIO JUNIOR E DE DEISE APARECIDA ANDRIOLO MONTEIRO DO ROSÁRIO. **MAYRA SOUZA DINIZ,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MÉDICA, NASCIDA EM SANTOS, SP NO DIA (09/06/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE CELSO PEIXOTO DINIZ E DE ELIZABETH DE SOUZA DINIZ.

**RODRIGO GALVÃO FREIRE MOREIRA FERNANDES,** ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS, NASCIDO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP NO DIA(22/10/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ALEXANDRE DA SILVA FERNANDES E DE LUCIENNE GALVÃO FREIRE MOREIRA FERNANDES. **NATHÁLIA DE ALMEIDA PRADO DIAS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO RELAÇÕES PÚBLICAS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/07/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ ROBERTO GUIMARÃES DIAS E DE ADRIANA DE ALMEIDA PRADO DIAS.

**FERNANDO SERRA NEGRA CAJADO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ECONOMISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(22/11/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE GUILHERME DE AZEVEDO CAJADO E DE MARTHA SERRA NEGRA CAJADO. **LUIZA BARCELLOS PEREIRA LIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PUBLICITÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/01/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE BENTO JOSÉ PEREIRA LIRA E DE BEATRIZ BARCELLOS PEREIRA LIRA.

**JOSÉ FRANCISCO DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE DE PEDREIRO, NASCIDO EM NAZARÉ DA MATA, PE NO DIA(16/09/1963), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE HILDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA. **MARIA LÚCIA DA SILVA ARRUDA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE LIMPEZA, NASCIDA EM LIMOEIRO, PE NO DIA(06/06/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO PEDRO CABRAL DE ARRUDA E DE MARIA DULCINEIA DA SILVA ARRUDA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

## CIP S.A.

CNPJ nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 3530058278-1

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 25 de Fevereiro de 2022**

**(I) Data, Hora e Local:** Aos vinte e cinco dias de fevereiro de dois mil e vinte e dois (25.02.2022), às 11h (onze horas), na sede social da CIP S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.748, Conj. 2.205, Sala 12, Edifício E. Office Design, Cidade Monções, CEP 04571-000. **(II) Presença:** Presentes (i) acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas; e (ii) representantes da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP, associação sem fins lucrativos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.391.007/0001-32 ("CIP"). **(III) Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **(IV) Composição da Mesa:** Mauricio Machado, **Presidente**; e Joaquim Kiyoshi Kavakama, **Secretário**. **(V) Lavratura da Ata:** Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário, conforme autoriza o § 1º do artigo 130 da Lei das S.A. **(VI) Ordem do dia:** Como resultado de diversos estudos e interações mantidas com as associadas da CIP ao longo dos últimos meses, a aprovação das seguintes matérias, relativas à operação de "desmutualização" da CIP, por meio da cisão parcial da CIP e incorporação do acervo cindido pela Companhia: **(i)** examinar, discutir e aprovar os termos e condições do Protocolo de Cisão Parcial e Justificação, celebrado em 26 de janeiro de 2022, entre as administrações da Companhia e da CIP ("Protocolo e Justificação"); **(ii)** ratificar a nomeação da empresa especializada Ernst & Young Auditores Independentes S.S., com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, 8º andar, Conj. 81, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.366.936/0001-25 e registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº CRC-2SP034519/O-6 ("Avaliador"), responsável pela elaboração do laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação"), a valor patrimonial contábil, do patrimônio líquido da CIP a ser incorporado pela Companhia; **(iii)** aprovar o Laudo de Avaliação; **(iv)** aprovar a cisão parcial da CIP, com a incorporação da parcela cindida da CIP pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação ("Cisão Parcial"), com o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nos termos do Protocolo e Justificação; **(v)** aprovar, em decorrência da Cisão Parcial, a completa alteração, reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação; **(vi)** em decorrência da aprovação do novo Estatuto Social, aprovar a mudança do endereço da sede social, atualmente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.748, Conj. 2.205, Sala 12, Edifício E. Office Design, Cidade Monções, CEP 04571-000, para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida do Café, 277, 5º andar, Torre A, Conj. 501 e Torre B, Conj. 502, 503 e 504, CEP 04311-900; **(vii)** em decorrência da aprovação do novo Estatuto Social, aprovar a criação do Conselho de Administração da Companhia e a eleição de seus membros; **viii)** aprovar a fixação de novo valor como remuneração anual global da administração da Companhia; **(ix)** aprovar balanço patrimonial da Companhia e, com base em referido balanço, aprovar a recompra, pela Companhia de ações de sua emissão de titularidade de acionista, para cancelamento, sem modificação do capital social, com a consequente alteração do artigo 4º, *caput*, do Estatuto Social, para atualização do número de ações de emissão da Companhia; e **(x)** autorizar os administradores da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das operações constantes da ordem do dia.**(VII) Deliberações:** Após as Discussões Relacionadas às Matérias Constantes da Ordem do Dia, Foram Tomadas as Seguintes Deliberações, por Unanimidade e sem Quaisquer Ressalvas, as quais passam a Vigorar e Produzir Efeitos a Partir de 1º de Março de 2022: **(i)** Foi examinado e discutido, restando aprovado, os termos e condições do Protocolo e Justificação, conforme **Anexo I** desta ata, ficando expressamente ratificada a assinatura do Protocolo e Justificação pela administração; **(ii)** Foi aprovada a ratificação da nomeação do Avaliador, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, a valor patrimonial contábil, do patrimônio líquido da CIP a ser incorporado pela Companhia; **(iii)** Foi aprovado, o Laudo de Avaliação, conforme "anexo" ao Protocolo e Justificação, estabelecendo o valor do acervo cindido da CIP em R$ 1.915.543.811,56 (um bilhão, novecentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e três mil, oitocentos e onze reais e cinquenta e seis centavos); **(iv)** Foi aprovada a Cisão Parcial. Como resultado da Cisão Parcial, foi aprovado (a) o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 959.982.388,84 (novecentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), com a emissão de 51.000.000 (cinquenta e um milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, nos termos do Protocolo e Justificação, passando o capital social da Companhia para R$ 959.982.488,84 (novecentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), dividido em 51.000.100 (cinquenta e um milhões e cem) ações ordinárias; e (b) a alocação do saldo do valor do acervo cindido da CIP para contas de reserva da Companhia. As novas ações ora emitidas em decorrência da versão da parcela cindida da CIP ao patrimônio da Companhia são entregues aos atuais detentores de títulos patrimoniais de emissão da CIP, na proporção estabelecida no Protocolo e Justificação; **(v)** Foi aprovada, em decorrência da Cisão Parcial, a completa alteração, reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme **Anexo II** desta ata, nos termos do Protocolo e Justificação, a fim de refletir, entre outros aspectos, as atividades a ela transferidas, com as correspondentes estruturas administrativas e de autorregulação, e o valor do capital social, em virtude da incorporação da parcela cindida da CIP; **(vi)** Em decorrência da aprovação do novo Estatuto Social, foi aprovada a mudança do endereço da sede social, atualmente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.748, Conj. 2.205, Sala 12, Edifício E. Office Design, Cidade Monções, CEP 04571-000, para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida do Café, 277, 5º andar, Torre A, Conj. 501 e Torre B, Conj. 502, 503 e 504, CEP 04311-900; **(vii)** Em decorrência da aprovação do novo Estatuto Social, foi aprovada a criação do Conselho de Administração da Companhia, composto por até 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral, com prazo de mandato de 2 (dois) anos. Em seguida, foi aprovada a eleição do primeiro Conselho de Administração com 9 (nove) membros, sendo certo que eventuais assentos não ocupados serão eleitos oportunamente em assembleia pelos acionistas da Companhia, dentre os quais, 2 (dois) eleitos como membros independentes (com a dispensa, para este primeiro Conselho, do procedimento de contratação de empresa de recrutamento previsto no Estatuto Social). Foram eleitos para compor o Conselho de Administração: **(1)** André Henrique Caldeira Daré, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.619.748-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 252.256.058-18, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setubal - 8º andar - Parque Jabaquara - São Paulo/SP, CEP 04344-902, como membro efetivo, eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e Thiago Luiz Charnet Ellero, brasileiro, casado, bacharel em Ciências da Computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.327.311-2 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 279.978.618-90, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre WMS - 12º andar - Parque Jabaquara - São Paulo/SP, CEP 04344-902, como o seu suplente; **(2)** Ede Ilson Viani, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.488.375 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 064.923.468-58, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2.235 - 10º andar - Vila Olímpia - São Paulo/SP, CEP 04543-011, como membro efetivo, eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, e Alexandre Guimarães Soares, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.299.227-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 126.841.648-78, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Rua Amador Bueno, 474 - Bloco B - Santo Amaro - São Paulo/SP, CEP 04752-901, como o seu suplente; **(3)** Rodrigo Felippe Afonso, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG 19128425, expedido pela SSP-SP, e CPF 173.173.698-37, residente e domiciliado na Avenida Washington Luis, 1277, apartamento 142C, Santo Amaro, CEP 04662-002, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro efetivo, para o cargo de membro do Conselho de Administração; e Filipe Damian Préve, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.651.313-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 007.126.609-76, residente e domiciliado na Cidade de Sobradinho, Distrito Federal, com endereço comercial em SAUN Quadra 5 - Lote B - Torre Norte - 10º andar - Asa Norte, em Brasília, Distrito Federal, CEP70040-250, como o seu suplente; **(4)** Rogério Pedro Câmara, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.247.624-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 063.415.178-90, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial no Núcleo Cidade de Deus - Vila Iara - Osasco/SP, CEP 06029-900, como membro efetivo, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração, e Antonio Daissuke Tokuriki, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.859.065 -SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 112.458.198-79, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial no Núcleo Cidade de Deus - Vila Iara - Osasco/SP, CEP 06029-900, como o seu suplente; **(5)** Paulo Augusto Luz Ferreira Saba, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.000.803-4 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 162.994.678-86, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Avenida Paulista, 1.793 - Bela Vista - São Paulo/SP, CEP 01311-200, como membro efetivo, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração, e Alexandre Rhein, brasileiro, casado, diretor, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.438.237-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 088.014.698-29, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Avenida Paulista, 1.842 - Torre Norte - 12º andar - Bela Vista - São Paulo/SP, CEP 01311-200, como o seu suplente; **(6)** Marcos Lima Monteiro, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.897.606-9 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 105.109.428-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Avenida Paulista, 2.100 - Bela Vista - São Paulo/SP, CEP 01310-930, como membro efetivo, eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração, e Marcio Aurélio de Nóbrega, brasileiro, casado, bancário e administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.091.242-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 085.947.538-70, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Avenida Paulista, 2.100 - Bela Vista - São Paulo/SP, CEP 01310-930, como o seu suplente; **(7)** Beatriz Pereira Carneiro Cunha, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº M3.822.033 SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº 650.291.866-20, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Rua Aspicuelta, 422 - Conj.13A - Vila Madalena - São Paulo/SP, CEP 05433-010, como membro efetivo, eleita para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; e **(8)** Andrea Maria Ramos Leonel, brasileira, divorciada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.471.687-3 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 104.434.358-39, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial em Rua Comendador Miguel Calfat, 128 - Salas 1.209 e 1.210 - Vila Nova Conceição - São Paulo/SP, CEP 04537-080, como membro efetivo, eleita para o cargo de membro independente do Conselho de Administração. **(9)** Assento a ser oportunamente preenchido após nova assembleia geral a ser realizada. Os membros efetivos do Conselho de Administração ora eleitos assinaram termo de posse, conforme **Anexo III**, e declararam, sob as penas da lei, que têm conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das S.A., que preenchem os requisitos legais para integrar o Conselho de Administração da Companhia e que não estão impedidos de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **(viii)** Foi aprovado, como novo valor de remuneração anual global da administração da Companhia, para o exercício de 2022, válido até a data da aprovação das contas do exercício de 2022, o valor de até R$ 18.340.938,57 (dezoito milhões, trezentos e quarenta mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), nos termos do artigo 152 da Lei das S.A., cuja alocação será determinada pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social; **(ix)** Em seguida, a Assembleia foi suspensa, para que os presentes reconhecessem expressamente que constava como anexo ao Protocolo e Justificação um balanço proforma refletindo como ficaria a situação patrimonial da Companhia após a Cisão Parcial ("Balanço Pós-Cisão"). Referido Balanço Pós-Cisão foi então levantado, com a data base da Cisão Parcial, e foi expressamente aprovado por unanimidade, conforme **Anexo IV**. Considerando a aprovação do Balanço Pós-Cisão, foi aprovada a recompra, pela Companhia, da totalidade das 100 (cem) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social da Companhia de titularidade do acionista Mauricio Machado, brasileiro, natural da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 17.470.928-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 634.502.320-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para cancelamento, conforme consta do Protocolo e Justificação. As ações serão recompradas contra a baixa do respectivo valor da conta de reserva de capital, pelo preço de R$1,00 (um real) por ação, totalizando um preço de compra de R$ 100,00 (cem reais). A referida recompra será feita dentro dos limites previstos no artigo 30, 1º, "b", da Lei das S.A. O pagamento devido ao vendedor ocorrerá em até 5 (cinco) dias contados desta data, em uma única parcela, em moeda corrente nacional. Consequentemente, foi aprovado o cancelamento das 100 (cem) ações recompradas, sem qualquer redução do capital social. Frente à deliberação acima, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia (conforme aprovado nesta data) passa a vigorar com a seguinte e nova redação, para atualização do número de ações de emissão da Companhia: *"**Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 959.982.388,84 (novecentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e oitenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), dividido em 51.000.000 (cinquenta e um milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal."* Todos os demais artigos do Estatuto Social da Companhia permaneceram inalterados. A redação do Estatuto Social consolidado da Companhia constante do **Anexo II** desta ata já contempla a operação de recompra ora aprovada e a redação acima do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social. **(x)** Foi aprovada a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação das demais operações constantes da ordem do dia, incluindo aqueles complementares e/ou decorrentes da versão da parcela cindida da CIP à Companhia, com amplos e gerais poderes para proceder a todos os registros, transcrições, averbações, transferências ou comunicações necessárias à completa regularização da operação. **(VIII) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, deu por encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada. São Paulo, 25 de fevereiro de 2022. Mauricio Machado. **Presidente.** Joaquim Kiyoshi Kavakama - **Secretário**. **JUCESP** nº 157.243/22-9 em 24/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Flex

# Flex Gestão de Relacionamentos S.A.

CNPJ nº 10.851.805/0001-00

**Relatório da Administração dos Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Mensagem da Administração:** É com imensa satisfação que apresentamos nossas principais mensagens referente ao ano 2021. Nesse ano tivemos um dos melhores resultados da nossa história sendo destaque: • Receita líquida em R$531,4 milhões, superior em 7% e EBITDA em R$59,4 milhões superior em 24% o ano de 2020; • Relação dívida líquida/EBITDA de 2,05, uma redução de 31%; • Ganho de 42 novos projetos na Flex, equivalente a aumento da receita líquida em 4,6%; • Rápida resposta da Adminsitração as novas variantes da Covid-19. Embora tenhamos iniciado o ano com as dificuldades trazidas pela segunda onda da Covid-19 e o surgimento da variante Delta, o que nos apresentou em março/2021 um absenteísmo histórico de 10,13%, a Companhia, mais uma vez agiu rapidamente e implementou uma série de medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em nossas operações, das quais destacam-se: i) Criação de estrutura para testagem de funcionários evitando com isto o contágio e o absenteísmo de casos suspeitos, porém negativos. ii) Organização de estrutura para testes em domicílio. iii) Adequação dos modelos de Home Agent / Home Office (integral ou parcial) conforme evolução da pandemia e necessidade do negócio. No segmento de Contact nossa receita foi de R$303,3 milhões x R$274,4 milhões no ano anterior, um aumento de 11% devido a recuperação de parte do impacto causado pela pandemia em 2020, mostrando evolução e retomada do resultado. No segmento Code7, tivemos um cenário excelente, com receita líquida histórica de R$61,7 milhões, ante R$29,7 milhões do ano anterior, um aumento de 107%. Em 2021, o segmento Code7 passa a contriuir com 12% das receitas do grupo x 6% no anterior. Ainda neste ano, consolidamos a vertical de CXdzain, cuja receita líquida foi superior ao orçado em 161%, correspondente a R$7,2 milhões em 2021. Nesse segmento estamos expandindo nossa atuação no intercompany com vendas para clientes Contact e Cobrança e Code7. O segmento de cobrança foi o mais atingido pelo fatores econômicos e apresentou uma redução nas receitas de 18%. No *front* financeiro, registramos 29,8% de margem bruta e R$158,2 milhões de lucro bruto, melhor resultado dos últimos quatro anos, demonstrando resiliência, eficiência no gerenciamento de custos, competitividade da Companhia em seu segmento de atuação e assertividade de seu modelo de negócios, mesmo em um ano com tantas dificuldades. Nossa carteira *premium* de clientes, concentrada nas regiões Sul e Sudeste, fez com que apresentássemos um aumento de 7% na receita líquida, totalizando R$531,4 milhões, que combinada com a eficiência de custos, corroboraram para alcançarmos este marco histórico. O EBITDA encerrou o ano em R$59,4 milhões, 24% superior à 2020, com margem EBITDA de 11,2% (1,5 p.p superior a 2020). Iniciamos um projeto de melhoria na infraestrutura e, principalmente segurança da informação com objetivo de redefinir as políticas e procedimentos de segurança e gestão de redes aderentes a LGPD; implementação de escopo e baseline de segurança de um grande cliente do setor bancário e redesenhamos a área de segurança e medicina do trabalho a partir do novo cenário de doenças. Fomos reconhecidos pela consultoria internacional Frost & Sullivan com o prêmio líderes em estratégia competitiva. Em 2022, continuaremos alinhados ao planejamento estratégico de longo prazo da Companhia, buscando capitalizar a demanda crescente de empresas por soluções de atendimento personalizadas. Permanecemos confiantes de que estamos bem-posicionados para aproveitar as mudanças desse ambiente dinâmico. Seguiremos comprometidos a prestar nossos serviços com excelência, aprimorar nosso resultado operacional, reduzir a alavancagem e maximizar a geração de valor para nossos clientes e acionistas. A cada dia estamos fortalecendo nossos ecossistemas de inovação para executar nossas estratégias a fim de tangibilizá-las em resultados positivos para todos os *stakeholders.*

**A Administração**

**A Connvert:** Criada em março de 2020, a Connvert traz um novo conceito de relacionamento entre marcas e consumidores, pois entendemos que o consumidor está sempre em movimento, mudando, evoluindo e indo de encontro com suas necessidades. Para acompanhar essa jornada do consumidor e manterem-se relevantes, é imprescindível que as marcas estabeleçam uma conexão também em movimento, mudando, evoluindo, buscando cativar, surpreender e atender as expectativas e necessidades do consumidor. A Connvert nasceu para trazer este novo conceito de conexão, e hoje somos a única *holding* estratégica no mercado de CXM que oferece soluções para o engajamento de ponta a ponta. Uma combinação inteligente de dados gera informações preciosas. O Grupo Connvert atua justamente neste ponto: entregar para os seus clientes as informações que importam sobre os seus consumidores. E isso traz resultados efetivos. A Companhia tem cientistas de dados estudando cada detalhe o tempo todo para trazer informações cirúrgicas, garantindo alto nível de performance e satisfação dos clientes.

No relacionamento completo com o cliente, a Connvert começa com a CXdzain, desenhando a melhor jornada e experiência para cada consumidor, e implantando-as com as tecnologias da Code7, que possui as melhores ferramentas para todos os tipos de canais de atendimento e operacionalizando-as através da Flex BPO, com o melhor atendimento seja ele humano ou digital.

**A CXdzain:** Trazendo mais um diferencial para o mercado, baseada em anos de experiência em Customer Experience, o Grupo Connvert em 2020, ano de sua consolidação, criou a CXdzain. Uma vertical de consultoria com competência na integração e implementação de jornadas de Customer Experience, com amplo conhecimento de diferentes tecnologias para oferecer a melhor solução aos seus clientes. A CXdzain nasceu de uma oportunidade de oferecer aos clientes serviços já executados internamente na Flex BPO desde sua criação, com foco na arquitetura de soluções e na visão da experiência do usuário. É através dela que, agora, os paradigmas dos clientes podem ser mais bem resolvidos. Muitos clientes não sabem o tipo de solução, produto ou jornada que necessitam e é nesse momento que mais obtém valor da consultoria da CXdzain. Ao longo dos anos, dentro da Connvert, foi possível perceber que, mais que entender os clientes, é preciso entender as necessidades dos consumidores dos clientes e como melhorar as experiências deles com as marcas. A CXdzain construiu esta expertise e com isso consegue oferecer novos negócios ou experiências complementares na jornada de transformação digital. Cada cliente da CXdzain tem um projeto individualizado, que trabalha suas dores e seus anseios. A CXdzain busca entender os objetivos e desenhar o caminho para alcançá-los, melhorando as experiências e ampliando negócios e, inclusive, explorando novas oportunidades de solução dentro de cada cliente. Áreas de expertise: • Diagnóstico: entrega de um diagnóstico completo das necessidades e apresentação das tecnologias e suas integrações. • Arquitetura de Soluções: consultoria em relação à recomendação de tecnologias e soluções disponíveis para atingir os objetivos do cliente. • Construção da Jornada: garantia que as ações e ferramentas de comunicação estão orientadas por um fluxo completo e bem planejado, pensadas para atender ao cliente e aos usuários da forma mais eficiente. • Laboratório de Soluções: um espaço para validação de soluções, novas jornadas e conceitos, num contexto de experimentação e aprendizado rápidos, conectado à um ecossistema de Open Innovation trazendo startups que agreguem valor aos projetos. • Experiência do Usuário: especialistas em linguagem, design e usabilidade para construir as melhores experiências para usuários, garantindo engajamento, audiência e mais resultados. • Advanced Analytics e Big Data: tudo sobre seus leads e clientes, incluindo necessidades, comportamentos e outras características que são correlacionadas de diversas formas para identificar a melhor forma de atendê-los, deixando os dados e suas tendências indicarem a estratégia mais adequada para cada interação. Além dos clientes que entram em contato com a CXdzain de maneira proativa, trabalhamos internamente, dentro da Connvert, para entender a necessidade de clientes da Code7 e da Flex BPO em contratar a consultoria. O time comercial da Flex BPO é treinado para gerar oportunidades para a CXdzain: no pré-vendas fazendo o suporte de uma proposta (Request for Proposal, ou RFP), as horas de consultoria para repensar a jornada do consumidor já são incluídas, agregando valor através da oferta da consultoria, ajudando a empresa a identificar a necessidade específica do cliente. No caso de clientes da Code7, os usuários dos softwares são acompanhados no momento da utilização dos programas e já foi possível identificar que a consultoria, além de oportunizar novos negócios também diminui o *churn* na venda de produtos da Code7.

**A Code7:** A Code7 fortaleceu sua marca junto ao mercado em 2021 e ampliou seus negócios com clientes via seu programa de canais. A empresa fechou o ano com mais de 195 clientes de grande porte e chegou a quase 100 clientes PME. Originalmente a plataforma vinha sendo utilizada para operações complexas de atendimento ao consumidor, seja para clientes que possuem operações "in house" ou para empresas de contact center, que contratam os softwares da Code7 para adicionar atendimento humano e entregar uma solução completa aos seus clientes finais. Nosso churn foi de 2,03% e nosso crescimento de receita foi de 45%. Nesse ano de 2021 a empresa começou a oferecer suas soluções ao mercado de pequenas e médias empresas, basicamente com a combinação entre chatbots construídos com a Boteria e com o Code7 Omni. Essas vendas são feitas por uma equipe separada e dedicada de "inside sales", com vendas rápidas e 100% remotas. Seguiremos avançando com essa estratégia pois embora o ticket médio de venda seja relativamente baixo, as margens são muito altas. Nosso programa de canais fechou o ano com 35 canais ativos e as vendas através dos canais começam a ganhar relevância no faturamento total da companhia. Temos alguns perfis de canais: • Estratégicos - que possuem sua própria plataforma e integram com nossas APIs para levar a conversação para seus softwares. • Integradores - que fornecem serviços de implantação, suporte e, por vezes, serviço gerenciados também. • Revendas - são empresas que se responsabilizam pelo processo de vendas apenas. O investimento em nossa plataforma continua trazendo cada vez mais funcionalidades, adequação à LGPD e camadas de segurança. Lançamos 2 novos módulos: Code7 Journey Builder e CRM cloud; o primeiro é uma solução low-code (que não precisa de programação/codificação técnica) que permite aos clientes desenharem as jornadas de relacionamento com seu consumidor, de forma visual, apenas arrastando os componentes para uso de interações como SMS, bots, Discador, etc. Também permite que outros softwares ou sistemas possam ser integrados, através dos componentes de API e integração disponíveis. O segundo foi lançado para atender à necessidade de nossos clientes de criar formulários e relatórios de seus atendimentos ou vendas. Assim como os demais módulos, o CRM cloud também é low-code e permite criar formulários e relatórios sem programar uma linha de código. A Code7 continua se diferenciando da maioria das empresas de softwares para atendimento ao consumidor, por possuir uma plataforma Omnichannel de fato, que integra não apenas todos os canais de chat, mas de voz também, onde o cliente pode usar a sua telefonia integrada ou usar a telefonia que a Code7 fornece nativamente, através de suas operadoras parceiras.

**A Flex BPO:**

A Flex foi fundada em 2009 por profissionais pioneiros e com histórias de sucesso no mercado de *Contact Center* brasileiro, com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas com práticas digitais, porém humanizadas. Especialista em promover o relacionamento de clientes (marcas) e seus consumidores, a Flex BPO é o pilar de DNA e identidade fortes dentro da Connvert. Um dos diferenciais da Flex sempre foi, desde sua criação, operar voltada ao modelo *outbound*, isto é, mais pró-ativo, com a ideia de converter o relacionamento do consumidor em receita para o cliente. Por isso, os funcionários da Flex são treinados para entender e atender o consumidor de forma individualizada e humanizada, e entregar a ele uma experiência que supere as suas expectativas. A Flex não é uma empresa de BPO criada para resolver problemas, ela constrói relacionamentos por meio de suas plataformas multicanais de gestão. Em 2014, o Grupo Stratus, por meio do Stratus SCP Fundo de Investimento em Participações, fundo de *private equity* pioneiro em *middle market* no Brasil, investiu em suas operações, possibilitando a aceleração do ritmo de inovações. Com a chegada da Stratus, a Flex começou a pensar diferente, a mudar e a desenvolver novas formas de se relacionar com os consumidores. Em 2016 foi lançado o Código de Ética e Conduta da Flex, buscando alinhar os mais rígidos padrões de governança. Isso nos preparou e amadureceu para, em 2018, alcançarmos um marco histórico para a Companhia, com a abertura de capital na Bolsa de Valores Brasileira (B3), no segmento Bovespa Mais sob o ticker FLEX3. Com isso, os níveis de governança corporativa foram aprimorados e as oportunidades de investimentos ampliadas. Neste momento, ao final de 2020, o mundo passa por grandes transformações. O isolamento e distanciamento sociais e a adaptação a diferentes formas de trabalhar e interagir, em função da pandemia de Covid-19, mudaram as formas de comunicação e conectividade. Para entender melhor esta e outras mudanças de mercado e a evolução do comportamento humano, a Flex faz uso intensivo de ferramentas digitais:

• **Omnichannel:** operações que acompanham a jornada do cliente: o cliente pode escolher em qual canal deseja ser atendido, inclusive podendo migrar de um canal para o outro sem a perda de dados e sem a necessidade de abertura de um novo chamado;

• **Agente Virtual:** automatização inteligente das operações, onde agentes virtuais realizam atendimentos ativos ou receptivos para os mais diversos fins;

• **Chatbot Cognitivo:** robôs que atendem e entendem o cliente e respondem a suas demandas em frações de segundos. Podem atuar nas plataformas Web, WhatsApp, Facebook Manager, Telegram ou Chat. O chatbot está em constante evolução, aprendendo a cada interação com cada consumidor, de forma a maximizar a experiência do cliente;

• **URA de Voz Cognitiva:** árvore de voz que facilita o atendimento, direcionando o cliente para o caminho mais rápido e assertivo. Assim como o agente virtual, interpreta os dados de forma inteligente para responder às demandas do cliente.

• **Automação de Agentes:** utilização de tecnologias para otimizar as informações que chegam aos agentes de atendimento, propiciando um atendimento mais ágil e efetivo.

• **Máquina de Vendas Digital:** integra jornada do começo ao fim de uma venda, desde a sensibilização do consumidor até o fechamento, passando por atendentes humanos ou Bots.

• **Notificação Digital:** ferramenta para localização de pessoas economicamente ativas. Muito usada em situações em que há necessidade de notificação extrajudicial da pessoa notificada, essa ferramenta é especialmente eficaz também para cobrança de cheques.

• **Otimização de E-commerce:** acompanha a navegação dos clientes nas lojas virtuais, compreendendo seus comportamentos e tomadas de decisões, permitindo a interferência, a qualquer momento com agentes humanos ou digitais, para ajudar os seus clientes a comprarem melhor, tornando a jornada de compra mais similar às lojas físicas.

• **Voice to Digital:** estabelecimento entre o atendimento por voz e o digital que propõe liberdade de escolha do canal de interação (chat, e-mail, WhatsApp, SMS ou ligação). Para as empresas, é uma excelente forma de reduzir custos e manter indicadores de atendimento.

• **Boleto Digital:** uma solução que potencializa pagamentos e cobrança de dívidas, proporcionando ao cliente escolhas no momento da liquidação de sua dívida.

• **Voucher digital:** possibilidade de envio de vouchers aos clientes para aumento de vendas com ofertas e promoções personalizadas.

• **Big Data & Analytics:** uso da inteligência de dados para fazer modelagem da informação. Já são mais de 130 modelos de *Analytics* desenvolvidos nos 4 últimos anos. Por meio do *Data Analytics*, é possível prever o melhor canal para prospecção de venda e cobrança, ou seja, O canal preferido de relacionamento do cliente, entre telefone, e-mail, SMS, WhatsApp, entre outros. Resumindo, o objetivo com o *Data Analytics* é o mapeamento de inteligência e comportamento do consumidor. Uma vez tendo o comportamento do consumidor mapeado, então é possível pensar na transformação digital, pois assim as ferramentas serão adaptadas para obter o melhor resultado com o esforço mais eficiente. A necessidade de ter uma boa ferramenta de análise ficou comprovada durante o ano de 2020, com a adaptação das operações por consequência da Covid-19. Foi através dela que conseguimos adaptar nossos modelos e algoritmos para os modelos de *home-office*, direcionando para os operadores somente as melhores chamadas, garantindo a entrega de métricas mesmo com a redução no número de operadores. Este é somente um exemplo do que esta poderosa ferramenta é capaz. A Flex, através de suas 15 unidades operacionais estrategicamente distribuídas em Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, oferece aos seus clientes os serviços de vendas, retenção, *back office*, crédito e cobrança. Seus clientes estão distribuídos entre os mais diversos segmentos, sejam eles: financeiro, indústria, seguros, serviços, varejo, transporte, telecom, turismo, saúde, *e-commerce*, fidelização, ONGs, entretenimento, editora, securitizadora, entre outros.

**Operação:** O Grupo Connvert com suas três verticais está, fisicamente, localizado em 15 unidades operacionais distribuídas estrategicamente em três estados brasileiros: Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. A estrutura Corporativa do grupo, composto por departamentos de suporte como finanças, recursos humanos, tecnologia da informação, entre outros), a equipe de planejamento e o time comercial da Flex BPO ficou abaixo do guarda-chuva da Connvert e está dividido entre as cidades de São Paulo/SP e Florianópolis/SC. Todo o time diretamente voltado à operação da CXdzain está localizado em São Paulo/SP, enquanto a equipe de desenvolvimento da Code7 está estrategicamente localizada em Florianópolis/SC, onde está nosso laboratório de inovação. Nossa equipe comercial fica em sua grande maioria em São Paulo/SP, mas também em outras cidades. Já a robusta equipe operacional de serviços da Flex BPO pode ser encontrada em São Paulo/SP, Florianópolis, Xanxerê e Lages/SC e Porto Alegre/RS.

**Prêmios 2021:** • ***Prêmio de Liderança em Estratégia Competitiva***: premiação reconhecida pela consultoria internacional Frost & Sullivan.

• ***Prêmio Cliente SA 2021:*** (i) Ouro na categoria Líder Estratégico Multicanal/ Omnichannel com o case Eudora e Flex referente ao uso de chatbots para reduzir a inadimplência e recuperar 12% do saldo vencido em apenas três meses; (ii) Bronze na categoria Líder em Estratégia Direcionada ao Cidadão com o case Grupo DPSP e Flex voltado para soluções que transformaram o atendimento ao cliente durante a pandemia, com cuidado, confiança e respeito; (iii) Bronze na categoria Líder em Operação B2B com o case Serasa e Flex voltado para vendas B2B durante a pandemia, transformando necessidades em oportunidades de negócio.

• ***Prêmio Best Performance 2021:*** (i) Ouro na categoria Inovação para atendimento ao cliente no "novo normal", com o case do Grupo DPSP e Flex voltados para soluções que transformaram o atendimento ao cliente durante a pandemia, com cuidado, confiança e respeito; (ii) Prata na categoria Excelência no Atendimento Digital do Cliente (Consumidor) com foco em Customer Experience e User Experience, com o case Magalu e Code7, voltado para o impacto da nova plataforma de telefonia e URA na experiência do cliente.

**Desempenho Operacional:**

**Covid-19:**

**Impactos na gestão:** Em 2021, a segunda onda da COVID-19 e o surgimento da variante Delta mantiveram impacto significativo em escala nacional e, consequentemente em nossas operações sobretudo no 1º. Semestre de 2021. O início da vacinação em massa, em especial a partir do segundo trimestre, amenizou parcialmente este efeito reduzindo a quantidade de casos, em especial os graves e mortes advindos do vírus conforme avanço da primeira e segunda dose das vacinas. Porém, não o suficiente para reverter todos os efeitos percebidos em nosso negócio, especialmente relacionado a um alto absenteísmo advindo de profissionais com casos suspeitos e comprovados da doença. Durante o último trimestre do ano o surgimento da variante Ômicron interrompeu o ciclo de queda de casos e ligou um novo sinal de alerta uma vez que, apesar de menos graves, os casos aumentaram novamente. Nesse ambiente, a Companhia adotou medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em suas operações, das quais destacam-se: i) criação de estrutura para testagem de funcionários evitando com isto o contágio e o absenteísmo de casos suspeitos, porém negativos. ii) organização de estrutura para testes em domicílio. iii) adequação dos modelos de Home Agent / Home Office (integral ou parcial) conforme evolução da pandemia e necessidade do negócio.

**Recursos Humanos:** Nossa área de recursos humanos encontra-se em constante evolução, em 2021 a área de Pessoas e E&S continuou inovando. Em Atração dos Melhores mantivemos os processos criados em 2020, com destaque para o grande crescimento no total de contratações (mais de 300), especialmente no final de ano, quando migramos e implantamos uma operação intensa de *black friday* para um novo cliente, em apenas 2 meses. Em Desenvolvimento Humano, revisitamos nosso modelo anterior de formação de supervisores para um modelo digital, e relançamos a Escola de Supervisores, que permitiu, diferente do que acontecia anteriormente, que líderes de diferentes cidades tivessem oportunidade de trocar experiências e boas práticas. Integração esta, viabilizada pelo modelo online. Já em E&S, orientamos nossas ações pela primeira vez de acordo com a Agenda da ONU para 2030, definindo os ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) prioritários para nossos programas, atuamos conforme as diretrizes dos ODS 3, 4, 5 e 10, que tratam respectivamente saúde e bem estar, educação de qualidade, igualdade de gênero e redução das desigualdades. Falando de diversidade e inclusão, lançamos uma edição destinada exclusivamente para mulheres do Programa Empreende, o "Empreende com Elas", fizemos parcerias com instituições de acolhimento a mulheres vítimas de violência para nossos processos seletivos, reforçamos as ações e o foco do nosso Polo Educacional, realizamos parceria com a Kroton-Unopar e criamos o Programa Saudavelmente Conectado, em que oferecemos apoio emocional para mais de 1000 profissionais e preparamos mais de 600 líderes para lidar e acolher profissionais de suas equipes com dificuldades emocionais, problemas de ansiedade e outros. O Programa se desenvolveu através de encontros periódicos em rodas de conversa, além de atendimentos individualizados quando necessário, sempre conduzidas por profissional especializada integrante de nossa equipe. Criamos também uma nova área, de Experiência do Colaborador, para atuar sob a ótica de cultura e clima, sempre muito próxima ao negócio, e com foco na jornada do colaborador, desde o momento de atração de talentos até o *offboarding.* Neste sentido, criamos novos processos de *onboarding* com acolhimento na recepção e acompanhamento inicial dos novos profissionais. Abaixo apresentamos o quadro de quantidade de funcionários por segmento.

| **Quantidade de funcionários** | **2021** | **2020** | **Var. % 21x20** |
|---|---|---|---|
| Connvert | 1.188 | 1.223 | -3% |
| Contact | 6.740 | 6.766 | 0% |
| Cobrança | 3.693 | 4.187 | -12% |
| Code7 | 235 | 163 | 44% |
| CXdzain | 20 | - | n/a |
| **Total** | **11.876** | **12.339** | **-4%** |

**Receita por Colaborador:** A Administração utiliza indicadores de desempenho para monitorar a eficiência e a eficácia de suas atividades operacionais, visando mitigar o risco operacional e maximizar os resultados. Um importante indicador de produtividade é medirmos a receita gerada por colaborador. Através deste indicador conseguimos avaliar a melhora na nossa capacidade de alavancagem da eficiência de pessoal para geração de receita e valor de nossos negócios

| **(R$por pessoa)** | **2021** | **2020** | **Var% 21x20** |
|---|---|---|---|
| Contact | 3.750 | 3.381 | 11% |
| Cobrança | 3.592 | 3.843 | -7% |
| Code7 | 21.895 | 15.229 | 44% |
| CXdzain | 30.004 | - | n/a |

O maior destaque pode ser observado na Code7, que, em 2021, cresceu 44% neste indicador em comparação ao mesmo período do ano passado. O eficiente crescimento de receita fez com que esse índice aumentasse em R$6.666 por colaborador. A maturidade que vemos na Code7 é o espelho de todas as operações da Connvert, que seguem cada vez mais eficientes em todas as nossas linhas de negócio. Seguimos constantemente adequando nossas operações e trabalhando próximos aos nossos clientes numa jornada cada vez mais individualizada e com foco no retorno sobre o investimento daqueles que acreditam no potencial da Flex. No segmento de Contact, impulsionado cada vez mais pela digitalização do setor, nosso crescimento na receita por colaborador foi de 11%. Já no segmento de cobrança, tivemos uma redução na receita por colaborador em 7%, impactados pela crise econômica, onde o segmento de cobrança como um todo esta sendo prejudicado. Destacamos o início das operações da CXdzain cuja receita por colaborador é mais alta do que todos os demais segmentos, o que demonstra que estamos no caminho certo na diversificação dos negócios.

**Margem por Colaborador:**

| **(R$por pessoa)** | **2021** | **2020** | **Var% 21x20** |
|---|---|---|---|
| Contact | 1.120 | 1.112 | 1% |
| Cobrança | 803 | 1.030 | -22% |
| Code7 | 10.329 | 7.255 | 42% |
| CXdzain | 12.000 | n/a | n/a |

Tão importante quanto o indicador anterior, é sabermos o quanto de valor é gerado por cada colaborador. A Margem Bruta apresentou crescimento expressivo em todas as unidades de negócio em comparação com o mesmo período do ano anterior, exceto no segmento de cobrança. Corroboraram para este resultado os ganhos de receita por colaborador na Code7 e Contact.

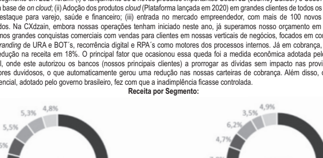
**Governança Corporativa:** A estrutura organizacional da Companhia é formada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva, é responsável por determinar as diretrizes relacionadas aos riscos e controles internos, por meio do Departamento de Controladoria. A Controladoria é responsável por (i) disseminar o tema de Controles Internos entre os colaboradores; (ii) revisar e publicar suas Políticas e Procedimentos, (iii) atuar como facilitadora e auxiliar na implantação/ correção de processos; (iv) mapear os riscos do negócio; (v) acompanhar os planos de ação dos relatórios da Auditoria Externa e auxiliar os responsáveis na implantação desses planos de ação; e (vi) reportar tempestivamente à Administração os resultados da gestão de riscos. O Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovado em junho de 2017 e, após esta data, amplamente divulgado a todos os funcionários da Companhia. Desde então, a Companhia promove, como parte do processo de contratação, treinamentos a todos os novos funcionários em relação aos principais itens constantes neste Código. Atualmente, a Companhia realiza aperfeiçoamentos no ambiente de controles internos, tais como: aprimoramento nos controles de qualidade no ambiente de trabalho (infraestrutura); revisões no modelo de feedback para funcionários; mudanças no processo de contratação de gestores; aperfeiçoamento de controles e processos relacionados à folha de pagamentos e apuração de comissões; revisão dos programas de desenvolvimento de liderança; dentre outros. Nosso Conselho de Administração, composto por até 5 membros, reúne-se mensalmente e atua nas deliberações sobre as seguintes matérias: (i) aprovação e eventuais revisões do orçamento anual e plano de negócios da Companhia; (ii) indicação e destituição dos auditores independentes da Companhia; (iii) aquisição, venda, cessão ou transferência de ativos; (iv) concessão de avais, fianças ou a prestação de qualquer outra forma de garantia pela Companhia (v) acompanhamento do endividamento da Companhia; entre outros. A gestão de risco é tema recorrentemente tratado em reunião de comitês executivos, em especial na alta gestão e no Conselho de Administração.

**Desempenho Financeiro: Receita Líquida de Vendas:** A Flex BPO opera os serviços de Relacionamento a Clientes, Físicos e Digitais, com o uso de *Advanced Analytics*, e é a principal geradora de receita do Grupo. As plataformas tecnológicas (CPaaS - *Communication Platform as a Service*) da Code7 são responsáveis por um crescimento sustentado, com tendência de crescimento exponencial da receita. Ferramentas como o Boleto Digital, os Agentes Virtuais (AGVs) e a Boteria (Plataforma de criação e automação de Bots) são fortes aliados nas operações de recuperação de crédito, alavancando os resultados da Flex BPO. A vertical CXdzain iniciou sua geração de receita no início do ano de 2021, e caminha para uma participação cada vez mais relevante na geração de receita do grupo.

| | **2021** | **2020** | **Var% 21x20** |
|---|---|---|---|
| Contact | 303.334 | 274.475 | 11% |
| Cobrança | 159.193 | 193.095 | -18% |
| Code7 | 61.744 | 29.788 | 107% |
| CXdzain | 7.201 | - | n/a |
| **Total** | **531.472** | **497.358** | **7%** |

Em 2021, nossa receita líquida apresentou um aumento de 7% em comparação a 2020, impulsionadas principalmente pelas vendas de Contact e Code 7. Em Contact tivemos um crescimento de 11%, advindo da conquista de 42 novos projetos, seja por aumento nas próprias operações dos clientes já existentes, seja por novos clientes e, concluímos com sucesso uma operação bastante representativa na Black Friday, onde aumentamos nossa capacidade de atendimento de vendas em mais de 500 posições, para um grande cliente varejista, nos tornando um grande parceiro do varejo para ações desse porte. Neste ano, apresentamos nossa 1ª. Operação de televendas com atendimentos em português, inglês e espanhol. Em Code 7, nosso crescimento tem sido exponencial, sendo nossas vendas nos últimos 3 anos em R$61,7 milhões em 2021, R$29,8 milhões em 2020 e R$19,1 milhões em 2019. Aumentos consecutivos de 107% e 223%. Os principais fatores que alavancaram as vendas neste segmento em 2021 foram: (i) o lançamento de 2 novos produtos importantes Code7JB (Journey Builder) e Code7CRM os dois na base de *on cloud*; (ii) Adoção dos produtos *cloud* (Plataforma lançada em 2020) em grandes clientes de todos os setores, com destaque para varejo, saúde e financeiro; (iii) entrada no mercado empreendedor, com mais de 100 novos clientes atendidos. Na CXdzain, embora nossas operações tenham iniciado neste ano, já superamos nosso orçamento em 161% e obtivemos grandes conquistas comerciais com vendas para clientes em nossas verticais de negócios, focados em consultoria de *rebranding* de URA e BOT´s, recorrência digital e RPA´s como motores dos processos internos. Já em cobrança, tivemos uma redução na receita em 18%. O principal fator que ocasionou essa queda foi a medida econômica adotada pelo Banco Central, onde este autorizou os bancos (nossos principais clientes) a prorrogar as dívidas sem impacto nas provisões de devedores duvidosos, o que automaticamente gerou uma redução nas nossas carteiras de cobrança. Além disso, o auxílio emergencial, adotado pelo governo brasileiro, fez com que a inadimplência ficasse controlada.

**Receita por Segmento:**




Conforme podemos observar nos gráficos acima, nossa carteira de clientes é composta dos mais distintos setores. Destaca-se o setor financeiro, que reflete a distribuição de mercado pelos principais serviços que oferecemos, e que sempre foram *expertise* da Flex BPO. Um destaque da diversificação dos setores atendidos, é o crescimento dos clientes do setor digital. Nossos clientes concentram-se especialmente nas regiões Sul e Sudeste, que apresentam maiores índices de desenvolvimento e renda per capita do país.

**Receita por Serviço:**

A composição de nossa carteira de serviços manteve-se praticamente inalterada, com vendas e cobrança sendo responsáveis por mais de 75% do faturamento total, tendo menor representatividade receitas de Telecom e SAC, que seguem com baixa participação. Destaca-se ainda, crescimento do digital agora estruturado na Code7. Outro fato que merece destaque é a baixa inadimplência por parte de nossos clientes no ano, resultado de renegociações pontuais de prazo, atestando a solidez das nossas parcerias.

**Custos e despesas operacionais**

| **Em R$ milhões** | **2021** | **2020** | **Var. % 21x20** |
|---|---|---|---|
| Custo dos serviços prestados | -373,3 | -341,2 | 9% |
| Despesas administrativas e gerais | -147,0 | -147,4 | 0% |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 5,6 | -3,7 | n/a |
| **Total** | **-514,7** | **-492,3** | **5%** |

Os custos e despesas operacionais do ano de 2021 registraram um aumento de 5% quando comparadas a 2020. Os principais fatores que influenciaram a redução são: (i) aumento dos custos de pessoal em 8,1%; (ii) aumento nos custos de telefonia em 12,5%; e (iii) redução de 1% nos demais custos e despesas.

**Lucro Bruto:** A eficiência operacional desenvolvida durante o ano de 2021 resultou em lucro bruto de R$16,8 milhões versus R$5,1 milhões em 2020, um aumento de 230%. Isso nos mostra que além da melhora nas vendas e no montante da receita, apresentamos uma melhora significativa na gestão de nossos custos e despesas operacionais, mesmo, neste ano, após todos os impactos que a Covid-19 tenha nos ocasionado.

**EBITDA e Margem EBITDA:**

| | **2021** | **2020** | **Var. % 21x20** |
|---|---|---|---|
| **Lucro (prejuízo) líquido** | **-44,8** | **-23,6** | **90%** |
| (+) Imposto de Renda e Contribuição Social | 22,8 | -10,2 | -324% |
| (+) Resultado financeiro líquido | 38,8 | 38,9 | 0% |
| (+) Depreciação e amortização | 42,6 | 42,9 | -1% |
| **EBITDA** | **59,4** | **48,0** | **24%** |
| **Margem EBITDA** | **11,2%** | **9,6%** | **1,5 p.p** |

O EBITDA totalizou R$59,4 milhões, crescimento de 24% em relação ao mesmo período de 2020 e margem EBITDA de 11,2% vs 9,6% em 2020. O resultado operacional foi beneficiado pelo aumento nas receitas e gerenciamento eficiente dos custos e despesas.

**Resultado Financeiro:**

| | **2021** | **2020** | **Var. % 21x20** |
|---|---|---|---|
| Receitas Financeiras | 1,0 | 2,3 | -55% |
| Despesas Financeiras | -39,8 | -41,1 | -3% |
| **Total** | **-38,8** | **-38,9** | **0%** |

A despesa financeira foi de R$39,8 milhões, redução de 3% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Apesar do aumento da taxa de juros, a dívida total da Companhia reduziu em 14%, o que justifica uma pequena redução em nossas despesas financeiras. Em despesas financeiras, incluem principalmente os juros de empréstimos, juros de debêntures e juros de impostos parcelados.

**Resultado Líquido:**

| | **2021** | **2020** | **2019** | **Var. % 21x20** | **Var. % 21x19** |
|---|---|---|---|---|---|
| Lucro operacional | 16,8 | 5,1 | 3,9 | 230% | 330% |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos | -22,1 | -33,8 | -28,2 | -35% | -22% |
| Lucro (prejuízo) líquido | -44,8 | -23,6 | -19,0 | -7% | 135% |

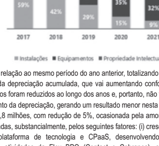
Encerramos 2021 com um prejuízo antes dos impostos de R$22,1 milhões e margem líquida negativa de 4,2%. Vale ressaltar que o resultado operacional apurado segue positivo ano após ano, com lucro operacional de R$16,8 milhões, um aumento de 230% versus os R$5,1 milhões apurados em 2020. Porém, esta eficiência do negócio não foi suficiente para reverter o prejuízo devido ao resultado financeiro negativo de R$39,8 milhões, conforme explicado acima. Em virtude da necessidade de provisão dos nossos créditos de impostos diferidos encerramos o exercício de 2021 com um prejuízo líquido de R$44,8 milhões e um patrimônio líquido negativo em R$15,8 milhões. Ressaltamos que seguimos comprometidos com a reversão deste cenário, trabalhando principalmente na questão do endividamento e alavancagem de nossa dívida líquida. A visão estratégica da Companhia continua focada em estar cada vez mais próxima dos clientes, como também oferecendo serviços cuja qualidade seja percebida e valorizada, sustentada pelo importante processo de inovação. A busca pela captura de oportunidades de eficiência, com foco em melhoria dos processos, permanece sendo um dos principais objetivos. Outro objetivo constantemente perseguido é a melhoria do nível de atendimento ao cliente, o qual tem sido percebido por nossos parceiros e corroborado por nossos colaboradores. Ainda sobre os exercícios de 2021 e 2020, nossas perdas relacionadas a despesas, custos e/ou falta de receita por conta da pandemia da Covid 19 foram R$21,8 milhões e R$17,7 milhões, respectivamente. Caso não houvesse esse cenário, nosso patrimônio líquido estaria em R$23,5 milhões positivo.

**Destaques do Balanço e Fluxo de Caixa: Caixa (Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras):** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa de R$34,3 milhões e R$7 milhões de aplicações financeiras. Atualmente, 99% dos recursos da Companhia são denominados em reais e investidos em instrumentos considerados de perfil conservador, e 1% em instrumento denominado em dólares. Em 31 de dezembro de 2021, o retorno médio anual dos investimentos denominados em reais foi de 95,6% do CDI, e 88% dos investimentos apresentavam liquidez diária.

**Investimentos:** Com o objetivo de continuar prestando um atendimento de excelência para nossos clientes, nosso CAPEX apresentou a seguinte distribuição e variações:

| | **2021** | **2020** | **Var. % 21x20** |
|---|---|---|---|
| Propriedade intelectual | 11,7 | 11,2 | 5% |
| Instalações | 2,6 | 4,5 | -42% |
| Equipamentos | 5,7 | 6,7 | -15% |
| **CAPEX TOTAL** | **20,1** | **22,4** | **-10%** |

A linha de Propriedade Intelectual apresentou aumento de 5%, reforçando o foco da Companhia em investir no desenvolvimento interno de novas tecnologias. Instalações, apresentou forte redução em 42%, tendo em vista que a companhia otimizou a utilização das suas instalações, bem como direcionou esforços para os trabalhos em *Home Office*, na linha de equipamentos, apresentamos uma redução de 15% referente a apenas atualização do nosso parque tecnológico. Abaixo demonstramos o gráfico com a evolução de nossos investimentos nos últimos anos, demonstrando a gestão eficiente e direcionada da companhia em relação ao foco dos seus investimentos.




**Imobilizado:** O ativo imobilizado apresentou queda de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R$64,5 milhões. Este resultado pode ser explicado pelo crescimento da depreciação acumulada, que vai aumentando conforme os ativos aproximam-se do fim de sua vida útil. Nossos investimentos foram reduzidos ao longo dos anos e, portanto, não fizemos aquisições relevantes de ativos que compensassem o crescimento da depreciação, gerando um resultado menor nesta rubrica.

**Intangível:** O ativo intangível encerrou 2021 avaliado em R$98,8 milhões, com redução de 5%, ocasionada pela amortização do período. As adições de ativo intangível em 2021 foram motivadas, substancialmente, pelos seguintes fatores: (i) crescimento dos negócios da Code7, principalmente relacionados as plataforma de tecnologia e CPaaS, desenvolvendo novas funcionalidades em seus produtos Cloud e On-premise; (ii) atividades da Flex BPO (Contact e Cobrança), sendo a implementação de ferramentas digitais nas operações, de maneira a aumentar a receita gerada nas operações com tais ferramentas (Digitally Enhanced Operations - DEO); e (iii) atividades realizadas pela CXdzain, com a formalização da atuação como efetivo player no espaço de consultoria de processos e jornadas de atendimento.

**Contas a Receber:** O Contas a Receber totalizou R$163,1 milhões, crescimento de 2% vs R$159,2 milhões em 2020. O aumento está abaixo do aumento de receita o que demonstra nossa melhora no prazo médio de recebimento que passou de 115 dias em 2020 para 110 em 2021. Nossos clientes apresentam baixíssimo risco de inadimplência, contribuindo para um PDD relativamente baixo se comparado aos outros *players* do mercado. Não observamos também aumento considerável do prazo médio de recebimento. Fizemos negociações pontuais com alguns clientes, a ponto de não prejudicar a gestão do Caixa. Consideramos isso algo a ser comemorado diante do cenário adverso que ainda estamos vivenciando.

**Endividamento:**

| | **2021** | **2020** | **Var. % 21x20** |
|---|---|---|---|
| Dívida Bruta | 162,9 | 190,0 | -14% |
| Caixas, Equivalentes e Aplicações | -41,4 | -50,3 | -18% |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 0,4 | 2,2 | -84% |
| Dívida Líquida | 121,9 | 141,8 | -14% |
| EBITDA | 59,4 | 48,0 | 24% |
| **Dívida Líquida / EBITDA** | **2,05** | **2,96** | **-31%** |

A dívida da Companhia é composta por financiamentos obtidos junto à bancos de primeira linha e por debêntures emitidas em 2020. O endividamento total em 31 de dezembro de 2021 era de R$162,9 milhões comparado a R$190,0 milhões ao final de 2020, uma redução de 14%, ocasionadas pela captação menor de crédito em 2021. Encerramos o ano de 2021 com uma relação Dívida Líquida/EBITDA de 2,05x e EBITDA/Resultado Financeiro de 1,53x, dentro dos covenants estabelecidos de Dívida Líquida/EBITDA < 3,5x e EBITDA/Despesa Financeira > 1,25. O vencimento médio de nossas obrigações é entre 1 e 3 anos.

**Fluxo de Caixa Operacional:**

| | **2021** | **2020** | **Var. % 21x20** |
|---|---|---|---|
| Atividades operacionais | 60,0 | 38,3 | 57% |
| Atividades investimentos | -30,5 | -37,7 | -19% |
| Atividades financiamento | -40,2 | 9,8 | -510% |
| **Variação de caixa e equivalentes de caixa** | **-10,7** | **10,4** | **-204%** |

Apresentamos uma melhora de 57% em nossas atividades operacionais, principalmente oriundas do aumento de receitas e melhora de 24% no nosso EBITDA, conforme já mencionado anteriormente. Em linha com nosso plano de negócios, nossas atividades de investimentos reduziram em 19%, estando focadas basicamente em tecnologia. Em nossas atividades de financiamento, tivemos um pagamento de saldo e juros maior do que a captação. Em 2020 tivemos a captação de R$73 milhões de debêntures, o que fez com que nosso saldo final de variação de caixa reduzisse de forma gradual e estimada pela Companhia.

**Relacionamento com Auditores Independentes:** A política da Companhia com relação aos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras fundamenta-se em princípios que preservam a sua independência. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados restritos segundo as normas vigentes. A Ernst & Young foi contratada pela FLEX Gestão de Relacionamentos S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e revisão das informações trimestrais (ITRs) dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021. Os honorários de auditoria referente a tais serviços foram no montante de R$272 mil. Em conformidade às normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, nossos auditores independentes não prestaram outros serviços profissionais além daqueles de auditoria independente das demonstrações financeiras relacionados à Companhia e suas controladas.

**Declaração da Diretoria:** Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

**Agradecimentos:** Por fim, é imprescindível reconhecer que ao longo de toda nossa história não nos faltaram o apoio decisivo e a confiança de fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e especialmente milhares de colaboradores dedicados e comprometidos com nossa missão, visão e valores.

A todos, nosso muito obrigado!

**A Administração**

**Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais - R$)

| **Ativo** | **Notas** | **Controladora 31/12/2021** | **Controladora 31/12/2020** | **Consolidado 31/12/2021** | **Consolidado 31/12/2020** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 33.782 | 42.287 | 34.391 | 45.136 |
| Aplicações financeiras | | 5.051 | 5.197 | 7.008 | 5.197 |
| Contas a receber de clientes | 9 | 137.786 | 140.636 | 143.281 | 145.239 |
| Impostos a recuperar | 10 | 7.186 | 3.711 | 7.348 | 3.840 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 10 | 9.321 | 6.979 | 9.405 | 7.025 |
| Partes relacionadas | 26 | 11.814 | 3.255 | - | - |
| Outros créditos | | 12.233 | 9.917 | 12.597 | 9.917 |
| **Total do ativo circulante** | | **217.173** | **211.982** | **214.030** | **216.354** |
| **Ativo não circulante** | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 9 | 19.848 | 13.982 | 19.848 | 13.982 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 17 | - | 22.732 | 351 | 23.083 |
| Outros créditos | | 1.072 | 1.166 | 1.099 | 1.184 |
| Depósitos judiciais | 18 | 5.668 | 4.430 | 5.668 | 4.440 |
| | | **26.588** | **42.310** | **26.966** | **42.689** |
| Investimentos | 11 | 31.880 | 40.818 | 402 | 402 |
| Imobilizado | 12 | 61.372 | 72.875 | 64.502 | 73.290 |
| Intangível | 13 | 55.380 | 64.362 | 98.804 | 103.930 |
| **Total do ativo não circulante** | | **175.220** | **220.365** | **190.674** | **220.311** |
| **Total do ativo** | | **392.393** | **432.347** | **404.704** | **436.665** |

| **Passivo e patrimônio líquido** | **Notas** | **Controladora 31/12/2021** | **Controladora 31/12/2020** | **Consolidado 31/12/2021** | **Consolidado 31/12/2020** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 14 | 18.960 | 19.958 | 20.372 | 20.141 |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 100.320 | 51.964 | 100.320 | 51.964 |
| Obrigações trabalhistas | 16 | 46.849 | 40.335 | 52.319 | 42.183 |
| Obrigações tributárias | 17 | 48.735 | 37.155 | 49.416 | 38.112 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 17 | 2.794 | 2.565 | 3.361 | 2.880 |
| Aquisição de controladas | 11 | 2.714 | 18.094 | 2.714 | 18.094 |
| Dividendos a pagar | | - | - | - | 83 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 15 | 353 | 2.167 | 353 | 2.167 |
| Outras contas a pagar | | 1.292 | 945 | 2.290 | 1.644 |
| Arrendamentos | 27 | 6.277 | 7.914 | 6.506 | 7.914 |
| **Total do passivo circulante** | | **228.294** | **181.097** | **237.651** | **185.182** |
| **Passivo não circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 62.605 | 138.033 | 62.605 | 138.033 |
| Obrigações tributárias | 17 | 104.104 | 68.531 | 104.520 | 68.531 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 17 | 1.267 | 2.314 | 1.267 | 2.314 |
| Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas | 18 | 1.845 | 1.623 | 1.845 | 1.623 |
| Outras contas a pagar | | - | - | 233 | 233 |
| Arrendamentos | 27 | 10.096 | 11.778 | 12.401 | 11.778 |
| **Total do passivo não circulante** | | **179.917** | **222.279** | **182.871** | **222.512** |
| **Patrimônio líquido** | 19 | | | | |
| Capital social | | 65.000 | 65.000 | 65.000 | 65.000 |
| Reserva legal | | 1.010 | 1.010 | 1.010 | 1.010 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | (2.133) | (2.133) | (2.133) | (2.133) |
| Prejuízos acumulados | | (79.695) | (34.906) | (79.695) | (34.906) |
| **Total do patrimônio líquido** | | **(15.818)** | **28.971** | **(15.818)** | **28.971** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **392.393** | **432.347** | **404.704** | **436.665** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

| | **Notas** | **Controladora 31/12/2021** | **Controladora 31/12/2020** | **Consolidado 31/12/2021** | **Consolidado 31/12/2020** |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 20 | 520.093 | 488.634 | 531.472 | 497.358 |
| Custo dos serviços prestados | 21 | (359.303) | (334.350) | (373.310) | (341.158) |
| **Lucro bruto** | | **160.790** | **154.284** | **158.162** | **156.200** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | | | | |
| Despesas com vendas | 21 | (986) | (1.160) | (1.063) | (1.165) |
| Despesas administrativas e gerais | 21 | (140.066) | (141.801) | (145.927) | (146.218) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | (8.938) | (2.275) | - | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 21 | 5.650 | (3.726) | 5.642 | (3.720) |
| **Lucro operacional** | | **16.450** | **5.322** | **16.814** | **5.097** |
| Despesas financeiras | 22 | (39.434) | (41.076) | (39.849) | (41.147) |
| Receitas financeiras | 22 | 927 | 2.047 | 1.008 | 2.256 |
| **Prejuízo antes dos impostos** | | **(22.057)** | **(33.707)** | **(22.027)** | **(33.794)** |
| **Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente** | 23 | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | - | - | (30) | (264) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | | (22.732) | 10.076 | (22.732) | 10.427 |
| **Prejuízo do exercício** | | **(44.789)** | **(23.631)** | **(44.789)** | **(23.631)** |
| Atribuível a acionistas da Companhia | | (44.789) | (23.631) | (44.789) | (23.631) |
| **Prejuízo básico e diluído por ações - em R$por ação** | 24 | **(13,79)** | **(7,28)** | **(13,79)** | **(7,28)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais - R$)

| | **Controladora 31/12/2021** | **Controladora 31/12/2020** | **Consolidado 31/12/2021** | **Consolidado 31/12/2020** |
|---|---|---|---|---|
| Prejuízo do exercício | (44.789) | (23.631) | (44.789) | (23.631) |
| **Resultado abrangente do exercício** | **(44.789)** | **(23.631)** | **(44.789)** | **(23.631)** |
| **Atribuível a:** | | | | |
| Acionistas da Companhia | | | (44.789) | (23.631) |
| | | | (44.789) | (23.631) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

*continuação...*

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais - R$)

| | Atribuível aos acionistas da Controladora | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Reserva de lucros | | | |
| | Capital social | Reserva legal | Prejuízos acumulados | Ajuste de avaliação patrimonial | Total |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **65.000** | **1.010** | **(11.275)** | **(2.133)** | **52.602** |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - |
| Transferência do prejuízo para reservas | - | - | (23.631) | - | **(23.631)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **65.000** | **1.010** | **(34.906)** | **(2.133)** | **28.971** |
| Prejuízo do exercício | - | - | (44.789) | - | **(44.789)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **65.000** | **1.010** | **(79.695)** | **(2.133)** | **(15.818)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Valor Adicionado**
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais - R$)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **1. Receitas** | | **584.874** | **543.374** | **597.976** | **553.561** |
| Vendas de serviços | 20 | 579.342 | 542.792 | 592.406 | 552.889 |
| Outras receitas operacionais | | 5.204 | 913 | 5.334 | 1.003 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | 328 | (331) | 236 | (331) |
| **2. Insumos e serviços adquiridos de terceiros** | | **(87.632)** | **(92.758)** | **(85.105)** | **(90.502)** |
| Custos dos serviços prestados | | (53.743) | (51.706) | (50.181) | (48.187) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | (33.889) | (41.052) | (34.924) | (42.315) |
| **3. Valor adicionado bruto (1 ; 2)** | | **497.242** | **450.616** | **512.871** | **463.059** |
| **4. Depreciação e amortização** | | **(38.296)** | **(39.664)** | **(42.577)** | **(42.873)** |
| Depreciação e amortização | 21 | (38.296) | (39.664) | (42.577) | (42.873) |
| **5. Valor adicionado líquido (3 ; 4)** | | **458.946** | **410.952** | **470.294** | **420.186** |
| **6. Valor adicionado recebido em transferência** | | **(8.011)** | **(228)** | **1.008** | **2.255** |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | (8.938) | (2.275) | - | - |
| Receitas financeiras | 22 | 927 | 2.047 | 1.008 | 2.255 |
| **7. Valor adicionado para distribuição (5 + 6)** | | **450.935** | **410.724** | **471.302** | **422.441** |
| **8. Distribuição do valor adicionado** | | **450.935** | **410.724** | **471.302** | **422.441** |
| **Pessoal** | 21 | **366.917** | **342.614** | **384.032** | **352.594** |
| Remuneração direta | | 254.046 | 236.110 | 265.233 | 243.537 |
| Benefícios | | 60.204 | 56.054 | 62.732 | 57.431 |
| FGTS | | 22.618 | 22.008 | 23.987 | 22.653 |
| Outros | | 30.049 | 28.442 | 32.080 | 28.973 |
| **Impostos, taxas e contribuições** | | **82.511** | **45.070** | **84.240** | **46.356** |
| Federais | | 60.224 | 24.948 | 61.613 | 25.970 |
| Municipais | | 22.287 | 20.122 | 22.627 | 20.386 |
| **Remuneração do capital de terceiros financiadores** | | **46.296** | **46.671** | **47.819** | **47.122** |
| Despesas financeiras | 22 | 39.434 | 41.076 | 39.849 | 41.147 |
| Aluguéis | | 6.862 | 5.595 | 7.970 | 5.975 |
| **Remuneração do capital próprio** | | **(44.789)** | **(23.631)** | **(44.789)** | **(23.631)** |
| Prejuízo do exercício | | (44.789) | (23.631) | (44.789) | (23.631) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Em milhares de reais - R$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Atividades Operacionais | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Prejuízo antes do IR e da CS | (22.057) | (33.707) | (22.027) | (33.794) |
| **Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais** | | | | |
| Depreciação e amortização | 38.296 | 39.664 | 42.577 | 42.873 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (330) | 331 | (236) | 331 |
| Equivalência patrimonial | 8.938 | 2.275 | - | - |
| Arrendamentos mercantis | 2.048 | 3.641 | 2.048 | 3.641 |
| Instrumentos financeiros derivativos | (1.814) | 2.499 | (1.814) | 2.499 |
| Juros sobre passivos financeiros | 15.912 | 16.604 | 15.912 | 16.604 |
| Provisões | 222 | 29 | 222 | 29 |
| | **41.215** | **31.336** | **36.682** | **32.183** |
| **Variações nos ativos e passivos** | | | | |
| **Aumento (redução) no ativo** | | | | |
| Contas a receber | (11.245) | (15.165) | (3.672) | (17.194) |
| Impostos a recuperar | (5.817) | 651 | (5.888) | 911 |
| Outros créditos | (9.458) | (3.539) | (9.818) | 8 |
| **Aumento (redução) de passivo** | | | | |
| Fornecedores | (998) | (4.911) | 231 | (3.998) |
| Obrigações trabalhistas | 12.511 | 6.431 | 16.212 | 6.761 |
| Obrigações tributárias | 46.335 | 42.161 | 46.618 | 42.961 |
| Outras contas a pagar | 347 | (1.751) | 561 | (2.105) |
| Juros pagos | (13.766) | (20.965) | (13.766) | (20.965) |
| IR e CS pagos | - | - | - | (264) |
| **Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais** | **59.124** | **34.248** | **67.160** | **38.298** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Pagamento de cotas adquiridas de controladas | (14.875) | (15.364) | (14.875) | (15.364) |
| Aplicações financeiras | 146 | 30 | (1.811) | 30 |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível | (12.046) | (20.857) | (20.343) | (22.401) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de investimento** | **(26.775)** | **(36.191)** | **(37.029)** | **(37.735)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Arrendamentos pagos | (11.132) | (12.093) | (11.154) | (12.093) |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 31.809 | 110.724 | 31.809 | 110.724 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | (61.531) | (88.820) | (61.531) | (88.820) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento** | **(40.854)** | **9.811** | **(40.876)** | **9.811** |
| **Saldo de caixa e equivalentes de caixa** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 42.287 | 34.419 | 45.136 | 34.762 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 33.782 | 42.287 | 34.391 | 45.136 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **(8.805)** | **7.868** | **(10.745)** | **10.374** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto Operacional: 1.1 Descrição da Sociedade:** A Flex Gestão de Relacionamentos S.A. ("Flex" ou "Companhia"), foi constituída em julho de 2009, como uma sociedade "limitada". Em outubro de 2014, ocorreu a transformação da natureza jurídica, passando para sociedade por ações, de capital fechado. A sede social está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.903, conjunto 142, no bairro Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto: (i) prestação de serviços de call center ativo e receptivo; (ii) prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de telemarketing e processamento de cartão de crédito; (iii) prestação de serviços de atendimento em nome de terceiros; (iv) promoção de vendas e de negócios com terceiros; (v) atividades de cobranças, telecobranças e informações cadastrais; (vi) outros serviços de cobrança, informações cadastrais e serviços financeiros correlatos; (vii) prestação de serviços de suporte e análise a concessão de crédito por terceiros; (viii) correspondente bancário; (ix) análise e desenvolvimento de sistemas; (x) programação; (xi) processamento de dados; (xii) elaboração de programas de computador; (xiii) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação; (xiv) assessoria e consultoria em informática; (xv) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados; (xvi) planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas; (xvii) serviços de gerenciamento de telecomunicações; (xviii) atividades de educação profissional de nível tecnológico, treinamento em informática; (xix) atividades de educação em ensino médio, superior e de pós-graduação; (xx) prestação de serviços de capacitação e treinamento; (xxi) consultoria empresarial; (xxii) participação no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras; (xxiii) a administração de bens próprios ou de terceiros. Os serviços são oferecidos a clientes de diversos setores da economia, de maneira completa, incluindo tecnologia específica, gestão, processos e pessoas, em quinze unidades especialmente instaladas para este fim, situadas nas cidades de Florianópolis (SC), Lages (SC), Xanxerê (SC), Palhoça (SC), São Paulo (SP), Engenheiro Coelho (SP) e Porto Alegre (RS). Em dezembro de 2014, os acionistas alienaram parte de suas ações para a Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações, fundo organizado sob a forma de condomínio fechado. Adicionalmente a Companhia emitiu 801.803 ações, todas adquiridas pelo mesmo fundo. Em 30 de junho de 2015, com investimento próprio e parte através de financiamento junto a instituições financeiras, a Companhia efetuou a compra das empresas RR Serviços Financeiros Ltda. e Te Atende.Com Ltda. Em 29 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a compra remanescente de 25% da empresa Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda., antiga RR Serviços Financeiros Ltda. Em 02 de outubro de 2017, a Companhia adquiriu com investimento próprio a empresa Primius Technology Serviços em Informática Ltda., adquirindo todas as quotas desta sociedade. Em 01 de março de 2018 a Flex obteve o registro de companhia listada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM na Categoria "A" do Bovespa Mais. Entre julho e setembro de 2018, a Companhia realizou o reperfilamento de sua dívida bancária, aumentando a dívida bruta de R$114 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$143 milhões em 31 de dezembro de 2018. Isso viabilizou o alongamento do perfil da dívida da Companhia de 20 para 40 meses, além do aumento no saldo médio de caixa e equivalentes de caixa na ordem de R$9 milhões. Em 18 de dezembro de 2018 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Code7 Software e Plataformas de Tecnologias Ltda. ("Code7") e de sua controlada IT2 Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. ("IT2"). Em 31 de dezembro de 2018 a Code7 incorporou a IT2 (Nota 11). Em março de 2020 a Companhia divulgou novo modelo de Negócio. No novo desenho corporativo, as áreas de BPO, CX & Inteligência e tecnologia assumem identidades distintas e complementares. A Marca Flex BPO abriga as operações de Contact Center e Cobrança, todos os produtos e soluções de tecnologia adquiridos e desenvolvidos pela Companhia, incluindo plataformas Cloud para gestão de relacionamentos, passam a ser vendidos sob a nova marca Code7. A Companhia também anuncia a criação de uma nova unidade voltada exclusivamente à oferta de CX Design, concentrando todas as atividades de inteligência competitiva, Advanced Analytics e a construção de jornadas para geração de valor na relação com consumidores. Completando esse novo modelo, uma nova gestora corporativa, batizada de CONNVERT, passa a ser responsável pela gestão e alinhamento entre as unidades. Em 17 de dezembro de 2020 a Companhia altera a razão social de sua controlada, AYTY CRM BPO e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda., passando a ter a seguinte razão social: Code7 Software e Plataformas de Tecnologias Ltda.

**2. Declaração da Administração e Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (*"IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidado. As normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelo IFRS. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. **2.3 Bases de consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (nota 11). A Companhia detinha a seguinte participação societária direta:

| Investida | Tipo | País (sede) | Atividade principal | Percentual de participação 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Code7 Software e Plataformas de Tecnologias Ltda. | Controlada integral | Brasil | Tecnologia da informação | 100% | 100% |

A participação societária em sociedade controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todo o saldo de ativo e passivo, receita e despesa decorrente de transação e participação do patrimônio líquido na controlada é eliminado integralmente. Não há investimento em sociedade de controle conjunto. Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. **2.4 Impactos do COVID-19 (Coronavírus):** O No início de 2021 a segunda onda da COVID-19 e o surgimento da variante Delta mantiveram os efeitos relacionadas a Pandemia do Coronavírus em escala nacional e, consequentemente, sob o ambiente de negócios. O início da vacinação em massa, em especial a partir do segundo trimestre, amenizou parcialmente este efeito reduzindo a quantidade de casos, em especial os graves e mortes advindos do vírus conforme avanço da primeira e segunda dose das vacinas, porém, não o suficiente para reverter todos efeitos percebidos em nosso negócio, especialmente relacionado a um alto absenteísmo advindo de profissionais com casos suspeitos e comprovados da doença. Durante o último trimestre do ano o surgimento da variante Omicron interrompeu o ciclo de queda de casos e ligou um novo sinal de alerta uma vez que, apesar de menos graves, os casos aumentaram novamente. Nesse ambiente, a Companhia adotou medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em suas operações, das quais destacam-se: i) Criação de estrutura para testagem de funcionários evitando com isto o contágio e o absenteísmo de casos suspeitos, porém negativos. ii) Organização de estrutura para testes em domicílio. iii) Adequação dos modelos de Home Agent / Home Office (integral ou parcial) conforme evolução da pandemia e necessidade do negócio. Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e ativo intangível. a) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros: A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas. Dessa forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na Nota Explicativa nº 9 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias. b) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível: A Companhia revisou e atualizou seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19. Realizou, ainda, novas análises referentes à necessidade de redução ao valor recuperável os seus ativos considerando as premissas utilizadas quando da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2020 bem como eventos ocorridos até 31 de dezembro de 2021, incluindo os novos impactos relacionados à COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, uma vez que não houve queda sensível em seu valor de mercado ou mudanças significativas com efeito adverso durante o período avaliado. **2.5 Plano de recuperação:** A Companhia vem apresentando volume de vendas de acordo com as métricas do negócio, sendo que, neste último ano houve um aumento no faturamento (em relação a 2020). A visão estratégica da Companhia continua focada em estar cada vez mais próxima dos clientes, como também oferecendo serviços cuja qualidade seja percebida e valorizada, sustentada pelo importante processo de inovação. A busca pela captura de oportunidades de eficiência, com foco em melhoria dos processos, permanece sendo um dos principais objetivos. Outro objetivo constantemente perseguido é a melhoria do nível de atendimento ao cliente, o qual tem sido percebido por nossos parceiros e corroborado por nossos colaboradores. A Companhia tem continuado o processo de revisão das estratégias de categorias e reposicionamento de preços. A Connvert também investiu em inovações, como o desenvolvimento de novas tecnologias desenvolvidas pelas Code7, contribuindo para o aumento de receita bruta (em relação a 2020), assim como também em ações e campanhas junto aos clientes. A Companhia continua sendo apoiada por processos de melhoria transformação de áreas de negócio, visando acelerar a implantação de melhorias com foco em crescimento consistente de receita. Ainda com relação à estruturação do negócio, nossa presença de mercado é relevante e competitiva. Alinhados aos objetivos estratégicos, mesmo com a ocorrência da Pandemia, a Companhia permanece reduzindo as despesas operacionais, amortizando os compromissos de financiamentos e parcelamentos fiscais dentro dos prazos e alavancando oportunidades comerciais e tributárias, bem como continua renegociando empréstimos e financiamentos para permitir um alinhamento entre os fluxos de pagamento entre principal e juros com a disponibilidade e a geração de caixa. Essas ações têm produzido melhor liquidez corrente e situação de caixa mais favorável, possibilitando outras oportunidades de investimentos. Embora a Companhia apresente prejuízo acumulado de R$79.695, e passivo a descoberto no valor de R$15.818, a Administração considera que, as principais ações acima mencionadas, refletem a capacidade da Companhia manter a perspectiva de crescimento sustentável dos resultados e a adequada continuidade das suas operações.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real (R$) e as presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3 Ativos financeiros:** a) Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de custo amortizado e mensurados a valor justo por meio do resultado, no caso de instrumentos financeiros derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. b) Custo amortizado: São classificados os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 8), "Contas a receber de clientes" (Nota 9) e "Outras contas a receber" (Nota 9). c) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros dessa categoria são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. d) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não há ativos e passivos financeiros compensados. e) *Impairment de ativos financeiros*: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.4 Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um instrumento derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido pelo instrumento derivativo for superior a 12 meses. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receitas e Despesas Financeiras". **3.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços, no curso normal das atividades da Companhia, incluindo valores que encontram-se em negociação junto a clientes, com período de até dez meses. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). **3.6 Investimentos:** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. **3.7 Intangível:** a) Ágio na aquisição de controladas: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, do valor da participação de não controladores na adquirida e (ii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. b) Marcas registradas: As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas avaliadas com vida útil definida são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas durante sua vida útil estimada de 2 a 18 anos. c) Relações contratuais com clientes: As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. As carteiras de clientes adquiridas em uma combinação de negócios possuem vida útil estimada de 5 a 13 anos. d) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a sete anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **3.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando a vida útil estimada, como segue:

| | Anos |
|---|---|
| Máquinas e equipamentos | 10 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 7 |
| Equipamentos de processamento de dados | 5 |
| Móveis, utensílios e equipamentos | 10 |
| Licenças de softwares | 5 |
| Softwares desenvolvidos internamente | 5 |

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado. **3.9 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. A Companhia realizou teste e não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável. **3.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.11 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.12 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração as particularidades de cada classe de obrigações. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e os prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de IR e CS diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.14 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.15 Reconhecimento da receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que o serviço é efetivamente prestado. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado. A seguir fornecemos informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas. Serviços de telemarketing: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, por meio da prestação de serviços de telemarketing ativo/receptivo em um determinado período. A apuração do volume de serviços prestados para o cliente ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle dos serviços prestados pela Companhia a partir do momento em que o consomem. A receita é estimada para o serviço prestado no mês com base em condições contratuais, as quais incluem, principalmente, volume de atendimentos e/ou vendas realizadas. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 60 dias a partir de sua emissão. Serviços de recuperação de crédito: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, por meio da prestação de serviços de recuperação de crédito em um determinado período. A apuração do volume de serviços prestados para o cliente ocorre em bases mensais. A receita é estimada para o serviço prestado no mês com base em condições contratuais, as quais incluem, principalmente, volume de créditos recuperados. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 60 dias a partir de sua emissão. Licença de software e suporte: As receitas decorrentes das licenças de softwares comercializadas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, por meio da instalação e disponibilização do acesso ao sistema. A receita é definida em contrato, segmentada de outros itens que o contrato possa ter, tais como a obrigação de prestar serviços de manutenção e suporte, a qual é reconhecida em bases mensais definidas contratualmente. Receitas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações. **3.16 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em assembleia geral. **3.17 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.17.1 Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) *Perda (impairment) do ágio:* Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada, vigente. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas de fluxos de caixa futuro (Nota 13). A Companhia efetuou a respectiva análise para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e não foram identificadas perdas a serem reconhecidas. b) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:* O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. c) *Vida útil do ativo imobilizado:* O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. 3.17.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis: a) *Provisões:* A Companhia e suas controladas são parte envolvidas em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia e suas controladas acreditam que essas provisões estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras. b) *Tributos:* Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal. Esses prejuízos fiscais não prescrevem e podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável futuro, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. c) *Taxa incremental sobre empréstimos:* A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária). **3.18 Informações por segmentos:** Informação por segmento: um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia e responsável por implementar as estratégias definidas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação. **3.19 Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7 / CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. **3.20 Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado (NBC TG 09). Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders). **3.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer o seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3.22 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

**4. Gestão de Risco Financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos. **4.1. Fatores de Risco Financeiro: (a) Risco de Mercado:** (i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros. Decorre da possibilidade de a Companhia auferir ganhos ou sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes de longo prazo são contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado. **(b) Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras está abaixo apresentada:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8) | 33.782 | 42.287 | 34.391 | 45.136 |
| Aplicações financeiras | 5.051 | 5.197 | 7.008 | 5.197 |
| Contas a receber de clientes (Nota 9) | 157.634 | 154.618 | 163.129 | 159.221 |
| | **196.467** | **202.102** | **204.528** | **209.554** |

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(c) Risco de Câmbio:** O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte dos empréstimos e financiamentos está vinculada a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, a Companhia utiliza instrumentos de hedge derivativo (swap cambial) com o objetivo de reduzir totalmente a sua exposição ao risco cambial. A Companhia possui política para mitigação dos riscos cambiais, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020 referem-se a contratos de venda cambial a termo a fim de proteger integralmente a exposição passiva em moeda estrangeira, originada de empréstimos e financiamentos captados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado a seguir:

**Instrumentos Financeiros Derivativos em 31/12/2021**

| Contraparte | Vencimento | Compra/Venda | Taxa futura contratada | Saldo dez/2021 | Notional |
|---|---|---|---|---|---|
| CCB | Outubro/2022 | Compra | 5,75 | (73) | 2.050 |
| CCB | Agosto/2022 | Compra | 5,75 | (36) | 941 |
| CCB | Abril/2022 | Compra | 5,75 | (132) | 2.771 |
| CCB | Dezembro/2022 | Compra | 5,75 | (112) | 3.352 |
| | | | | **(353)** | **9.114** |

**Instrumentos Financeiros Derivativos em 31/12/2020**

| Contraparte | Vencimento | Compra/Venda | Taxa futura contratada | Saldo dez/2020 | Notional |
|---|---|---|---|---|---|
| CCB | Outubro/2022 | Compra | 5,75 | (757) | 5.916 |
| CCB | Agosto/2022 | Compra | 5,75 | (226) | 1.852 |
| CCB | Abril/2022 | Compra | 5,75 | (564) | 4.686 |
| CCB | Dezembro/2022 | Compra | 5,75 | (620) | 5.434 |
| | | | | **(2.167)** | **17.888** |

A Companhia contratou estes instrumentos financeiros derivativos com a intenção de proteção econômica dos efeitos de variação cambial de seus empréstimos tomados em moeda estrangeira (hedge econômico). A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esses contratos, mensurando os mesmos ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não ofereceu margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima. O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício, estão reconhecidos no resultado financeiro. **(d) Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o departamento Financeiro da Companhia. O Financeiro investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, avaliados a valor justo.

| Controladora | Menos de um ano | Entre um e três anos | Entre três e cinco anos |
|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2021** | | | |
| Fornecedores | 18.960 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 119.172 | 55.784 | - |
| Aquisição de controladas | 3.025 | - | - |
| Arrendamentos | 5.992 | 6.767 | 4.389 |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | | | |
| Fornecedores | 19.958 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 51.964 | 138.033 | - |
| Aquisição de controladas | 18.094 | - | - |
| Arrendamentos | 7.914 | 10.627 | 1.151 |

| Consolidado | Menos de um ano | Entre um e três anos | Entre três e cinco anos |
|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2021** | | | |
| Fornecedores | 20.372 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 119.172 | 55.784 | - |
| Aquisição de controladas | 3.025 | - | - |
| Arrendamentos | 6.264 | 7.410 | 6.009 |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | | | |
| Fornecedores | 20.141 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 51.964 | 138.033 | - |
| Aquisição de controladas | 18.094 | - | - |
| Arrendamentos | 7.914 | 10.627 | 1.151 |

**(e) Análise de Sensibilidade - Taxa de Câmbio:** Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta em seus instrumentos financeiros derivativos, os quais possuem a finalidade de hedge nas operações de empréstimos em moeda estrangeira. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o exercício projetado de três meses para essa avaliação e a exposição à flutuação do dólar norte-americano. A administração entende que o cenário provável é uma redução de 3,77% na cotação do dólar norte-americano, conforme expectativa de mercado. Em seguida, apuramos os cenários de apreciação e de deterioração de 25% e 50% sobre essa expectativa, conforme demonstrado a seguir:

| Instrumentos Financeiros Derivativos (31/12/2021) | Ativo | Passivo | Notional |
|---|---|---|---|
| Contratos de câmbio a termo - R$para US$ (Nota 15) | - | 353 | 9.114 |
| Empréstimos em US$ (Nota 15) | - | 9.114 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **-** | **9.467** | **9.114** |

| Instrumentos Financeiros Derivativos (31/12/2020) | Ativo | Passivo | Notional |
|---|---|---|---|
| Contratos de câmbio a termo - R$para US$ (Nota 15) | - | 2.167 | 17.888 |
| Empréstimos em US$ (Nota 15) | - | 17.888 | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **-** | **20.055** | **17.888** |

| Operação | Risco | Cenário Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Hedge | Dívida (Risco aumento US$) | (33) | (41) | (49) | 25 | 16 |
| Dívida em US$ | Derivativo (Risco queda US$) | (33) | (41) | (49) | 25 | 16 |
| | **Efeito líquido** | - | - | - | - | - |

O cenário provável utiliza a taxa de câmbio projetada a R$5,60, com base nas projeções do Banco Central do Brasil, conforme relatório Focus datado de 31 de dezembro de 2021. **(f) Análise de Sensibilidade - Taxa de Juros:** Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o exercício projetado de doze meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de taxas de juros, substancialmente o Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A Administração entende que o cenário provável para os próximos doze meses é CDI a 3,00% ao ano, conforme expectativas de mercado. A Companhia possui aplicações financeiras atreladas ao CDI, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, sendo que as utiliza diariamente para gestão do fluxo de caixa. Dessa forma, a Administração entende que não é relevante a apresentação da análise de sensibilidade para esse ativo. Em seguida, apuramos os cenários de apreciação e de deterioração de 25% e 50% sobre essa expectativa, conforme demonstrado a seguir:

| Operação | Risco | Cenário Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Empréstimos e financiamentos | Variação do CDI | (39.504) | (49.379) | (59.255) | (29.628) | (19.752) |

**4.2. Gestão de Capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 162.926 | 189.997 | 162.926 | 189.997 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | (33.782) | (42.287) | (34.391) | (45.136) |
| Aplicações financeiras | | (5.051) | (5.197) | (7.008) | (5.197) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 15 | 353 | 2.167 | 353 | 2.167 |
| Dívida líquida | | **124.446** | **144.680** | **121.880** | **141.831** |
| Total do patrimônio líquido | | **(15.818)** | **35.671** | **(15.818)** | **35.671** |
| **Total do capital** | | **108.628** | **180.351** | **106.062** | **177.502** |
| Índice de alavancagem financeira - % | | 114,6 | 80,2 | 108,4 | 79,9 |

**4.3. Estimativa do Valor Justo:** Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia: Aplicações financeiras: as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado nas cotações projetadas de câmbio para as datas de vencimento contratadas dos instrumentos, ou data próxima a esta, descontadas até o exercício de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). Cotações são obtidas principalmente a partir de preços referenciais divulgados pela BM&F Bovespa. Empréstimos e financiamentos: estão substancialmente representados por financiamentos e empréstimos a taxas pós-fixadas (CDI

*continua...*

*continuação...*

adicionado a *spread*) concedidos pelas principais instituições financeiras nacionais, e reúnem características próprias e a Administração. Dessa forma seu valor justo é similar ao valor contábil. Outros ativos e passivos financeiros: pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *(impairment)* no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. **Hierarquia do Valor Justo:** A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1:** preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2:** informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); • **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo:

| | Consolidado 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** | **Saldo total** |
| **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | (353) | - | (353) |

| | Consolidado 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** | **Saldo total** |
| **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | (2.167) | - | (2.167) |

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o período.

**5. Apresentação de Informações por Segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio na perspectiva de produto e identificou as atividades de contact, cobrança, Cxdzain e Code7. A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na margem bruta. Despesas operacionais, receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos. A Companhia não realiza avaliação do desempenho dos negócios considerando ativos e passivos alocados aos segmentos, tratando-os de forma consolidada no contexto dos negócios realizados por estes segmentos. O resultado operacional consolidado por segmento está apresentado a seguir:

| | Consolidado 31/12/2021 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Contact** | **Cobrança** | **Cxdzain** | **Code7** | **Consolidado** |
| Receita operacional liquida | 303.334 | 159.193 | 7.201 | 61.744 | 531.472 |
| Custo dos serviços prestados | (212.771) | (123.604) | (4.321) | (32.615) | (373.310) |
| **Lucro bruto** | **90.563** | **35.589** | **2.880** | **29.129** | **158.162** |
| **Margem bruta** | **29,86%** | **22,36%** | **39,99%** | **47,18%** | **29,76%** |

| | Consolidado 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Contact Center** | **Cobrança** | **Code7** | **Consolidado** |
| Receita operacional liquida | 274.475 | 193.095 | 29.788 | 497.358 |
| Custo dos serviços prestados | (184.199) | (141.361) | (15.597) | (341.158) |
| **Lucro bruto** | **90.276** | **51.734** | **14.191** | **156.200** |
| **Margem bruta** | **32,89%** | **26,79%** | **47,64%** | **31,41%** |

As receitas brutas dos três principais clientes da Companhia representam 49% (aproximadamente 50% da receita total em 31 de dezembro de 2018). Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles isoladamente representa mais de 6% da receita bruta total. Não há transações entre os segmentos operacionais da Companhia.

**6. Instrumentos Financeiros por Categoria:** O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados por categoria:

| **Ativos Financeiros:** | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Custo amortizado** | **Nota** | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 33.782 | 42.287 | 34.391 | 45.136 |
| Aplicações financeiras | | 5.051 | 5.197 | 7.008 | 5.197 |
| Contas a receber de clientes | 9 | 157.634 | 154.618 | 163.129 | 159.221 |
| **Passivos Financeiros:** | | | | | |
| **Custo amortizado** | | | | | |
| Fornecedores | 14 | 18.960 | 19.958 | 20.372 | 20.141 |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | 162.926 | 189.997 | 162.926 | 189.997 |
| Aquisição de controladas | 11 | 2.714 | 18.094 | 2.714 | 18.094 |
| Outras contas a pagar | | 1.292 | 945 | 2.290 | 1.644 |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 15 | 353 | 2.167 | 353 | 2.167 |

**7. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Contas a Receber de Clientes** | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's) | | | | |
| BB | 80.905 | 77.579 | 80.905 | 77.579 |
| B | 70 | 48 | 70 | 48 |
| | **80.975** | **77.627** | **80.975** | **77.627** |
| Contrapartes sem classificação externa de crédito | | | | |
| Grupo 1 | 10.549 | 7.576 | 10.549 | 7.576 |
| Grupo 2 | 65.999 | 71.955 | 71.493 | 76.558 |
| Grupo 3 | 111 | 74 | 112 | 74 |
| | **76.659** | **79.605** | **82.154** | **84.208** |
| **Total de Contas a Receber de Clientes (Nota 9)** | **157.634** | **157.232** | **163.129** | **161.835** |

• Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses). • Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado. • Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

| **8. Caixa e Equivalentes de Caixa:** | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Bancos | 15.125 | 6.426 | 15.734 | 9.274 |
| Aplicações financeiras | 18.657 | 35.861 | 18.657 | 35.862 |
| | **33.782** | **42.287** | **34.391** | **45.136** |

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

**9. Contas a Receber de Clientes:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Contas a receber de clientes | 161.941 | 157.232 | 167.529 | 161.835 |
| AVP | (3.483) | (1.460) | (3.483) | (1.460) |
| Provisão créditos de liquidação duvidosa | (824) | (1.154) | (918) | (1.154) |
| **Contas a receber de clientes, líquidas** | **157.634** | **154.618** | **163.128** | **159.221** |
| Ativo circulante | 137.786 | 140.636 | 143.281 | 145.239 |
| Ativo não circulante | 19.848 | 13.982 | 19.848 | 13.982 |

O saldo de contas a receber de clientes apresentou aumento em 2021 motivado pelo aumento do prazo médio de recebimento para 95 dias (2020 - 90 dias), consequência do contexto macroeconômico nacional. • **Contas a Receber por Vencimento:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| A vencer | 151.487 | 134.877 | 157.075 | 139.030 |
| **Vencidos:** | | | | |
| Até 30 dias | 2.466 | 11.849 | 2.466 | 11.849 |
| De 31 a 60 dias | 429 | 606 | 429 | 606 |
| De 61 a 90 dias | 133 | 787 | 133 | 787 |
| De 91 a 180 dias | 219 | 5.828 | 219 | 5.828 |
| Há mais de 180 dias | 7.207 | 3.285 | 7.207 | 3.285 |
| **Total** | **161.941** | **157.232** | **167.529** | **161.385** |

• **Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Saldo no início do exercício | (1.154) | (823) | (1.154) | (823) |
| Adições / Reversões | 330 | (331) | 236 | (331) |
| **Saldo no final do exercício** | **(824)** | **(1.154)** | **(918)** | **(1.154)** |

A constituição e reversão da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício em "Outras despesas operacionais". Os valores são geralmente baixados da conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém títulos como garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 15).

**10. Impostos a recuperar:**

| **• Impostos a recuperar:** | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| PIS e COFINS a recuperar | 2.825 | 2.825 | 2.829 | 2.827 |
| ISS a recuperar | 160 | 175 | 181 | 198 |
| INSS a recuperar | 4.201 | 711 | 4.338 | 815 |
| | **7.186** | **3.711** | **7.348** | **3.840** |

• **Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Imposto de renda a recuperar | 8.782 | 6.448 | 8.850 | 6.491 |
| Contribuição social a recuperar | 539 | 531 | 555 | 534 |
| | **9.321** | **6.979** | **9.405** | **7.025** |

**11. Investimentos:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Code7 Software e Plataformas de Tecnologia Ltda. (a) | 31.649 | 40.587 | - | - |
| **Investimento em controladas** | **31.649** | **40.587** | **-** | **-** |
| Cotas de investimentos - Unicred | 231 | 231 | 231 | 231 |
| Outros | - | - | 171 | 171 |
| **Outros investimentos** | **231** | **231** | **402** | **402** |
| | **31.880** | **40.818** | **402** | **402** |

**(a) Movimentação dos investimentos em controladas:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| | **Code7** | **Code7** |
| Investimentos em controladas no início do exercício | 40.587 | 42.862 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (6.396) | 267 |
| (-) Realização de valor justo | (2.542) | (2.542) |
| **Investimentos em controladas no final do exercício** | **31.649** | **40.587** |

**(b) Informações sintéticas de controladas:**

| 31/12/2021 | Total do Ativo | Patrimônio líquido ajustado | Ágio na aquisição da controlada | Prejuízo do exercício | Participação no capital social (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Code7 | 22.651 | 14.676 | 16.973 | (6.393) | 100,00 |

| 31/12/2020 | Total do Ativo | Patrimônio líquido ajustado | Ágio na aquisição da controlada | Lucro do exercício | Participação no capital social (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Code7 | 12.767 | 23.614 | 16.973 | 267 | 100,00 |

• **Aquisição de Controladas - Saldo a Pagar:** As aquisições dos investimentos acima descritos foram realizadas com pagamento parcial à vista e parcelamento de saldo devedor, corrigido pela variação mensal do CDI.

| | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Saldo inicial | 18.094 | 35.210 |
| Amortizações | (14.875) | (15.364) |
| Juros pagos | (1.541) | (2.979) |
| Juros apropriados | 1.036 | 1.227 |
| **Saldo final** | **2.714** | **18.094** |

O cronograma dos vencimentos está abaixo apresentado:

| | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Até 1 ano | 2.714 | 18.094 |
| Entre 1 e 3 anos | - | - |
| | **2.714** | **18.094** |

**12. Imobilizado:** O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

| Controladora | Móveis e utensílios | Máquinas e equipamentos | Equipamentos de processamento de dados | Benfeitorias propriedade de terceiros | Imobilizado em andamento | Arrendamentos | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Taxa de depreciação - % | 10% | 10% | 20% | 14% | | | 20% | |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019** | **7.995** | **5.286** | **18.047** | **30.322** | **108** | **26.684** | **18** | **88.460** |
| Adições | 1.032 | 702 | 6.634 | 2.250 | 38 | 1.651 | - | **12.307** |
| Transferência | - | - | - | - | - | (570) | (83) | **(653)** |
| Depreciação | (1.410) | (889) | (5.971) | (9.009) | - | (10.025) | (15) | **(27.319)** |
| Baixas depreciação | - | - | - | - | - | - | 80 | **80** |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020** | **7.617** | **5.099** | **18.710** | **23.563** | **146** | **17.740** | **-** | **72.875** |
| Custo histórico | 15.007 | 9.337 | 54.704 | 79.330 | 146 | 35.273 | - | **193.797** |
| Depreciação acumulada | (7.390) | (4.238) | (35.994) | (55.767) | - | (17.533) | - | **(120.922)** |
| | **7.617** | **5.099** | **18.710** | **23.563** | **146** | **17.740** | **-** | **72.875** |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020** | **7.617** | **5.099** | **18.710** | **23.563** | **146** | **17.740** | **-** | **72.875** |
| Adições | 223 | 742 | 5.631 | 1.641 | 32 | 8.731 | - | **17.000** |
| Baixas | - | - | - | - | - | (2.966) | - | **(2.966)** |
| Depreciação | (1.465) | (946) | (6.539) | (7.826) | - | (8.761) | - | **(25.537)** |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021** | **6.375** | **4.895** | **17.802** | **17.378** | **178** | **14.744** | **-** | **61.372** |
| Custo histórico | 15.230 | 10.078 | 60.091 | 80.972 | 178 | 38.941 | - | **205.490** |
| Depreciação acumulada | (8.855) | (5.183) | (42.290) | (63.593) | - | (24.197) | - | **(144.118)** |
| | **6.375** | **4.895** | **17.801** | **17.379** | **178** | **14.744** | **-** | **61.372** |

| Consolidado | Móveis e utensílios | Máquinas e equipamentos | Equipamentos de processamento de dados | Benfeitorias propriedade de terceiros | Imobilizado em andamento | Arrendamentos | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Taxa de depreciação - % | 10% | 10% | 20% | 14% | | | 20% | |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019** | **8.052** | **5.306** | **18.435** | **30.330** | **108** | **26.684** | **18** | **88.933** |
| Adições | 1.031 | 702 | 6.718 | 2.250 | 38 | 1.651 | - | **12.390** |
| Transferências | - | - | 543 | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | - | - | (570) | (83) | - |
| Depreciação | (1.422) | (897) | (6.093) | (9.008) | - | (10.025) | (15) | **(27.460)** |
| Baixas depreciação | - | - | - | - | - | - | 80 | - |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020** | **7.661** | **5.111** | **19.060** | **23.572** | **146** | **17.740** | **-** | **73.290** |
| Custo histórico | 15.146 | 9.400 | 55.753 | 79.357 | 146 | 35.274 | - | **195.076** |
| Depreciação acumulada | (7.485) | (4.289) | (36.693) | (55.785) | - | (17.534) | - | **(121.786)** |
| | **7.661** | **5.111** | **19.060** | **23.572** | **146** | **17.740** | **-** | **73.290** |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020** | **7.661** | **5.111** | **19.060** | **23.572** | **146** | **17.740** | **-** | **73.290** |
| Adições | 223 | 744 | 5.711 | 1.641 | 32 | 11.529 | - | **19.880** |
| Baixas | - | - | - | - | - | (2.965) | - | **(2.965)** |
| Depreciação | (1.474) | (953) | (6.412) | (7.826) | - | (9.038) | - | **(25.703)** |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021** | **6.410** | **4.902** | **18.359** | **17.387** | **178** | **17.266** | **-** | **64.502** |
| Custo histórico | 15.370 | 10.144 | 61.463 | 80.998 | 178 | 41.495 | - | **209.648** |
| Depreciação acumulada | (8.960) | (5.241) | (43.104) | (63.611) | - | (24.228) | - | **(145.146)** |
| | **6.410** | **4.903** | **18.359** | **17.387** | **178** | **17.267** | **-** | **64.502** |

O saldo de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2021 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição de máquinas, outros ativos (cotas de consórcio).

A Companhia possui os seguintes saldos de ativos totalmente depreciados que permanecem em uso:

| | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Móveis e utensílios | 411 | 332 |
| Máquinas e equipamentos | 30 | 17 |
| Equipamentos de informática | 23.482 | 21.814 |
| Benfeitorias em propriedades de terceiros | 21.812 | 16.288 |
| | **45.735** | **38.451** |

**13. Intangível:**

| | Período de | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **amortização** | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Ágio aquisição Flex Cobrança | | 32.214 | 32.214 | 32.214 | 32.214 |
| Ágio aquisição Code7 | | - | - | 16.973 | 16.973 |
| **Ágio na aquisição de controladas** | | **32.214** | **32.214** | **49.187** | **49.187** |
| Carteira de clientes | 7 anos | 24.056 | 24.056 | 24.056 | 24.056 |
| Marca | 2 anos | 8.591 | 8.591 | 8.591 | 8.591 |
| Amortização mais valia | | (32.139) | (28.702) | (32.139) | (28.702) |
| **Intangíveis oriundos da aquisição da Flex Cobrança** | | **508** | **3.945** | **508** | **3.945** |
| Carteira de clientes | 7 anos | 1.688 | 1.688 | 1.688 | 1.688 |
| Marca | 2 anos | 28 | 28 | 28 | 28 |
| Amortização mais valia | | (1.245) | (907) | (1.245) | (907) |
| **Intangíveis oriundos da aquisição da Primius** | | **471** | **809** | **471** | **809** |
| Carteira de clientes | 13 anos | - | - | 13.071 | 13.071 |
| Marca | 8 anos | - | - | 2.921 | 2.921 |
| Software | 7 anos | - | - | 5.033 | 5.033 |
| Acordo de não competição | | - | - | 2.638 | 2.638 |
| Amortização acumulada | | - | - | (7.626) | (5.084) |
| **Intangíveis oriundos da aquisição da Code7** | | **-** | **-** | **16.037** | **18.579** |
| Softwares - licenças de uso | 5 anos | 23.207 | 21.942 | 23.413 | 21.992 |
| Desenvolvimento de softwares - custo | 5 anos | 26.321 | 23.808 | 38.737 | 28.409 |
| Cessão de carteira de clientes | 5 anos | 4.521 | 4.521 | 4.521 | 4.521 |
| Amortização acumulada | | (31.862) | (22.877) | (34.070) | (23.512) |
| **Outros intangíveis** | | **22.187** | **27.394** | **32.601** | **31.410** |
| | | **55.380** | **64.362** | **98.804** | **103.930** |

| **• Movimentação:** | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| **Saldo líquido em 31 de dezembro e 2019** | **68.155** | **108.177** |
| Adições | 8.550 | 11.166 |
| Amortização | (12.343) | (15.413) |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020** | **64.362** | **103.930** |
| Custo histórico | 116.848 | 162.135 |
| Amortização acumulada | (52.486) | (58.205) |
| | **64.362** | **103.930** |
| **Saldo líquido em 31 de dezembro e 2020** | **64.362** | **103.930** |
| Adições | 3.777 | 11.749 |
| Amortização | (12.759) | (16.875) |
| **Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021** | **55.380** | **98.804** |
| Custo histórico | 120.626 | 173.884 |
| Amortização acumulada | (65.246) | (75.080) |
| | **55.380** | **98.804** |

As adições de ativo intangível são motivadas, substancialmente, pela aquisição de softwares e projetos de desenvolvimento interno da automatização digital das áreas de Recursos Humanos, Controladoria e finanças, e para o aprimoramento do ambiente de controles internos. No período houve também desenvolvimento de soluções na área operacional, em especial relacionados ao desenvolvimento de tecnologias como Inteligência Artificial, Big Data & Analitycs, Bots, Machine Learning, Agentes Virtuais e URAs Cognitivas (Unidade de Resposta Audível). • **Teste de Ágio para Verificação de Impairment:** O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. Conforme apurado nas combinações de negócios, os ágios oriundos da aquisição de controladas foram atribuídos aos segmentos de Cobrança e de Tecnologia. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua. Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

| | **Cobrança** | **Code 7** |
|---|---|---|
| Volume e preço de vendas (% da taxa de crescimento anual) [(1)] | Média 9% | Média 8% |
| Margem bruta (% de receita) [(2)] | 32,2 | 41,5% |
| Outros custos operacionais e despesas administrativas (% da receita) [(3)] | 27,9 | 15,5% |
| Taxa de desconto - % | 10,9 | 10,9 |

[(1)] O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado. O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território. [(2)] A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados que a administração espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. [(3)] Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos. Os resultados apurados indicam que não houve apuração de perda por *impairment* a ser reconhecida no exercício, tendo em vista que o valor líquido do fluxo de caixa apurado foi superior ao valor residual desses ativos. Se a taxa de desconto estimada aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC Cobrança e para a UGC Tecnologia fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 8,5% ao invés de 7,5%), ou fosse 1% menor (por exemplo, 6,5% ao invés de 7,5%), também não seria necessário reconhecer uma perda (*impairment*).

**14. Fornecedores:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Fornecedores - materiais e serviços | 14.255 | 13.431 | 15.666 | 13.614 |
| Fornecedores - telefonia | 4.705 | 6.527 | 4.706 | 6.527 |
| | **18.960** | **19.958** | **20.372** | **20.141** |

**15. Empréstimos e Financiamentos:** Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

| | | | | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modalidade** | **Encargos mensais** | **Encargos anuais** | **Vcto** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| **Moeda nacional** | | | | | |
| Arrendamentos | 0,60% a.m. (eq. CDI + 0,40%) | 7,36% a.a. (eq. CDI + 6,16%) | 2022 | 3.274 | 4.791 |
| Finame | 0,40% a.m. (eq. CDI + 0,20%) | 4,93% a.a. (eq. CDI + 2,43%) | 2021 | - | 19 |
| Capital de giro | 0,56% a.m. (eq. CDI + 0,36%) | 6,93% a.a. (eq. CDI + 4,41%) | 2023 | 77.155 | 95.098 |
| Debêntures | 0,60% a.m. (eq. CDI + 0,40%) | 7,36% a.a. (eq. CDI + 4,94%) | 2023 | 73.383 | 72.301 |
| **Total moeda nacional** | | | | **153.812** | **172.209** |
| **Moeda estrangeira [1]** | | | | | |
| Capital de giro - USD | | | | 9.113 | 17.788 |
| **Total moeda estrangeira** | | **Libor + 3,6% a.a.** | **2022** | **9.113** | **17.788** |
| **Total** | | | | **162.925** | **189.997** |
| Circulante | | | | 100.320 | 51.964 |
| Não circulante | | | | 62.605 | 138.033 |

[(1)] A Companhia contratou swaps cambiais (instrumentos financeiros derivativos) para mitigar o risco cambial existente sobre os contratos em moeda estrangeira, assumindo como contrapartida a variação do CDI, conforme descrito na Nota 4.1 (c). Não há risco cambial residual nessas operações, estando elas integralmente protegidas via swaps mencionados. Apresentamos a seguir o cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

| | Controladora / Consolidado |
|---|---|
| Até 1 ano | 100.320 |
| Entre 1 e 3 anos | 62.605 |
| | **162.925** |

• **Movimentação de Saldo:** A movimentação dos saldos de empréstimos está apresentada abaixo:

| | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Saldo inicial | 189.997 | 170.798 |
| Adições | 31.809 | 110.724 |
| Juros incorridos | 14.876 | 15.377 |
| Juros pagos | (12.225) | (18.082) |
| Amortizações | (61.531) | (88.820) |
| **Saldo final** | **162.926** | **189.997** |

• **Cláusulas Restritivas:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta contratos de capital de giro e debêntures com cláusulas restritivas ("*covenants*") que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, apurados em 31 de dezembro, das quais destacamos: • Dívida Líquida / EBITDA < 2,00; • EBITDA/ Resultado financeiro > 1,15; • Liquidez Corrente >0,80; Os compromissos com liquidez corrente deve ser apurado trimestralmente conforme estabelecido em contrato, e os demais compromissos apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2021 a liquidez não ultrapassou o limite das cláusulas restritivas. • **Garantias:** Os contratos de arrendamentos possuem garantias através de alienação fiduciária dos bens em escopo nos contratos de arrendamento. Para os contratos de Finame, a garantia ocorre em forma de alienação fiduciária dos bens objetos do contrato e avais. Para os empréstimos de capital de giro e contas garantidas, as garantias são direitos creditórios. Abaixo destacamos os ativos dados em garantia a essas operações:

| | Controladora / Consolidado | |
|---|---|---|
| **Circulante** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Aplicações financeiras | 1.298 | 1.117 |
| Contas a receber | 31.400 | 35.600 |
| **Não Circulante** | | |
| Equipamentos de informática | 4.670 | 6.632 |
| **Total de Ativos dados como garantia** | **37.368** | **43.349** |

• **Emissão de Debêntures:** Em fevereiro de 2020, a Companhia efetuou oferta pública com esforços restritos de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 73.000 (setenta e três mil) Debêntures, sendo: (i) 23.000 (vinte e três mil) Debêntures da Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série"), e (ii) 50.000 (cinquenta mil) Debêntures da Segunda Série ("Debêntures da Segunda Série"). O valor total da Emissão foi de R$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), na data de emissão. O prazo das Debêntures da Primeira Série é de 33 (trinta e três) meses e o prazo das Debêntures da Segunda Série é de 42 (quarenta e dois) meses, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em novembro de 2022 e agosto de 2023, respectivamente. A controlada AYTY CRM BPO e Serviços de Tecnologia Ltda. é garantidora da operação. Adicionalmente, como garantias da operação foram arrolados os seguintes bens: (a) Cessão fiduciária e promessa de cessão, pela Emissora, de: (i) a totalidade dos direitos creditórios performados de titularidade da Emissora, principais e acessórios, decorrentes de serviços já prestados pela Emissora a clientes locais, faturados e vinculados a notas fiscais emitidas, mas ainda não recebidos, conforme relatório a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário; (ii) a totalidade dos direitos creditórios performados de titularidade da Emissora, principais e acessórios, decorrentes de serviços já prestados pela Emissora a clientes locais, mas ainda não faturados, conforme relatório a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário; (iii) a totalidade dos direitos creditórios performados de titularidade da Emissora, principais e acessórios, decorrentes de comissionamento por parcelamentos e renegociações já realizados a clientes locais da Emissora, mas ainda não recebidos, conforme relatório a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário; (iv) a totalidade dos direitos creditórios não performados de titularidade da Emissora, atuais ou futuros, decorrentes de serviços a serem prestados pela Emissora no âmbito de contratos celebrados junto a clientes locais, conforme relatório a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário; e (v) todos (a) os recursos e direitos detidos pela Emissora com relação à Conta Vinculada (conforme definido na Escritura de Emissão), observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, na qual deverá ser depositada a totalidade dos recursos recebidos em decorrência da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), e (b) demais valores creditados ou depositados na Conta Vinculada, inclusive os recursos da Emissão, valores objeto de ordens de pagamento, eventuais ganhos e rendimentos oriundos de Investimentos Permitidos realizado com os valores depositados na Conta Vinculada, assim como o produto do resgate ou da alienação de referidos Investimentos Permitidos (conforme definido na Escritura de Emissão), os quais passarão a integrar automaticamente a Cessão Fiduciária, independentemente de onde se encontrarem, mesmo que em trânsito ou em processo de compensação bancária (sendo itens (i) a (v) doravante denominados "Cessão Fiduciária"); (b) penhor sobre equipamentos de propriedade da Emissora ("Penhor de Equipamentos"); e (c) penhor sobre ativos de propriedade intelectual de titularidade da Garantidora ("Penhor sobre Ativos de Propriedade Intelectual" e, em conjunto com Cessão Fiduciária e Penhor de Equipamentos, "Garantias"). O valor contábil das garantias prestadas está demonstrado a seguir: **(a) Penhor de equipamentos:**

| | Valor original | Depreciação acumulada | Valor contábil |
|---|---|---|---|
| Móveis e utensílios (nota 12) | 14.115 | (7.421) | 6.694 |
| Máquinas e equipamentos (nota 12) | 8.698 | (4.070) | 4.628 |
| Equipamentos de processamento de dados (nota 12) | 49.035 | (37.496) | 11.539 |

**(b) Penhor sobre ativos de propriedade intelectual:**

| | Valor original | Depreciação acumulada | Valor contábil |
|---|---|---|---|
| Software Ayty (nota 13) | 5.033 | (1.258) | 3.775 |
| Marca Ayty (nota 13) | 2.921 | (284) | 2.637 |

• **Instrumentos Financeiros Derivativos - Contrato de Câmbio a Termo:** A Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira e realizou swaps cambiais para mitigar o risco cambial existente sobre esses contratos, assumindo como contrapartida a variação do CDI. Os valores de referência (*nocional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2020, totalizam R$17.788 (2019 - R$19.396). Os saldos apurados oriundos dessas operações estão apresentados a seguir:

| | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Ativo Circulante | - | - |
| Passivo Circulante | (353) | (2.167) |
| **Exposição líquida** | **(353)** | **(2.167)** |

**16. Obrigações Trabalhistas:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Salários e honorários | 15.910 | 15.877 | 18.110 | 16.578 |
| Encargos sociais | 9.158 | 4.273 | 10.433 | 4.073 |
| Provisão de férias | 21.781 | 20.185 | 23.776 | 21.532 |
| | **46.849** | **40.335** | **52.319** | **42.183** |

**17. Obrigações Fiscais:** • **Obrigações Tributárias:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| PIS e COFINS a recolher | 6.755 | 5.529 | 7.118 | 5.745 |
| ISS a recolher | 10.101 | 8.866 | 10.144 | 8.922 |
| INSS a recolher | 5.917 | 5.550 | 6.081 | 6.217 |
| Parcelamento de PIS e COFINS | 43.337 | 25.538 | 43.385 | 25.538 |
| Parcelamento de ISS | 34.588 | 21.670 | 34.844 | 21.670 |
| Parcelamento de CPRB | 34.841 | 23.954 | 35.064 | 23.954 |
| Parcelamento de INSS | 15.895 | 14.354 | 15.895 | 14.354 |
| Parcelamento de FGTS | 1.405 | 225 | 1.405 | 243 |
| | **152.839** | **105.686** | **153.936** | **106.643** |
| Circulante | 48.735 | 37.155 | 49.416 | 38.112 |
| Não circulante | 104.104 | 68.531 | 104.520 | 68.531 |

Em dezembro de 2020 encerrou o prazo de isenção do ISSNQ, para a filial de Xanxerê, o qual foi concedido em dezembro de 2015, visando o desenvolvimento econômico da cidade. Portanto a partir de janeiro de 2021 é utilizada a alíquota de 2%. • **Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | 29 | - |
| IRRF a recolher | 1.584 | 1.581 | 2.122 | 1.896 |
| Parcelamento de IRPJ e CSLL | 2.477 | 3.298 | 2.477 | 3.298 |
| | **4.061** | **4.879** | **4.628** | **5.194** |
| Circulante | 2.794 | 2.565 | 3.361 | 2.880 |
| Não circulante | 1.267 | 2.314 | 1.267 | 2.314 |

• **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| **Créditos fiscais diferidos** | | |
| Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa contribuição social | 32.496 | 26.092 |
| **Diferenças temporárias** | | |
| Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas | 1.625 | 1.550 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 296 | 392 |
| Despesas com SWAP | 740 | 617 |
| Amortização aquisição Code7 | 2.593 | 1.729 |
| AVP | 834 | 146 |
| **Ativo diferido total** | **38.584** | **30.526** |
| **Débitos fiscais diferidos** | | |
| Amortização fiscal do ágio | (9.915) | (7.679) |
| Compra vantajosa | (57) | (115) |
| **Passivo diferido total** | **(9.972)** | **(7.794)** |
| (-) Diferido não contabilizado | (28.612) | - |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos** | **-** | **22.732** |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| **Créditos fiscais diferidos** | | |
| Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa contribuição social | 33.130 | 26.443 |
| **Diferenças temporárias** | | |
| Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas | 1.625 | 1.550 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 296 | 392 |
| Despesas com SWAP | 740 | 617 |
| Amortização aquisição Code7 | 2.593 | 1.729 |
| AVP | 834 | 146 |
| **Ativo diferido total** | **39.218** | **30.877** |
| **Débitos fiscais diferidos** | | |
| Amortização fiscal do ágio | (9.915) | (7.679) |
| Compra vantajosa | (57) | (115) |
| **Passivo diferido total** | **(9.972)** | **(7.794)** |
| (-) Diferido não contabilizado | (29.289) | - |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos** | **351** | **23.083** |

A seguir demonstramos a reconciliação da movimentação do ativo fiscal diferido:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Saldo no início do período | 22.732 | 12.656 |
| Imposto diferido reconhecido no resultado do exercício | (22.732) | 10.076 |
| **Saldo no final do período** | **-** | **22.732** |

A Companhia avaliou a probabilidade de realização dos créditos tributários diferidos, conforme requerido pelo CPC32 (IAS12), e concluiu pela necessidade de efetuar a reversão dos valores que haviam sido registrados em anos anteriores no montante de R$22.732. O crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos não registrado não prescreve, e poderá ser utilizado à medida que a Companhia passe a apresentar lucros tributáveis no futuro, ou que oportunidades de planejamento tributário estejam disponíveis, incluindo programas de parcelamento do governo federal que permitam a utilização desses saldos para quitação de débitos relativos a outros tributos. • **Parcelamento de PIS e COFINS:** A Companhia realizou parcelamentos de PIS/COFINS no ano de 2019, totalizando R$9.463. Adicionalmente realizou novos parcelamentos de PIS/COFINS no 1º, 2º e 4º trimestre de 2020. O valor da dívida parcelada no 1º trimestre foi de R$1.847, no 2º trimestre foi de R$4.720 e no 4º trimestre foi de R$9.283.

| | Parcelamento não previdenciário | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 19679-405.104/2018-08 | 18/06/2018 | 60 | 19 | 1.997 | 740 |
| Parcelamento nº 10880-748.825/2019-12 | 16/12/2019 | 60 | 37 | 7.478 | 4.983 |
| Parcelamento nº 10880.749.558/2019-09 | 26/12/2019 | 60 | 37 | 1.986 | 1.323 |
| Parcelamento nº 13811-720.231/2020-92 | 10/02/2020 | 60 | 39 | 1.848 | 1.290 |
| Parcelamento nº 11610.720.959/2020-55 | 09/06/2020 | 60 | 41 | 5.753 | 4.384 |
| Parcelamento nº 18186-722.717/2020-01 | 23/10/2020 | 60 | 47 | 6.823 | 6.363 |
| Parcelamento nº 18186-722.842/2020-11 | 09/11/2020 | 60 | 48 | 1.706 | 1.440 |
| Parcelamento nº 18186-723.060/2020-91 | 09/12/2020 | 60 | 49 | 1.850 | 1.592 |
| Parcelamento nº 18186-720.572/2021-86 | 09/04/2021 | 60 | 51 | 5.823 | 5.383 |
| Parcelamento nº 18186.720.929/2021-26 | 16/06/2021 | 60 | 53 | 3.999 | 3.815 |
| Parcelamento nº 18186-721.242/2021-16 | 29/07/2021 | 60 | 54 | 1.969 | 1.906 |
| Parcelamento nº 18186-721.489/2021-24 | 02/09/2021 | 60 | 56 | 1.947 | 1.936 |
| Parcelamento nº 18186-721.788/2021-69 | 08/10/2021 | 60 | 57 | 1.956 | 1.969 |
| Parcelamento nº 18186-722.299/2021-24 | 29/12/2021 | 60 | 59 | 6.255 | 6.213 |
| | | | | **51.390** | **43.337** |

No 3º trimestre, a controlada realizou um parcelamento de COFINS, cuja dívida parcelada, totaliza em R$51.

| | Parcelamento não previdenciário - Controlada | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 11516-409138/2021-10 | 29/07/2021 | 60 | 55 | 51 | 48 |
| | | | | **51** | **48** |

O saldo devedor deste parcelamento é atualizado mensalmente pela Taxa Selic.

• **Parcelamento de CPRB:**

| | Controladora | Controlada | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2021** | **31/12/2021** |
| Parcelamentos CPRB | 34.841 | 223 | 35.064 |
| | **34.841** | **223** | **35.064** |

A Companhia aderiu ao parcelamento não previdenciário no dia 18/06/2018. O valor total da dívida parcelada na data foi de R$3.247. Adicionalmente realizou parcelamentos de CPRB no ano de 2019, totalizando na data R$6.384. A Companhia realizou novos parcelamentos de CPRB no 1º, 2º e 4º trimestre de 2020. O valor da dívida parcelada no 1º trimestre foi de R$1.459, no 2º trimestre foi R$10.529 e no 4º trimestre foi de R$2.574.

| | Parcelamento não previdenciário | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 19679-405.104/2018-08 | 18/06/2018 | 60 | 19 | 3.247 | 1.140 |
| Parcelamento nº 10880-748.828/2019-56 | 16/12/2019 | 60 | 37 | 4.885 | 3.255 |
| Parcelamento nº 10880.749.436/2019-12 | 26/12/2019 | 60 | 37 | 1.501 | 1.001 |
| Parcelamento nº 13811-720.216/2020-44 | 10/02/2020 | 60 | 39 | 1.765 | 1.232 |
| Parcelamento nº 18186-722.717/2020-01 | 23/10/2020 | 60 | 47 | 12.824 | 10.614 |
| Parcelamento nº 18186-723.060/2020-91 | 09/12/2020 | 60 | 49 | 3.114 | 2.679 |
| Parcelamento nº 18186-720.572/2021-86 | 09/04/2021 | 60 | 51 | 3.081 | 2.848 |
| Parcelamento nº 18186.720.929/2021-26 | 16/06/2021 | 60 | 53 | 3.287 | 3.136 |
| Parcelamento nº 18186.721.040/2021-66 | 30/06/2021 | 60 | 53 | 1.605 | 1.531 |
| Parcelamento nº 18186-721.242/2021-16 | 29/07/2021 | 60 | 54 | 1.657 | 1.604 |
| Parcelamento nº 18186-721489/2021-24 | 02/09/2021 | 60 | 56 | 1.688 | 1.678 |
| Parcelamento nº 18186-721.788/2021-69 | 29/07/2021 | 60 | 57 | 1.799 | 1.810 |
| Parcelamento nº 18186-722.299/2021-24 | 02/09/2021 | 60 | 59 | 2.328 | 2.313 |
| | | | | **42.781** | **34.841** |

No 3º trimestre, a controlada realizou um parcelamento de CPRB, cuja dívida parcelada, totaliza em R$239.

| | Parcelamento não previdenciário - Controlada | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 11516-409138/2021-10 | 29/07/2021 | 60 | 55 | 239 | 223 |
| | | | | **239** | **223** |

O saldo devedor destes parcelamentos é atualizado mensalmente pela Taxa Selic.

• **Parcelamento de INSS:** A Companhia aderiu aos Parcelamentos CP-Patronal, CP-Terceiros e CP-Segurados no ano de 2019. O valor total da dívida parcelada na data foi de R$14.249. Adicionalmente, no 1º e 2º trimestre de 2020 realizou novos parcelamentos previdenciários. O valor total da dívida parcelada no 1º trimestre foi de R$2.244 e no 2º trimestre foi de R$2.473.

| | Parcelamento Previdenciário | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 90841200035269431982 | 26/09/2019 | 60 | 34 | 1.244 | 679 |
| Parcelamento nº 10880-748.834/2019-11 | 16/12/2019 | 60 | 37 | 608 | 357 |
| Parcelamento nº 10880.749.438/2019-01 | 26/12/2019 | 60 | 37 | 1.069 | 628 |
| Parcelamento nº 13811-720.219/2020-88 | 10/02/2020 | 60 | 39 | 663 | 389 |
| Parcelamento nº 11610.720.957/2020-66 | 28/05/2020 | 60 | 42 | 2.473 | 1.625 |
| Parcelamento nº 13074-720.006/2022-07 | 29/12/2021 | 60 | 59 | 1.273 | 1.133 |
| Parcelamento nº 90831200035269421935 | 26/09/2019 | 60 | 34 | 2.895 | 1.580 |
| Parcelamento nº 10880-748.831/2019-70 | 16/12/2019 | 60 | 37 | 1.463 | 859 |
| Parcelamento nº 10880.749.437/2019-59 | 26/12/2019 | 60 | 37 | 1.947 | 1.143 |
| Parcelamento nº 13811-720.218/2020-33 | 10/02/2020 | 60 | 39 | 1.361 | 837 |
| Parcelamento nº 10082120003526900000 | 26/09/2019 | 60 | 34 | 2.654 | 1.448 |
| Parcelamento nº 10880-748.836/2019-01 | 16/12/2019 | 60 | 37 | 1.297 | 762 |
| Parcelamento nº 10880.749.439/2019-48 | 26/12/2019 | 60 | 37 | 2.299 | 1.350 |
| Parcelamento nº 13811-720.217/2020-99 | 10/02/2020 | 60 | 39 | 1.253 | 820 |
| Parcelamento nº 13074-720.007/2022-43 | 29/12/2021 | 60 | 59 | 2.566 | 2.285 |
| | | | | **25.065** | **15.895** |

• **Parcelamento de ISS:** A Flex Gestão de Relacionamentos S/A e sua controlada, fizeram adesão a Parcelamentos de ISS, nas modalidades listadas abaixo:

| | Controladora | Controlada | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2021** | **31/12/2021** |
| Parcelamento PPI | 19.667 | - | 19.667 |
| Parcelamento PAT | 11.917 | - | 11.917 |
| Parcelamento PAP | 2.919 | 257 | 3.176 |
| Parcelamento PDA | 84 | - | 84 |
| | **34.587** | **257** | **34.844** |

A Flex Gestão de Relacionamentos S/A, aderiu aos Programas de Parcelamento Incentivado - PPI e Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT junto à Prefeitura de São Paulo, nos termos a seguir:

| | Programas de Parcelamento Incentivado - PPI | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 2737377-0 | 25/11/2015 | 120 | 49 | 2.644 | 1.035 |
| Parcelamento nº 2275089-4 | 20/01/2015 | 120 | 39 | 3.648 | 1.130 |
| Parcelamento nº 3849196-6 | 29/09/2021 | 120 | 118 | 17.444 | 16.862 |
| Parcelamento nº 17788232-8 | 30/11/2021 | 120 | 119 | 645 | 639 |
| | | | | **24.381** | **19.666** |

A Flex Gestão de Relacionamentos S/A, aderiu ao Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT junto à Prefeitura de São Paulo, nos termos a seguir:

| | Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 3137038-1 | 22/06/2018 | 60 | 20 | 281 | 67 |
| Parcelamento nº 3152020-3 | 28/05/2021 | 60 | 54 | 4.938 | 3.312 |
| Parcelamento nº 3190940-0 | 19/08/2021 | 60 | 57 | 4.778 | 3.462 |
| Parcelamento nº 17791049-6 | 02/12/2021 | 60 | 59 | 5.162 | 5.076 |
| | | | | **15.159** | **11.917** |

A Flex Gestão de Relacionamentos S/A, possui parcelamentos no Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP junto à Prefeitura de Florianópolis, nos termos a seguir:

| | Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 013.364/19 | 19/09/2019 | 96 | 70 | 316 | 228 |
| Parcelamento nº 013.362/19 | 19/09/2019 | 96 | 70 | 732 | 514 |
| Parcelamento nº 017.187/19 | 11/12/2019 | 60 | 37 | 885 | 516 |
| Parcelamento nº 017.661/19 | 11/12/2019 | 60 | 37 | 260 | 152 |
| Parcelamento nº 005.631/20 | 25/06/2020 | 96 | 79 | 1.254 | 1.006 |
| Parcelamento nº 005.841/20 | 07/07/2020 | 96 | 80 | 618 | 503 |
| | | | | **4.065** | **2.919** |

A controlada, no ano de 2021, realizou parcelamentos no Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP junto à Prefeitura de Florianópolis, nos termos a seguir:

| | Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 014.333-21 | 19/10/2021 | 60 | 58 | 212 | 207 |
| Parcelamento nº 016.735-21 | 06/12/2021 | 60 | 59 | 51 | 50 |
| | | | | **263** | **257** |

A Flex Gestão de Relacionamentos S/A, possui parcelamento junto à Prefeitura de Palhoça, nos termos a seguir:

| | Parcelamento Lei 5.172/66 - ISS PDA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento nº 353864 | 06/02/2020 | 36 | 15 | 232 | 84 |
| | | | | **232** | **84** |

O saldo devedor dos parcelamentos são atualizados mensalmente pela Taxa Selic.

• **Parcelamento de IRPJ e CSLL:** A Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda. (controlada incorporada em 2017) aderiu ao Programa REFIS da Crise Lei nº 12.996/2014, nos termos a seguir:

| | REFIS da Crise Lei 12.996/14 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| REFIS da Crise Lei 12.996/14 | 21/08/2014 | 120 | 33 | 7.918 | 2.477 |
| | | | | **7.918** | **2.477** |

• **Parcelamento de FGTS:** A Caixa Econômica Federal, através da MP 927/20, concedeu as empresas a suspensão de pagamento de FGTS referente às competências de março, abril e maio, nos termos a seguir:

| | Parcelamento FGTS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Data adesão** | **Parcelas** | **Parcelas em aberto** | **Dívida parcelada** | **Saldo em 31/12/2021** |
| Parcelamento FGTS MP 1046/21 | 01/08/2021 | 4 | 1 | 5.820 | 1.405 |
| | | | | **5.820** | **1.405** |

• **Cronograma de Vencimentos:** A seguir apresentamos o cronograma de vencimentos dos parcelamentos de tributos:

| Em 31 de dezembro de 2021 | Menos de um ano | Entre um e três anos | Entre três e cinco anos | Acima de cinco anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Controladora | 30.265 | 56.263 | 31.271 | 14.745 | **132.544** |

| Em 31 de dezembro de 2020 | Menos de um ano | Entre um e três anos | Entre três e cinco anos | Acima de cinco anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Controladora | 19.540 | 37.585 | 23.649 | - | **80.774** |

| Em 31 de dezembro de 2021 | Menos de um ano | Entre um e três anos | Entre três e cinco anos | Acima de cinco anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Consolidado | 30.375 | 56.484 | 31.466 | 14.745 | **133.070** |

| Em 31 de dezembro de 2020 | Menos de um ano | Entre um e três anos | Entre três e cinco anos | Acima de cinco anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Consolidado | 19.540 | 37.585 | 23.649 | - | **80.774** |

**18. Contingências:** A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem, substancialmente, processos trabalhistas. A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotas". Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). Conforme opinião dos consultores internos e externos da

*continua...*

*continuação...*

Companhia, a probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível. A Companhia acredita que estas provisões estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras, conforme apresentado no quadro a seguir:

| | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Provisões | 1.845 | 1.623 |
| Depósitos judiciais | (5.668) | (4.440) |
| **Risco líquido** | **(3.823)** | **(2.817)** |

Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. A Companhia é parte de reclamações trabalhistas movidas por ex-profissionais, cujos pedidos se constituem, essencialmente, em pagamentos de horas extras, reversão do pedido de demissão/demissão indireta e danos morais. A movimentação das provisões está apresentada no quadro abaixo:

| Movimentação das provisões | Controladora / Consolidado |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **1.594** |
| Adições realizadas no exercício | 29 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **1.623** |
| Adições realizadas no exercício | 222 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **1.845** |

A Companhia possui riscos de natureza trabalhista e cível cuja expectativa de perda avaliada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía o montante de R$907 (R$696 em 31 de dezembro de 2020) referentes a passivos contingentes com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos como possível, de naturezas trabalhista e cível.

**19. Patrimônio Líquido: 19.1. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R$65.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstradas na tabela a seguir:

| | Quantidade de ações | Capital | Total |
|---|---|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2020 | 3.248 | 65.000 | 65.000 |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **3.248** | **65.000** | **65.000** |

A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

| | Quantidade de ações | % de participação |
|---|---|---|
| Via BC Participações Ltda. | 1.894 | 58,31% |
| Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações | 1.354 | 41,69% |
| | **3.248** | **100,00%** |

Conforme o Estatuto Social, o capital social autorizado da Companhia é de R$65.000. **19.2. Reservas:** ***Reserva Legal:*** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital social. ***Reserva de Retenção de Lucros:*** A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, sendo deliberada em Assembleia Geral Ordinária as suas futuras destinações. **19.3. Ajustes de Avaliação Patrimonial:** A aquisição da participação de não controladores em controladas realizada em 2016 resultou no reconhecimento de ajustes de avaliação patrimonial nos montantes de R$2.133, referente a diferença entre o valor da contraprestação negociada e os ativos líquidos da Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda. **19.4. Dividendos:** Tendo em vista que foi apurado prejuízo em 2020, não houve proposta de distribuição de dividendos.

**20. Receita Operacional:** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração dos resultados dos exercícios:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Receita bruta | 579.342 | 542.792 | 592.406 | 552.889 |
| Impostos sobre vendas | (59.249) | (54.158) | (60.934) | (55.531) |
| **Receita operacional líquida** | **520.093** | **488.634** | **531.472** | **497.358** |

**21. Custos e Despesas por Natureza e Função:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Despesas com pessoal | (366.917) | (342.612) | (384.033) | (352.620) |
| Depreciação e amortização | (38.296) | (39.664) | (42.577) | (42.873) |
| Material de consumo | (8.704) | (7.282) | (8.704) | (7.282) |
| Serviços de terceiros | (70.518) | (74.233) | (68.577) | (72.077) |
| Outros gastos de operação | (10.270) | (17.246) | (10.767) | (17.409) |
| **Total** | **(494.705)** | **(481.037)** | **(514.658)** | **(492.261)** |
| Custos dos serviços prestados | (359.303) | (334.350) | (373.310) | (341.158) |
| Despesas com vendas | (986) | (1.160) | (1.063) | (1.165) |
| Despesas administrativas e gerais | (140.066) | (141.801) | (145.927) | (146.218) |
| Outras receitas (despesas operacionais) | 5.650 | (3.726) | 5.642 | (3.720) |
| **Total** | **(494.705)** | **(481.037)** | **(514.658)** | **(492.261)** |

**22. Receitas e Despesas Financeiras:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Juros sobre empréstimos | (8.181) | (10.593) | (8.181) | (10.593) |
| Despesas bancárias / IOF | (2.259) | (3.006) | (2.259) | (3.006) |
| Juros sobre arrendamentos | (2.271) | (3.736) | (2.271) | (3.736) |
| Juros sobre parcelamentos tributários | (15.148) | (13.064) | (15.148) | (13.064) |
| Juros sobre debêntures | (6.695) | (4.689) | (6.695) | (4.689) |
| Descontos concedidos | (1.465) | (1.731) | (1.743) | (1.772) |
| Outras | (3.415) | (4.257) | (3.552) | (4.287) |
| **Despesas financeiras** | **(39.434)** | **(41.076)** | **(39.849)** | **(41.147)** |
| Juros sobre aplicações financeiras | 611 | 1.463 | 635 | 1.465 |
| Variação cambial | 150 | - | 150 | - |
| Descontos obtidos | 70 | 491 | 71 | 492 |
| Outras | 96 | 93 | 152 | 299 |
| **Receitas financeiras** | **927** | **2.047** | **1.008** | **2.256** |
| | **(38.507)** | **(39.029)** | **(38.841)** | **(38.891)** |

O aumento observado nas despesas financeiras em 2021 é motivado pelos juros dos empréstimos captados e renegociações que ocorreram. Também impactaram o período os juros de parcelamentos tributários.

**23. Imposto de Renda e Contribuição Social:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Prejuízo antes do IR e CS | (22.057) | (33.707) | (22.028) | (33.793) |
| Alíquota fiscal combinada - % | 34 | 34 | 34 | 34 |
| **IR e CS pela alíquota fiscal combinada** | **7.499** | **11.460** | **7.490** | **11.490** |
| **Exclusões permanentes** | | | | |
| Equivalência patrimonial | (2.174) | 267 | - | - |
| Outros | 555 | (1.651) | (1.357) | (1.327) |
| IR e CS ativo não reconhecido | (5.880) | - | (6.163) | - |
| Reversão do ativo diferido | (22.732) | - | (22.732) | - |
| **Efeito dos impostos no resultado** | **(22.732)** | **10.076** | **(22.762)** | **10.163** |
| Corrente | - | - | (30) | (264) |
| Diferido | (22.732) | 10.076 | (22.732) | 10.427 |
| **Alíquota efetiva** | **-** | **29,9** | **-** | **30,1** |

**24. Prejuízo por Ação:** O lucro (prejuízo) por ação, básico, foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2021 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2020 conforme quadro abaixo:

| | Controladora/Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Resultado atribuível aos acionais da Companhia | (44.789) | (23.631) |
| Média ponderada da quantidade de ações (em milhares) | 3.248 | 3.248 |
| **Resultado básico e diluído por ação em R$** | **(13,79)** | **(7,28)** |

Não há fatores de diluição a serem considerados no cálculo do resultado por ação.

**25. Coberturas de Seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021 a cobertura de seguros era de R$120.150 (R$106.300 em 31 de dezembro de 2020) para danos materiais e responsabilidade civil.

**26. Saldos e Transações com partes Relacionadas:** A Companhia não possui saldo de contas a pagar (fornecedores) na controladora relativo a transações com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia possui saldo de adiantamento na controladora, devido a saldos bloqueados em conta garantia na controlada, conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Adiantamento a controlada | 11.814 | 3.255 |

O pessoal-chave da Administração corresponde à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Salários e outros benefícios de curto prazo a Administração | 4.023 | 4.733 |

**27. Arrendamentos:** A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizavam o CPC 06 (R1). Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1). A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de informática destinados à operação, os quais já estavam sendo contabilizados na forma da referida Norma, não requerendo, portanto, adoção inicial. Dos contratos que foram escopo do IFRS 16, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. Durante o ano de 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2), havendo adoção à Norma a partir de 01/01/2019. A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela taxa média de captação da Companhia, somado ao risco de crédito país e ajustada por um spread de risco do ativo subjacente. A posição dos arrendamentos é demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Impacto sobre o balanço patrimonial - aumento (redução):** | | | | |
| **Ativos** | | | | |
| Imobilizado (ativos de direito de uso) | | | | |
| Custo histórico | 38.941 | 34.688 | 41.495 | 34.688 |
| (-) Depreciação Acumulada | (24.197) | (16.948) | (24.228) | (16.948) |
| **Total do ativo** | **14.744** | **17.740** | **17.267** | **17.740** |
| **Passivos** | | | | |
| Arrendamentos operacionais - Circulante | 6.277 | 7.914 | 6.506 | 7.914 |
| Arrendamentos operacionais - Não circulante | 10.096 | 11.778 | 12.401 | 11.778 |
| **Total do passivo** | **16.373** | **19.692** | **18.907** | **19.692** |

A movimentação dos ativos de direito de uso no período findo em 31 de dezembro de 2021 está abaixo apresentada:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Ativo de direito de uso | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Direito de uso | 17.740 | 26.684 | 17.740 | 26.684 |
| Adições | 7.253 | 1.651 | 9.808 | 1.651 |
| Baixas | (1.488) | (570) | (1.488) | (570) |
| Depreciação do ativo de direito de uso | (8.761) | (10.025) | (8.793) | (10.025) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **14.744** | **17.740** | **17.267** | **17.740** |

A movimentação do passivo de arrendamento no período findo em 31 de dezembro de 2021 está abaixo apresentada:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Passivo de arrendamento | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Passivo de arrendamento | 19.692 | 26.968 | 19.692 | 26.968 |
| Adições | 7.253 | 1.651 | 9.809 | 1.651 |
| Baixas | (1.711) | (570) | (1.711) | (570) |
| Atualização monetária (AVP) | 2.271 | 3.736 | 2.271 | 3.736 |
| Pagamentos | (11.132) | (12.093) | (11.154) | (12.093) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **16.373** | **19.692** | **18.907** | **19.692** |

Apresentamos a seguir o cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Até 1 ano | 6.277 | 6.506 |
| Entre 1 e 3 anos | 7.596 | 8.618 |
| Entre 3 e 5 anos | 2.500 | 3.783 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **16.373** | **18.907** |

**28. Eventos Subsequentes: Alteração da presidência da Companhia e eleição do novo Presidente:** Em 22 de março de 2022, foi anunciado aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração aprovou, nesta data, a indicação do Sr. Kleber Tobal Bonadia, atual Diretor de Operações da Companhia, para assumir também o cargo de Diretor Presidente. O Sr. Kleber é um dos sócios fundadores da Companhia e atua nela desde sua fundação, em 2009. Ele possui 22 anos de experiência na liderança em áreas de inovação, de tecnologia da informação e operações de contact center e cobrança. A efetiva posse do novo Diretor Presidente se dará em 1º de abril de 2021, quando ocorrerá a saída do atual presidente, Sr. Carlos Alberto Ferreira da Silva. **Alteração do cronograma das Debêntures de 1ª e 2ª Séries:** Em 04 de fevereiro de 2022 a Companhia convocou Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a alteração da data de vencimento, bem como revisar o fluxo de Amortização Programada das Debêntures de 1ª Série e 2ª Série. Restou aprovado, por unanimidade, a alteração do vencimento das Debêntures de 1ª Série para 05/02/2024; e a alteração do vencimento das Debêntures de 2ª Série para 05/10/2023. Na mesma oportunidade, a Assembleia também avaliou e aprovou, por unanimidade, a alteração das datas de vencimento de Juros Remuneratórios das Debêntures de 1ª e 2ª Séries. Os novos cronogramas serão executados conforme descrito a seguir:

| Amortização de principal | | |
|---|---|---|
| **Data de pagamento do principal** | **% de amortização 1ª série** | **% de amortização 2ª série** |
| 08/02/2022 | * | 11,86% |
| 05/03/2022 | * | * |
| 05/04/2022 | 6,09% | 3,13% |
| 05/05/2022 | 6,09% | 3,13% |
| 05/06/2022 | 6,09% | 3,13% |
| 05/07/2022 | 6,09% | 3,13% |
| 05/08/2022 | 6,09% | 3,13% |
| 05/09/2022 | 6,09% | 3,13% |
| 05/10/2022 | 6,09% | 3,13% |
| 05/11/2022 | 12,89% | - |
| 05/12/2022 | * | 6,02% |
| 05/01/2023 | * | 6,02% |
| 05/02/2023 | * | 6,02% |
| 05/03/2023 | * | 6,02% |
| 05/04/2023 | * | 6,02% |
| 05/05/2023 | * | 6,02% |
| 05/06/2023 | * | 6,02% |
| 05/07/2023 | * | 6,02% |
| 05/08/2023 | * | 6,02% |
| 05/09/2023 | * | 6,02% |
| **Data de Vencimento da 2ª Série** | | |
| 05/10/2023 | * | 6,02% |
| 05/11/2023 | 13,09% | * |
| 05/12/2023 | 13,09% | * |
| 05/01/2024 | 13,09% | * |
| **Data de Vencimento da 1ª Série** | | |
| 05/02/2024 | 5,23% | * |

| Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios | | |
|---|---|---|
| **Data** | **1a série** | **2a série** |
| 08/02/2022 | Sim | Sim |
| 05/03/2022 | Sim | Sim |
| 05/04/2022 | Sim | Sim |
| 05/05/2022 | Sim | Sim |
| 05/06/2022 | Sim | Sim |
| 05/07/2022 | Sim | Sim |
| 05/08/2022 | Sim | Sim |
| 05/09/2022 | Sim | Sim |
| 05/10/2022 | Sim | Sim |
| 05/11/2022 | Sim | Sim |
| 05/12/2022 | Sim | Sim |
| 05/01/2023 | Sim | Sim |
| 05/02/2023 | Sim | Sim |
| 05/03/2023 | Sim | Sim |
| 05/04/2023 | Sim | Sim |
| 05/05/2023 | Sim | Sim |
| 05/06/2023 | Sim | Sim |
| 05/07/2023 | Sim | Sim |
| 05/08/2023 | Sim | Sim |
| 05/09/2023 | Sim | Sim |
| **Data de Vencimento da 2ª Série** | | |
| 05/10/2023 | Sim | Sim |
| 05/11/2023 | Sim | * |
| 05/12/2023 | Sim | * |
| 05/01/2024 | Sim | * |
| **Data de Vencimento da 1ª Série** | | |
| 05/02/2024 | Sim | * |

*Nessas datas não ocorreram pagamentos do principal e juros.

**Declaração Diretoria**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Flex Gestão de Relacionamentos S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, emitidos pela ERNST YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, SP, 31 de março de 2022.

**Diretoria**

**Carlos Alberto Ferreira da Silva -** Diretor Presidente
**Daniel de Andrade Gomes -** Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
**Kleber Tobal Bonadia -** Diretor Comercial
**Juares Carlos Ferreira -** Diretor de Operações
**Fabrizio Castanheira Torres -** Diretor de Operações
**Roberto Carlos Dariva -** Diretor de Operações

**Contador**

**Luiz Fernando Dill Barcellos**
CRC-RS 082618/O-5

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da **Flex Gestão de Relacionamentos S.A.** São Paulo (SP). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Flex Gestão de Relacionamentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Flex Gestão de Relacionamentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Recuperabilidade de ágio:*** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia é requerida a proceder anualmente um teste de recuperabilidade (*impairment*) de ágio. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo consolidado relacionado ao ágio totalizava R$49.187 mil, e está divulgado na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade desse ativo intangível ser complexo e envolver um elevado grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas tais como: determinação da unidade geradora de caixa, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, percentuais de crescimento dos mercados e rentabilidade de seus negócios. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros os quais ainda não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros, no envolvimento de especialistas em avaliação de projeções para nos auxiliar na revisão das projeções de fluxos de caixa futuros preparadas pela diretoria, incluindo a avaliação da metodologia e do modelo utilizados; na análise da consistência das principais premissas e dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado; e a análise das divulgações realizadas na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos identificamos inconsistência em determinada premissa utilizada pela diretoria, sem, entretanto, alterar a conclusão alcançada no teste de recuperabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as conclusões alcançadas de valor recuperável do ágio preparados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Mensalmente a Companhia realiza o reconhecimento da receita referente aos serviços prestados e não faturados por meio de lançamento de provisão dentro do mês de competência. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes envolvidos e por envolver certo grau de julgamento da diretoria na estimativa da receita não faturada mensal, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de inspeção de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas no exercício, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela diretoria para o registro das receitas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.15 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2022.

EY Building a better working world
**ERNST & YOUNG**
**Auditores Independentes S.S.**
CRC-2SP 015199/O-6

**Guilherme Ghidini Neto**
Contador CRC-RS 067795/O-5

# AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 61.351.532/0001-68 - NIRE 35.300.052.463

**AVISO AOS ACIONISTAS**

**Documentos relativos ao artigo 133, da Lei nº 6.404/1976**

**AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.** ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que, nesta data, os documentos indicados no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 1º de abril de 2022.

Leonardo Martins - **Diretor de Relações com Investidores.**

# TC2001 Participações S.A.

CNPJ/ME Nº 24.931.762/0001-70 - NIRE 35300508025

**Sumário da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, conforme artigo 130, §1º, da Lei 6.404/76**

**Data/Hora/Local:** 10/02/2022, às 10hs, na Avenida Lavandisca, 741, escritório 123, 12º andar, São Paulo/SP. **Convocação/Presença:** Dispensada, conforme disposto no §4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76, mediante a presença de 100% do capital social. **Mesa:** Presidente - Carlos Alberto da Silva Fernandes; Secretária - Taciana Rocca Fernandes. **Ordem do Dia/Deliberações:** "Aprovadas por unanimidade", a reeleição dos atuais 02 membros da Diretoria, sendo reeleito para o cargo de Diretor Presidente - **Carlos Alberto da Silva Fernandes**, RG nº 11.759.257-2 SSP/SP e CPF/ME nº 181.781.138-05, e ao cargo de Diretora sem designação específica - **Taciana Rocca Fernandes**, RG nº 22.964.518-5 SSP/SP e CPF/ME nº 262.777.368-25. Ambos reeleitos para um mandato de 03 anos a contar da presente data, mantendo-se no cargo até que realizada nova eleição de Diretoria. Os Diretores eleitos neste ato tomaram posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia na forma da legislação aplicável. A remuneração dos Diretores da Companhia será oportunamente aprovada pelos acionistas. Deliberaram ainda ratificar todos os atos praticados pela Diretoria até o presente momento. **Encerramento:** Nada mais a tratar, o lavrou-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e vai assinada por todos os presentes. São Paulo, 10/02/2022. **Mesa/Acionista:** Carlos Alberto da Silva Fernandes - Presidente e acionista; Taciana Rocca Fernandes - Secretária e acionista. ***JUCESP*** nº 123.310/22-2 em 07/03/2022.

# SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97 - NIRE nº 35.300.439.368

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07 de Dezembro de 2021**

**Data, Hora e Local:** Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro de 2021, às 10h00min, na sede social da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3064, 8º andar, Parte A - CEP 01451-001 - São Paulo - SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. **Constituição da Mesa:** Presidente: Sr. Frederico Santana Knapp; e Secretário: Sr. Gustavo Amado León. **Ordem do Dia:** O exame, discussão e aprovação da seguinte matéria: reeleger os Srs. Julio de Albuquerque Bierrenbach, Luiz Pereira de Souza e Sra. Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva como membros do Comitê de Auditoria, para um prazo de mandato de 1 (um) ano, mantendo as funções já designadas a eles anteriormente e conforme Estatuto Social. **Deliberações:** Examinando os itens constantes da ordem do dia, os acionistas presentes tomaram a seguinte deliberação: foi examinada, discutida e aprovada, pela unanimidade de votos dos presentes e sem ressalvas, a reeleição dos seguintes membros efetivos do Comitê de Auditoria, para um prazo de mandato de 1 (um) ano, nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, art. 134: **(i) Julio de Albuquerque Bierrenbach,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.243.274-4, inscrito no CPF/MF sob nº 094.031.327-87, domiciliado nessa Capital do Estado de São Paulo, na Rua João de Souza Dias, 881, apt. 191, Campo Belo, 04618-003, o qual manterá a função de presidente do Comitê de Auditoria; **(ii) Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 16.491.124-8, inscrita no CPF/MF sob nº 022.067.628-38, domiciliada nessa Capital do Estado de São Paulo, na Rua Marimam, 215, Vila Marieta, CEP 03618-020, a qual manterá a função de membro do Comitê de Auditoria; e **(iii) Luiz Pereira de Souza,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 11.431.696, inscrito no CPF/MF sob nº 006.845.328-08, domiciliado nessa Capital do Estado de São Paulo, na Rua Cajuru, nº 1183 apt. 112-B, Belenzinho, CEP 03057-000, o qual manterá a função de membro do Comitê de Auditoria. Os eleitos acima mencionados declaram não estarem incursos em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer sua atividade. Os membros do Comitê ora eleitos são empossados em seus cargos mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse. Os membros do Comitê ora eleitos declaram que preenchem todas as condições previstas no Anexo II da Resolução CNSP nº 330/2015, e permanecem sujeitos à homologação de sua reeleição pela Superintendência de Seguros Privados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 07 de dezembro de 2021. **Mesa: Frederico Santana Knapp -** Presidente; **Gustavo Amado León -** Secretário; **Acionistas Presentes: SWISS REINSURANCE COMPANY LTD. -** Por: Frederico Santana Knapp - Procurador; **SWISS RE REINSURANCE HOLDING COMPANY LTD. -** Por: Beatriz de Moura Campos Mello Almada - Procuradora. **JUCESP** nº 160.847/22-9 em 29/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

FORO CENTRAL CÍVEL-11ª VARA CÍVEL-Processo nº:**0004867-61.2022.8.26.0100**. Este juízo FAZ SABER a Capital Serviços de Vigilância e Segurança Ltda, domiciliada em local incerto e não sabido, que lhe foi movida ação de depósito por BV FINANCEIRA SA CRÉDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO,ora em fase de cumprimento de sentença.Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido,foi determinada a sua INTIMAÇÃO,por EDITAL,para pagar a quantia fixada em sentença,devidamente atualizada,no prazo de 15(quinze)dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,sob pena de multa de 10%sobre o valor do débito, honorários advocatícios de 10% e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação(artigo 523 e parágrafos,do Código de Processo Civil). Fica a devedora advertida de que, nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil,transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário,inicia-se o prazo de 15(quinze)dias úteis para que a executada,independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. **[5,6]**

# HSI ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 13.516.128/0001-54 - NIRE 35.225.349.956

**Ata de Resolução de Sócios realizada em 31 de Março de 2022**

**1. Data, Hora e Local:** Ao 31 (trigésimo primeiro) dia do mês de março de 2022, às 10:30 horas, na sede social da HSI Administradora e Participações Ltda., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 7º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-905 ("**Sociedade**"). **2. Presença:** Sócios representando a totalidade do capital social: (a) **Maximo Pinheiro Lima Netto,** brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.764.610-2-SSP/SP, inscrito perante o CPF/ME sob nº 294.720.358-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 7º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905 ("**Maximo**"); (b) **Angel David Ariaz**, norte americano, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº V333200-N CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF sob nº 228.295.328-21 ("**David**" e, em conjunto com Maximo, "**Sócios**");. **3. Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos quotistas, conforme disposto no artigo 1.072, parágrafo 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"). **4. Mesa:** A mesa foi composta pelo Presidente, Sr. **Maximo Pinheiro Lima Netto**, e pelo Secretário, a Sr. **Angel David Ariaz**. **5. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **5.1** a redução do capital social para restituição aos Sócios da Sociedade; **5.2** a autorização para que o valor correspondente à restituição do capital seja efetuado em moeda corrente da República Federativa do Brasil ("**Brasil**"); **5.3** a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Sociedade e restituição de parte do capital social aos Sócios ficarão condicionadas ao cumprimento de determinadas condições; e **5.4** sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, da ordem do dia, a autorização para que a Diretoria da Sociedade tome todas as medidas necessárias à efetivação das matérias ora deliberadas. **6. Deliberações:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os quotistas da Sociedade aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas: **6.1** reduzir o capital social da Sociedade excessivo, nos termos do artigo 1.082 do Código Civil, de R$5.997.190,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e sete mil, cento e nove reais) totalmente subscrito e integralizado para o valor de R$4.147.190,00 (quatro milhões, cento e quarenta e sete mil, cento e noventa reais), configurando uma redução de R$1.850.000,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil), de forma proporcional, mediante a restituição de capital aos Sócios em moeda corrente nacional com o cancelamento de quotas representativas do capital social da Sociedade. **6.2** autorizar que o valor correspondente à restituição do capital seja efetuado em moeda corrente do Brasil. **6.3** registrar que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Sociedade e restituição de parte do capital social ao quotista fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições: **(i)** publicação da presente ata, em face do disposto no §1º do artigo 1.084 do Código Civil; **(ii)** decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada pelos credores quirografários oposição à essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, em face do disposto no §1º do artigo 1.084 do Código Civil; e **(iii)** após o prazo para oposição aos credores ou pagamento e/ou depósito judicial aos credores, nos termos do item 6.3 acima, deliberação em reunião de sócios da Sociedade homologando a presente redução de capital social da Sociedade ("**Reunião de Homologação**"). **6.4** autorizar a diretoria da Sociedade a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e por todos assinada. São Paulo, 31 de março de 2022. Mesa: Maximo Pinheiro Lima Netto**- Presidente,** Angel David Ariaz-**Secretário.** Sócios: Maximo Pinheiro Lima Netto, Angel David Ariaz.

# PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35300555830
Companhia Aberta

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Convocamos os senhores acionistas a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no dia 26 de abril de 2022, às 15h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Samuel Morse, nº 74, 13º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP ("**AGOE/2022**"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: em **Assembleia Geral Ordinária**: **(i)** tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, acompanhados dos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** aprovar a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2022; **(iv)** aprovar o pagamento da participação dos Administradores no lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(v)** eleger os membros do Conselho de Administração, respeitada a seguinte sequência (v.1) eleição em separado do membro do Conselho de Administração prevista no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/1976, caso tal modalidade de eleição venha a ser solicitada pelos acionistas que possuem tal prerrogativa; (v.2) fixação do número de membros que comporá o Conselho de Administração, respeitados os limites previstos na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia; e (v.3) eleição dos demais membros do Conselho de Administração; **(vi)** fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, em **Assembleia Geral Extraordinária**: **(vii)** reformar o Estatuto Social da Companhia para transformar o atual comitê de auditoria não estatutário da Companhia em comitê de auditoria estatutário ("**CAE**"). Em atenção à Instrução CVM nº 165/1991, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGOE/2022, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.planoeplanori.com.br), em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada e em vigor ("**ICVM 481**"). A Companhia, nos termos da ICVM 481, adotará a sistemática do Boletim de Voto a Distância. As orientações e procedimentos aplicáveis às regras para participação por sistema eletrônico, bem como as demais instruções relativas à Assembleia estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (www.planoeplanori.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). São Paulo, 25 de março de 2022. **RODRIGO UCHOA LUNA** Presidente do Conselho de Administração.

# CIP S.A.

CNPJ nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 3530058278-1

**Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 25 de Fevereiro de 2022**

**(I) Data, Hora e Local:** Aos vinte e cinco dias de fevereiro de dois mil e vinte e dois (25.02.2022), às 10h30 (dez horas e trinta minutos), na sede social da CIP S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida do Café, 277, 5º andar, Torre A, Conj. 501 e Torre B, Conj. 502, 503 e 504, CEP 04311-900. **(II) Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros eleitos do Conselho de Administração, nos termos da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e do Estatuto Social. **(III) Composição da MESA:** André Henrique Caldeira Daré, **Presidente**; e Rogério Pedro Câmara, **Secretário**.**(IV) Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição de novos membros para a Diretoria da Companhia. **(V) Deliberação:** Após as discussões relacionadas à matéria constante da Ordem do Dia, foi aprovada, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, passando a vigorar e produzir efeitos a partir de 1º de março de 2022, a eleição dos seguintes indivíduos para compor a Diretoria da Companhia: (a) **Joaquim Kiyoshi Kavakama**, brasileiro, casado, engenheiro, titular da cédula de identidade RG nº 8.660.082-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 013.782.508-00, para o cargo de Diretor Presidente, ficando expressamente responsável como o Diretor da Companhia responsável pelas relações institucionais entre a Companhia e o Banco Central do Brasil; e (b) **Eduardo Esteban Mato Amorin**, brasileiro, casado, tecnólogo, titular da cédula de identidade RG nº 36.110.400-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 128.677.348-27, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida do Café, 277, 5º andar, Torre A, Conj. 501 e Torre B, Conj. 502, 503 e 504, CEP 04311-900. Os Diretores ora eleitos terão mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, conforme o Estatuto Social aprovado nesta ata em Assembleia Geral da Companhia. Os membros da Diretoria ora eleitos assinaram termo de posse, conforme **Anexo I**, e declararam, sob as penas da lei, que têm conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das S.A., que preenchem os requisitos legais para integrar a Diretoria da Companhia e que não estão impedidos de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **(VI) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, deu por encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada. São Paulo, 25 de fevereiro de 2022. André Henrique Caldeira Daré **- Presidente.** Rogério Pedro Câmara - **Secretário. Membros Presentes:** André Henrique Caldeira Daré. Ede Ilson Viani. Rogério Pedro Câmara. Paulo Augusto Luz Ferreira Saba. Marcos Lima Monteiro. Rodrigo Felippe Afonso. Beatriz Pereira Carneiro Cunha. Andrea Maria Ramos Leonel.**JUCESP** nº 157.242/22-5 em 24/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

# MANAUSGÁS S.A. - CNPJ/MF Nº 04.007.507/0001-28 - NIRE 35.300.362.446

**Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 10 de Março de 2022.**

**Data, Hora, Local:** 10.03.2022, às 15 horas, na sede social, Av. Paulista, nº 2.001, 11º andar, conjunto 1.116, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Clóvis Correia Junior. Secretário: José Ricardo dos Santos Neto. **Deliberações Aprovadas:** reeleição dos membros da Diretoria para o período de 30.03.2022 a 29.03.2024. **1. Eleição dos Diretores:** Decidiram reeleger os atuais membros da diretoria, os Srs. **Fernando Jorge Hupsel de Azevedo**, brasileiro, casado, economista, CRESP 27.508-5, RG nº 2.631.909-SSP-BA, CPF/MF nº 319.216.805-63, residente em São Paulo/SP, e Sr. **Hermano Darwin Vasconcellos Mattos**, (CI/RG nº 02.189.986-9 SSP/RJ, CPF/MF nº 295.590.147-49), brasileiro, divorciado, engenheiro civil, residente no Rio de Janeiro/RJ, como diretores sem denominação específica, com mandato para o período de 30.03.2022 a 29.03.2024, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 10.03.2022. **Clóvis Correia Junior -** Presidente da Reunião, **José Ricardo dos Santos Neto** - Secretário da Reunião. **Conselheiros Presentes: Clóvis Correia Junior, José Ricardo dos Santos Neto, Hermano Darwin Vasconcellos Mattos. Diretores Eleitos: Hermano Darwin Vasconcellos Mattos, Fernando Jorge Hupsel de Azevedo.** JUCESP nº 161.676/22-4 em 29.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

GODOY SEGURANÇA

Alarmes
Monitoramento 24hrs
Câmeras de Segurança
Pronta Resposta
Cerca Elétrica
Manutenção
Controle de acesso

Contato
(11) 3294.8920
(11) 94033.9915
godoyseguranca2015@gmail.com

AZEVEDO & TRAVASSOS Desde 1922

# AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

**Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais - BANCO ITAÚ S.A.**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

**1. BREVE HISTÓRICO:** A Azevedo & Travassos S.A. (ATSA) foi fundada em 1922, pelos engenheiros Francisco Azevedo e Francisco de Palma Travassos, e sempre se destacou como prestadora de serviços de engenharia e construção em geral, sendo a única companhia aberta brasileira no setor. Ao longo de sua história, a ATSA tem acompanhado a evolução tecnológica da engenharia brasileira e tem participado de projetos e obras emblemáticas no desenvolvimento do país. No ano de 2022 a Companhia completará 100 anos de existência e está bem-posicionada para participar de um novo ciclo virtuoso no setor de infraestrutura brasileiro que deverá ter como principal foco os investimentos privados em infraestrutura. Desde 2019 a Azevedo & Travassos vem se preparando para esse momento, tendo iniciado dois anos atrás um bem- sucedido plano de reestruturação operacional, financeira, contábil e jurídica, que permitiu à Companhia recuperar seus fundamentos econômicos. Ao longo dos últimos 24 meses a Azevedo & Travassos reduziu seu endividamento total, tornou positivo seu Patrimônio Líquido, recuperou sua regularidade fiscal e trabalhista, realizou com sucesso duas chamadas de Capital no valor de quase R$ 200 milhões, ampliou sensivelmente sua base de acionistas, reestruturou sua área comercial, adquiriu a Heftos Óleo & Gás Construções S/A e ampliou consideravelmente sua capacidade operacional, seja por meio da incorporação dos colaboradores da Heftos, seja por meio de novas e importantes contratações. No ano de 2021 a Azevedo & Travassos cumpriu a meta de ampliar o seu backlog, tendo atingido, na data atual, o valor de cerca de R$ 400.000.000,00 de saldo de contratos a executar, além de ter firmado com a Construtora Mais Lar um Memorando de Entendimentos visando o desenvolvimento de um projeto imobiliário na atual sede da Companhia. Esse projeto deverá proporcionar, nos próximos 5 anos, uma entrada de caixa de cerca de R$ 90.000.000,00 devido a venda dos terrenos que compõem a sede, além de criar um backlog operacional de cerca de R$ 200.000.000,00 em obras de terraplanagem, fundação e infraestrutura de saneamento e energia elétrica necessárias para realização do empreendimento. Vale ressaltar que o lançamento da primeira fase do empreendimento está em processo de aprovação na Prefeitura.

**2. AQUISIÇÃO DA HEFTOS:** No dia 15 de dezembro de 2021 a Azevedo Travassos SA concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da UPI HEFTOS ÓLEO E GÁS CONSTRUÇÕES S.A. O objeto da aquisição incluiu a propriedade da totalidade dos ativos operacionais (tangíveis e intangíveis) para consecução das operações da Heftos, à propriedade da matrícula que compõe o imóvel onde se desenvolvem as operações e os atestados e acervo técnico pertinente ao desenvolvimento das operações A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, para execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para adequação de refinarias e manutenção de plataformas de produção offshore. A aquisição da Heftos complementa o portfólio de serviços da Azevedo & Travassos no setor de óleo e gás e permitirá a troca de experiências de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios acompanhada de sinergia e ganhos de escala. Essa aquisição resultará no aumento da competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, óleo e gás e energia do Grupo. Além disso a aquisição representa um passo importante na área de descomissionamento de unidades de produção de campos maduros.

**3. CENÁRIO ATUAL:** O ano de 2021 foi muito importante para a Azevedo & Travassos, pois foram tomadas medidas estratégicas e operacionais com o objetivo de posicioná-la entre as principais Companhias de Construção Pesada do país. O PIB de 2021 fechou o ano com um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior; destaca-se a formação bruta de capital fixo, ou seja, a parcela do investimento que compõe o PIB, cresceu 34% em relação ao mesmo período, o que compreende o maior percentual dos anos 2000, e cuja parcela relevante corresponde ao investimento em infraestrutura (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais). No triênio de 2019/2021, por exemplo, foram realizados 115 leilões, com geração de R$ 125 bilhões em outorgas e expectativa de mais de R$ 500 bilhões de investimentos nos próximos 30 anos. Outro marco relevante no setor de infraestrutura foi o lançamento do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (PILPI), com ações previstas entre os anos de 2021 e 2050. Os resultados da análise mostram, no chamado Cenário Referência, que o esforço governamental em reformas regulatórias e nos programas de parcerias com o setor privado surtem efeito relevante no montante de investimentos nos próximos anos, chegando a 2,5% do PIB, acima dos 2% do PIB observados nos últimos 10 anos. A superação de todas as carências de infraestrutura identificadas no país exige a ampliação desse esforço, elevando os investimentos para pouco mais de 3% do PIB ao longo dos próximos 15 anos. A maior parte dessas carências se concentra nos setores de infraestrutura hídrica, saneamento básico e mobilidade urbana. O estoque de infraestrutura, isto é, a quantidade de infraestrutura sobre a qual são prestados os serviços à sociedade, deve aumentar 2,35 vezes no Cenário Transformador. No segundo semestre do ano passado, o BACEN iniciou um ciclo de alta da taxa de juros com o objetivo de conter o aumento da inflação, porém apesar do cenário de aperto monetário e da alta de inflação ao longo de 2021, e apesar desse movimento observamos o aquecimento da demanda do setor privado por novas contratações no setor de infraestrutura e acreditamos que essa tendência deverá se manter nos próximos anos. Esse fato está relacionado aos diversos avanços institucionais e regulatórios que destravam e impulsionam os investimentos privados em infraestrutura, Entre os principais avanços que ocorreram podemos citar: i) a continuidade do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos - com um portfólio significativo de Concessões/PPP federais, estaduais e municipais; ii) o Marco Regulatório do Saneamento Básico, cujo principal objetivo é que 99% da população tenha acesso a água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto; iii) a aprovação nova Lei do Gás Natural, que é fundamental para gerar desenvolvimento, emprego e crescimento da economia brasileira; iv) Novo Marco Regulatório do Setor Ferroviário; v) - e o Programa de Desinvestimentos da Petrobrás em refinarias de Petróleo, e venda de campos maduros de produção de óleo e gás. No caso das refinarias, deverão surgir demandas de revitalização desses ativos e, no dos campos maduros, oportunidades de descomissionamento devem totalizar investimentos superiores a US$ 15 bilhões Com base nesse cenário a Azevedo Travassos tomou a decisão estratégica de se posicionar fortemente para atender a demanda crescente das empresas privadas nos setores acima mencionados e com isso conseguimos abrir novos relacionamentos comerciais, aumentar significativamente o número de propostas de orçamento em elaboração (pipeline) e conquistar dois novos contratos no final do ano: i) Execuções de obras ns aeroportos de Aracaju, Maceió e Juazeiro, em processo competitivo organizado pela AENA Brasil e ii) Execução das obras de engenharia para atendimento de manutenção e crescimento vegetativo de redes e ligações nos sistemas de distribuição de água e coletas de esgoto, nas áreas abrangidas pelos municípios de São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema, em processo competitivo organizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Apesar das Eleições Presidenciais que ocorrerão no final desse ano, manteremos a nossa estratégia de focar esforços no mercado privado de infraestrutura, pois acreditamos que, independentemente do candidato que saia vencedor, haverá continuidade na trajetória de crescimento dos investimentos privados no setor de infraestrutura. Esse fato faz parte da nova realidade da economia brasileira e não está relacionado a uma questão de momento ou ideológica, mas sim à continuidade da crise fiscal do estado brasileiro e as obrigações de investimentos assumidas por grandes grupos privados nas privatizações e nos processos de concessões que ocorreram nos últimos anos

**4. CRESCIMENTO DO BACKLOG, DO PIPELINE, NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO E ESTUDO DE UTILIZAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO:** Em 2021 a Azevedo Travassos focou em estruturar processos, contratar novos colaboradores, finalizar o processo de aquisição da Heftos e adquirir as competências necessárias para ter sucesso na sua estratégia de crescimento. Ao longo do segundo semestre de 2021 e início de 2022 as medidas tomadas começaram a dar resultado e conseguimos nos habilitar junto aos principais players do setor de infraestrutura nacional. Atualmente estamos analisando oportunidades de projetos das principais empresas do setor de rodovias, saneamento, aeroportos, mineração e óleo e gás. Nesse período o nosso pipeline (projetos em orçamento/propostas entregues) cresceu significativamente e o nosso backlog subiu de R$ 30,5 MM em 3T/2021 para mais de R$ 388 MM em 31/12/2021. Conforme comentado anteriormente, na data atual esse valor é de mais de R$ 700 MM. Importante esclarecer para os nossos acionistas que esperamos ter uma taxa de sucesso na conversão do nosso pipeline entre 10% e 15%, isso deve-se a nossa disciplina em buscar contratos onde possamos nos diferenciar, pelo Know how de engenharia adquirido ao longo da nossa história, e pela nossa disciplina de capital. Em linha com essa estratégia elevamos o patamar de cotação de projetos da ordem de até R$200 milhões e passamos a analisar oportunidades de obras da ordem de R$ 500 MM servindo desde o setor de saneamento e passando pela infraestrutura de transporte até o mercado de O&G. Com o objetivo de manter a disciplina no processo de orçamento e o foco no mercado privado, buscamos contratos com pouca exposição de capital de giro e uma margem bruta que gravita em um intervalo de 10% a 12%. Adicionalmente, estamos elaborando o estudo de utilização do Ativo Fiscal Diferido a ser apresentado e discutido nos respectivos fóruns de análise para ser implementado ainda em 2022.

**5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO - 2021**

**5.1. Receita:** Com base em sua carteira de obras já contratadas, a Receita Bruta anual (YTD) atinge o patamar de R$ 86.273 Mil. **a) Companhia** (ATSA): A Receita da ATSA refere-se à locação de área para instalação de antena para serviços de telecomunicações. Assim, no exercício de 2021, a Receita Líquida Companhia foi de R$ 134. **b) Consolidado:** A Receita Líquida do exercício de 2021 foi de R$ 76.863 Mil, contra R$ 25.536 Mil em 2020. O efeito da receita consolidada é três vezes maior do que a do ano anterior com o impacto positivo do fluxo operacional da Heftos Óleo & Gas Construções S.A. **5.2. Resultados: a) Companhia** (ATSA): O resultado, no período de janeiro a dezembro/21, correspondeu a um lucro de R$ 190.136 mil, ante um resultado de R$ (36.869) mil ocorrido em 2020. O resultado favorável no exercício de 2021 deve-se principalmente aos efeitos contábeis da venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. no primeiro trimestre de 2021 e a aquisição de Heftos Óleo & Gás Construções S/A ocorrida em 12/2021. Este valor não deve ser incorporado em análises de fluxo de caixa descontado da Companhia, podendo ser considerado efeito meramente contábil. **b) Consolidado:** No período de janeiro a dezembro/21, apresentou um lucro de R$ 190.136 mil, ante um resultado negativo de R$ (36.869) mil ocorrido em 2020. • **Lucro Bruto Operacional:** Em 31/12/21 a Companhia apresentou, no Consolidado, um lucro bruto operacional de R$ 223.605 mil, ante um prejuízo de R$ 19.967 em 31/12/2020. **5.3. Endividamento: a) Companhia** (ATSA): Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R$ 46.241 mil (R$ 47.388 mil em 31/12/20) constituem passivos relevantes da Companhia. Esse fluxo de pagamentos mensais ocorrerá até o ano de 2050 sendo de aproximadamente R$140 mil mensais ajustados pela TJLP. E temos o saldo em 31/12/2021, referente a contraprestação sobre a aquisição da empresa Heftos Óleo & Gás Construções S.A.., no valor de R$ 58.169 mil a ser liquidado a partir de 2025 conforme estabelecido no acordo de compra e venda da Companhia. • **Despesas Financeiras**: As despesas financeiras no período de janeiro a dezembro de 2021 alcançaram a cifra de R$ (1.002) mil, quando comparadas com a quantia reconhecida R$ (16.756) mil no resultado do exercício de 2020. Em 31/12/21, a ATSA não possuía nenhum endividamento bancário. **b) Consolidado:** Em 31/12/2021 no Consolidado estão registrados endividamentos bancários no valor de R$ 19.007 mil, sendo que em 31/12/2020 o endividamento somava R$ 22.696 mil. **5.4. Patrimônio Líquido:** Devido ao efeito contábil gerado pela venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. no primeiro trimestre/2021, bem como o aumento de capital ocorrido no terceiro trimestre de 2021 e aquisição da Heftos Óléo & Gás Construções S/A em dezembro/21, verifica-se uma relevante recuperação do Patrimônio Líquido, passando seu saldo de R$ (240.014) mil em 31/12/2020 para o saldo de R$ 106.971 em 31/12/2021.

| | Capital Social | Reserva de reavaliação | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido dos Acionistas | Patrimônio líquido dos Acionistas não controladores | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **28.047** | **6.988** | **(281.405)** | **(246.370)** | **-** | **(246.370)** |
| Aumento de capital social | 43.200 | - | - | 43.200 | - | 43.200 |
| Imposto sobre reserva de reavaliação | - | 25 | - | 25 | - | 25 |
| Realização reserva de reavaliação | - | (49) | 49 | - | - | - |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | (36.869) | (36.869) | - | (36.869) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **71.247** | **6.964** | **(318.225)** | **(240.014)** | **-** | **(240.014)** |
| Aumento de capital social | 153.269 | - | - | 153.269 | - | 153.269 |
| Imposto sobre reserva de reavaliação | - | 3.580 | - | 3.580 | - | 3.580 |
| Realização reserva de reavaliação | - | (10.544) | 10.544 | - | - | - |
| Lucro líquido do período | - | - | 190.136 | 190.136 | - | 190.136 |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2021** | **224.516** | **-** | **(117.545)** | **106.971** | **-** | **106.971** |

**5.5. LAJIDA.** O quadro a seguir mostra a LAJIDA do Consolidado da ATSA nos exercícios findos de 2021 e 2020.

| Consolidado R$ mil | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Lucro/Prejuízo (antes IR/CSLL) | 219.813 | (36.707) |
| Despesas e Receitas Financeiras | 3.792 | 16.740 |
| Depreciação e Amortização | 1.618 | 1.454 |
| **LAJIDA** | **225.223** | **(18.513)** |

**6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO:** Critério de Identificação dos segmentos operacionais. A Companhia definiu a segmentação de seus estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O Saldo Patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

| Consolidado 31/12/2021 | Infra-estrutura | Óleo e Gás | Finan-ceiro | Outros Ativos | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | |
| Ativo Circulante | 29.988 | 83.842 | - | 3.696 | 117.526 |
| Outros Ativos Não Circulantes | 1 | - | 100 | 1.242 | 1.343 |
| Investimentos e Propriedade para Investimentos | 40.251 | - | - | - | 40.251 |
| Imobilizado e Intangível | 343 | 170.647 | - | 89.097 | 260.087 |
| **Total do ativo** | **70.583** | **254.489** | **100** | **94.035** | **419.207** |
| **Passivo** | | | | | |
| Passivo circulante | 2.520 | 71.533 | - | 23.731 | 97.784 |
| Passivo não circulante | 1.383 | 10.595 | 1 | 202.374 | 214.353 |
| Patrimônio Líquido | 67.980 | 150.262 | 100 | (111.271) | 107.071 |
| **Total do passivo** | **71.883** | **232.390** | **101** | **114.834** | **419.207** |
| Receita | 33.645 | 43.084 | - | 134 | 76.863 |
| Custo | (30.135) | (22.759) | - | (234) | (53.128) |
| Despesas gerais e administrativas | (3.055) | 2.297 | (2) | (25.346) | (26.106) |
| Outras receitas e (despesas) operacionais | (1.263) | - | - | 232.455 | 231.192 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | - | (5.216) | (5.216) |
| Resultado financeiro | (411) | (524) | - | (2.857) | (3.792) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido | (84) | - | - | (29.593) | (29.677) |
| **Prejuízo líquido do exercício** | **(1.303)** | **22.098** | **(2)** | **169.343** | **190.136** |

**7. GESTÃO DE QUALIDADE, SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE E RESPONSABILIDADE SOCIAL:** O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos seus profissionais são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional.

**8. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA:** O Conselho de Administração aprovou em 15 de dezembro de 2021, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, o qual está disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.azevedotravassos.com.br). De forma a ilustrar a visão da Diretoria Executiva, Conselhos, acionistas e às vésperas de completar 100 anos, o Grupo Azevedo & Travassos se prepara para iniciar um novo ciclo de crescimento, buscando novos caminhos e oportunidades. Porém mantemos a convicção de que chegamos até aqui graças ao nosso histórico de cumprimento das leis, a manutenção de uma reputação ilibada e ao respeito aos nossos clientes e parceiros. Nossa reputação é o nosso ativo mais importante, e este Código de Ética e Conduta é uma ferramenta para auxiliar na tomada de decisões e orientar nosso comportamento. Nele constam os princípios e diretrizes que deverão guiar a atuação não apenas das companhias do grupo, mas também de cada um de seus conselheiros, diretores e colaboradores. A ética pode ser compreendida como o conjunto de normas e comportamentos que os membros de uma sociedade reconhecem como sendo adequados para garantir o seu funcionamento e a prosperidade de seus integrantes. Trata-se do exame crítico e estruturado de como se deve comportar, especialmente quando essas ações podem afetar terceiros. Ética é um princípio básico que deve orientar todas as nossas escolhas e ações, orientando na elaboração de propostas, nos relacionamentos internos e nos relacionamentos externos com clientes, comunidades, fornecedores, autoridades e poderes constituídos. O nosso compromisso com a ética e com nossos valores fundamentais - Integridade, Comprometimento, Atuação Responsável, Foco no Resultado e Tradição e Evolução - são fundamentais para atingimos um crescimento responsável e sustentável.

**9. INSTRUÇÃO CVM 381/03:** Conforme a Instrução CVM 381/03, a BDO RCS Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

**10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício de 2021.

São Paulo, 02 de abril de 2022

Gustavo Nunes da Silva Rocha - Diretor Presidente

Leonardo Martins - Diretor Financeiro e de RI

Ivan de Carvalho Jr - Diretor Executivo

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | Notas | Controladora 31/12/2021 | Controladora 31/12/2020 | Consolidado 31/12/2021 | Consolidado 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 1.141 | 4.426 | 19.339 | 4.583 |
| Clientes | 7 | 25 | 11 | 33.974 | 2.360 |
| Estoques | 8 | 908 | 29 | 19.073 | 959 |
| Estoque de terrenos | 9 | - | - | 18.301 | 18.301 |
| Adiantamento a fornecedores | 10 | 87 | 563 | 10.012 | 1.712 |
| Impostos a recuperar | 11 | 84 | 60 | 8.878 | 2.329 |
| Despesas antecipadas | | 485 | - | 493 | 2 |
| Outras contas a receber | 12 | 969 | 89 | 7.456 | 9.466 |
| | | **3.699** | **5.178** | **117.526** | **39.712** |
| **Ativo não circulante** | | | | | |
| Estoque de terrenos | 9 | - | 4.215 | - | 4.215 |
| Outras contas a receber | 12 | 1.243 | 36.989 | 1.243 | 5.429 |
| | | **1.243** | **41.204** | **1.243** | **9.644** |
| Investimentos | 13 | 239.137 | 19.196 | - | - |
| Propriedade para Investimentos | 14 | - | - | 40.251 | - |
| Imobilizado | 15 | 7.401 | 11.173 | 60.585 | 14.344 |
| Intangível | 16 | 81.697 | - | 199.502 | 22 |
| | | **328.235** | **30.369** | **300.338** | **14.366** |
| **Total do Ativo** | | **333.177** | **76.751** | **419.107** | **63.722** |

| PASSIVO | Notas | Controladora 31/12/2021 | Controladora 31/12/2020 | Consolidado 31/12/2021 | Consolidado 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | - | - | 19.007 | 22.696 |
| Fornecedores | 19 | 12.927 | 5.140 | 27.639 | 19.251 |
| Salários, provisão para férias e encargos sociais | 20 | 1.194 | 9.264 | 25.614 | 44.733 |
| Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000 | 21.1 | 1.621 | 2.148 | 1.621 | 2.148 |
| Obrigações tributárias - outros impostos | 21.2 | 1.940 | 13.089 | 16.016 | 64.836 |
| Juros sobre o capital próprio a pagar | | - | 36 | - | 36 |
| Dividendos a pagar | | - | 6 | - | 6 |
| Outras contas a pagar | 22 | 6.050 | 1.616 | 7.887 | 3.987 |
| | | **23.732** | **31.299** | **97.784** | **157.693** |
| **Passivo não circulante** | | | | | |
| Salários, provisão para férias e encargos sociais | 20 | 38.912 | 11.612 | 38.912 | 53.861 |
| Obrigações tributárias - REFIS Lei 9.964/2000 | 21.1 | 44.583 | 45.240 | 44.620 | 45.240 |
| Obrigações tributárias - outros impostos | 21.2 | 10.307 | - | 22.248 | 30 |
| Provisão para passivo a descoberto de controladas | | - | 211.705 | - | - |
| Provisão para obrigações legais | 23 | 8.057 | 5.031 | 8.057 | 30.312 |
| Imposto de renda e Contribuição Social Diferida | 28 | 29.593 | 3.580 | 29.593 | 3.580 |
| Outras contas a pagar | 22 | 71.022 | 8.298 | 70.922 | 13.020 |
| | | **202.474** | **285.466** | **214.352** | **146.043** |
| **Total do passivo** | | **226.206** | **316.765** | **312.136** | **303.736** |
| **Patrimônio líquido** | 24 | | | | |
| Capital social | | 224.516 | 71.247 | 224.516 | 71.247 |
| Reserva de reavaliação | | - | 6.964 | - | 6.964 |
| Prejuízos acumulados | | (117.545) | (318.225) | (117.545) | (318.225) |
| | | **106.971** | **(240.014)** | **106.971** | **(240.014)** |
| Participação dos acionistas não controladores | | - | - | - | - |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **333.177** | **76.751** | **419.107** | **63.722** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de Reais)

| | Capital Social | Reserva de reavaliação | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido dos Acionistas | Patrimônio líquido dos Acionistas não controladores | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **28.047** | **6.988** | **(281.405)** | **(246.370)** | **-** | **(246.370)** |
| Aumento de capital social | 43.200 | - | - | 43.200 | - | 43.200 |
| Imposto sobre reserva de reavaliação | - | 25 | - | 25 | - | 25 |
| Realização reserva de reavaliação | - | (49) | 49 | - | - | - |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | (36.869) | (36.869) | - | (36.869) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **71.247** | **6.964** | **(318.225)** | **(240.014)** | **-** | **(240.014)** |
| Aumento de capital social | 153.269 | - | - | 153.269 | - | 153.269 |
| Imposto sobre reserva de reavaliação | - | 3.580 | - | 3.580 | - | 3.580 |
| Realização reserva de reavaliação | - | (10.544) | 10.544 | - | - | - |
| Lucro líquido do período | - | - | 190.136 | 190.136 | - | 190.136 |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2021** | **224.516** | **-** | **(117.545)** | **106.971** | **-** | **106.971** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

| | Notas | Controladora 01/01 a 31/12/2021 | Controladora 01/01 a 31/12/2020 | Consolidado 01/01 a 31/12/2021 | Consolidado 01/01 a 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita de venda e serviços prestados, líquida | 25 | 134 | 165 | 76.863 | 25.536 |
| Custos na venda de produtos e serviços prestados | 26 | (234) | (30) | (53.128) | (23.908) |
| **Lucro/(Prejuízo) do período** | | **(100)** | **135** | **23.735** | **1.628** |
| **Receita (despesas) operacionais** | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 26 | (23.011) | (5.281) | (23.679) | (6.171) |
| Honorários dos administradores | 17 | (2.336) | (623) | (2.427) | (630) |
| Outras receitas e (despesas) operacionais | 26 | 232.455 | (5.940) | 231.192 | (14.794) |
| Equivalência patrimonial | 13 | 15.579 | (19.979) | (5.216) | - |
| **Lucro operacional** | | **222.587** | **(31.688)** | **223.605** | **(19.967)** |
| Receitas financeiras | 27 | 1 | - | 32 | 16 |
| Despesas financeiras | 27 | (2.859) | (5.181) | (3.824) | (16.756) |
| | | **(2.858)** | **(5.181)** | **(3.792)** | **(16.740)** |
| **Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **219.729** | **(36.869)** | **219.813** | **(36.707)** |
| Imposto de renda e contribuição social - Corrente | 28 | - | - | (84) | (162) |
| Imposto de renda e contribuição social - Diferido | 28 | (29.593) | - | (29.593) | - |
| **Lucro (Prejuízo) do período** | | **190.136** | **(36.869)** | **190.136** | **(36.869)** |
| Atribuído aos acionistas controladores | | - | - | 190.136 | (36.869) |
| Atribuído aos acionistas não controladores | | - | - | - | - |
| **Lucro (Prejuízo) por ação - R$** | | 3,49 | (6,83) | 3,49 | (6,83) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

| | Controladora 31/12/2020 | Controladora 31/12/2019 | Consolidado 31/12/2020 | Consolidado 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|
| **1 - RECEITAS** | | | | |
| 1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 152 | 178 | 86.273 | 27.876 |
| Outras receitas | - | - | - | - |
| | **152** | **178** | **86.273** | **27.876** |
| **2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | | | | |
| 2.1 -Custo venda de produtos e serviços. | (33.392) | (5.935) | (41.331) | (22.505) |
| 2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (15.360) | (3.376) | (37.994) | (10.542) |
| | **(48.752)** | **(9.311)** | **(79.325)** | **(33.047)** |
| **3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)** | **(48.600)** | **(9.133)** | **6.948** | **(5.171)** |
| **4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO** | (434) | (356) | (684) | (1.530) |
| **5 - VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)** | **(49.034)** | **(9.489)** | **6.264** | **(6.701)** |
| **6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** | | | | |
| 6.1 - Resultado de equivalência patrimonial | 15.579 | (19.979) | (5.216) | - |
| 6.2 - Receitas financeiras | 1 | - | 32 | 16 |
| 6.3 - Ganho de Capital | 182.421 | - | 182.421 | - |
| 6.4 - Avaliação valor justo / Desagio | 87.039 | - | 87.039 | - |
| **7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)** | **236.006** | **(29.468)** | **270.540** | **(6.685)** |
| **8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | | | | |
| 8.1 - Pessoal - salários e encargos | 12.488 | 1.680 | 34.784 | 14.231 |
| 8.2 - Impostos, taxas e contribuições | 32.655 | 540 | 44.631 | (803) |
| 8.3 - Remuneração de capitais de terceiros | 727 | 5.181 | 989 | 16.756 |
| 8.4.1 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício | 190.136 | (36.869) | 190.136 | (36.869) |
| **VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO** | **236.006** | **(29.468)** | **270.540** | **(6.685)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

| | Controladora 01/01 a 31/12/2021 | Controladora 01/01 a 31/12/2020 | Consolidado 01/01 a 31/12/2021 | Consolidado 01/01 a 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro (Prejuízo) do período** | 190.136 | (36.869) | 190.136 | (36.869) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Realização reserva de reavaliação | 6.964 | 49 | 6.964 | 49 |
| **Total do resultado abrangente do período** | **197.100** | **(36.820)** | **197.100** | **(36.820)** |
| **Atribuível a** | | | | |
| Acionistas controladores | - | - | 197.100 | (36.820) |
| Acionistas não controladores | - | - | - | - |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

| | Controladora 01/01 a 31/12/2021 | Controladora 01/01 a 31/12/2020 | Consolidado 01/01 a 31/12/2021 | Consolidado 01/01 a 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | 219.729 | (36.869) | 219.813 | (36.707) |
| **Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais** | | | | |
| Depreciação e amortização | 434 | 356 | 683 | 1.530 |
| Efeito líquido da baixa de imobilizado | (3.413) | 102 | (630) | 2.298 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (15.579) | 19.979 | 5.220 | - |
| Provisão para obrigações legais | 3.026 | 326 | (22.256) | (4.268) |
| Juros a pagar a longo prazo - parcelamento | - | - | - | 10.738 |
| IRPJ e CSLL diferido | - | (20) | - | (20) |
| | 204.197 | (16.126) | 202.830 | (26.429) |
| **Redução (aumento) nos ativos operacionais:** | | | | |
| Clientes | (14) | 21 | (20.362) | (1.882) |
| Estoques | (879) | 15 | (139) | 233 |
| Estoques de imóveis | 4.215 | - | 4.215 | - |
| Impostos a recuperar e outros créditos | 34.357 | (2.991) | 40.505 | (4.298) |
| Adiantamento a fornecedores | 476 | (563) | 4.382 | (1.712) |
| Aumento de Capital com a Investida | (48.784) | - | - | - |
| | (10.629) | (3.518) | 28.601 | (7.659) |
| **Aumento (redução) nos passivos operacionais** | | | | |
| Fornecedores | 7.787 | (855) | (166.831) | (1.976) |
| Salários, provisão férias e encargos sociais | 19.230 | 8.766 | (63.125) | 43.401 |
| Obrigações tributárias - Refis e outros impostos | (2.026) | 2.374 | (45.211) | 1.629 |
| Outras contas a pagar | (129.010) | 4.859 | 36.014 | 1.154 |
| | (104.019) | 15.144 | (239.153) | 44.208 |
| **Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais** | **89.549** | **(4.500)** | **(7.722)** | **10.120** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | | | |
| Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível | (246.103) | (9) | (120.829) | - |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos** | **(246.103)** | **(9)** | **(120.829)** | **-** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | (17.019) | (14.518) |
| Aumento de capital social | 153.269 | 8.935 | 153.269 | 8.935 |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos** | **153.269** | **8.935** | **136.250** | **(5.583)** |
| **Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **(3.285)** | **4.426** | **7.699** | **4.537** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 4.426 | - | 11.640 | 46 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 1.141 | 4.426 | 19.339 | 4.583 |
| **Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **(3.285)** | **4.426** | **7.699** | **4.537** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional: 1.1. Atividades das empresas do Grupo:** A **Azevedo & Travassos S.A.** ("ATSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, n° 1.050, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e sua subsidiária, conjuntamente referidas como "Grupo". A controladora ATSA bem como a sua controlada Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI") têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades. HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") tem como atividades principais a execução de projetos de engenharia industrial em geral e a construção civil, fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais e realização de pesquisa de desenvolvimento de tecnologia adequada às companhias industriais e exploração de normas e processos de fabricação industrial, a realização de estudos técnicos e econômicos sobre a instalação de empreendimentos industriais, a operação de unidades industriais mediante a exploração própria ou contratos com terceiros e representação de processos industriais, nas áreas de construção de plataformas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore, seu descomissionamento e Hook-up. Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. ("INFRAINVEST") tem como atividades principais a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, bem como em valores imobiliários ou direitos conversíveis, permutáveis, ou que confiram o direito à sua aquisição, o investimentos em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, da sociedades em que participe ou em que se proponha participar, aplicação de seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros, a pratica de outras atividades econômicas, conexas das atividades referidas nos itens anteriores. A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV3 (ON) e AZEV4 (PN). **1.2. Relação de entidades controladas e coligadas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 incluem as seguintes empresas operacionais: ATSA e ATI, cuja participação percentual na data base deste ITR está assim resumida:

| | 31/12/2021 % | 31/12/2021 Controle | 31/12/2020 % | 31/12/2020 Controle |
|---|---|---|---|---|
| Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (i) | - | - | 100,00 | Direto |
| Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. | 100,00 | Direto | 100,00 | Direto |
| Infrainvest ADM e Investimentos LTDA (ii) | 100,00 | Direto | - | - |
| Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (iii) | 100,00 | Direto | - | - |

**(i)** Em março de 2021, a empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme Nota Explicativa nº 29.2 - Outras Informações; **(ii)** Em outubro de 2021, a empresa Infrainvest ADM e Investimentos LTDA. foi constituída, conforme Nota Explicativa nº 29.12; **(iii)** Em dezembro de 2021, a empresa Heftos Óleo e Gás Construções S.A. foi adquirida, conforme Nota Explicativa n°29.11.

**1.3. Estratégia operacional:** Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentou lucro de R$190.136 (- R$36.869 em 2020), Capital Circulante Líquido (CCL) de R$ 19.742 (- R$117.981 em 2020) e patrimônio líquido de R$106.971 (-R$240.014 em 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão sendo adotadas inúmeras medidas que estão colocando a Companhia em novo rumo e num novo ciclo de crescimento e fortalecimento, reposicionando-se no mercado mediante a catalisação de sua reestruturação financeira e operacional. O Grupo tem utilizado diversas estratégias operacionais para melhoria do seu fluxo de caixa e retomada da sua lucratividade. As principais medidas são: **(i)** O Conselho de Administração elegeu no dia 1º de junho de 2021 dois novos integrantes para o Corpo Diretor da organização: Gustavo Nunes da Silva Rocha e Leonardo Martins passaram a ocupar o cargo de Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, respectivamente. A chegada dos novos integrantes potencializa o projeto de reposicionamento da organização no mercado; **(ii)** No dia 08 de junho de 2021, a Companhia anunciou o segundo aumento de capital privado no montante de até R$ 153 milhões para financiar seu capital de giro de curto e médio prazo, especialmente aquele necessário para suportar as demandas de caixa das obras e os compromissos de PPLE, Refis e demais passivos assumidos pela Companhia; **(iii)** Em 03 de agosto de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a Mais Lar Engenharia Ltda. ("Mais Lar"), empresa especializada em construção civil de imóveis residenciais que se enquadram nas regras de financiamento por programas do Governo Federal para incentivo da aquisição de moradia, para prospectar a construção de um empreendimento imobiliário habitacional que deverá ser incorporado e construído nos imóveis de propriedade da Companhia que hoje constituem a sua sede. O Memorando de Entendimento prevê que as Partes iniciarão, de imediato, a elaboração de projetos e obtenção das licenças e autorizações necessárias para a implementação do empreendimento, cujo projeto preliminar prevê a construção de até 5.760 (cinco mil, setecentos e sessenta) unidades habitacionais que se enquadrem nas regras de programas do Governo Federal para incentivo à moradia de famílias em áreas urbanas (Casa Verde e Amarela); **(iv)** Em 09 de agosto de 2021, a Companhia informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que, o Conselho de Administração da Companhia, na presente data, homologou o aumento de capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado, conforme os termos deliberados em reunião realizada em 04 de junho de 2021 ("Aumento de Capital"). Foram subscritas e integralizadas a totalidade das ações ordinárias e preferenciais disponíveis para subscrição, sendo (i) 11.550.000 (onze milhões e quinhentas e cinquenta mil) novas ações ordinárias, correspondentes a 100% da quantidade máxima de ações ordinárias, e (ii) 23.100.000 (vinte e três milhões e cem mil) novas ações preferenciais, correspondentes a 100% da quantidade máxima de ações preferenciais, ao preço de emissão de R$ 5,11 (cinco Reais e onze centavos) por ação ordinária e R$ 4,08 (quatro Reais e oito centavos) por ação preferencial, totalizando o montante de R$ 153.268.500,00, (cento e cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos Reais). Em decorrência do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou de R$ 71.247.137,15 (setenta e um milhões, duzentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e sete reais e quinze centavos), dividido em 6.600.000 (seis milhões e seiscentas mil) ações ordinárias e 13.200.000 (treze milhões e duzentas mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, para R$ 224.515.637,15 (duzentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e quinze mil, seiscentos e trinta e sete Reais e quinze centavos), representado por 18.150.000 (dezoito milhões e cento e cinquenta mil) ações ordinárias e 36.300.000 (trinta e seis milhões e trezentas mil) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal; **(v)** Em 03 de setembro de 2021, a Companhia anunciou a concessão do financiamento debtor-in-possession no valor de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ao Grupo UTC ("Financiamento DIP"). O Financiamento DIP, que possui um prazo de 24 (vinte e quatro) meses e é garantido por uma alienação fiduciária da Base Macaé 1 e uma alienação fiduciária da totalidade das ações emitidas pela Heftos, deve ser corrigido pela variação do IPCA e possui uma remuneração contratada de 12% (doze por cento) ao ano, na forma de juros simples. Vale ressaltar ainda que o pagamento foi efetuado por meio de depósito judicial em favor do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo e somente será liberado pelo Juízo após a implementação de condições precedentes remanescentes. Conforme anteriormente informado ao mercado, a Companhia pretende utilizar o valor desembolsado por meio do Financiamento DIP como parcela do pagamento a ser ofertado pela UPI Heftos por meio da proposta âncora (credit bid). A proposta âncora deve ser apresentada em leilão judicial a realizar-se no âmbito da Recuperação Judicial do Grupo UTC, em prazo a ser definido pelo juízo da recuperação judicial. A efetiva apresentação da proposta âncora pela Companhia, conforme previsto na Proposta Atualizada, segue sujeita a condições suspensivas e resolutivas, de forma que nada no presente Fato Relevante deve ser interpretado com qualquer indicação ou afirmação que as operações contidas na Proposta Atualizada serão efetivamente concluídas; **(vi)** Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento ("MOU") com os acionistas da Engecampo Engenharia S.A. e EGC Comercial Elétrica e Hidráulica Ltda. ("Grupo Engecampo"), contendo os principais termos e condições vinculantes por meio dos quais a Companhia se propõe a adquirir 100% das ações do Grupo Engecampo. Fundada em 1987, o Grupo Engecampo possui extenso acervo técnico e uma qualificada equipe de profissionais compondo seu corpo técnico e administrativo, com atuação relevante em todo território nacional, tendo executado operações dos mais diversos graus de complexidade. Com sede em Porto Alegre, o Grupo Engecampo presta serviços de manutenção industrial, obras civis, construção e montagem eletromecânica, nas modalidades contratuais por preços globais ou EPC, atuando, principalmente, nos setores de Óleo & Gás, Mineração, Petroquímica, Siderurgia, Saneamento e Energia. A união da A&T com o Grupo Engecampo, caso venha a se concretizar, permitirá a troca de experiência de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios, acompanhada de sinergias, ganhos de escala e de clientes, resultando em um aumento de competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, especialmente em Óleo e Gás. A assinatura do MOU é resultado de negociações diretas mantidas entre a Companhia e os controladores do Grupo Engecampo e tem por objetivo estabelecer as bases contratuais vinculantes para que a Companhia possa aprofundar e finalizar a auditoria jurídica, operacional e financeira que ofereça segurança para a conclusão da aquisição proposta; **(vii)** Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração tendo em vista o crescimento do mercado esperado e as oportunidades dentro do setor de Infraestrutura; **(viii)** Continuar seu trabalho de alongamento de seus passivos para adequá-los a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagos com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos; **(ix)** Executar as obras que estão contratadas e a serem contratadas dentro das margens orçadas; **(x)** Redobrar o esforço da Diretoria Comercial em obter novos contratos, que permitam voltar à receita bruta consolidada aos patamares anteriores; **(xi)** Permanecer adimplente no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") instituído pela Lei nº 9.964/2000; **(xii)** Prosseguir com a ação ajuizada, atualmente, no Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, objetivando a exclusão do ISSQN da base de cálculo das contribuições ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Referidas ações foram sobrestadas até julgamento do Supremo Tribunal Federal - STF RE 592.616/RS - Tema 118; **(xiii)** Prosseguir com a ação ajuizada objetivando a exclusão do ISSQN na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB. No entanto, é importante destacar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB, no julgamento do RE nº 1.187.264/SP (Tema 1.048), entendimento aplicável por similitude ao ISS; **(xiv)** Prosseguir com a ação ajuizada objetivando afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes); **(xv)** Prosseguir com as ações ajuizadas em nome da ATINFRA objetivando: **(i)** afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes), atualmente com liminar concedida para autorizar o recolhimento das contribuições vincendas ao FNDE (salário- educação), INCRA, SENAI, SESI e SEBRAE, observando o valor limite de vinte salários-mínimos para a base de cálculo total de cada uma das mencionadas contribuições, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário decorrente dos valores que excederem esse limite, nos termos do artigo 151, inciso IV, do Código Tributário Nacional; **(ii)** a exclusão do ISSQN da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, cuja a sentença de procedência, confirmou a liminar anteriormente deferida, para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de exigir da impetrante a inclusão na apuração da base de cálculo das contribuições vencidas e vincendas do PIS e da COFINS , dos valores de ISSQN destacado em suas notas fiscais de vendas de serviços; **(iii)** a exclusão do ISS na base de cálculo da CPRB, destacando-se, que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB, no julgamento do RE nº 1.187.264/SP (Tema 1.048), entendimento aplicável por similitude ao ISS; **(iv)** a exclusão das contribuições ao PIS e à COFINS de suas próprias bases de cálculo, ora em grau de recurso em face da sentença de improcedência; e **(v)** ajuizar ação objetivando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo das contribuições previdenciárias e parafiscais; **(xvi)** Manter em dia o PPLE, principal acordo trabalhista da Companhia; **(xvii)** No dia 14 de dezembro de 2021 a ATSA concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da UPI HEFTOS. O objeto da aquisição incluiu a propriedade da totalidade dos ativos operacionais (tangíveis e intangíveis) para consecução das operações da Heftos, à propriedade da matrícula que compõe o imóvel onde se desenvolvem as operações e os atestados e acervo técnico pertinente ao desenvolvimento das operações. A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, para execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para adequação de refinaria e manutenção de plataformas de produção offshore. A aquisição da Heftos complementa o portfólio de serviços da Azevedo Travassos no setor de óleo e gás e permitirá a troca de experiências de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios acompanhada de sinergia e ganhos de escala. Essa aquisição resultará no um aumento da competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, óleo e gás e energia. Além disso, a aquisição representa um passo importante na área de descomissionamento de unidades de produção de campos maduros. Adicionalmente, o Relatório de Administração complementa estas notas explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

**2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS):** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ATSA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em 31 de março de 2022. As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações contábeis, a Administração deve fazer a avaliação da capacidade de a Companhia continuar em operação em futuro previsível. Considerando as ações apresentadas na Nota Explicativa nº 1.3, a Administração concluiu que não há nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações contábeis. **2.2. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.3. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.4. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA") e de suas controladas, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI"), HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") e Infrainvest ADM e Investimentos LTDA ("INFRAINVEST"). O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia. Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. **2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

| | |
|---|---|
| Ativos financeiros a VJR | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido noresultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |

**Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **3.2.2. Passivos financeiros: Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Com-**

continua...

continuação

**AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.** - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

**pensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Estoques de mercadorias e terrenos:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação. Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **3.4. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **3.5. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis da Companhia são formados principalmente pelo acervo técnico adquirido com a compra da Heftos. **3.6. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas a valor justo. Para os terrenos, a Companhia fez a avaliação com base no método comparativo direto de mercado. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando não se espera benefícios econômicos futuros ou transferidas quando há intenção de venda. **3.7. Investimentos e base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **3.8. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R$78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos. **3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá- lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.11. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **3.13. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **3.15. Reconhecimento da receita: Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

**4. Estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **4.1. Reconhecimento das receitas:** As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência. **4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **4.3. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível:** Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório. **4.4. Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:** A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis. **4.5. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **4.6. Impostos:** Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, à investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

**5. Novos pronunciamentos técnicos adotados: 5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: (i) Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2" (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16):** Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1° de janeiro de 2021 e complementam as realizadas em 2019 ("fase 1"). **(ii) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16/ CPC 06 (R2) foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem determinadas condições. **5.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes: (i) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. **Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022, não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Imobilizado: Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16); • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3). Adicionalmente, para as seguintes normas ou alterações efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2023, não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Definição de estimativa contábil (Alterações à IAS 8); • Considerações sobre reconhecimento inicial de impostos diferido (Alterações à IAS 12); • Contratos de seguros (IFRS 17); • Alterações na IFRS 4, que esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras; • Classificação de passivos como circulante ou não-circulante (Alterações à IAS 1).

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Caixa | 8 | - | 26 | 2 |
| Banco conta movimento | 1.132 | 4.426 | 19.312 | 4.431 |
| Aplicações financeiras | 1 | - | 1 | 150 |
| | **1.141** | **4.426** | **19.339** | **4.583** |

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

**7. Clientes:** A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo medições a faturar o registro das receitas auferidas pelos serviços prestados pela Companhia, com base nas medições realizadas durante a execução das obras:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Contas a receber | 25 | - | 18.343 | 2.087 |
| Serviços e locações executados e não faturados | - | 11 | 15.631 | 273 |
| | **25** | **11** | **33.974** | **2.360** |

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição de provisão da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **A vencer** | **25** | **11** | **32.442** | **597** |
| **Vencidas** | | | | |
| 1 a 60 dias | - | - | 1.245 | 301 |
| 61 a 180 dias | - | - | 21 | 618 |
| Acima de 180 dias | - | - | 266 | 844 |
| **Total contas a receber** | **25** | **11** | **33.974** | **2.360** |
| Provisão para créditos | - | - | - | - |
| **Saldo de clientes líquido** | **25** | **11** | **33.974** | **2.360** |

**8. Estoques**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Material de construção e peças de manutenção | 908 | 29 | 12.077 | 959 |
| Material de revenda | - | - | 6.996 | - |
| | **908** | **29** | **19.073** | **959** |

**9. Estoques de terrenos:** Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Azevedo & Travassos S.A. | - | 4.215 | - | 4.215 |
| Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda | - | - | 18.301 | 18.301 |
| | **-** | **4.215** | **18.301** | **22.516** |
| **Circulante** | **-** | **-** | **18.301** | **18.301** |
| **Não circulante** | **-** | **4.215** | **-** | **4.215** |

A seguir, estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

| | | Consolidado | |
|---|---|---|---|
| | M2 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Azevedo & Travassos S.A.** | | | |
| Lote 7 | 18.144 | - | 2.204 |
| Lote 8 | 17.207 | - | 2.011 |
| | **35.351** | **-** | **4.215** |
| **Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda** | | | |
| Lote Elísio (i) (ii) | 22.999 | 9.835 | 9.835 |
| Lote 3 (i) | 5.465 | 3.165 | 3.165 |
| Lote 4 (i) | 4.343 | 2.851 | 2.851 |
| Lote 5 (i) | 1.348 | 1.139 | 1.139 |
| Lote 6 | 1.536 | 1.311 | 1.311 |
| | **35.691** | **18.301** | **18.301** |
| **Total** | **71.042** | **18.301** | **22.516** |

**(i)** Em 30 de setembro de 2021, o lote Elísio está arrolado no REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000 (vide Nota Explicativa n° 20.1); **(ii)** Em caso de venda de algum dos terrenos a Administração avaliará outras garantias aceitas em processos semelhantes. A seguir estão demonstradas as transferências do estoque para propriedade para investimentos (Nota n° 14):

| | Valor anterior Estoque | Valor atual PPI |
|---|---|---|
| Lote 7 | 2.204 | 8.430 |
| Lote 8 A | - | 3.190 |
| Lote 8 B | 2.011 | 1.130 |
| Lote 8 C | - | 2.620 |
| **TOTAL** | **4.215** | **15.370** |

**10. Adiantamento a fornecedores**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Fornecedores Nacionais | 80 | 512 | 7.843 | 1.627 |
| Fornecedores Internacionais | - | - | 1.747 | - |
| Salarios | - | - | 415 | - |
| Outros adiantamentos | 7 | 51 | 7 | 85 |
| | **87** | **563** | **10.012** | **1.712** |

**11. Impostos a recuperar**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| IRRF | - | - | 5.240 | 952 |
| CSLL | - | - | 2.031 | 202 |
| ICMS | - | - | 870 | 215 |
| Outros impostos a recuperar | 84 | 60 | 737 | 960 |
| | **84** | **60** | **8.878** | **2.329** |

**12. Outras contas a receber**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Partes relacionadas (Nota 16) | - | 34.202 | - | - |
| Depósito judicial | 1.243 | 1.287 | 1.243 | 3.930 |
| Conta Corrente - Consorcio | - | - | 6.192 | - |
| Venda de ativo fixo | - | 31 | - | 1.127 |
| Outras contas a receber | 969 | 1.558 | 1.264 | 9.838 |
| | **2.212** | **37.078** | **8.699** | **14.895** |
| **Circulante** | **969** | **89** | **7.456** | **9.466** |
| **Não circulante** | **1.243** | **36.989** | **1.243** | **5.429** |

**13. Investimentos:** Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

**(a) Composição dos investimentos**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (i) | - | (211.705) |
| Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. | 66.679 | 19.196 |
| Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (iii) | 172.360 | - |
| Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. (ii) | 98 | - |
| **Total investimento** | **239.137** | **(192.509)** |
| **Ativo não circulante** | **239.137** | **19.196** |
| **Passivo não circulante** | **-** | **(211.705)** |

**(i)** A empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme Nota Explicativa n° 30.2. **(ii)** Em outubro de 2021, a empresa Infrainvest ADM e Investimentos LTDA. foi constituída, conforme Nota Explicativa n° 30.12. **(iii)** Em dezembro de 2021, a empresa Heftos Óleo e Gás Construções S.A. foi adquirida, conforme Nota Explicativa n°30.11. **(b) Contexto operacional das empresas investidas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (desinvestida):** Conforme divulgado em Fato Relevante, a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., atualmente denominada MGCF Engenharia EIRELI, foi vendida em 25 de março de 2021, por meio do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, deixando, a partir dessa data, de figurar como empresa investida. A alienação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. não impacta o desenvolvimento das operações da Companhia e de subsidiária, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., que continuará desempenhando suas atividades operacionais normalmente. **Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.:** A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é o de (i) planejamento execução de projetos, obras, serviços de construção civil, engenharia civil mecânica, sob origem de empreitada administração ou outros admitidos; (ii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais consultoria, planejamento assessoria estudos técnicos nas especialidades de engenharia civil mecânica; (iii) compra, venda, incorporação de imóveis; (iv) prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação compra venda de equipamentos, importação e exportação; e (v) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista. O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2021, de 65.990.208 cotas. **HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A.:** HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. ("HEFTOS") sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Avenida São Gabriel, 301, 1.andar, sala 101, Jardim Paulista, e cujo objeto social é a execução de projetos de engenharia industrial em geral e a construção civil, fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais e realização de pesquisa de desenvolvimento de tecnologia adequada às companhias industriais e exploração de normas e processos de fabricação industrial, a realização de estudos técnicos e econômicos sobre a instalação de empreendimentos industriais, a operação de unidades industriais mediante a exploração própria ou contratos com terceiros e representação de processos industriais, nas áreas de construção de plataformas, módulos e refinarias, bem como a manutenção On/Offshore, seu descomissionamento e Hook-up. O capital social, subscrito e integralizado da HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. é composto, em 31 de dezembro de 2021, de 214.048.897 cotas. **Infrainvest Administração e Investimentos Ltda.:** Infrainvest Administração e Investimentos Ltda. ("INFRAINVEST"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Bueno da Ribeira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é a participação em outras sociedades, investimentos em instrumentos de capital próprio, bem como em valores imobiliários ou direitos conversíveis, permutáveis, ou que confiram o direito à sua aquisição, o investimentos em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, da sociedades em que participe ou em que se proponha participar, aplicação de seus excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros, a pratica de outras atividades econômicas, conexas das atividades referidas nos itens anteriores. O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2021, de 100.000 cotas.

**(c) Movimento das investidas**

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | ATE | ATI | Heftos | ATINV | ATD III | Total |
| **Saldo final em 31/12/2019** | **(191.180)** | **18.618** | **-** | **-** | **3.274** | **(169.288)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | (20.525) | 578 | - | - | 306 | (19.641) |
| Aumento de capital com terreno | - | - | - | - | (3.580) | (3.580) |
| **Saldo final em 31/12/2020** | **(211.705)** | **19.196** | **-** | **-** | **-** | **(192.509)** |
| Resultado de equivalência patrimonial | (5.216) | (1.301) | 22.098 | (2) | - | 15.579 |
| Aumento de capital | | 48.784 | - | - | | 48.784 |
| Baixa de investimento por alienação | 216.921 | - | - | - | - | 216.921 |
| Aquisição de investimento | - | - | 150.262 | 100 | - | 150.362 |
| **Saldo final em 31/12/2021** | **-** | **66.679** | **172.360** | **98** | **-** | **239.137** |

**(d) Informações sobre as empresas investidas:**

| | ATE | | ATI | | Heftos | | INFRAINVEST | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Participação | - | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 0,00% | 100,00% | 0,00% |
| Ativo | - | 15.178 | 70.581 | 24.910 | 254.488 | - | 100 | - |
| Passivo | - | 226.883 | 3.902 | 5.714 | 82.129 | - | 2 | - |
| Patrimônio líquido | - | (190.842) | 67.980 | 18.618 | 150.261 | - | 100 | - |
| Lucro do exercício | - | (20.863) | (1.301) | 578 | 22.098 | - | (2) | - |

**14. Propriedades para investimentos - Terrenos:** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo. O registro das propriedades para investimento ocorreu pela transferência dos terrenos da Controladora na integralização de capital feita em 30/09/2021 a valor de mercado de R$40.250.752.

**Movimentação**

| | 31/12/2021 CONSOLIDADO |
|---|---|
| Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021 | - |
| Aquisições | 40.251 |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2021** | **40.251** |

**Relação dos imóveis**

| Item | Descrição | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| 1 | Terreno<br>Endereço: Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó<br>Area: 55.568,39m2<br>Cidade: São Paulo | 25.284 |
| 2 | Terreno<br>Endereço:Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó<br>Area: 18.144,65m2<br>Cidade: São Paulo | 7.749 |
| 3 | Terreno<br>Endereço:Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4° Subdistrito - Nossa Senhora do Ó<br>Area: 2.441,36m²<br>Cidade: São Paulo | 1.166 |
| 4 | Terreno<br>Endereço:Rua Hortolândia, designado na área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do O<br>Area: 6.697,14m²<br>Cidade: São Paulo | 3.363 |
| 5 | Terreno<br>Endereço:Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó<br>Area: 5.629,50m2<br>Cidade: São Paulo | 2.689 |
| | **TOTAL** | **40.251** |

A classificação dos terrenos para propriedade para investimentos reflete a intenção da Administração de manutenção desses ativos para valorização do capital a longo prazo, contrapondo as obrigações da Companhia. A administração fará a avaliação a mercado dos terrenos anualmente.

**15. Imobilizado:** Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

Controladora

| Descrição | Imobilização em andamento | Edifícios e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Máquinas e equipamentos Pesados | Veículos | Ferramentas | Móveis e utensílios | Outros | Terrenos | Reavaliação de terrenos | Equipamentos de informática | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo:** | | | | | | | | | | | | |
| **Saldo em 31/12/2019** | **-** | **6.507** | **733** | **-** | **-** | **-** | **-** | **521** | **522** | **7.815** | **-** | **16.098** |
| Adições | - | - | 9 | - | - | - | - | - | - | - | - | 9 |
| Transferência | - | - | (733) | - | - | - | - | (210) | - | - | - | (943) |
| **Saldo em 31/12/2020** | **-** | **6.507** | **9** | **-** | **-** | **-** | **-** | **311** | **522** | **7.815** | **-** | **15.164** |
| **Saldo em 31/12/2020** | **-** | **6.507** | **9** | **-** | **-** | **-** | **-** | **311** | **522** | **7.815** | **-** | **15.164** |
| Adições | 32 | - | 229 | 4.663 | 500 | 1.994 | 327 | (309) | - | - | 216 | 7.652 |
| Transferência | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Baixa | - | (6.507) | (9) | - | - | - | (287) | (2) | (522) | (7.815) | - | (15.142) |
| **Saldo em 31/12/2021** | **32** | **-** | **229** | **4.663** | **500** | **1.994** | **40** | **-** | **-** | **-** | **216** | **7.674** |
| **Depreciação acumulada:** | | | | | | | | | | | | |
| Percentual de depreciação/ano | 4% | 4% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% | - | - | 10% | - |
| **Saldo em 31/12/2019** | **-** | **(2.636)** | **(660)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(382)** | **-** | **(798)** | **-** | **(4.476)** |
| Despesa de depreciação no exercício | - | (262) | - | - | - | - | - | (36) | - | (58) | - | (356) |
| Transferência | - | - | 660 | - | - | - | - | 181 | - | - | - | 841 |
| **Saldo em 31/12/2020** | **-** | **(2.898)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(237)** | **-** | **(856)** | **-** | **(3.991)** |
| **Saldo em 31/12/2020** | **-** | **(2.898)** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(237)** | **-** | **(856)** | **-** | **(3.991)** |
| Despesa de depreciação no exercício | - | (195) | (214) | - | - | - | (264) | - | - | (44) | (35) | (752) |
| Baixa | - | 3.093 | 2 | - | - | - | 237 | 237 | - | 900 | 1 | 4.470 |
| **Saldo em 31/12/2021** | **-** | **-** | **(212)** | **-** | **-** | **-** | **(27)** | **-** | **-** | **-** | **(34)** | **(273)** |
| **Imobilizado líquido em 31/12/2020** | **-** | **3.609** | **9** | **-** | **-** | **-** | **-** | **74** | **522** | **6.959** | **-** | **11.173** |
| **Imobilizado líquido em 31/12/2021** | **32** | **-** | **17** | **4.663** | **500** | **1.994** | **13** | **-** | **-** | **-** | **182** | **7.401** |

Consolidado

| Descrição | Imobilização em andamento | Edifícios e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Máquinas e equipamentos Pesados | Veículos | Ferramentas | Móveis e utensílios | Outros | Terrenos | Reavaliação de terrenos | Equipamentos de informática | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo:** | | | | | | | | | | | | |
| **Saldo em 31/12/2019** | **-** | **6.566** | **16.041** | **-** | **12.212** | **-** | **-** | **7.420** | **522** | **7.815** | **-** | **50.576** |
| Adições | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferencias | - | - | 91 | - | (91) | - | - | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | (9.092) | - | (1.778) | - | - | - | (3.606) | - | - | (14.476) |
| **Saldo em 31/12/2020** | **-** | **6.566** | **7.040** | **-** | **10.343** | **-** | **-** | **3.814** | **522** | **7.815** | **-** | **36.100** |
| **Saldo em 31/12/2020** | **-** | **6.566** | **7.040** | **-** | **10.343** | **-** | **-** | **3.814** | **522** | **7.815** | **-** | **36.100** |
| Adições | 32 | - | 24.976 | 4.663 | 513 | 1.994 | 454 | - | 34.090 | - | 764 | 67.486 |
| Baixas | - | (6.566) | (12.398) | - | (10.343) | - | (388) | (3.814) | (522) | (7.815) | (16) | (41.862) |
| **Saldo em 31/12/2021** | **32** | **-** | **19.618** | **4.663** | **513** | **1.994** | **66** | **-** | **34.090** | **-** | **748** | **61.724** |
| **Depreciação acumulada:** | | | | | | | | | | | | |
| Percentual de depreciação/ano | 4% | 4% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% | - | - | 10% | - |
| **Saldo em 31/12/2019** | **-** | **(2.688)** | **(13.804)** | **-** | **(9.158)** | **-** | **-** | **(6.035)** | **-** | **(798)** | **-** | **(32.483)** |
| Despesa de depreciação no exercício | - | (263) | (351) | - | (400) | - | - | (382) | - | (58) | - | (1.454) |
| Baixas | - | - | 7.684 | - | 1.267 | - | - | 3.230 | - | - | - | 12.181 |
| **Saldo em 31/12/2020** | **-** | **(2.951)** | **(6.471)** | **-** | **(8.291)** | **-** | **-** | **(3.187)** | **-** | **(856)** | **-** | **(21.756)** |
| **Saldo em 31/12/2020** | **-** | **(2.951)** | **(6.471)** | **-** | **(8.291)** | **-** | **-** | **(3.187)** | **-** | **(856)** | **-** | **(21.756)** |
| Despesa de depreciação no exercício | - | (195) | (1.047) | - | (5) | - | (265) | - | - | (44) | (62) | (1.618) |
| Baixas | - | 3.146 | 6.473 | - | 8.291 | - | 237 | 3.187 | - | 900 | 1 | 22.235 |
| **Saldo em 31/12/2021** | **-** | **-** | **(1.045)** | **-** | **(5)** | **-** | **(28)** | **-** | **-** | **-** | **(61)** | **(1.139)** |
| **Imobilizado líquido em 31/12/2020** | **-** | **3.615** | **569** | **-** | **2.052** | **-** | **-** | **627** | **522** | **6.959** | **-** | **14.344** |
| **Imobilizado líquido em 31/12/2021** | **32** | **-** | **18.573** | **4.663** | **508** | **1.994** | **38** | **-** | **34.090** | **-** | **687** | **60.585** |

**16. Intangível**

| | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| | Taxa anual de amortização % | Custo | Amortização | Líquido | Líquido |
| Softwares | 20,00 | 11 | - | 11 | 22 |
| Acervo Técnico | 10,00 | 117.775 | - | 117.775 | - |
| Licencas | | 22 | - | 22 | - |
| Backlog | 33,33 | 38.625 | - | 38.625 | - |
| Marcas | 5,88 | 36.321 | - | 36.321 | - |
| Projetos em Andamento | | 6.748 | - | 6.748 | - |
| **Total** | | **199.502** | **-** | **199.502** | **22** |

A movimentação do saldo dos intangíveis ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | Adições | Baixas | 31/12/2021 |
| Softwares | 1.890 | 11 | (1.890) | 11 |
| (-) Amortização Acumula | (1.868) | - | 1.868 | - |
| Acervo Técnico | - | 157.311 | (39.536) | 117.775 |
| Licencas | - | 22 | - | 22 |
| Backlog | - | 38.625 | - | 38.625 |
| Marcas | - | 36.321 | - | 36.321 |
| Projetos em Andamento | - | 6.748 | - | 6.748 |
| **Total** | **22** | **239.038** | **(39.558)** | **199.502** |

**17. Transações com partes relacionadas:** Trata-se substancialmente de empréstimos e adiantamentos financeiros mantidos entre a Controladora e suas subsidiárias para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas. As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas a seguir:

**(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Outras contas a receber com empresas do Grupo** | | | | |
| Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. | - | 33.475 | - | - |
| Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. | - | 727 | - | - |
| | **-** | **34.202** | **-** | **-** |
| **Mútuos financeiros passivos com acionistas** | | | | |
| Acionistas controladores | - | (6.582) | - | (7.040) |
| Acionistas não controladores | (5.696) | (1.675) | (5.597) | (2.290) |
| | **(5.696)** | **(8.257)** | **(5.597)** | **(9.330)** |
| | **(5.696)** | **25.945** | **(5.597)** | **(9.330)** |

**(b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado:** Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do ano de 2021 e no resultado do ano de 2020, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto. **(c) Remuneração da Administração:** Em 31 de dezembro de 2021, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R$2.427 (R$ 630 no ano de 2020).

**18. Empréstimos e financiamentos**

| Moeda nacional | Encargos | Vencimentos | Consolidado 31/12/2021 | Consolidado 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| Capital de giro | CDI + 3,90% AA | 2018 a 09/2024 | - | 22.696 |
| Cédula Crédito Bancário - OP 5473937 | 3% a.m | 22/07/21 A 22/06/2022 | 7.253 | - |
| Cédula Crédito Bancário - OP 0036.365 | 8,7311% a.a | 30/11/21 A 31/03/2022 | 5.631 | - |
| Cédula Crédito Bancário - OP 0036.447 | 8,7311% a.a | 24/01/22 A 24/09/2022 | 6.123 | - |
| **Total** | | | **19.007** | **22.696** |
| **Circulante** | | | **19.007** | **22.696** |
| **Não circulante** | | | **-** | **-** |

As operações de crédito bancário da Heftos não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia e os prazos das linhas bancárias em aberto são inferiores a doze meses.

**19. Fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui na rubrica de fornecedores o montante de R$12.927 e R$27.639 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente (R$5.140 e R$19.251 em 31 de dezembro de 2020).

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Materiais | 2.935 | 1.903 | 11.599 | 7.128 |
| Serviços | 9.992 | 3.237 | 16.040 | 12.123 |
| | **12.927** | **5.140** | **27.639** | **19.251** |

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras. A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas e o cronograma de amortização da dívida está descrito abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **A vencer** | **7.625** | **-** | **15.853** | **-** |
| **Vencidos** | | | | |
| Vencidos de 1 a 180 dias | **1.034** | **372** | **7.373** | **522** |
| Vencidos de 181 a 365 dias | **13** | **471** | **112** | **503** |
| Vencidos de 1 a 2 anos | **31** | **167** | **77** | **2.096** |
| Vencidos de 2 a 3 anos | **319** | **3.351** | **319** | **7.391** |
| Acima 3 anos | **3.905** | **779** | **3.905** | **8.739** |
| **Total dos fornecedores a pagar** | **12.927** | **5.140** | **27.639** | **19.251** |

**20. Salários, provisões para férias e encargos sociais**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Salários, férias, 13º salário e quitações a pagar | 474 | 1.818 | 8.101 | 14.635 |
| Provisão para férias e 13 salário | 407 | 166 | 12.219 | 1.165 |
| Encargos sociais | 457 | 7.423 | 5.438 | 30.391 |
| Acordos trabalhistas | 38.338 | 11.469 | 38.338 | 52.403 |
| | **39.676** | **20.876** | **64.096** | **98.594** |
| **Circulante** | **1.194** | **9.264** | **25.614** | **44.733** |
| **Não circulante** | **38.482** | **11.612** | **38.482** | **53.861** |

O aumento da posição de números na controladora nos acordos trabalhistas se dá pela Provisão de PPLE na Coobrigação estabelecida juridicamente com a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. no valor de R$ 28.269. A redução da posição nos números consolidados deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos saldos em aberto.

**21. Obrigações tributárias - REFIS e outros impostos: 21.1. REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000:** A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor. A partir de junho de 2014, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou as parcelas da dívida, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28 de fevereiro de 2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 31 de dezembro de 2014, dividindo-se o saldo do extrato da dívida, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. A Administração, em 31 de dezembro de 2021, verificou que o saldo atualizado e remanescente da dívida totalizava o montante de R$46.204 (R$47.388 em 2020), e encontra-se adimplente com os pagamentos, sendo o cronograma de amortização da dívida de curto e longo está descrito a seguir:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| Vencimento das parcelas | Valor Total | % |
| 2022 | 1.621 | 3,51% |
| 2023 | 1.621 | 3,51% |
| 2024 | 1.621 | 3,51% |
| 2025 | 1.621 | 3,51% |
| A partir de 2026 | 39.719 | 85,96% |
| | **46.204** | **100,00%** |
| Circulante | 1.621 | 3,51% |
| Não Circulante | 44.583 | 96,49% |

**21.2. Outros impostos:** Abaixo segue quadro comparativo dos demais tributos em aberto da Companhia. A redução da posição nos números consolidados deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos saldos em aberto:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Outros impostos** | | | | |
| ICMS a recolher | - | - | 382 | 38 |
| ISS a recolher | 5 | 2.532 | 1.363 | 6.959 |
| INSS | 5 | 2.771 | 3.129 | 23.783 |
| Impostos retidos na fonte | 258 | 2.326 | 4.561 | 16.957 |
| PIS e COFINS a recolher | 6 | 2.174 | 2.208 | 13.488 |
| IRPJ e CSLL a recolher | 350 | 432 | 444 | 1.256 |
| Inscrição na PGFN | 5.362 | - | 15.958 | - |
| PPI (Prog. Parc. Incent. PMSP) | 5.518 | - | 5.518 | - |
| Outros e parcelamentos | 743 | 2.854 | 4.701 | 2.385 |
| | **12.247** | **13.089** | **38.264** | **64.866** |
| **Circulante** | **1.940** | **13.089** | **16.016** | **64.836** |
| **Não circulante** | **10.307** | **-** | **22.248** | **30** |

**22. Outras contas a pagar**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Seguros a pagar | - | 828 | - | 2.011 |
| Partes relacionadas (i) | 5.696 | 8.257 | 5.597 | 9.330 |
| UTC Engenharia S/A (iii) | 58.169 | - | 58.169 | - |
| Acordos judiciais (ii) | 5.479 | - | 5.478 | - |
| Adiantamento de Clientes | - | - | 1.839 | - |
| Provisões diversas | - | 87 | - | 940 |
| Outras | 7.728 | 742 | 7.726 | 4.726 |
| | **77.072** | **9.914** | **78.809** | **17.007** |
| **Circulante** | **6.050** | **1.616** | **7.887** | **3.987** |
| **Não circulante** | **71.022** | **8.298** | **70.922** | **13.020** |

(i) Valor referente a mútuos financeiros com acionistas não controladores (Nota n° 17); (ii) Acordos trabalhistas homologados no PPLE, com pagamentos parcelados (Nota n° 30.1); (iii) Valor referente a saldo a pagar na aquisição da Heftos.

**23. Provisão para contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis:** A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrava. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível. Em 31 de dezembro de 2021, está provisionado na Controladora o montante de R$8.057 e no consolidado R$8.057 (R$5.031 e R$30.312 em 31 de dezembro de 2020), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A redução dessa posição nos números consolidados deve-se à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pelos valores que acresciam ao consolidado, como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Causas Trabalhistas | 5.801 | 1.385 | 5.801 | 17.758 |
| Causas tributárias | - | 1.611 | - | 3.879 |
| Causas Cíveis | 2.256 | 2.035 | 2.256 | 8.675 |
| | **8.057** | **5.031** | **8.057** | **30.312** |

A Companhia possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes. O valor das contingências classificadas como possível pelos advogados conforme a prática jurídica encontra-se discriminado abaixo: • Cível: R$4.419; • Fiscal: R$1.914. Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida. Os processos trabalhistas em que o Grupo é parte são promovidos por ex- colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios. O Grupo possui processos de natureza cível, que se referem principalmente a questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

**24. Patrimônio líquido - Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R$224.515.637,15, divididos em 18.150.000 ações ordinárias e 36.300.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 54.450.000 ações. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R$71.247, divididos em 6.600.000 ações ordinárias e 13.200.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 19.800.000 ações. **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Não houve distribuição de dividendos para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária. **Reserva legal:** Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **Prejuízos acumulados:** A redução dessa posição nos números da Companhia deve-se principalmente à venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., responsável pela maioria dos prejuízos do grupo.

**25. Receita líquida de vendas e serviços**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Receita bruta** | | | | |
| Receita bruta de produtos e serviços | 152 | 178 | 86.273 | 27.876 |
| | **152** | **178** | **86.273** | **27.876** |
| **Deduções** | | | | |
| Impostos sobre as receitas | (18) | (13) | (9.410) | (2.340) |
| | **(18)** | **(13)** | **(9.410)** | **(2.340)** |
| **Receita líquida** | **134** | **165** | **76.863** | **25.536** |

O aumento da receita liquida se dá pela aquisição da Heftos em dezembro de 2021 (R$ 43.084).

continua...

continuação

## AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

**26. Gastos por natureza**

| | | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| | | Custos | Despesas gerais e administrativas | Outras receitas e despesas | Total | Custos | Despesas gerais e administrativas | Outras receitas e despesas | Total |
| Salários e encargos | | (99) | (12.388) | - | (12.487) | (9) | (1.786) | - | (1.795) |
| Serviços contratados de terceiros | | (28) | (8.888) | - | (8.916) | (5) | (2.689) | - | (2.694) |
| Provisão para obrigações legais | | - | - | - | - | - | - | (326) | (326) |
| Outras provisões e despesas | | - | - | (33.365) | (33.365) | - | - | - | - |
| Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado | (i) | - | - | 207.605 | 207.605 | - | - | (11) | (11) |
| Materiais | | (5) | - | - | (5) | (16) | - | - | (16) |
| Multa de acordo trabalhista | | - | - | - | - | - | - | (5.603) | (5.603) |
| Avaliação valor justo/Desagio | (ii) | - | - | 87.039 | 87.039 | - | - | - | - |
| Outras despesas | | (102) | (4.071) | (28.824) | (32.997) | - | (1.429) | - | (1.429) |
| | | **(234)** | **(25.347)** | **232.455** | **206.874** | **(30)** | **(5.904)** | **(5.940)** | **(11.874)** |

(i) A empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme explicado na Nota Explicativa nº 30.2. (ii) Deságio na aquisição da Heftos, conforme explicado na Nota Explicativa nº 30.11.

| | | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| | | Custos | Despesas gerais e administrativas | Outras receitas e despesas | Total | Custos | Despesas gerais e administrativas | Outras receitas e despesas | Total |
| Provisão para obrigações legais | | - | - | - | - | - | - | 4.268 | 4.268 |
| Salários e encargos | | (25.751) | (10.521) | - | (36.272) | (16.430) | 1.933 | - | (14.497) |
| Serviços contratados de terceiros | | (6.881) | (9.740) | - | (16.621) | (2.855) | (5.343) | - | (8.198) |
| Outras provisões e despesas | | - | - | (33.365) | (33.365) | - | 342 | 1.862 | 2.204 |
| Materiais | | (11.791) | - | - | (11.791) | (7.551) | - | - | (7.551) |
| Revenda | | - | - | - | - | (35) | - | - | (35) |
| Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado | (i) | - | - | 207.605 | 207.605 | - | - | 2.614 | 2.614 |
| Multa de acordo trabalhista | | - | - | - | - | - | - | (23.538) | (23.538) |
| Avaliação valor justo/Desagio | (ii) | - | - | 87.039 | 87.039 | - | - | - | - |
| Outras despesas | | (8.705) | (5.845) | (30.087) | (44.637) | 2.963 | (3.733) | - | (770) |
| | | **(53.128)** | **(26.106)** | **231.192** | **151.958** | **(23.908)** | **(6.801)** | **(14.794)** | **(45.503)** |

(iii) A empresa Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foi vendida, conforme explicado na Nota Explicativa nº 30.2. (iv) Deságio na aquisição da Heftos, conforme explicado na Nota Explicativa nº 30.11.

**27. Receitas e (despesas) financeiras**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Receitas financeiras** | | | | |
| Descontos obtidos | 1 | - | 13 | 16 |
| Juros Ativos | - | - | 8 | - |
| Rendimentos Aplicacoes Financeiras | - | - | 11 | - |
| | **1** | **-** | **32** | **16** |
| **Despesas financeiras** | | | | |
| Encargos de empréstimos e financiamentos | - | - | - | (10.738) |
| Juros passivos (tributos, fornecedores e outros) | (2.859) | (5.181) | (3.824) | (6.018) |
| | **(2.859)** | **(5.181)** | **(3.824)** | **(16.756)** |
| **Receita líquida** | **(2.858)** | **(5.181)** | **(3.792)** | **(16.740)** |

**28. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e da contri** | **219.729** | **(36.869)** | **219.813** | **(36.707)** |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% | 34% | 34% |
| **IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais** | **(74.708)** | **12.535** | **(74.736)** | **12.480** |
| **Itens de conciliação para determinaçãoda taxa efetiva:** | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (5.297) | (6.793) | 1.773 | - |
| Despesas indedutíveis | - | (111) | - | 1.451 |
| Outras (adições) exclusões | 50.412 | (5.631) | 43.286 | (14.093) |
| **Imposto de renda e contribuição social apurad** | **(29.593)** | **-** | **(29.677)** | **(162)** |
| Imposto de renda e contribuição social - corrent | - | - | (84) | (162) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | (29.593) | - | (29.593) | - |
| **Imposto de renda e contribuição social no resu** | **(29.593)** | **-** | **(29.677)** | **(162)** |
| Alíquota efetiva | 13,47% | 0,00% | 13,50% | -0,44% |

A metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no exercício de 2020, foi pela apuração pelo Lucro Real Trimestral, tendo a administração optado pela apuração pelo Lucro Real Trimestral no exercício de 2021. Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da reavaliação de ativos e, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Passivos** | | | | |
| Reavaliação de bens | - | (3.580) | - | (3.580) |
| Ganho na colmpra vantajosa (Desagio) - Heftos | (29.593) | - | (29.593) | - |
| **Passivos contabilizados** | **(29.593)** | **(3.580)** | **(29.593)** | **(3.580)** |

**29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração. A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95. **29.1. Fatores de risco financeiro:** Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos. **Risco de taxa de juros (risco de mercado):** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade. **Riscos de liquidez:** Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. **29. Outras informações: 29.1. Deferimento de requerimento de liquidação planejada de execuções trabalhistas:** A Companhia tem honrado com os compromissos assumidos quando da homologação do PPLE, em 16 de setembro de 2020, e vêm obtendo êxito no afastamento de novos bloqueios judiciais de suas contas e recebimentos, trazendo nova tranquilidade para a condução de seus compromissos financeiros e gestão de seu fluxo de caixa. Ainda haverá uma audiência com a possibilidade de redução do total devido, sendo que neste momento, não é possível a mensuração do possível benefício patrimonial final. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia já havia pagado as primeiras 16 parcelas de um total de 36. **29.2. Venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.:** Conforme divulgado ao mercado via Fato Relevante em 25/03/2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual alienou a totalidade de sua participação societária detida na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE). Uma vez que as atividades operacionais da ATE estavam suspensas desde 2018, a alienação desta subsidiária não impacta o desenvolvimento das operações da Companhia e de sua outra subsidiária, Azevedo &Travassos Infraestrutura Ltda., que continuará desempenhando suas atividades operacionalmente. **29.3. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30/04/2021:** Em 30 de abril de 2021 realizou-se a última Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que aprovou, dentre outros, os seguintes temas: • As Contas dos Administradores, o Relatório da Administração, as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; • Destinação do resultado do exercício de 2020 (prejuízo) para a conta de prejuízos acumulados; • Fixar a remuneração global máxima aos administradores e conselheiros, para o exercício de 2021, em R$ 4.080 mil; • A instalação do Conselho Fiscal e a eleição de 03 (três) conselheiros e respectivos suplentes; • Reforma do Estatuto Social da Companhia e consolidação integral do Estatuto Social refletindo todas as alterações aprovadas, destacando-se: (a) A atualização do capital social homologado pelo Conselho de Administração em 23/12/2020; (b) O incremento do valor do capital autorizado de emissão da Companhia. **29.4. Fato Relevante-01/06/21- Eleição de Nova Diretoria:** Em 01 de junho de 2021 o Conselho de Administração elegeu dois novos membros para a Diretoria Executiva da ATSA. Foram nomeados Gustavo Nunes da Silva Rocha como Diretor Presidente e Leonardo Martins como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Ivan de Carvalho Junior, que até então ocupava o cargo de Diretor Presidente, passou a assumir a função de Diretor Executivo da Companhia. **29.5. Fato Relevante-03/08/21 - MOU da Mais Lar:** Em 3 de agosto de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a Mais Lar Engenharia Ltda. ("Mais Lar"), empresa especializada em construção civil de imóveis residenciais que se enquadram nas regras de financiamento por programas do Governo Federal para incentivo da aquisição de moradia, para prospectar a construção de um empreendimento imobiliário habitacional que deverá ser incorporado e construído nos imóveis de propriedade da Companhia que hoje constituem a sua sede. O Memorando de Entendimentos prevê que as Partes iniciarão, de imediato, a elaboração de projetos e obtenção das licenças e autorizações necessárias para a implementação do empreendimento, cujo projeto preliminar prevê a construção de até 5.760 (cinco mil, setecentos e sessenta) unidades habitacionais que se enquadrem nas regras de programas do Governo Federal para incentivo à moradia de famílias em áreas urbanas (Casa Verde e Amarela). **29.6. Comunicado ao Mercado-09/08/21 - Homologação do Aumento Capital:** Em 07/06/21, o Conselho de Administração da Companhia apresentou proposta para aumento privado de Capital Social, por meio do qual seus credores e acionistas puderam capitalizar créditos e dinheiro até o limite de R$ 153.268.500,00 (cento e cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais). O aumento de capital proposto pelo Conselho de Administração da Companhia foi homologado na sua totalidade em 09/08/21. **29.7. Fato Relevante-03/09/2021-Financiamento DIP na RJ do Grupo UTC:** Em 3 de setembro de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com o Grupo UTC, e comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 15 de fevereiro, 26 de abril, 26 de maio e 24 de junho de 2021 que realizou a concessão do financiamento *debtor-in- possession* no valor de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ao Grupo UTC ("Financiamento DIP"). O Financiamento DIP, que possui um prazo de 24 (vinte e quatro) meses e é garantido por uma alienação fiduciária da Base Macaé 1 e uma alienação fiduciária da totalidade das ações emitidas pela Heftos, deve ser corrigido pela variação do IPCA e possui uma remuneração contratada de 12% (doze por cento) ao ano, na forma de juros simples. Vale ressaltar ainda que o pagamento foi efetuado por meio de depósito judicial em favor do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo e somente será liberado pelo Juízo após a implementação de condições precedentes remanescentes. Conforme anteriormente informado ao mercado, a Companhia pretende utilizar o valor desembolsado por meio do Financiamento DIP como parcela do pagamento a ser ofertado pela UPI Heftos por meio da proposta âncora *(credit bid)*. A proposta âncora deve ser apresentada em leilão judicial a realizar-se no âmbito da Recuperação Judicial do Grupo UTC, em prazo a ser definido pelo juízo da recuperação judicial. A efetiva apresentação da proposta âncora pela Companhia, conforme previsto na Proposta Atualizada, segue sujeita a condições suspensivas e resolutivas, de forma que nada no presente Fato Relevante deve ser interpretado com qualquer indicação ou afirmação que as operações contidas na Proposta Atualizada serão efetivamente concluídas. **29.8. Fato Relevante-30/09/2021, MOU da Engecampo:** Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com a **Engecampo Engenharia S.A.** e **EGC Comercial Elétrica e Hidráulica Ltda. ("Grupo Engecampo")**, contendo os principais termos e condições vinculantes por meio dos quais a Companhia se propõe a adquirir 100% das ações do Grupo Engecampo. Fundada em 1987, o Grupo Engecampo possui extenso acervo técnico e uma qualificada equipe de profissionais compondo seu corpo técnico e administrativo, com atuação relevante em todo território nacional, tendo executado operações dos mais diversos graus de complexidade. Com sede em Porto Alegre, o Grupo Engecampo presta serviços de manutenção industrial, Obras Civis, Construção e Montagem Eletromecânica, nas modalidades contratuais por preços globais ou EPC, atuando, principalmente, nos setores de Óleo & Gás, Mineração, Petroquímica, Siderurgia, Saneamento e Energia. A união da A&T com o Grupo Engecampo, caso venha a se concretizar, permitirá a troca de experiência de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios, acompanhada de sinergias, ganhos de escala e de clientes, resultando em um aumento de competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, especialmente em Óleo e Gás. **29.9. Aumento de capital na ATInfra:** Em 30/09/21 foi realizado aumento do capital social da subsidiária Azevedo e Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATInfra"), aumento esse de R$ 47.824.310,00 (quarenta e sete milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e dez reais), passando seu capital social de R$ 18.165.898,00 (dezoito milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais) para R$ 65.990.208,00 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa mil, duzentos e oito reais), da seguinte forma: (a) Integralização de valores aportados na ATInfra pela Companhia no valor total de R$ 7.573.558,00 (sete milhões, quinhentos e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito Reais); (b) Integralização de bens imóveis de propriedade da Companhia, todos registrados perante o 8º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, que em conjunto possuem um valor total de R$ 40.250.752,00 (quarenta milhões, duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e dois Reais). **29.10. Efeitos da pandemia do Coronavírus nas atividades da Companhia:** A Companhia segue com suas obras em andamento e seus escritórios trabalhando normalmente, sempre com medidas preventivas e protetivas. **29.11. Aquisição da Heftos:** No dia 15 de dezembro de 2021 a Azevedo & Travassos S.A. concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da UPI HEFTOS Óleo e Gás Construções S.A. O objeto da aquisição incluiu a propriedade da totalidade dos ativos operacionais (tangíveis e intangíveis) para consecução das operações da Heftos, bem como a propriedade do imóvel matriculado sob o nº 2.098, no 3º Oficial de Serviços Notariais e de Registro de Imóveis da Comarca de Macaé, Estado do Rio de Janeiro onde se desenvolvem as operações e os atestados e acervo técnico pertinente ao desenvolvimento das operações da Heftos. Adicionalmente a Companhia contratou a E&Y para elaborar o relatório de PPA (*Purchase Price Allocation*) de modo a obter uma opinião independente relacionada a aquisição. O quadro resumo encontra-se abaixo:

| PPA (R$ mil) | Valor Justo |
|---|---|
| **Preço Pago por 100% das quotas (A)** | **138.169** |
| **Patrimônio líquido inicial (B)** | **195.153** |
| Imobilizado | (5.355) |
| Acervo técnico | (157.311) |
| Certificado Petrobras | 117.775 |
| Backiog | 38.625 |
| Marc | 36.321 |
| **Total (C)** | **30.055** |
| **Montante não alocado (A) - (B) - (C) = (D)** | **(87.039)** |

**29.12-Constituição da InfraInvest**

A InfraInvest é uma subsidiária integral da Azevedo & Travassos S.A., constituída em 30 de setembro de 2021 cujos objetos sociais consistem em: participar em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista; investir em instrumentos de capital próprio, bom como valores mobiliários ou direitos convertíveis, permutáveis ou que confiram o direito à sua aquisição; investir em instrumentos de capital alheio, incluindo empréstimos e créditos, das sociedades em que participe ou em que se proponha participar; aplicar excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros; e realizar operações financeiras.

**30. Eventos subsequentes: 30.1. Consórcio da A&T vence processo competitivo organizado pela AENA Brasil:** No dia 10 de janeiro de 2022, a Companhia, por meio de consórcio firmado em conjunto com a Encalso Construções, sagrou-se vencedora do processo competitivo organizado pela AENA Brasil para execução das obras dos aeroportos de Maceió, Aracaju e Juazeiro do Norte (Bloco 3 do processo competitivo). O contrato para realização das obras possui valor de R$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), e o consórcio vencedor é formado com a Encalso Construções na proporção de 50% da Companhia e 50% da Encalso. **30.2. Consórcio Global Saneamento - Sul vence processo competitivo organizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo:** No dia 24 de janeiro de 2022, a ATInfra, por meio do Consórcio Global Saneamento - Sul, constituído em conjunto com a Infracon Engenharia e Comércio Ltda. ("Infracon") e Hydrosistem Engenharia Ltda. ("Hydrosistem"), sagrou-se vencedora do processo competitivo organizado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP") para execução das obras de engenharia para atendimento da manutenção e crescimento vegetativo de redes e ligações nos sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos, nas áreas abrangidas pelos Municípios de São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema. O contrato para realização das obras possui valor de R$139.900.000,00 (cento e trinta e três milhões de reais), e o consórcio vencedor é formado na proporção de 34% da ATInfra, 33% da Infracon e 33% da Hydrosistem. **30.3. Prorrogação do prazo do MOU celebrado com o Grupo Engecampo:** No dia 04 de março de 2022, a Companhia, em complemento ao Fato Relevante divulgado em 22 de setembro de 2021, e o Grupo Engecampo celebraram um novo aditamento ao MOU para fins de prorrogar o prazo de exclusividade para a aquisição pela Companhia de 100% (cem por cento) das ações do Grupo Engecampo por mais 60 dias corridos.

**31. Informação por Segmento: Critério de Identificação dos segmentos operacionais:** A Companhia definiu a segmentação de seus estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O saldo patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | | | |
| | Infra-estrutura | Óleo e Gás | Finan-ceiro | Outros Ativos | Total |
| **Ativo** | | | | | |
| Ativo Circulante | 29.988 | 83.842 | - | 3.696 | 117.526 |
| Outros Ativos Não Circulantes | 1 | - | 100 | 1.242 | 1.343 |
| Investimentos e Propriedade para Investimentos | 40.251 | - | - | - | 40.251 |
| Imobilizado e Intangível | 343 | 170.647 | - | 89.097 | 260.087 |
| **Total do ativo** | **70.583** | **254.489** | **100** | **94.035** | **419.207** |
| **Passivo** | | | | | |
| Passivo circulante | 2.520 | 71.533 | - | 23.731 | 97.784 |
| Passivo não circulante | 1.383 | 10.595 | 1 | 202.374 | 214.353 |
| Patrimônio Líquido | 67.980 | 150.262 | 100 | (111.271) | 107.071 |
| **Total do passivo** | **71.883** | **232.390** | **101** | **114.834** | **419.207** |
| Receita | 33.645 | 43.084 | - | 134 | 76.863 |
| Custo | (30.135) | (22.759) | - | (234) | (53.128) |
| Despesas gerais e administrativas | (3.055) | 2.297 | (2) | (25.346) | (26.106) |
| Outras receitas e (despesas) operacionais | (1.263) | - | - | 232.455 | 231.192 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | - | (5.216) | (5.216) |
| Resultado financeiro | (411) | (524) | - | (2.857) | (3.792) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido | (84) | - | - | (29.593) | (29.677) |
| **Prejuízo líquido do exercício** | **(1.303)** | **22.098** | **(2)** | **169.343** | **190.136** |

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Gabriel Antonio Soares Freire Junior** - Presidente

**Ricardo de Almeida Pimentel Mendes** - Conselheiro

**Guilherme Pimentel Mendes de Carvalho** - Conselheiro

**DIRETORIA**

**Gustavo Nunes da Silva Rocha** - Diretor Presidente

**Leonardo Martins** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Ivan de Carvalho Júnior** - Diretor Executivo

**CONTADOR**

**Juliana de Carvalho Piepenbrink** - CRC: SP - 278255/O-0

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
**Azevedo & Travassos S.A.**
São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Azevedo & Travassos S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Azevedo & Travassos S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB).*

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Aquisição de participação societária**: Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da Heftos Óleo e Gás Construções S.A. ('Heftos') por meio do leilão de ativos realizado pelo grupo UTC. Para efetuar o registro contábil em conformidade com o CPC 15 (R1)/IFRS 3, a Companhia contratou um especialista para elaboração de laudo para alocação do preço de compra. Como consequência, a Companhia realizou o registro do investimento de R$ 172.360 mil, com as devidas alocações, conforme Notas Explicativas nºs 13 e 29.11, além do registro do deságio no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R$ 87.039 mil, que reflete a compra vantajosa realizada. Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores, bem como o fato de a posição patrimonial consolidada da Companhia ter sido alterada de maneira substantiva, impactando nossa avaliação de risco e demais procedimentos de auditoria.

**Resposta da auditoria sobre o assunto**: Nossos procedimentos de auditoria incluíram: • Reuniões com a administração da Companhia para entendimento das transações referentes a aquisição da Heftos e impactos contábeis; • Envolvimento de especialistas de finanças corporativas para análise do laudo que deu base à alocação do preço de compra, incluindo avaliação das premissas utilizadas, entendimento das metodologias adotadas e testes de sensibilidade; • Testes de detalhes por considerar a Heftos um componente significativo; • Avaliação quanto a divulgação efetuada em relação às normas aplicáveis. No decorrer de nossa auditoria, identificamos certos ajustes que foram registrados nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

**Provisão para contingências e obrigações tributárias:** De acordo com a Nota Explicativa nº 23 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado a título de provisão o valor de R$ 8.057 mil na controladora e no consolidado. As situações em que as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas. No exercício de 2021, a Companhia realizou diversos acordos trabalhistas que estão refletidos na Nota Explicativa nº 20 no montante de R$ 38.338 mil. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 21, a Companhia possui diversas obrigações tributárias em atraso, que resultaram em parcelamentos REFIS, PERT e PPI. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, além do julgamento na avaliação das estimativas.

**Resposta da auditoria ao assunto**: Considerando a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas discussões judiciais, qualquer mudança de prognóstico pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria incluíram: • Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos em andamento, bem como a respectiva avaliação de valores e probabilidade de perda; • Envolvimento dos nossos especialistas das áreas tributária e trabalhista para recálculo e validação dos parcelamentos existentes e acordos realizados; • Avaliação da adequação das divulgações na nota explicativa. No decorrer de nossa auditoria, identificamos certos ajustes que foram registrados nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente a questões legais, determinamos que as provisões estão apropriadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

BDO **BDO RCS Auditores Independentes SS** - **CRC 2 SP 013846/O-1**

**Julian Clemente** - **Contador CRC 1 SP 197232/O-6**


**Luiz Rafael Lemuchi de Lima**
*Leiloeiro Oficial - Matrícula: 20/315L - Jucepar*

**194 veículos** | COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

*ONLINE* *LEILÃO dia 05/04/2022* **TERÇA-FEIRA** Leilão 14:00hs

41 3134-3450

**LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR**

**COLISÃO:** AGILE 2013 2014 AMAROK 2013 2014 ARGO 2018 ASTRA SEDAN 2008 2009 2 ASX: 2014 2011 2012 BIZ 125 2005 2006 BONGO 2015 2016 BRUTALE 2012 2 C 100: 2005 2005 2 C3: 2012 2014 2015 C3 AIRCROSS 2013 2014 C3 PICASSO 2014 2015 C4 2012 2013 C4 LOUNGE 2018 2019 C4 PALLAS 2007 2008 CAPTUR 2018 2019 CB 300 2011 CBR 600F 2013 6 CELTA: 2009 2010 2010 2011 2007 2008 2009 2010 2009 2003 2004 CG 125 2014 3 CG 150: 2006 2005 2004 2 CG 160: 2019 2018 2019 CLASSIC 2004 2005 3 CLIO: 2014 2015 2003 2004 2007 3 COBALT: 2018 2019 2012 2013 2014 COMPASS 2013 2 COROLLA: 2005 2006 2009 2010 2 CORSA: 2011 2012 1994 1995 2 CR-V: 2010 2013 2014 DIAVEL 2013 2 DUCATO: 2019 2020 2014 DUSTER 2015 3 ECOSPORT: 2013 2014 2013 2013 2014 ELANTRA 2012 2013 2 ESCORT: 1996 1997 1999 2000 2 ETIOS: 2017 2018 2013 9 FIESTA: 2003 2004 2010 2011 2015 2011 1996 2013 2014 2008 2009 2011 2012 2013 2014 2 FIORINO FURGAO: 2013 2008 3 FIT: 2014 2008 2009 2010 2 FLUENCE: 2011 2011 2012 5 FOCUS: 2015 2016 2005 2013 2014 2001 2003 5 FOX: 2019 2020 2015 2012 2013 2009 2010 2018 2019 2 FUSION: 2006 2007 2013 16 GOL: 2006 2014 2015 2003 2016 2017 2011 2012 2012 2013 2004 2005 2006 2007 2002 1996 2002 2003 2008 2009 2016 2017 2012 2013 2012 2013 2008 GOLF 2013 2014 GRAND CHEROKEE 2014 2015 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2015 2016 2 HB20: 2017 2013 2014 2 HILUX: 2012 2013 2009 2010 2 I30: 2010 2011 2011 2012 JETTA 2016 4 KA: 2014 2015 2017 2018 2017 2018 2018 KADETT 1997 KICKS 2016 2017 2 L200: 2014 2015 2016 2017 2 LOGAN: 2016 2017 2018 2019 3 MEGANE: 2007 2008 2012 2013 2011 2012 2 MERIVA: 2010 2011 2012 MONTANA 2013 NINJA 300 2014 5 ONIX: 2018 2019 2018 2016 2017 2019 2020 2018 2019 2 PALIO: 2014 2015 2001 PASSAT 2008 2 PICANTO: 2010 2011 2010 2011 3 POLO: 2014 2004 2005 2007 2008 3 PRISMA: 2018 2019 2012 2007 2008 PUNTO 2010 2011 R 1250 2020 RANGER 2000 5 SANDERO: 2010 2014 2014 2017 2017 2 SANTA FE: 2014 2015 2008 SANTANA 1989 1990 2 SAVEIRO: 2017 2018 2019 5 SPACEFOX: 2010 2011 2013 2014 2009 2010 2010 2011 SPIN 2018 2019 SPORTAGE 2015 2016 4 STRADA: 2008 2007 2019 2020 2016 SX4 2011 2012 T-CROSS 2019 2020 2 TIIDA: 2010 2011 2010 2011 2 TUCSON: 2009 2010 2009 2010 6 UNO: 2009 2010 2012 2013 1995 1996 1990 2008 2009 2013 5 UP: 2014 2015 2017 2018 2016 2016 2017 2017 2018 VECTRA 2009 2010 VERONA 1995 V-STROM 2016 2017 XT 660R 2011 2012 XTERRA 2005 2006 **ROUBO/FURTO:** GOL 2012 2013 COROLLA 2006 2007

**Nº dos Chassis:** 1G122801 Recortado 1P101182 Recortado 2B399336 Recortado 2T105827 Normal 32224232 Recortado 34071814 Normal 3A047029 Normal 3J504850 Normal 4BB41724 Normal 4G138410 Normal 4J342340 Normal 4J343222 Normal 4R013657 Recortado 5A615253 Normal 5J435922 Normal 5P040613 Normal 68750766 Normal 6B037845 Normal 6T105073 Normal 70070767 Recortado 7J709510 Normal 88935922 Normal 8B522077 Normal 8B533790 Normal 8C004335 Normal 8G562825 Normal 8J942516 Normal 8L961736 Normal 8T117563 Normal 95005994 Normal 98900544 Normal 9B528430 Normal 9B638583 Normal 9M271547 Recortado 9P030197 Normal 9S583259 Normal 9S621327 Normal A2130889 Normal A2155883 Normal A4601695 Recortado A5115199 Normal A7269098 Normal AB007207 Normal AB023649 Normal AB029053 Normal AB206507 Normal AP081317 Normal AR024745 Recortado AS660738 Normal AT061137 Recortado AT221624 Normal AZ219994 Normal B1150837 Normal B1534165 Normal B1539383 Normal B4067458 Normal B5683445 Normal B8427642 Recortado BB003953 Normal BC115284 Normal BD010485 Normal BF007910 Normal BJ541921 Normal BL819907 Normal BM099462 Normal BP189231 Recortado C0039540 Recortado C1639385 Normal C5230339 Normal C6034386 Normal CB022239 Normal CC208485 Normal CE133996 Normal CG518801 Recortado CJ249719 Normal CJ378927 Normal CJ905735 Normal CM144132 Normal CP070748 Normal CR220850 Normal CT054635 Normal CU352398 Normal D2099348 Normal D2567676 Normal D3035477 Normal D3072398 Normal D3832426 Normal D4116886 Normal D5838067 Normal DB038897 Normal DB199593 Normal DB515635 Normal DC108241 Normal DG208351 Normal DR132140 Normal DR192460 Normal DR301487 Normal E5924537 Normal EA136688 Normal EG334197 Normal EG538006 Normal EJ205311 Recortado EJ911554 Normal EP001701 Recortado EP055039 Normal EP056181 Normal EP195600 Normal ER561476 Recortado EZ101511 Normal F0633683 Recortado F0661534 Normal F4022784 Remarcado FC123791 Recortado FP019977 Normal FR146216 Normal FR308003 Recortado FT596025 Normal G2267116 Normal G7576605 Normal GB150539 Normal GCF23621 Normal GJ722222 Normal GJ739379 Normal GL900850 Normal GP506914 Normal GR014853 Normal GT524898 Normal H0016893 Normal H2584060 Normal H9068297 Normal HB103225 Recortado HB427430 Remarcado he133438 Recortado HR318413 Normal HT074453 Normal J8006052 Recortado J8131034 Normal J8186595 Normal JG140703 Normal JJ271028 Normal JL413853 Normal JP897672 Normal JR313565 Normal JY221403 Normal K0404025 Recortado K0438878 Recortado KB076259 Recortado KB104883 Recortado KC007323 Recortado KG258054 Recortado KG436611 Recortado KG482879 Normal KJ516303 Normal KJ531036 Normal KJ705305 Recortado KP564940 Normal kp942379 Normal KP965984 Recortado KT134174 Normal L2018766 Normal LB176405 Recortado LCK45298 Normal LG110523 Normal LJ078852 Normal LP133122 Recortado LR037433 Normal LT036674 Normal LT118601 Recortado LT502204 Normal M2028883 Recortado M4010353 Normal M8064429 Recortado MJ747078 Normal MK398637 Normal MR061273 Normal MT012694 Recortado MY725259 Normal NT011782 Normal NT056908 Recortado NT172132 Recortado P5091185 Recortado PB403623 Recortado PC337500 Recortado RJ049991 Recortado SB304674 Recortado SB318547 Recortado T5859143 Recortado tb802735 Recortado TC626531 Recortado VB164660 Recortado VB184556 Recortado VB563456 Recortado VT089722 Recortado xr230963 Recortado

**CONDIÇÕES:** OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA ESTRADA DA ROSEIRA, 6725 - BORDA DO CAMPO CEP: 83075-010 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PR (41) 3134-3450

**(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)**


## Acober S/A Administração de Bens e Condomínios

CNPJ/MF 61.391.314/0001-57 - NIRE 35300064925

**CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Acionistas para a A.G.O., dia 14/04/22, às 10 hs, na Rua Azevedo Soares 1101, Capital, com a ordem do dia: 1) Contas e Demonstrações Financeiras de 31/12/21; 2) Destinação do lucro e dividendos; 3) eleição da diretoria; 4) Outros assuntos. (SP 31/03/2022) Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira – Presidente

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0005911-42.2018.8.26.0008** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciano Gonçalves Paes Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial, movidos por Pedro Araújo Neto, foi deferida a intimação por edital do executado Diego Wellington Domingos CPF 119.110.734-51, que se encontra em lugar ignorado, sobre o bloqueio judicial no valor de R$ 4.226,28. Passando a fluir dos 20 dias supra o prazo de 5 dias para impugnação. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 03 de março de 2022. [05,06]

Edital de Publicação de Sentença. Proc. **1005673-63.2019.8.26.0010**. A Dra.Elizabeth Kazuko Ashikawa, Juíza de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões - Foro Regional X - Ipiranga/SP. Faz saber que foi proferida sentença: Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para decretar, de forma definitiva, a interdição parcial de Vera Maria Barker Gazzaneo RG 1.994.097-X, CPF 218.395.658-53, não podendo ela praticar atos patrimoniais e da vida negocial, não alcançando o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. Fica nomeado o autor Luiz Antônio Gazzaneo RG 13.031.830-9, CPF 130.183.508-04, como curador definitivo. Em obediência ao § 3º do art. 755, CPC, serve o dispositivo da presente sentença como edital, que será afixado e publicado na forma da lei. S.P., 10/11/2021. [5,6]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1068230-10.2019.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Serpentino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Show Fashion Confecções Eireli-Epp, CNPJ: 27.907.681/0001-22, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Souza & Cambos Confecções Ltda, CNPJ: 67.331.991/0001-66, objetivando o recebimento de R$ 1.254.864,19, referente aos títulos acostados à inicial. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta é para que, no prazo de 3 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) o débito atualizado, acrescida(s) dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue(m) ou reconheça(m) o crédito do(a)(s) exequente(s), comprovando-se o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora e avaliação de bens. Decorridos os prazos acima consignados, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2022. [05,06]

## Salipart Participações S/A

CNPJ nº 00.757.639/0001-16 - NIRE 35.3.0014279.9

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convidados os senhores acionistas da Salipart Participações S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 18/04/2022 às 11:00 horas na sede social, situada na Rua Florêncio de Abreu, 157 - 6º andar - conjunto 605 - São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2021; b) transferência do saldo do Resultado Líquido do Exercício para a conta de Lucros Acumulados; c) determinação do montante de dividendos a serem distribuídos até 31.12.2022; d) reeleição da atual diretoria por um mandato de mais 3 anos. São Paulo, 04 de abril de 2022 - Mario Roberto Rizkallah - Diretor

## União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 13 de Abril de 2022**

A **União Química Farmacêutica Nacional S.A.,** sociedade por ações, com sede na cidade do Embu-Guaçu, Estado do São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 90, Centro, CEP 06900-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.665.981/0001-18 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ambas a serem realizadas, no dia 13 de abril de 2022, às 10:30 horas, na sede da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito das seguintes ordens do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** deliberar sobre a reapresentação das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019; **(iii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iv)** aprovar a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; **(v)** fixar a remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2022; **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "B", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; **(ii)** aprovar a criação do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de, dentre outras alterações, (a) refletir as deliberações (i) e (ii) acima; e (b) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores; e **(iv)** aprovar a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. Embu-Guaçu, 05 de abril de 2022. **Fernando de Castro Marques -** Diretor Presidente.

**FORO CENTRAL CÍVEL - 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS** - Praça João Mendes s/nº - Salas 2203 / 2205 e 2207 - Centro - CEP 01501-000 - Fone: (11) 2171-6362 - São Paulo-SP - E-mail: sp2regpub@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **1025234-94.2019.8.26.0100O**. A MMª Júiza de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dra. VIVIAN LABRUNA CATAPANI,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Sebastiao Lucas, Felisberto de Sanctis, Roberto Macchi, Pedro Dias Reimberg, Maria Aparecida Hiari Reimberg, Luiz Sérgio da Silva, Regina Célia Silveira da Silva, Ednaldo Pereira Braga, Maria das Graças Sousa Braga, Doroti Dantas Placido, Antonio Carlos Placido, Agil Luiz da Silva, Esp. de Olga Puchettknorich, repres por: Yone Maria Puchetti Knorich Zuffo, Henrique Antonio Puchetti Knorich, Nelmara Regina Sanches Lucas, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que **MARIA ANITA VELOSO MATHEUS** e **ESPÓLIO** de **PEDRO PEREIRA MATHEUS,** Espólio ajuizou(ram) ação de **USUCAPIÃO**, visando declaração de domínio sobre Rua Naima Brein Siufi, nºs. 20 e 30, lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra "D" e lotes nºs 1, 2, e e 4 da quadra "E", Jardim Represa, São Paulo/SP, CEP 04826-140, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para **CONTESTAREM** no prazode **15 (quinze) dias úteis,** a fluir após o prazo de **20 (vinte) dias** da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. São Paulo, 07 de março de 2022. Eu, Rebecca Ribeiro Vazan, Estagiário Nível Superior.

Jornal O DIA SP



# EDITAL DE PROCLAMAS

## CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
## 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO
### OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

**ADEMIR DE PAULA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA(20/09/1966), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP.FILHO DE JOAQUIM DE PAULA E DE GESSY MARIA DE PAULA **ENILZA CUNHASOBRINHO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM JACOBINA, BA NO DIA (19/08/1969), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE JOÃO MACIEL SOBRINHO E DE FIDELINA OLIVEIRACUNHA.

**NICOLAS NASCIMENTO DE QUEIROZ,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ELETRICISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/08/1999), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP., FILHO DE ROBSON LORES DE QUEIROZ E DE GRACILENE NASCIMENTO DE QUEIROZ. **JAQUELINE SALVIANO DE SOUZA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SPNO DIA (20/05/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE RICARDO SALVIANO DE SOUZAE DE CREUSA RITA MACEDO SALVIANO DE SOUZA.

**GABRIEL JOSÉ CABRAL E SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(19/03/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE MARIA CRISTINA CABRAL DA SILVA. **RAQUEL DE ALCANTARA COSTA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOADVOGADA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA (03/05/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP., FILHA DEALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO COSTA E DE SILVIADE MARCHEALCANTARA.

**FELIPE DE CAR VALHO SANTANA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO OPERADOR DE MÁQUINAS, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA (04/09/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CICERO JOSE SANTANA E DE MARINALVA PEREIRADE CARVALHO DE MELO. **MAYARA BRITO DO NASCIMENTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ATENDENTE, NASCIDA EM CAMPINAS, SPNO DIA(11/05/2000), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE FRANCISCO FERREIRADO NASCIMENTO E DE MARIAJOSE SILVADE BRITO.

**EUCLIDES MARTINS DA SILVA,** ESTADO CIVIL VIÚVO, PROFISSÃOAPOSENTADO, NASCIDO EM CENTRAL DE MINAS, MG NO DIA (21/03/1949), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE JOSÉ PATROCINO MARTINS E DE MARIA CLAUDINA DE JESUS. **RUTE DE SOUZA PEREIRA,** ESTADO CIVIL VIÚVA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDAEM MANTENA, MG NO DIA (11/11/ 1959), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP. FILHADEANTONIO GERALDO DOS SANTOS E DE MARIA RODRIGUES DE SOUZA.

**JOSÉ LUIS RIBEIRO,** ESTADO CIVIL VIÚVO, PROFISSÃO VIGIA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (14/08/1951), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE DOMICIANO FRANCISCO RIBEIRO E DE VIRGINIA LUCIA RIBEIRO. **FELICINA ALVES VIANA,** ESTADO CIVIL VIÚVA, PROFISSÃOAPOSENTADA, NASCIDA EM CARAÍ, MG NO DIA(24/08/1954), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP., FILHADE JOSÉ DUARTE GONÇALVES E DE HILDA ALVES VIANA.

**MAMADOU NDIAYE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM SENEGAL NO DIA (15/09/1975), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE LAMANE NDIAYE E DE THIORO DIOP. **SUZI SILVA SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM DIADEMA, SP NO DIA(09/11/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ FIRME DOS SANTOS E E DALMERINDA DA SILVA.

**JOÃO CARLOS KADENA SCHAMPOSKI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃOADMINISTRADOR DE EMPRESAS, NASCIDO EM CURITIBA, PR NO DIA (26/04/1964), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP,FILHO DE CARLOS SCHAMPOSKI E DE ROSALINAKADENASCHAMPOSKI. **SILVANA CRISTINA BORGO,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CABELEIREIRA, NASCIDA EM CURITIBA, PR NO DIA (19/03/1970), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO BORGO FILHO E DE PEDRINA FONTEBOM BORGO.

**MAURÍCIO NUNES DA SILVA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VIGILANTE, NASCIDO EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BA NO DIA(05/05/1972), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE MILTON CARDOSO DA SILVA E DE IRANI NUNES DE SOUSA. **ELIZANGELA CARDOSO DA SILVA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOTÉCNICA DE ENFERMAGEM, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/01/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE GUALDENOR CARDOSO DA SILVA E DE MATILDE CONCEIÇÃO DA SILVA.

**FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(08/07/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE FATIMA APARECIDADOS SANT OS. **THAMIRES DE OLIVEIRA GARCIA FERREIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDA EM SANTO ANDRÉ, SP NO DIA (10/05/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE SEBASTIÃO GARCIA FERREIRA E DE JUSCENE DIAS OLIVEIRA.

**JOÃO ANTUNES MONTEIRO NETO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO QUÍMICO APOSENTADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/09/1955), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO ANTUNES MONTEIRO JUNIOR E DE TEREZINHA MONTEIRO. **LENY GRACE ARRUDA VIEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MANICURE, NASCIDAEM MANAUS, AM NO DIA (09/04/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE CARLOS ROBERTO BARBOSA VIEIRA E DE LENIMAR ARRUDA VIEIRA.

**RODRIGO FERNANDES DA SILVA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO DOCEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(07/10/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE HELIO LUCIO DA SILVAE DE RITADE CASSIA FERNANDES DE PAULA. **GISLAYNE FRANCISCO DA SILVA,**ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DOCENTE, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA (03/06/1989), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ELIZEU FRANCISCO DA SILVA E DE EDNALVA MENDES DASILVA.

**MAURICIO BRASILIANO DA SILVA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO MANOBRISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(16/01/1969), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP., FILHO DE ANTONIO BRASILIANO DA SILVA E DE IVETE MARIA DA SILVA. **MARIA MATIAS CARDOSO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SPNO DIA (07/09/1974), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE SEBASTIÃO MATIAS CARDOSO E DE NAILVA JANUÁRIO CARDOSO.

**FABIO BROSCO,**ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO GERENTE DE PROJETOS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/09/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE DANIEL BROSCO E DE MARIA DO CARMO BROSCO. **TAMARA MENGUE SIMÃO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDAEM TORRES, RS NO DIA (25/11/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE PEDRO RAMOS SIMÃO E DE JEANETE MENGUE SIMÃO.

**MARCOS AURÉLIO DA SILVA,** ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM SANTANA DO MATOS, RN NO DIA(15/10/1973), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE AURELIANO SILVAE DE ADELIAGOMES DA SILVA. **SIMONE SARAH DE MIRANDA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ARTESÃ, NASCIDA EMASSU, RN NO DIA (11/09/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE JOSÉ MIRANDA NETO E DE MARIA DA GUIADE MIRANDA.

**MATHIAS REINBOLD SCHMIDT,** ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(28/09/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CLAUDIO RODOLFO SCHMIDT E DE MARCIA ANDRADE REINBOLD SCHMIDT. **BEATRIZ COELHO CESARINI,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/04/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP., FILHADE FERNANDO MURADI CESARINI E DE ANA LIDIA COELHO CESARINI.

**JOSE VIEIRA DA LUZ,**ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO JARDINEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (21/02/1964), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE SILVANO DA LUZ E DE MARIA VIEIRA. **MARIA TERESA DE JESUS BATISTA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM INHAMBUPE, BA NO DIA (15/10/1973), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE OSVALDO BISPO BATISTAE DE MARIAMARCELINA DE JESUS.

**BRUNO BERT ONI BACOVSKY,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (12/05/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE WILHELM HERMAN BACOVSKY E DE SONIA BERTONI BACOVSKY. **JAQUELINE GEISA CUNHA GOMES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SECRETÁRIA EXECUTIVA, NASCIDA EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA(02/07/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE VALDOMIRO DEANDRADE GOMES E DE ANGELA CUNHAGOMES.

**RODRIGO DOMINGOS NOGUEIRA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO MÚSICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(14/06/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ENÉIAS DE CAMARGO NOGUEIRA E DE REGINA CELIA DOMINGOS. **NICOLLE MELO CARAPIÁ,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NASCIDAEM DIADEMA, SP NO DIA(29/09/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE FÁBIO MENDES CARAPIÁ E DE ELIANA ENEDINO DE MÉLO CARAPIÁ.

**GUILHERME SASSA MAROCCHIO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ENGENHEIRO MECÂNICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/01/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ALBERTO MAROCCHI NETO E DE GEANETE APRECIDA SASSA MAROCCHIO. **THAIS NASCIMENTO SOUSA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA DE EMPRESAS, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(12/11/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP,FILHA DE FRANCISCO SALES DE SOUSA E DE RITAGUALBERTO DO NASCIMENTO DE SOUSA.

**RIVANDER ALMEIDADE CARVALHO,**ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO BANCÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(25/06/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSE RIBEIRO CARVALHO FILHO E DE AURITAALMEIDADA SILVA. **RAFAEL BARBOSA CIRINO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃOANALISTADE PREVENÇÃO A FRAUDES, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(27/02/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE IRINEU CIRINO JUNIOR E DE RITA DE CASSIABARBOSA.

**ALEF LIMA SOARES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CONTADOR, NASCIDO EM OSASCO, SP NO DIA (28/11/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP., FILHO DE MIRANDA RIBEIRO SOARES E DE ROSEMERE LUIZ DE LIMA. **ELAINE RODRIGUES DASILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOASSISTENTEADMINISTRATIVO, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(23/ 11/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO BOSCO DASILVA E DE HILDA RODRIGUES PINHEIRO.

**GLEVERSON MARTINS ORTIZ DA SILVA,** ESTADO CIVILDIVORCIADO, PROFISSÃO MECANICO, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA(04/04/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ALEXANDRE CARDOSO DASILVAE DE EMILENE MARTINS ORTIZ. **ROSEANE GABRIELA MATOS DA COSTA,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃOATENDENTE, NASCIDAEM DIADEMA, SP NO DIA (13/03/1999), RESIDENTE E DOMICILIADA EM DIADEMA, SP, FILHA DE JOSÉ MARTINS DA COSTAE DE ROSILENE DE MATOS MOREIRA.

**KELVIN SILVA GOMES DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO OPERADOR DE EMPILHADEIRA, NASCIDO EM OSASCO, SP NO DIA (04/11/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADAUTO GOMES DOS SANTOS E DE JULIANADOS SANTOS SILVA. **YASMIM OLIVEIRA DE ALENCAR,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(05/05/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE JOSÉ ANCHIETADEALENCAR E DE MARIA ANGELICAFERNANDES DE OLIVEIRA.

**JOSÉ TADEU SILVA SANTOS JUNIOR,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(20/09/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE JOSÉ TADEU SILVA SANTOS E DE MARIA TERESADAS SANTOS. **FABIANA OLIVEIRA SILVA,**ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (06/05/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE SEVERINO FELIX DA SILVAE DE ELIZABETH LIMA DE OLIVEIRA SILVA.

**MARCUS VINICIUS DE CASTRO DUARTE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO METROVIÁRIO, NASCIDO EM PETRÓPOLIS, RJ NO DIA (17/01/1964), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP.FILHO DEADILSON NASCIMENTO DUARTE E DE IRACY DE CASTRO DUARTE.**MARIA GORETTI MORAIS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO METROVIÁRIA, NASCIDAEM CAMPOS GERAIS, MG NO DIA (21/09/1962), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ MORAIS E DE JOANA MARIA DE JESUS.

**RAUL SANTOS DE AMORIM,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTO BOY, NASCIDO EM GUARUJÁ, SP NO DIA (20/06/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO BATISTADE AMORIM E DE ERIKA VIRGINIANETO SANTOS. **ISABELAPRISCILAPEREIRA NERES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDAEM OSASCO, SP NO DIA(18/01/ 1997), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE MILTON DIAS NERES E DE EDILEUZA PEREIRADA SILVA.

**SILVIO JOSÉ DE SOUZA SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENCARREGADO DE OBRA, NASCIDO EM CAPELA, SE NO DIA (07/07/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ DOS SANTOS E DE MARILENE SOUZA SANTOS. **GRASIANE DOS ANJOS SANTOS,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM ARACAJU, SE NO DIA(18/ 01/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE VALDEMAR DOS SANTOS E DE CRISTINA MARIA PEREIRA DOS ANJOS.

**LUÍS FELIPE CORDEIRO PEREZ ALVES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENFERMEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(05/11/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE LUISALBERTO PEREZALVES E DE MARGARET LEONOR CORDEIRO PEREZALVES. **JULIETE BARBOSARODRIGUES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENFERMEIRA, NASCIDA EM DIVINO DE VIRGOLANDIA, MG NO DIA (08/06/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE ELIAS BARBOSA DE SOUZAE DE FLORIPES RODRIGUES DA SILVABARBOSA.

**FRANCISCO MELO DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTAFINANCEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(30/10/1976), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE FERNANDO DE OLIVEIRA E DE DAMIANA VIEIRA DE OLIVEIRA. **ERIKA DE PAULA SOARES NUNES,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃOAUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(13/02/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE PEDRO DE PAULA NUNES E DE MARIASOLANGE SOARES DA SILVA NUNES.

**LUIS VICENTE DA SILVA,**ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO AJUDANTE GERAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(29/11/1974), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ VICENTE DA SILVAE DE MARIA DOMINGAS DA SILVA. **PRISCILA BATISTA DE JESUS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MANICURE, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (13/01/ 1987), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE VANDERLINOAPOLINARIO DE JESUS E DE EVA BATISTA DE JESUS.

**CLEVERTON FONTES ALVES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PREPARADOR FÍSICO, NASCIDO EM LAGARTO, SE NO DIA(21/02/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOAQUIM SANTA ROSA ALVES E DE TANIA MARIA FONTES ALVES. **ANA PAULA GONÇALVES,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO GERENTE, NASCIDA EM OSASCO, SP NO DIA(30/03/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL SEVERINO GONÇALVES E DE NAIR JOSEFA DE SOUZAGONÇALVES.

**WELLINGTON DA SILVA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(27/03/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP.FILHO DE JOSÉ TITO DA SILVA E DE ILDANACIA DASILVA. **MARIAJANETE DA SILVA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/05/1968), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP,FILHA DE JOSÉ JACINTHOALMEIDA SILVAE DE CLEYDE JORDÃO DA SILVA.

**FERNANDO FRANCISCO GRIM,** ESTADO CIVILDIVORCIADO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM RIO NEGRO, PR NO DIA (11/04/1974), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANDRÉ GRIM E DE ENEDINADE PAULA GRIM. **NATHALIA MARTINS CAFUOCO,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO EMPRESÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/10/1978), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE OSWALDO CAFUOCO E DE VIRGINIA LINA DE JESUS MARTINS CAFUOCO.

**EDUARDO MELÉNDEZ GONZÁLEZ,** ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM MÉXICO NO DIA (13/01/1971), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE NETZAHUALCOYOTL MELÉNDEZ E DE MARIA DE LOURDES GONZÁLEZ. **YANA YURIEVA AKHNISHEVA,** CONHECIDA COMO **YANA AKHNISHEVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, DIVORCIADA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDA EM ANGARSK, REGIÃO DE IRKUTSK - RÚSSIA NO DIA (06/12/1981), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP., FILHADE YURIY PETROVICHAKHNISHEV E DE TATYANA VIKTOROVNAAGAFONOVA.

**ANTONIO ROQUE DA SILVA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO FUNILEIRO, NASCIDO EM TRINDADE DO SUL, RS NO DIA (10/03/1964), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE RODOLFO ALVES DA SILVAE DE ALVINAALVES DA ROSA.**ROSANGELA MARGARIDA DA SILVA,**ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/09/1968), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ FERREIRADA SILVA E DE MARINA MARGARIDA DE JESUS DASILVA.

**ANDRÉ FERREIRA DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO, NASCIDO EM COTIA, SP NO DIA(02/05/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP.FILHO DE ADELAIDE PEREIRADA SILVAE DE CLEMENCIAFERREIRA SILVA. **CAROLINA PAIXÃO DE MORAES,**ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO ATENDENTE DE RESTAURANTE, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(29/07/1999), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP.FILHA DEADELMO GOMES DE MORAES E DE REGINA DOS SANTOS PAIXÃO RODRIGUES.

**CLEITON WESLEY DOS SANTOS ALVES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO, NASCIDO EM SALVADOR, BANO DIA (16/12/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE LUCIENE DOS SANTOSALVES. **JALSA NUNES DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM XIQUE XIQUE, BA NO DIA (18/01/1998), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE WILSON PEREIRADA SILVA E DE JULIANA NUNES DA SILVA.

**JOSÉ MARIO FREITAS DE CARVALHO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO TÉCNICO ELETRICO, NASCIDO EM POÁ, SP NO DIA (09/05/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MIGUELNUNES DE CARVALHO E DE RITA PESSOA DE FREITAS CARVALHO. **TAMYRIS TORRES SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PERSONAL TREZAINING, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (31/08/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ZAQUEU CERQUEIRASANTOS E DE REGINATORRES DASILVASANTOS.

**GUILHERME FIGUEIREDO MOTA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO RECEPCIONISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(29/07/2000), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP. FILHO DE RAFAELALMEIDA MOTAE DE JOSIMERE LIMA DE FIGUEIREDO. **JAQUELINE ROCHA DE MATOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE CAIXA, NASCIDAEM PORTO SEGURO, BA NO DIA (07/06/2000), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE GILDASIO JESUS DE MATOS E DE MAGNOLIANOVAIS ROCHA.

**GERSON FERREIRA DA SILVA FILHO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO FOLGUISTA, NASCIDO EM OSASCO, SP NO DIA(20/04/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE GERSON FERREIRADA SILVA E DE ELANGE DE OLIVEIRASILVA. **DANE CONCEIÇÃO SILVA,** ESTADO CIVILDIVORCIADA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM LENÇÓIS, BA NO DIA (03/02/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ RUFINO SILVA NETO E DEANA LUCIALOBATO CONCEIÇÃO.

**ADAUTO DE SOUZA SPINDOLA JÚNIOR,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO BIÓLOGO, NASCIDO EM SÃO JOÃO DABOA VISTA, SP NO DIA(09/01/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADAUTO DE SOUZA SPINDOLAE DE MARIADE FÁTIMA VIDALDA SILVA SPINDOLA. **CAROLINE BARROS CHRISTE NISSIMURA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE LOGISTICA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/06/1994), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ERALDO CHRISTE NISSIMURA E DE SUSAN BARROS CHRISTE NISSIMURA.

**ISMAEL NERES DE AQUINO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ASSISTENTE DE LOJA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(12/12/1999), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE LEONARDO GONÇALVES DE AQUINO E DE GILDETE MARIANERES DE AQUINO. **HELLEN MATOS DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(04/03/2003), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE NORBERTO NUNES DOS SANTOS E DE FRANCINEIDE MATOS LIMA.

**JOSÉ JÚLIO SILVA,**ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(18/08/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP., FILHO DE MARIA DE LOURDES SILVA. **MAYARA SANTOSARAÚJO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO BABÁ, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (30/12/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOELGONÇALVES DEARAÚJO E DE SANDRA CARLINHADOS SANTOS.

**MARCELO DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO GUARDA VOLUMES, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(07/02/1968), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARIA JOSÉ DE SOUZA. **AMARA CRISTINADINIZ DE MOURA SANTOS,** ESTADO CIVIL VIÚVA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SURUBIM, PE NO DIA (11/03/1966), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE TIAGO JOSÉ DE MOURA E DE INACIAFAUSTO DINIZ DE MOURA.

**FELIPE MORENO VIEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM OSASCO, SP NO DIA(14/10/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADEMIRAPARECIDO VIEIRA E DE SOLANGE DOS SANTOS MORENO VIEIRA. **ISABELLA RISO BEZERRALEITE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(05/11/1999), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP,FILHA DE JOÃO ANTONIO DANTAS BEZERRA LEITE E DE CARLAMARIA RISO BEZERRA LEITE.

**TALES SOUZA MIURA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO DESENVOLVEDOR DE SISTEMAS, NASCIDO EM JALES, SP NO DIA (15/03/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS SAKAE MIURA E DE ZILDADE SOUZA MIURA. **TALITACAMPOS MONTEIRO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDAEM MANAUS, AM NO DIA (07/07/ 1995), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ODILON BENTES MONTEIRO E DE GISELANE CAMPOS MONTEIRO.

**ALEXSANDRO DE ARAUJO POMPEU,** ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEM

# alphavilles/a

# ALPHAVILLE S.A.

**CNPJ/MF 16.811.931/0001-00**

## Mensagem da Administração

Prezados (as), o ano de 2021 solidificou a retomada operacional da Companhia após as significativas mudanças no modelo de negócios que temos implantado desde 2019. Foram • 7 novos empreendimentos lançados em 4 regiões do país, somando R$ 1,1 bilhão em VGV¹ e 2.650 lotes, com 72% de vendas dentro do próprio ano. • R$ 289 milhões em estoque vendido (VGV %VLL), equivalente a 2.119 lotes em 49 cidades diferentes, atingindo VSO² de 79%. • R$ 2,3 bilhões (VGV %VLL) em novas contratações de áreas para desenvolvimento, totalizando R$ 19 bilhões em landbank; • 3 empreendimentos entregues com qualidade Alphaville, encerrando a safra de lançamentos anteriores a 2019. • R$ 11,7 milhões em geração de caixa operacional, o segundo ano consecutivo de caixa operacional positivo, conforme detalhado mais adiante. No primeiro trimestre de 2021, o agravamento da pandemia no Brasil ocasionou atraso no processo de aprovação de projetos junto às prefeituras, culminando na postergação de alguns lançamentos. Contudo, o avanço da campanha nacional de vacinação ao longo do ano possibilitou a retomada sua operação normalmente, resultando em um total de 7 projetos lançados no ano de 2021. O sucesso dos lançamentos permitiu à Alphaville retomar patamares historicamente altos: o VGV total lançado em 2021 somou R$ 1 bilhão e a VSO atingiu 72%. Seguindo o ritmo de crescimento, nosso time comercial procura pelos produtos Alphaville em 2020, as vendas em 2021 também atingiram nível recorde: R$ 1 bilhão, sendo R$ 620 em lançamentos e R$ 420 em vendas de estoques, tendo essas últimas atingido VSO de 79%, também resultado do sucesso da força de vendas e alta procura por lotes. Além disso, as revendas em 2021 mantiveram ritmo satisfatório, no qual 78% dos lotes distratados foram revendidos ainda dentro do mesmo ano. Com isso, reforçamos nossa crença na viabilidade e escalabilidade de nosso novo modelo de negócios; (1) lançamentos com alta velocidade de vendas, (2) diretriz estratégica de atuação em cidades grandes e com demanda robusta, (3) empreendimentos com baixa exposição de caixa, (4) diretriz financeira para alta lucratividade no negócio imobiliário (ex: juros de financiamento a clientes) e (5) vendas com alienação fiduciária, mitigando o futuro efeito do distrato. Além disso, continuamos nossa rigorosa gestão de despesas administrativas e operacionais, além da contínua revisão de processos internos e da estrutura organizacional para ganho de eficiência operacional, reciclagem da carteira de recebíveis inadimplentes e redução do contencioso do legado. A adoção dessas medidas tem resultado em melhor desempenho operacional nos últimos trimestres, como mostra a evolução da receita e da margem bruta. Para aumentar a transparência e facilitar a comunicação com nossos stakeholders, no 4º trimestre de 2021 fizemos uma reorganização societária e agrupamos todos os projetos lançados a partir de 2019 em uma sub-holding abaixo da Alphaville Urbanismo SA. Desta forma, a divulgação dos resultados da nova empresa ficará mais simples e direta. Nesta linha, além da receita de R$ 194 milhões, reportamos um lucro bruto ajustado de R$ 72 milhões com margem bruta de 37% e receita a apropriar (REF) de R$ 620 milhões com margem de 42%. No entanto, não obstante às evoluções mencionadas acima, os resultados consolidados da Companhia continuam sendo impactados pelo legado de projetos lançados anteriormente a 2018, que ainda possuem distratos sendo processados. O constante processo de depuração desse legado e a retomada dos lançamentos em volume crescente contribuirão para a contínua recuperação dos resultados da Companhia. Vale destacar que estamos sofrendo as pressões de custos em nossos projetos. Dado a característica de nossos produtos, a execução de obras é simplificada, com poucos itens para serem gerenciados e maior uso de maquinário (ex: terraplanagem). Temos baixa dependência da qualidade da mão de obra local e o permite maior padronização dos projetos e ganho de escala. Nosso modelo de execução de obras é baseado em times de gestão in-site Alphaville com engenheiros, tecnólogos, especialistas ambientais e a subcontratação de empreiteiros de qualidade. A gestão de suprimentos e de contratos é centralizada, garantido melhor negociações de aquisição de produtos e serviços e a mitigação das pressões inflacionárias nos custos. Nosso modelo de financiamento à clientes permite aplicarmos a correção monetária por inflação (IPCA/IGPM) em grande parte de nossa carteira de recebíveis. Desta forma, geramos um hedge operacional em nosso modelo de negócios que reduz o impacto inflação nos custos. O ano de 2021 também foi importante para avançarmos no desenvolvimento da plataforma alpha casas. A iniciativa partiu da demanda dos nossos clientes por auxílio na construção de suas casas, seja apoio na elaboração/aprovação de projetos, na construção em si ou no financiamento da construção. Percebemos cada vez mais o interesse de clientes em comprar uma casa pronta e não apenas um lote. Assim, ao longo de 2021, ampliamos a oferta de casas em nossos empreendimentos de Nova Esplanada (Sorocaba/SP) e Castello (Itu/SP) com bom volume de vendas e a comprovação do sucesso do produto que oferece casas personalizáveis, entregues em 6 meses após a aprovação do projeto, financiadas por parceiros em até 240 meses e construídas com técnicas sustentáveis. Adicionalmente, lançamos o empreendimento Reserva Alpha Casteria em Campinas/SP, um condomínio fechado com 53 casas e VGV total de R$ 100 milhões. O projeto teve robusta velocidade de vendas - 75% - e nos credencia a explorar essa nova linha de produtos nos próximos anos. Sobre os aspectos financeiros, e também dentro do novo modelo de negócios, no início do terceiro trimestre emitimos um CRI de R$ 100 milhões. Essa monetização dos projetos entregues aumenta a geração de caixa da companhia e alongou o perfil da dívida corporativa, diminuindo o custo de captação da Companhia. Com isso destacamos também que a Companhia obteve uma geração de caixa operacional em 2021³ de R$ 11,7 milhões, o 2º ano consecutivo de fluxo de caixa operacional positivo. Da perspectiva ESG, destacamos em 2021 a publicação do primeiro relatório de sustentabilidade da Companhia, o qual consolidou as práticas ambientais, sociais e de governança corporativa já no DNA da Alphaville. Adiante, neste relatório, detalharemos as iniciativas realizadas ao longo do ano e que sustentam este pilar tão importante para a Companhia. Em resumo, o ano de 2021 mostrou que a Alphaville possui todos os elementos operacionais para construir um novo e promissor ciclo de crescimento. Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os nossos colaboradores, que são os responsáveis pelos resultados alcançados em um ano repleto de desafios, e às suas famílias, por tê-los apoiado durante esse exercício de muita evolução para Alphaville. Agradecemos também a nossos clientes, fornecedores, investidores, parceiros de negócios e a todos nossos stakeholders pelo contínuo apoio.

**A Administração**

¹ - *"Valor Geral de Venda", sendo estimado como o valor potencial de venda das unidades de um empreendimento.*

² - *VSO de venda de estoque: total de lotes de vendidos no período divididos pela disponibilidade de lotes, que é o estoque inicial do período acrescido dos lotes que retornam ao estoque via distrato no mesmo período. Não considera lançamentos nas vendas ou disponibilidade.*

³ - *Considera o caixa operacional reportado na DFC e o fluxo de caixa das operações de securitização, que englobam a rubrica "cessões de créditos a receber" e debêntures vinculadas a Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), conforme nota explicativa 11 das Demonstrações Financeiras de Resultado.*

## Balanços Patrimoniais
### Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | Notas | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | |
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.1 | 210 | 5.300 | 11.137 | 21.227 |
| Aplicações financeiras | 4.2 | 28.978 | 277.750 | 110.340 | 322.860 |
| Contas a receber | 5.1 | - | - | 196.147 | 202.711 |
| Estoques | 6 | - | - | 314.981 | 366.101 |
| Demais contas a receber | 5.2 | 1.126 | 418 | 26.243 | 34.165 |
| Total do ativo circulante | | 30.314 | 283.468 | 658.848 | 947.064 |
| **Não circulante** | | | | | |
| Contas a receber | 5.1 | - | - | 356.693 | 501.248 |
| Lotes a comercializar | 6 | - | - | 196.861 | 211.897 |
| Dividendos a receber | 19.1 | - | - | 2.156 | 2.156 |
| Valores a receber de partes relacionadas | 19.1 | - | - | 4.289 | 6.316 |
| Outros créditos | 5.2 | - | - | 98.081 | 64.068 |
| | | - | - | **658.080** | **785.685** |
| Investimentos em participações societárias | 7 | 123.126 | 244.782 | 22.101 | 23.426 |
| Imobilizado | 8 | - | - | 21.757 | 34.279 |
| Intangível | 9 | - | - | 501.618 | 504.797 |
| | | **123.126** | **244.782** | **545.476** | **562.502** |
| **Total do ativo não circulante** | | **123.126** | **244.782** | **1.203.556** | **1.348.187** |
| **Total do ativo** | | **153.440** | **528.250** | **1.862.404** | **2.295.251** |

| | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | | | | | |
| **Circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | - | - | 17.925 | 50.167 |
| Debêntures | 11 | 19.994 | 10.209 | 89.893 | 58.419 |
| Fornecedores | 16 | 36 | 4.908 | 57.350 | 91.608 |
| Salários, encargos sociais, impostos e participações | - | 178 | 616 | 48.140 | 49.060 |
| Adiantamento de clientes | 12 | - | - | 215.049 | 137.462 |
| Repasses a efetuar a parceiros nos empreendimentos | 13 | - | - | 20.581 | 15.544 |
| Dividendos a pagar | 19.1 | - | - | 390 | 402 |
| Valores a pagar partes relacionadas | 19.1 | 117 | - | 933 | 944 |
| Obrigações com cessões de direitos creditórios | 5.1.1 | - | - | 88.243 | 91.412 |
| Outras obrigações | 16 | - | - | 112.817 | 109.896 |
| Provisão para demandas judiciais | 14 | - | - | 30.967 | 25.090 |
| **Total do passivo circulante** | | **20.325** | **15.733** | **682.288** | **630.004** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | - | - | 9.830 | 76.484 |
| Debêntures | 11 | 120.000 | 120.000 | 816.843 | 793.623 |
| Aquisição de participações societárias | - | - | - | 24.958 | 25.039 |
| Provisão para demandas judiciais | 14 | - | - | 105.839 | 133.057 |
| Provisão para garantia | - | - | - | 12.705 | 17.859 |
| Obrigações com cessões de direitos creditórios | 5.1.1 | - | - | 131.874 | 153.523 |
| Outras obrigações | 16 | - | - | 65.271 | 68.989 |
| **Total do passivo não circulante** | | **120.000** | **120.000** | **1.167.320** | **1.268.574** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | |
| Capital social | 17 | 1.581.004 | 1.581.004 | 1.581.004 | 1.581.004 |
| Reserva de capital | - | 1.063.009 | 1.060.071 | 1.063.009 | 1.060.071 |
| Ações em tesouraria | - | (10.321) | (5.107) | (10.321) | (5.107) |
| Prejuízos acumulados | - | (2.620.577) | (2.243.451) | (2.620.577) | (2.243.451) |
| | | **13.115** | **392.517** | **13.115** | **392.517** |
| Participação de acionistas não controladores | | - | - | (319) | 4.156 |
| **Total do patrimônio líquido** | | **13.115** | **392.517** | **12.796** | **396.673** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **153.440** | **528.250** | **1.862.404** | **2.295.251** |

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
### Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | Capital social | Gastos com emissão de ações | Capital a integralizar | Atribuído aos acionistas controladores: Reserva de capital e de outorga de ações | Ações em tesouraria | Prejuízos acumulados | Total da Controladora | Participação de acionistas não controladores | Total Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **1.265.000** | **-** | **(5.107)** | **-** | **909.657** | **-** | **(1.936.742)** | **232.808** | **304.877** | **537.685** |
| Saldo negativo no aumento de participação em controlada | - | - | - | - | - | (526.611) | - | (526.611) | (187.220) | (713.831) |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | (306.709) | (306.709) | (113.056) | (419.765) |
| Aumento de capital | 35.633 | - | - | - | 677.025 | - | - | 712.658 | 619 | 713.277 |
| Aumento de capital por oferta de ações | 305.993 | - | - | - | - | - | - | 305.993 | - | 305.993 |
| Gastos com emissão de ações | - | - | (25.622) | - | - | - | - | (25.622) | - | (25.622) |
| Ações em tesouraria | - | - | - | - | - | (5.107) | - | - | - | - |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.064) | (1.064) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **1.606.626** | **-** | **(25.622)** | **-** | **1.060.071** | **(5.107)** | **(2.243.451)** | **392.517** | **4.156** | **396.673** |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | (377.126) | (377.126) | (4.578) | (381.698) |
| Ações em tesouraria | - | - | - | - | - | (5.214) | - | (5.214) | - | (5.214) |
| Plano de remuneração baseado em ação | - | - | - | - | 2.938 | - | - | 2.938 | - | 2.938 |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | - | - | - | - | (483) | (483) |
| Aumento de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | 580 | 580 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **1.606.626** | **(25.622)** | **-** | **-** | **1.063.009** | **(10.321)** | **(2.620.577)** | **13.115** | **(319)** | **12.796** |

## Demonstrações do Resultado
### 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | Notas | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 20 | - | - | 227.901 | 180.202 |
| Custo de desenvolvimento e venda de lotes | 21 | - | - | (232.414) | (243.218) |
| Lucro (prejuízo) bruto operacional | | - | - | (4.513) | (63.016) |
| (Despesas) receitas operacionais | | | | | |
| Despesas com vendas | 21 | - | - | (34.743) | (21.333) |
| Despesas gerais e administrativas | 21 | (7.893) | (575) | (78.909) | (68.115) |
| Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos | 7 | (357.007) | (286.696) | 1.742 | (3.072) |
| Depreciação e amortização | - | - | - | (9.083) | (15.848) |
| Amortização de mais valia | - | (7.411) | (12.565) | - | - |
| Outras (despesas) receitas operacionais | 22 | - | (123) | (130.782) | (130.786) |
| Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras e do IR e CS | | (372.311) | (299.959) | (256.288) | (302.170) |
| Despesas financeiras | 23 | (10.022) | (7.810) | (149.790) | (128.763) |
| Receitas financeiras | 23 | 5.241 | 1.060 | 30.603 | 13.794 |
| Prejuízo antes do IR e CS | | (377.092) | (306.709) | (375.475) | (417.139) |
| IR e CS corrente | 15.a | (34) | - | (6.223) | (2.626) |
| **Total de IR e CS** | | **(34)** | **-** | **(6.223)** | **(2.626)** |
| Prejuízo líquido do período | | (377.126) | (306.709) | (381.698) | (419.765) |
| Prejuízo atribuível: | | | | | |
| Aos acionistas não controladores | - | - | - | (4.572) | (113.056) |
| Aos acionistas controladores | | (377.126) | (306.709) | (377.126) | (306.709) |
| Prejuízo básico por lote de mil ações - em reais | | | | (16,82) | (13,68) |

## Demonstrações do Resultado Abrangente
### 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|
| Prejuízo líquido do período | (377.126) | (306.709) | (381.698) | (419.765) |
| Total de resultados abrangentes do exercício | (377.126) | (306.709) | (381.698) | (419.765) |
| Atribuível a: | | | | |
| Acionistas controladores | (377.126) | (306.709) | (377.126) | (306.709) |
| Acionistas não controladores | - | - | (4.572) | (113.056) |

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa
### 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Atividades operacionais** | | | | |
| Prejuízo antes do IR e da CS | (377.092) | (306.709) | (375.475) | (417.139) |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa: | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | 9.083 | 15.848 |
| Despesas com plano de ações | 2.938 | - | 2.938 | - |
| Amortização de mais valia | 7.411 | 12.565 | 7.411 | 16.899 |
| Ajuste a valor presente | - | - | (34.699) | (50.719) |
| Juros e encargos financeiros não realizados, líquidos | 9.832 | 7.782 | 87.340 | 61.302 |
| Provisão (reversão) para risco de créditos e distratos | - | - | 1.818 | (45.013) |
| Provisão para garantia | - | - | 6.766 | (621) |
| Provisão para demandas judiciais e compromissos | - | - | 69.346 | 133.143 |
| Provisão para perda na realização de estoques | - | - | (7.927) | (20.816) |
| Provisão para participação nos lucros | - | - | 6.676 | - |
| Provisão (reversão) para perda sobre CRI | - | - | - | (12.514) |
| Provisão (reversão) gastos com escrituração | - | - | 879 | 121 |
| Desconto financeiro na cessão de recebíveis | - | - | - | 1.046 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 357.007 | 286.696 | (1.742) | 3.072 |
| **Redução (aumento) em ativos operacionais:** | | | | |
| Contas a receber | - | - | 214.150 | 215.775 |
| Lotes a comercializar | - | - | 43.933 | 115.861 |
| Demais contas a receber e outros | (708) | (78) | (26.091) | 4.542 |
| **Aumento (redução) em passivos operacionais:** | | | | |
| Adiantamento de clientes | - | - | 77.587 | 67.339 |
| Fornecedores | (4.872) | 4.906 | (34.258) | (4.074) |
| Salários, encargos sociais, impostos e participações | (438) | 519 | (21.837) | 4.456 |
| Pagamento de arrendamento mercantil - Direito de uso | - | - | (6.627) | (6.627) |
| Outras obrigações | - | - | (71.998) | (133.219) |
| Operações com partes relacionadas | 117 | - | 2.016 | (9.453) |
| Repasses a efetuar a contribuição social pagos | (34) | - | (6.223) | (2.626) |
| Geração (utilização) de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | (5.839) | 5.681 | (54.247) | (63.417) |
| **Atividades de investimento:** | | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | - | - | (4.159) | (10.155) |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários | (44.872) | (287.995) | (199.183) | (563.658) |
| Resgate em títulos e valores mobiliários | 293.644 | 11.865 | 411.703 | 277.823 |
| Acréscimo de investimentos | (242.762) | (4.023) | (4.344) | 2.028 |
| Geração (utilização) de caixa nas atividades de investimento | 6.010 | (280.153) | 204.017 | (293.962) |
| **Atividades de financiamento:** | | | | |
| Aumento de capital | - | 280.371 | - | 280.371 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | - | 100.741 | 64.745 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal | - | - | (164.485) | (102.140) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros | (47) | (599) | (66.084) | (42.756) |
| Ações em tesouraria | (5.214) | - | (24.818) | 155.301 |
| Ações em tesouraria | - | - | (5.214) | - |
| Geração (Utilização) de caixa e equivalente de caixa em atividades de financiamentos | (5.261) | 279.772 | (159.860) | 355.519 |
| **Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa** | **(5.090)** | **5.300** | **(10.090)** | **(1.860)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | | | | |
| No início do exercício | 5.300 | - | 21.227 | 23.087 |
| No final do exercício | 210 | 5.300 | 11.137 | 21.227 |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa | (5.090) | 5.300 | (10.090) | (1.860) |

## Demonstrações do Valor Adicionado
### 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | Notas | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receitas | | - | - | 235.747 | 183.899 |
| Venda de lotes | 20 | - | - | 201.257 | 101.962 |
| Reversão da Provisão para distratos | 20 | - | - | 29.186 | 79.166 |
| Prestação de serviços | 20 | - | - | 5.304 | 2.771 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | (4.196) | (575) | (298.877) | (301.087) |
| Custo das unidades vendidas e venda de lotes | 21 | - | - | (262.225) | (264.551) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 21 | (4.196) | (575) | (36.654) | (36.536) |
| Valor adicionado/(consumido) bruto | | (4.196) | (575) | (63.130) | (117.188) |
| | | **(7.411)** | **(12.688)** | **(139.865)** | **(54.534)** |
| Depreciação e amortização | | - | - | (9.083) | (15.848) |
| Provisão para demandas judiciais | 22 | - | - | (69.346) | (133.143) |
| Amortização de mais valia | 22 | (7.411) | (12.565) | - | - |
| Outras | 22 | - | (123) | (61.436) | 2.357 |
| Valor adicionado/(consumido) líquido | | (11.607) | (13.263) | (202.995) | (263.822) |
| Valor adicionado/(consumido) recebido em transferência | | (351.766) | (285.636) | 32.345 | 10.722 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | (357.007) | (286.696) | 1.742 | (3.072) |
| Receitas financeiras | 23 | 5.241 | 1.060 | 30.603 | 13.794 |
| Valor adicionado/(consumido) total a distribuir | | (363.373) | (298.899) | (170.650) | (253.100) |
| Valor adicionado/(consumido) | | (363.373) | (298.899) | (170.650) | (253.100) |
| Pessoal e encargos | 21 | 3.697 | | 47.189 | 31.579 |
| Impostos, taxas e contribuições | 20 | 34 | - | 14.069 | 6.323 |
| Juros | 23 | 10.022 | 7.810 | 149.790 | 128.763 |
| Resultados retidos atribuível aos acionistas não controladores | - | - | - | (4.572) | (113.056) |
| Prejuízo líquido do exercício | | (377.126) | (306.709) | (377.126) | (306.709) |

A seguir são demonstrados os principais ativos financeiros do Grupo sendo a classificação destes ativos entre custo amortizado, VJR e VJORA apresentada na NE 18: • Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis em até noventa dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor. • Aplicações financeiras: Os saldos representam aplicações em: (i) fundos de investimentos; (ii) certificados de depósito bancário; (iii) títulos de capitalização; (iv) certificados de recebíveis imobiliários. • Contas a receber de clientes por incorporação de imóveis: Correspondem aos valores a receber de vendas das unidades imobiliárias, reconhecidos pelo valor presente. *Desreconhecimento (baixa):* O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecido no resultado. *(i) Passivos financeiros:* São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros do Grupo, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos, debêntures e fornecedores e se encontram mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. *Desreconhecimento (baixa):* A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. *(ii) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros - contratos imobiliários:* O Grupo constitui provisão para perda esperada de crédito para todos os contratos de venda de unidades imobiliárias, sendo os valores provisionados em contrapartida ao reconhecimento das respectivas receitas contabilizadas na rubrica outras (despesas) receitas operacionais, com base em dados históricos e premissas definidas na política interna. Independente das provisões, as atividades de cobrança para recuperação destes valores continuam sendo realizadas periodicamente, pois esses créditos possuem garantia real dos lotes vendidos na medida em que a concessão das correspondentes escrituras ocorre, mediante a liquidação e/ou negociação dos recebíveis dos clientes. *(iv) Provisão para distratos:* Quando os clientes, dos referidos contratos de imóveis vendidos, se tornam inadimplentes com parcelas vencidas acima de trezentos e sessenta dias, o Grupo realiza provisão para distratos complementando o valor dos saldos em aberto e revertendo as receitas e os custos correspondentes, levando em conta o histórico de recuperabilidade desses créditos. Tal análise é realizada individualmente por contrato de venda, de acordo com o previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. O Grupo revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para distratos e risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e ...

continua

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
### 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Alphaville S.A. ("Alphaville" ou "Companhia" ) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 15 de maio de 2012, com sede e foro Av. Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 4º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimentos, na qualidade de sócia, acionista, quotista, no Brasil e/ou exterior. A Companhia possui participação na Alphaville Urbanismo S.A. ("ALSA") desde 2013, sendo que em junho de 2020, como resultado de uma reorganização societária, passou a deter 100% do capital social da controlada ALSA. A ALSA tem como foco identificar, desenvolver e comercializar loteamentos residenciais voltados para diversos públicos em todo o território brasileiro. A Companhia não possui outros investimentos relevantes ou outras atividades, além do investimento na ALSA. As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" ). Em 2020 a Companhia realizou sua Oferta Pública Inicial de Ações (IPO), através de uma oferta primária de R$ 306 milhões, no âmbito da Instrução CVM nº476 (ICVM476), iniciando a negociação de suas ações (AVLL3) na Bolsa de Valores (B3) em 11 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía como acionistas majoritários os veículos de investimentos do Patria Investimentos ("Fundos Pátria") com participação de 78,8% e volume total de 17.657.662 ações ordinárias. **1.1 Impactos da COVID-19 (Coronavírus):** Durante o ano de 2021, a economia como um todo continuou sendo afetada pelos impactos da pandemia de COVID-19 nacional e internacionalmente. Especialmente no primeiro semestre de 2021, em consequência da rápida disseminação da variante Delta no Brasil e aderente às recomendações das autoridades, a Companhia manteve medidas austeras de distanciamento social, de forma a zelar pela saúde e segurança de seus colaboradores, parceiros e clientes e garantir a continuidade de seus negócios. Com isso, as principais medidas de prevenção adotadas em 2021 incluem: (i) Lançamentos realizados on-line e via drive-thru, e fechamento temporário dos estandes de vendas. (ii) Além disso, as vendas foram realizadas pelo sistema "on-line" , em continuidade ao modelo implantado com sucesso ao longo de 2020; (iii) Adoção do trabalho remoto (*"home office"* ) integralmente durante os períodos considerados críticos, em linha com a sinalização dos órgãos sanitários e autoridades governamentais. Com o avanço da campanha nacional de vacinação, os colaboradores puderam retornar gradualmente às suas atividades no escritório em regime híbrido de trabalho, o qual foi oficialmente adotado pela Companhia ao longo de 2021. Adicionalmente, a Companhia monitora ativamente sua exposição aos eventos geradores de possíveis riscos e incertezas advindos da pandemia de COVID-19, em especial ao que tange à continuidade de seus negócios. Com isso, até a presente data, acreditamos ter tomado as medidas preventivas cabíveis e não identificou alterações em suas estimativas que indiquem perdas em suas demonstrações financeiras em decorrência do contexto de pandemia no ano de 2021. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** Em 31 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação. As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "controladora" foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com as IFRS, pois consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas demonstrações separadas da controladora. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS" ), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Os aspectos relevantes quanto à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). **a. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Alphaville S.A. e de sua controlada AUSA. O controle sobre essas entidades é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. A controlada é consolidada a partir da data em que o controle integral se inicia, até a data em que deixa de existir. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem: (a) direito a dirigir as atividades relevantes; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis de sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que o controle termina. Dessa forma, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente, e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do respectivo percentual de participação sobre o patrimônio líquido das controladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação de 100% da Alphaville Urbanismo S.A. "ALSA". As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão identificadas como controladora e consolidado. **2.2 Base de elaboração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorreu em prejuízo de R$ 382 milhões (R$ 420 milhões em 31 de dezembro de 2020), totalizando prejuízos acumulados de R$ 2.621 milhões (R$ 2.243 milhões em 31 de dezembro de 2020), decorrente basicamente da sua controlada ALSA. O prejuízo da controlada AUSA decorre substancialmente do volume de vendas inferior ao custo de carregamento das diluídas e despesas gerais e administrativas, necessárias para o desenvolvimento dos seus negócios. Essa situação levanta a necessidades, individuais e consolidadas da Companhia, para operação de da Companhia e suas controladas continuarem gerando fluxo de caixa suficientes, para assegurar a continuidade operacional para o futuro previsível, seja pela geração de fluxos de caixa operacionais, pela contratação de novos recursos com terceiros ou acesso ao mercado de capitais. A avaliação da Administração considerou o plano de negócios da Companhia e suas controladas, o qual foi elaborado tendo por base a situação atual dos ativos e passivos e as ações futuras planejadas pela Administração, dentre elas: (i) a continuidade de lançamentos e comercialização de novos modelos, representado pela tripla: maior lucratividade, baixa exposição de caixa, e alta velocidade de vendas, considerando a força da marca Alphaville para viabilizar empreendimentos e atrair clientes nas cidades/regiões com demanda e renda; (ii) gestão responsável da carteira de recebíveis objetivando a redução de eventuais impactos de distratos; (iii) disciplina da execução das obras em conformidade com a curva de desembolsos planejada; (iv) rigor no controle das despesas gerais, administrativas e de vendas. Adicionalmente a Administração considera alternativas de desalavancagem financeira de modo a suportar a alavancagem operacional da Companhia. Considerando o plano de negócios e a posição de caixa atual da Companhia que considera os recursos captados via IPO, a Administração acredita que os pagamentos das obrigações ocorrerão conforme planejado e que a geração de fluxo de caixa, novas monetizações de recebíveis através de securitizações e o eventual acesso ao mercado de capitais serão suficientes para atender as suas obrigações e concluiu que não existe incerteza relevante quanto a capacidade da Companhia e suas controladas de continuarem operando no futuro previsível, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas estão apresentadas em Reais (moeda de apresentação), que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. **2.4 Resumo das principais práticas contábeis: 2.4.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. (*i) Principais, Estimativas e premissas:* As principais estimativas e premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores substancialmente diferentes daqueles divulgados a seguir: **a. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **b. Provisão para risco de crédito da carteira imobiliária:** A Administração realiza análises periódicas, a fim de identificar se existem evidências objetivas que indiquem que os benefícios econômicos associados à receita apropriada poderão não fluir para a entidade. Exemplos: (a) atrasos no pagamento das parcelas; (b) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão é registrada, sendo que o modelo adotado pela Companhia é a abordagem simplificada. **c. Custos orçados dos empreendimentos:** Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos estimados a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o resultado. **d. Realização e reconhecimento

continuação

**ALPHAVILLE S.A. - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das estimativas futuras de perdas que levam em consideração as condições macroeconômicas esperadas e específicas de cada transação. Outras perdas por redução ao valor recuperável nos demais ativos, quando identificadas, são provisionadas. **2.4.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em reais, com liquidez imediata para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate, junto ao emissor do instrumento. Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, apurados pelo critério "*pro-rata temporis*" , que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo. **2.4.5 Contas a receber:** São apresentados aos valores presentes e de realização, o qual se aproxima do seu valor justo. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas predominantemente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -" IPCA". **2.4.6 Certificado de recebíveis imobiliários ("CRI" ) e Cédula de Crédito Imobiliários ("CCI" ):** O Grupo efetuou financeiramente cessão de créditos de recebíveis imobiliários para a securitização e emissão de CRIs ou CCIs. Essa cessão, quando não apresenta qualquer direito de regresso, é registrada como redução do saldo de contas a receber. Quando da existência de direitos de regresso contra o Grupo, o contas a receber cedido é mantido no balanço patrimonial e o valor recebido é reconhecido no passivo como um instrumento financeiro de dívida. As garantias financeiras vinculadas aos recebíveis das operações de cessão (quando é adquirido na forma de CRI subordinado ou CCIs com obrigação de recompra), são contabilizados no balanço patrimonial no "Ativo não circulante" na rubrica de "Demais contas a receber" ao seu valor estimado de realização (NE 5.2): **2.4.7 Lotes a comercializar:** Os lotes a comercializar estão demonstrados ao custo de formação e incluem os custos acumulados de infraestrutura e custos financeiros elegíveis aos loteamentos, que não excede ao seu valor líquido de realização. No caso de lotes em desenvolvimento, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido dos lotes ainda não comercializados. O Grupo avalia as datas de lançamento destes empreendimentos, e classificam como não circulante, os que possuem data estimada superior a 12 meses. Quando o custo dos lotes a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado das suas vendas, concluídas ou em desenvolvimento, uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida no exercício em que foi determinado que o valor não será recuperável. **2.4.8 Gastos com intermediação das vendas - Comissões:** Os gastos com corretagem, quando aplicáveis, são registrados no resultado na rubrica "Despesas com Vendas" observando-se o mesmo critério adotado para o reconhecimento das receitas das unidades vendidas. Encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel, não constitui receita ou despesa do Grupo. **2.4.9 Provisão para garantia:** O Grupo e suas controladas mantêm provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos no exercício de garantia. O prazo de garantia oferecido é de até cinco anos a partir da entrega do empreendimento. Desde o lançamento do empreendimento até o prazo acima, o Grupo calcula a provisão com base no histórico de gastos e a constitui proporcionalmente ao andamento da obra. **2.4.10 Investimentos em controladas:** Os investimentos em sociedades controladas nas demonstrações financeiras individuais são registrados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. De acordo com esse método, a participação do Grupo no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido dessas sociedades, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro ou prejuízo líquido no exercício ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional em contrapartida ao custo do investimento. As políticas contábeis adotadas pelas controladas são ajustadas, quando necessário, às políticas adotadas pelo Grupo. **Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças na participação da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis da participação das não controladoras e da participação da controladora são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações na controlada. A diferença entre o valor com base no qual as participações de não controladoras são ajustadas e o valor justo das contraprestações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. **2.4.11 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo anualmente. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação as perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa. O Grupo anualmente realiza o teste de *impairment* com o objetivo de identificar possíveis perdas por desvalorização do valor recuperável do ágio, conforme determina o CPC 01 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, na avaliação foi apurada a expectativa de realização do ágio, portanto, não haveno necessidade de registro de *impairment*. **2.4.12 Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, como segue: (i) Veículos - cinco anos; (ii) Móveis, utensílios e instalações - dez anos; (iii) Computadores e licenças para utilização de *software* - cinco anos; (iv) Direito de uso de imóveis - pelo prazo do contrato. O valor residual, vida útil e métodos de depreciação são revisados quando há modificações, em relação às informações do exercício social anterior ou em relação à situação atual de ativos. Os gastos incorridos com a construção dos estandes de vendas e respectivas mobílias são utilizados no prazo máximo de 1 ano considerado como despesa no lançamento do empreendimento. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são apropriadas no resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("*impairment*"). **2.4.13 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** *(i) Imposto de renda e contribuição social correntes:* O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas e controladas em conjunto optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição. *(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos estejas disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Os impostos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.14 Obrigações com cessões de direitos creditórios:** São demonstrados os saldos das operações de cessões de créditos imobiliários com obrigações de recompra das cedentes até que se implementem condições de liberação de recompra compulsória. Os créditos cedidos descontados ao seu valor presente. **2.4.15 Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **2.4.16 Outros benefícios a empregados:** A Companhia concede a seus empregados benefícios tais como vale-refeição, assistência médica e odontológica, vale-transporte, seguro de vida, remunerações variáveis como participação nos resultados e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", à medida que são incorridos. O Grupo e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego. **2.4.17 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos diretamente relacionados aos empreendimentos durante a fase de construção e terrenos enquanto atividades no preparo do ativo para venda estão sendo realizadas, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente, desde que existam empréstimos em aberto, os quais também são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades vendidas. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa financeira no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos relativos aos empréstimos, incluindo os de captação. Os encargos não apropriados ao resultado das controladas devem ser apresentados nas demonstrações financeiras da controladora, em conta de investimentos no ativo não circulante (NE 7). **2.4.18 Provisões:** As provisões, incluindo as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das consideradas requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.4.19 Imposto sobre receita operacional bruta:** As receitas são apresentadas líquidas dos impostos sobre as mesmas. Para as empresa no regime de tributação do lucro real, de incidência não cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e a COFINS são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6%, calculadas sobre a receita operacional bruta e com desconto de créditos apurados com base em custos e despesas. Para as empresas optantes do regime de tributação de lucro presumido, no regime de incidência cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e a COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3,0% sobre a receita operacional bruta. **2.4.20 Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. **2.4.21 Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes:** As obrigações na aquisição de lotes são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em aquisição, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("*pro-rata temporis*" ), líquido do ajuste a valor presente. Os adiantamentos de clientes representam os montantes recebidos com relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas. **2.4.22 Ajuste a valor presente - de ativos e passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Entidades de incorporação imobiliária, nas vendas a prazo de unidades não concluídas, apresentam recebíveis com atualização monetária, e devem ser descontados a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária contratados não incluem o componente de juros. A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional do Grupo é a de financiar os seus clientes, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio Grupo de receitas de venda de lotes. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo, aplicados sobre o fluxo futuro dos recebíveis observando o ambiente financeiro das obras. A taxa utilizada de desconto tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos na data do contrato e empréstimos obtidos pela sua Controlada, líquidas do efeito inflacionário. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas: 3.1 Normas alterações e interpretações de normas emitidas e adotadas a partir de 2021:** A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos abaixo aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes normas estão vigentes: (i) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para Arrendatários Contratos de Arrendamento, pela a concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. **3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo: (i) IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; (ii) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros; (iii) IAS 1 (CPC 26) Apresentação das demonstrações contábeis. Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que o Grupo espera ter um impacto material decorrente de sua adoção em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:**

**4.1 Caixa e equivalentes de caixa:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Caixa e bancos | 210 | 5.300 | 11.137 | 21.227 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 210 | 5.300 | 11.137 | 21.227 |

**4.2 Aplicações financeiras:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fundos de investimento (a) | - | - | - | 22 |
| Certificados de depósitos bancários (b) | 28.978 | 277.750 | 105.285 | 317.663 |
| Créditos restritos (c) | - | - | 5.031 | 5.175 |
| | 28.978 | 277.750 | 110.340 | 322.860 |

(a) Refere-se a aplicações financeiras em fundos de investimentos (PP Portfólio) com liquidez diária, com juros correspondentes a 110,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021 (89,48% em 31 de dezembro de 2020). (b) Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), com liquidez diária, incluem juros auferidos, de 103,5% (100% em 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Também nesse período foram encerradas duas aplicações, com carência, incluindo juros auferidos de 102,75% e 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (c) Valores referentes a valores bloqueados temporariamente, relativos à repasses aos parceiros, cuja expectativa de liberação do Grupo é de até 45 dias, bem como de valores oriundos do processo de repasse do saldo devedor de clientes junto a instituições financeiras, notadamente junto a na Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2021 o valor contabilizado referente as aplicações financeiras estão avaliadas ao valor justo, contra o resultado do período.

**5. Contas a receber e demais contas a receber: 5.1 Contas a receber:**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| Promitentes compradores de lotes | 935.155 | 1.149.305 |
| (-) Ajuste a valor presente (*AVP*) | (71.389) | (106.088) |
| (-) Provisão para distratos e risco de crédito | (310.926) | (339.258) |
| | 552.840 | 703.959 |
| Circulante | 196.147 | 202.711 |
| Não circulante | 356.693 | 501.248 |

As parcelas do circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **Vencimento** | 2021 | 2020 |
| **Vencidas:** | | |
| Até 90 dias | 25.925 | 31.543 |
| De 91 até 180 dias | 11.279 | 17.240 |
| Acima de 180 dias | 83.803 | 129.664 |
| Total vencidas | 121.007 | 178.447 |
| **A vencer:** | | |
| | 2021 | 2020 |
| 2021 | - | 270.016 |
| 2022 | 298.520 | 392.261 |
| 2023 | 169.251 | 132.918 |
| 2024 | 106.254 | 94.470 |
| 2025 | 64.031 | 61.958 |
| 2026 | 50.712 | 61.968 |
| 2027 em diante | 125.380 | 143.230 |
| **Total a vencer** | 814.148 | 974.058 |
| **Total de vencidas e a vencer** | 935.155 | 1.149.305 |
| (-) Ajuste a valor presente (*AVP*) | (71.389) | (106.088) |
| (-) Provisão para distratos e risco de crédito | (310.926) | (339.258) |
| **Total Geral** | 552.840 | 703.959 |

O saldo de contas a receber dos lotes vendidos e ainda não concluídos não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Seu registro é limitado à parcela da receita, reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. O saldo não reconhecido está mencionado na NE 24. Os saldos de adiantamentos de clientes, superior ao montante de receita reconhecida no período estão apresentados na NE 12. O saldo de contas a receber financiado Grupo, de forma geral, é atualizado pela variação do IGP-M e IPCA, sendo a receita apurada registrada no resultado na rubrica "Receita operacional líquida". O valor do ajuste a valor presente reconhecido na rubrica "Receita operacional líquida" do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R$ 34.699 (R$ 50.719 em 31 de dezembro de 2020). As contas a receber de lotes foram mensuradas a valor presente considerando a taxa de desconto apurada segundo critérios descritos conforme NE 2.4.22. A taxa praticada pelo Grupo foi uma média de 3,26% em 31 de dezembro de 2021 (4,85% em 31 de dezembro de 2020), líquida do IGP-M. O saldo da provisão para risco de crédito e distratos é considerado suficiente pela Administração do Grupo para fazer frente à estimativa com perdas futuras na realização do saldo de contas a receber. Calcula-se a provisão sobre a margem bruta do empreendimento de acordo com as taxas médias estimadas de perdas a seguir: Nas provisões para risco de crédito: a) "a vencer" 2,1%; b) "vencidos até 90 dias" 4,4%; c) "vencidos entre 91 a 180 dias" 7,1%; d) "vencidos entre 181 e 360 dias" 14,1%, Nas provisões para distratos: a) "vencidos acima de 360 dias" 87,5%. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a movimentação líquida nas provisões para perdas esperadas em créditos e distratos está sumarizada a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | Provisão para distratos e risco de crédito | Reversão custo provisão de distrato (NE 6) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (426.659) | 234.756 |
| Adições | (116.557) | 69.770 |
| Reversões | 205.958 | (113.776) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (339.258) | 190.750 |
| Adições | (138.432) | 65.143 |
| Reversões | 166.764 | (95.293) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (310.926) | 160.600 |

| | Participação no capital social - % | | Total do ativo | | Total do passivo | | Patrimônio líquido e adto. para futuro aumento de capital | | Lucro (prejuízo) do exercício | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Investidas diretas/indiretas** | | | | | | | | | | |
| Alphaville Urbanismo S.A. | 100% | 100% | 907.216 | 961.680 | 1.384.500 | 1.324.720 | (477.285) | (363.040) | (357.007) | (390.263) |
| SPE Leblon Incorporadora S.A. | 40% | 40% | 38.652 | 36.857 | 8.716 | 8.801 | 29.936 | 28.056 | (1.983) | 1.144 |
| Alphaville Reserva Santa Clara Empr. Imob. Ltda | 25% | 25% | 16.865 | 16.856 | 32 | 60 | 16.833 | 16.796 | (71) | (56) |
| Krahô Empr. Imob. S.A. | 48% | 48% | 9.964 | 21.521 | 1.766 | 1.841 | 8.199 | 19.680 | 47 | 342 |
| **Total investimentos** | | | 972.697 | 1.036.914 | 1.395.014 | 1.335.422 | (422.317) | (298.508) | (359.014) | (388.833) |

| | Participação no capital social-% | | Investimentos | | Controladora Equivalência patrimonial | | Investimentos | | Consolidado Equivalência patrimonial | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Investidas diretas/indiretas** | | | | | | | | | | |
| Alphaville Urbanismo S.A. | 100% | 100% | (477.285) | (363.040) | (357.007) | (286.696) | - | - | - | - |
| Ágio/intangível na aquisição da Alphaville Urbanismo S.A. | - | - | 937.891 | 937.891 | - | - | - | - | - | - |
| Amortização/intangível de ágio na aquisição da Alphaville | - | - | (337.480) | (330.069) | - | - | - | - | - | - |
| SPE Leblon Incorporadora S.A. | 40% | 40% | - | - | - | - | 12.893 | 11.721 | (925) | 458 |
| Alphaville Reserva Santa Clara Empr. Imob. Ltda | 25% | 25% | - | - | - | - | 4.208 | 4.199 | - | (14) |
| Krahô Empr. Imob. S.A. | 48% | 48% | - | - | - | - | 3.978 | 9.384 | 22 | 162 |
| Ajuste a valor justo | - | - | - | - | - | - | 3.016 | 3.016 | - | - |
| Outros(as) - (a) | - | - | - | - | - | - | (1.994) | (4.894) | 2.645 | (3.678) |
| **Total investimentos** | | | 123.126 | 244.782 | (357.007) | (286.696) | 22.101 | 23.426 | 1.742 | (3.072) |

(a) Montante obtido da soma de investimentos em controladas e coligadas abaixo de R$ 3.000.

***b. Informações da investida Alphaville Urbanismo S.A.:***

| | Alphaville Urbanismo S.A. | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| Caixas e equivalente de caixa | 9.841 | 2.961 |
| Ativo Circulante | 161.862 | 149.064 |
| Ativo Não Circulante | 745.354 | 812.616 |
| Passivo Circulante (a) | 587.847 | 468.718 |
| Passivo Não Circulante (a) | 796.653 | 856.002 |
| | 2021 | 2020 |
| Receita líquida | 6.577 | 7.882 |
| Custos operacionais | (22.573) | (42.229) |
| Depreciação e Amortização | (8.461) | (15.258) |
| Resultado Financeiro | (73.927) | (87.486) |
| Resultado Operação Continuada | (357.007) | (390.263) |

(a) Os ativos de curto prazo não são equivalentes a seu passivo circulante, entretanto, a investida não apresenta incerteza relevante acerca de sua capacidade de operação em um tempo previsível e pagamento de obrigações conforme planejado, dado que a Controladora Alphaville S.A. por sua vez, atesta capacidade em realizar os aportes necessários para continuidade das atividades da investida.

***c. Movimentação dos investimentos:***

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Saldo anterior** | 244.782 | 353.973 | 23.426 | 26.526 |
| Equivalência patrimonial | (357.007) | (286.696) | 1.742 | (3.072) |
| Integralização de capital | 234.703 | 712.657 | - | - |
| Adiantamento p/ futuro aumento de capital | 8.059 | 4.024 | - | - |
| Amortização/estorno mais valia (a) | (7.411) | 265.593 | - | - |
| Ganho/perda na variação de % de investimento (b) | - | (804.769) | - | - |
| Outros Investimentos | - | - | (3.067) | (2.028) |
| **Saldo final** | 123.126 | 244.782 | 22.101 | 23.426 |

(a) Amortização da mais valia sobre o investimento na sua investida AUSA. (b) O ganho/perda na variação de % de participação da investida AUSA em 2020 é decorrente do aumento de participação de 48,22% para 100%, este montante está registrado como reserva de capital no patrimônio líquido da Companhia, conforme ICPC 09, visto ser uma transação entre acionistas da Companhia (NE 17). No momento da aquisição da AUSA, foi gerado ágio que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da mais valia de ativos, reconhecido na controladora na rubrica de Investimentos e no consolidado alocado conforme a natureza dos ativos adquiridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

| | Controladora | | | 2021 | Consolidado | | | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Mais valia** | **Custo** | **Amortização acumulada** | **Saldo líquido** | **Custo** | **Amortização acumulada** | **Saldo líquido** | | |
| Estandes (*) | 326.946 | (228.710) | 98.236 | 326.946 | (221.299) | 105.647 | | |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações - NE 7 | 3.016 | - | 3.016 | 3.016 | - | 3.016 | | |
| Marca - NE 8 | 420.000 | - | 420.000 | 420.000 | - | 420.000 | | |
| Backlog - NE 8 - (**) | 350.000 | (350.000) | - | 350.000 | (350.000) | - | | |
| Adiantamentos cliente (**) | 150.092 | (150.092) | - | 150.092 | (150.092) | - | | |
| **Rentabilidade futura:** | | | | | | | | |
| Ágio por rentabilidade futura | 79.159 | - | 79.159 | 79.159 | - | 79.159 | | |
| Ágio pago na aquisição | 937.891 | (337.480) | 600.411 | 937.891 | (330.069) | 607.822 | | |

O quadro acima é utilizado para facilitar o entendimento da operação de *Business Combination*, ocorrida na Companhia no decorrer do exercício de 2013, e conferência dos valores das demonstrações financeiras. (*) Amortização registrada na rubrica "Custos operacionais - Desenvolvimento e venda de lotes" na demonstração do resultado no consolidado. (**) Amortização registrada na rubrica, "Contraprestação paga na aquisição" na demonstração do resultado no consolidado, ocorrido em exercícios anteriores. (***) Amortização registrada na rubrica "Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos acionistas não controladores" na demonstração do resultado no consolidado. A realização do ágio sobre o investimento foi registrada tendo como suporte base a emissão do estudo de determinação da realização pelos ativos compreendidos, preparado por avaliador independente. A avaliação do valor recuperável foi efetuada de acordo com as práticas contábeis. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou perdas a serem realização. (NE 9.b) **8. Imobilizado:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a movimentação dos itens de imobilizado está sumarizada a seguir:

| | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | 2020 | Adições | Baixas | 2021 | |
| **Custo** | | | | | |
| Hardwares | 8.321 | 399 | - | 8.720 | |
| Veículos | 151 | - | - | 151 | |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações | 12.363 | 1.366 | - | 13.729 | |
| Móveis e utensílios | 2.322 | - | - | 2.322 | |
| Máquinas e equipamentos | 503 | - | - | 503 | |
| Direito de uso de ativo (a) | 33.209 | - | (10.780) | 22.429 | |
| Direito de uso de hardware | - | 1.100 | - | 1.100 | |
| Imóveis e Instalações | 7.555 | - | - | 7.555 | |
| Terras e terrenos | 20 | - | - | 20 | |
| Estande de vendas | 502 | - | (502) | - | |
| | 64.946 | 2.865 | (11.282) | 56.529 | |

| | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | 2020 | Adições | Baixas | 2021 | |
| **Depreciação acumulada** | | | | | |
| Hardwares | (8.287) | (24) | - | (8.311) | |
| Veículos | (151) | - | - | (151) | |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações | (9.712) | (768) | - | (10.480) | |
| Móveis e utensílios | (2.288) | (20) | - | (2.308) | |
| Máquinas e equipamentos | (343) | (47) | - | (390) | |
| Direito de uso de ativo (a) | (9.604) | (2.912) | - | (12.516) | |
| Direito de uso de hardware | - | (215) | - | (215) | |
| Imóveis e Instalações | (31) | (370) | - | (401) | |
| Estande de vendas | (251) | 251 | - | - | |
| **Total da depreciação** | (30.667) | (4.105) | - | (34.772) | |
| **Total imobilizado** | 34.279 | (1.240) | (11.282) | 21.757 | |

(a) O Grupo é locatário de imóvel (IFRS 16 - Arrendamento) NE 14.c. As seguintes vidas úteis e taxas percentuais são utilizadas para cálculo da depreciação:

| | Taxa média anual | |
|---|---|---|
| | Vida útil | de depreciação - % |
| Hardwares | 5 anos | 20 |
| Veículos | 5 anos | 20 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações | 4 anos | 25 |
| Móveis e utensílios | 10 anos | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 10 anos | 10 |
| Direito de uso | 12 anos | 8 |
| Estande de vendas | 2 anos | 50 |

**9. Intangível:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a movimentação dos itens de intangível está sumarizada a seguir:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| Software - (a) | 2.459 | 5.638 |
| Outros intangíveis - (b) | 499.159 | 499.159 |
| Total | 501.618 | 504.797 |

**a. Software:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, a movimentação dos itens de intangível está sumarizada a seguir:

| Descrição | 2020 | Adições | Amortização | 2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | |
| Software - Custo | 57.158 | 1.296 | - | 58.454 |
| Software - Amortização (a) | (51.520) | - | (4.475) | (55.995) |
| | **5.638** | **1.296** | **(4.475)** | **2.459** |
| Descrição | **2019** | **Adições** | **Amortização** | **2020** |
| **Custo** | | | | |
| Software - Custo | 56.977 | 181 | - | 57.158 |
| Software - Amortização (a) | (42.055) | - | (9.465) | (51.520) |
| | **14.922** | **181** | **(9.465)** | **5.638** |

(a) A taxa de amortização do *Software* é de 20% a.a. **b. Intangível alocação de ágio por mais valia:** O processo de alocação do ágio foi concluído com a emissão do estudo de determinação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, preparado por avaliador independente, referente a aquisição de AUSA. A parcela remanescente não alocada, refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura. O intangível está composto conforme demonstrado abaixo:

| | 2019 | Amortização | 2020 | Amortização | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Marca | 420.000 | - | 420.000 | - | 420.000 |
| Backlog* | - | - | - | - | - |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura | 79.159 | - | 79.159 | - | 79.159 |
| | 499.159 | - | 499.159 | - | 499.159 |

A Administração efetua a análise de perda por valor recuperável, utilizando como metodologia avaliação patrimonial a qual prevê a comparação do patrimônio contábil em relação ao seu valor negociado em mercado de ações. Em 31 de dezembro de 2021 concluiu-se que não há indicativo de perda por valor recuperável, ou seja, todos os seus ativos incluindo a marca e o ágio não possuem indicativos de impairment. *(i) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs contendo ágio:* Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio e a marca registrada foram alocados às UGCs do Grupo (divisões operacionais) como segue:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| Alphaville Urbanismo S.A. | 499.159 | 499.159 |

O valor recuperável dessa UGC foi baseado tanto em 31 de dezembro de 2021 quanto em 31 de dezembro de 2020 pelo valor da ação nessas datas respectivamente. O valor recuperável estimado da UGC excedeu seu valor contábil em R$ 605.768 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 417.240 em 31 de dezembro de 2020) pelo método de avaliação patrimonial a valor de mercado de ações. **10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são representados por:

| | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Tipo de operação** | **Vencimentos** | **Taxa de juros ao ano** | 2021 | 2020 |
| CCB 1 (i) | mar/23 | CDI + 4,50% | - | 29.383 |
| CCB 2 (i) | jun/22 | CDI + 3,50% | - | 15.288 |
| CCB 3 (ii) | mar/22 | CDI + 6,17% | 661 | 3.306 |
| CCB 4 (iii) | set/22 | CDI + 6,17% | 1.478 | 3.230 |
| CCB 5 (iv) | mar/23 | CDI + 6,17% | 3.114 | 5.602 |
| CCB 6 (v) | mai/23 | CDI + 3,70% | - | 24.967 |
| CCB 7 (vi) | set/23 | CDI + 10,56% | 10.526 | 15.016 |
| CCB 8 (vi) | set/23 | CDI + 10,56% | 10.526 | 15.016 |
| CCB 9 (vii) | mar/22 | Pré 15,53% | 1.342 | 5.373 |
| CCB 10 (viii) | dez/23 | CDI + 4,80% | - | 9.460 |
| CDC 11 (ix) | out/22 | Pré 12,83% | 108 | - |
| | | | **27.755** | **126.651** |
| Parcela circulante | | | 17.925 | 50.167 |
| Parcela não circulante | | | 9.830 | 76.484 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo efetuou pagam

...continuação

**ALPHAVILLE S.A. - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em 30 de dezembro de 2023, divididas em duas séries, sendo a primeira série no valor de R$ 59.126 e a segunda série no valor de R$ 60.674. Os recursos líquidos obtidos com a emissão da primeira série foram utilizados para aquisição de debentures referentes a segunda e terceira emissão da AUSA, e os recursos líquido obtidos com a emissão da segunda série foram utilizados para aquisição de debentures referentes a sexta emissão da AUSA. **Consolidado:** (i) Em 9 de setembro de 2013, o Grupo obteve aprovação para a distribuição pública com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real e prazo de vencimento de oito anos e no valor total de até R$ 800.000, garantida pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados originários do Grupo e suas controladas. Em 09 de dezembro de 2013 foi integralizado o montante R$ 150.000, em 17 de julho de 2014, foi integralizado R$ 150.000 e, em 19 de março de 2015, foi integralizado R$150.000. A escritura conta com cláusulas que restringem a habilidade do Grupo na tomada de algumas ações, e pode requerer o vencimento antecipado em decorrência destas cláusulas. Em 19 de junho de 2019, o Grupo obteve aumento o prazo de pagamento do saldo remanescente de R$ 660.000, com encerramento previsto em 11 de dezembro de 2023, para mais 2 anos, sem constituição de garantia. Em 07 de Agosto de 2020, o Grupo obteve aprovação para a suspensão do pagamento de juros pelo período de 06 meses, onde as parcelas de juros devidas serão incorporadas ao valor nominal das Debêntures. (ii) Em 01 de janeiro de 2018, o Grupo obteve aprovação para a distribuição privada de debêntures, não conversíveis em Ações, em duas séries (2ª série não subscrita), com garantia real, e com prazo de vencimento de sete anos e no valor total de até R$ 58.200, garantida pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados originários do Grupo. A escritura de emissão não estabelece índices financeiros restritivos ao Grupo ("Covenants"). Os recursos levantados na emissão serão utilizados no desenvolvimento de projetos imobiliários selecionados e suas garantias. As debêntures da 4ª emissão estão vinculadas à 171ª série da 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da RB Capital Companhia de Securitização. A escritura de emissão não estabelece índices financeiros restritivos ao Grupo ("Covenants"). Em 29 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital via emissão de novas ações ordinárias, mediante a capitalização das 111.078 debêntures simples emitidas pela Companhia. (iii) Em 02 de agosto de 2019, o Grupo obteve aprovação para a distribuição privada de debêntures simples não conversíveis em Ações, em série única, com garantia real, e com prazo de vencimento de sete anos e no valor total até R$ 44.000, garantida pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados originários do Grupo. A escritura de emissão não estabelece índices financeiros restritivos ao Grupo ("Covenants"). Os recursos levantados na emissão serão utilizados no desenvolvimento de projetos imobiliários selecionados e suas garantias. Em 04 de agosto de 2021, o Grupo realizou o pré-pagamento total da debênture. (iv) Em 02 de agosto de 2021, o Grupo obteve aprovação para a distribuição privada de debêntures simples não conversíveis em Ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, e com prazo de vencimento de seis anos e no valor total até R$ 105.000, garantida pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados originários do Grupo. O montante captado em 2021 foi de R$ 100.741. A escritura de emissão não estabelece índices financeiros restritivos ao Grupo ("Covenants"). Os recursos levantados na emissão serão utilizados no desenvolvimento de projetos imobiliários selecionados e suas garantias. As debêntures da 8ª emissão estão vinculadas à 371ª série da 1ª emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) da RB Capital Companhia de Securitização. O Grupo está sujeito a índices e limites de alimentação ("covenants"), sendo, em sua maioria, compostos por limitações ao nível de endividamento total. O Grupo encontra-se adimplente com as suas obrigações. **12. Adiantamentos de clientes:**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| Adiantamentos de clientes | 215.049 | 137.462 |
| | **215.049** | **137.462** |
| Circulante | 215.049 | 137.462 |

A rubrica adiantamentos de clientes representa a parcela recebida dos clientes em montante superior ao percentual de andamento da obra (NE 24). **13. Repasse a efetuar à parceiros nos empreendimentos:** Refere-se à parcela dos valores recebidos pelo Grupo decorrente da venda de lotes, a serem repassados aos parceiros proprietários dos terrenos conforme previsto nos contratos de parceria imobiliária.

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| Repasse a efetuar à parceiros nos empreendimentos | 20.581 | 15.544 |
| | **20.581** | **15.544** |
| Circulante | 20.581 | 15.544 |

**14. Provisões para demandas judiciais e compromissos: a. Provisões para demandas judiciais:** O Grupo e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. O Grupo não espera reembolsos em conexão com o resultado dessas processos. As movimentações na provisão durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão sumarizadas a seguir:

| Consolidado | Processos cíveis | Processos tributários | Processos trabalhistas | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **121.730** | **2.406** | **12.063** | **136.199** |
| Complemento de provisão (NE 22) | 130.986 | 1.435 | 722 | 133.143 |
| Pagamento ou realização de provisão | (107.689) | (17) | (3.489) | (111.195) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **145.027** | **3.824** | **9.296** | **158.147** |
| Complemento de provisão (NE 22) | 68.594 | - | 752 | 69.346 |
| Pagamento ou realização de provisão | (86.428) | (1.889) | (2.370) | (90.687) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **127.193** | **1.935** | **7.678** | **136.806** |
| Parcela circulante | 30.076 | 13 | 878 | 30.967 |
| Parcela não circulante | 97.117 | 1.922 | 6.800 | 105.839 |

**(i) Processos cíveis, tributários e trabalhistas:** O Grupo e suas controladas são partes em outros processos trabalhistas, tributários e cíveis decorrentes do curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível, sendo que, nenhuma provisão foi constituída para fazer face às referidas contingências em seus mesmos. O montante desses processos, são conforme descritos abaixo:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| Processos cíveis | 92.036 | 126.339 |
| Processos tributários | 17.385 | 9.613 |
| Processos trabalhistas | 1.122 | 4.089 |
| | **110.543** | **140.041** |

O saldo de depósitos judiciais do Grupo, em 31 de dezembro de 2021, corresponde a R$ 20.941 (R$27.358 em 31 de dezembro de 2020) registrados na rubrica de Outros créditos no ativo não circulante (NE 5.2). **(ii) Risco ambiental:** Há uma diversidade de legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Estas leis ambientais podem resultar em atrasos para o Grupo na adequação da conformidade e outros custos, e impedir ou restringir empreendimentos. Antes do acordo de parceria de um loteamento, o Grupo efetua a análise de todos os assuntos ambientais necessários, que incluindo a possível existência de materiais perigosos ou tóxicos, substância residual, árvores, vegetação e a proximidade de um terreno para áreas de preservação permanente. Assim, antes do lançamento de um loteamento, o Grupo obtém todas as aprovações governamentais e incluindo licenças ambientais. Adicionalmente, a legislação ambiental estabelece sanções criminais, civeis e administrativas para indivíduos e entidades legais para atividades consideradas como infrações ou delitos ambientais. As penalidades incluem suspensão das atividades de desenvolvimento, penas de prisão, multas fiscais, de cessão e multa. **b. Obrigações relacionadas com a conclusão dos loteamentos:** O Grupo assume o compromisso contratual de concluir as unidades vendidas, assim como atender as leis que regem o setor da construção civil, incluindo a obtenção de licenças das autoridades competentes e providenciar a entrega e registro dos empreendimentos sujeita a penalidades legais e contratuais. **c. Compromissos:** O Grupo mantém compromissos com terceiros (parceiros) e sócios nos empreendimentos em conjunto: Contratos de parceria com proprietários de terrenos, o qual será adquirido o direito de imóvel. Compromissos com fornecedores os quais estão sendo contratados, ou com terceiros quaisquer no pré-lançamento ou avaliação do negócio; O Grupo não possui obrigações a longo prazo por meio das suas controladas em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020; O Grupo possui contrato de aluguel de sala o imóvel onde se situa suas instalações, sendo o custo mensal de R$202 reajustado anualmente pela variação do IGPM-FGV. Está registrado nas rubricas direito de uso de ativo no ativo permanente (NE 8) em contrapartida no passivo arrendamento mercantil (NE 16). **15. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social corrente:**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social e das participações | (375.475) | (417.139) |
| Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34% | 127.662 | 141.827 |
| Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido | (57.179) | (64.229) |
| Plano de ações | (999) | - |
| Resultado com equivalência | 592 | (5) |
| Despesas não dedutíveis e outras | (20.290) | (13.792) |
| Créditos tributários não reconhecidos | (56.009) | (66.427) |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente | (6.223) | (2.626) |
| Alíquota efetiva | -1,7% | -0,6% |

O Grupo não reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores (conforme item "b" abaixo) devido aos prejuízos recorrentes e por não possuir expectativa de realização em um futuro próximo nas empresas tributadas pelo lucro real. **b) Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| **Ativo** | | |
| Diferenças temporárias - PIS e COFINS diferido | 1.983 | 2.310 |
| Provisões para demandas judiciais | 8.423 | 11.043 |
| Ajuste a valor presente (AVP) | 4.118 | 5.349 |
| Provisões para distratos e risco de crédito | 9.151 | 7.805 |
| Provisão para perda na realização dos estoques e outras | 14.886 | 17.602 |
| | **38.561** | **44.109** |
| **Passivo** | | |
| Tributação de receita entre regimes de caixa e competência | (19.317) | (23.604) |
| | **(19.317)** | **(23.604)** |
| **Total Líquido** | **19.244** | **20.505** |
| **Crédito Tributário** | | |
| Prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e contribuição social | 871.261 | 813.991 |
| Créditos tributários não reconhecidos | (890.505) | (834.496) |
| | **(19.244)** | **(20.505)** |

**16. Fornecedores e Outras Obrigações:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fornecedores | 36 | 4.908 | 57.350 | 91.608 |
| Impostos diferidos (a) | - | - | 37.865 | 52.106 |
| Distratos a pagar | - | - | 62.640 | 64.289 |
| Arrendamento mercantil, líquido (b) | - | - | 8.798 | 22.315 |
| IPTU a pagar | - | - | 14.802 | 12.044 |
| Provisão gastos com escrituração (c) | - | - | 12.260 | 11.381 |
| Termo de compromisso para obras externas (d) | - | - | 16.300 | - |
| Outras contas a pagar | - | - | 25.423 | 16.750 |
| **Total outras obrigações** | **36** | **4.908** | **235.438** | **270.493** |
| Circulante | 36 | 4.908 | 170.167 | 201.504 |
| Não circulante | - | - | 65.271 | 68.989 |

(a) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS para pagamentos diferidos são registrados para refletir os efeitos tributários decorrentes de diferenças temporárias da base tributária, que determinam o momento do pagamento, à medida que as vendas de imóveis são recebidas (Instrução Normativa SRF nº 84/79 e reconhecimento efetivo dos ganhos imobiliários, em conformidade com a Resolução CFC no. 1.266 / 09 e Deliberação CVM nº 561/08, conforme alterada pela Deliberação CVM nº 624/10 (OCPC 01 (R1)). (b) Refere-se ao contrato de aluguel, e este passivo está descontado a valor presente por uma taxa equivalente a 6,5%. (c) Em determinadas vendas a clientes, o Grupo tem se comprometido a arcar com as custas de alienação fiduciária e escrituração. (d) Refere-se ao compromisso de execução de obras externas aos empreendimentos, assumido junto a determinados órgãos públicos durante o processo de licenciamento de empreendimentos, cuja execução depende de aprovação do projeto e licenciamento da obra. **17. Patrimônio líquido: 17.1 Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.606.626 (R$ 1.606.626 em 31 de dezembro de 2020) representado por 22.415.794 ações (22.415.794 ações em 31 de dezembro de 2020), ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado aumento de capital no montante de R$ 712.658 mediante a emissão de 1.353.119.346 novas ações ordinárias e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma: **1.** Primeiro aumento de capital mediante a emissão de 1.244.181.702 (um bilhão, duzentas e quarenta e quatro milhões, cento e oitenta e uma mil, setecentas e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 0,5267 por ação, totalizando R$ 655.282 dos quais, R$ 32.764 foram destinados ao capital social e R$ 622.518 foram destinados a reserva de capital. Esse aumento foi subscrito e integralizado pelos Fundos Pátria, mediante a contribuição de 99.666.980 (noventa e nove milhões, sessentas e sessenta e sei mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da AUSA. **2.** Segundo aumento de capital mediante a emissão de 108.937.644 (cento e oito milhões, novecentas e trinta e sete mil, seiscentas e quarenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 0,5267 por ação, totalizando R$ 57.375 dos quais, R$ 2.869 foram destinados ao capital social e R$ 54.506 foram destinados a reserva de capital. Esse aumento foi subscrito e integralizado pelo Fundos Pátria, mediante a contribuição de 8.726.608 (oito milhões, setecentas e vinte e seis mil, seiscentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da AUSA. Em 30 de junho de 2020, a Companhia realizou a aquisição, para permanência em tesouraria no montante R$ 5.107 em ações não integralizadas. Tais ações, após adquiridas, foram integralizadas pela Companhia mediante a utilização de sua reserva de capital, sem diminuição do capital social, e permanecerão em tesouraria. Em 10 de agosto de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o grupamento de ações, na proporção de 38 (trinta e oito) ações para 1 (uma), passando o capital social a ser representado por 68.897.877 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. E em 22 de setembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado novo grupamento de ações, na proporção de 6 (seis) ações para 1 (uma), passando o capital social a ser representado por 11.482.979 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No dia 04 de dezembro de 2020, em reunião do Conselho de Administração, a Companhia aumentou o capital social em R$305.992, mediante a emissão de 10.372.630 ações ordinárias, pelo preço de emissão de R$29,50 por ação, através de oferta pública, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. Pela ocasião da oferta pública, a Companhia incorreu em gastos de captação relacionados a comissões dos bancos estruturadores, advogados, auditores, taxas de registro e outros. Esses gastos totalizaram R$25.622 e foram contabilizados no patrimônio líquido. O Conselho de Administração da Companhia está autorizado a deliberar a emissão de ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária. **Destinação dos Resultados: 17.2 Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente quando de obtenção do lucro, com destinação de 5%, não podendo exceder a 20% do capital social. **17.3 Reserva de capital:** A constituição de reserva de capital nas informações de mutações do patrimônio líquido, refere-se ao ganho e perda na variação de participação em sua controlada, além dos aportes de capital destinados a essa rubrica. **17.4 Bônus de subscrição:** Em 9 de dezembro de 2020 foram emitidos 3.111.789 bônus de subscrição como vantagem adicional aos subscritores de ações na oferta pública da Companhia, que poderiam ser exercidos até 31 de dezembro de 2021 ou em até 10 (dez) dias da data de aprovação de um futuro aumento de capital, para subscrição pública ou privada, da Companhia, o que ocorrer primeiro. Após o término deste prazo, os Bônus de Subscrição que não forem exercidos serão extintos de pleno direito. Cada Bônus de Subscrição daria o direito à subscrição de uma ação da Companhia, ao preço de emissão de R$ 29,50 cada. Como não houve exercício do Bônus, os mesmos foram extintos integralmente. **17.5 Ganho/perda na variação da percentual em controlada:** No decorrer do exercício de 2020, a Companhia obteve ganhos e perdas relacionados ao aumento de sua participação em controlada de 48,22% para 100% no montante de R$ 526.611 em 31 de dezembro de 2020. Tais valores estão registrados no patrimônio líquido da Companhia, conforme ICPC 09, visto ser uma transação entre acionistas da Companhia. Não houve ganhos ou perdas no decorrer de 2021.

| | 2020 |
|---|---|
| Ganho/Perda na diluição do % de participação | (804.769) |
| Aumento/ Redução de participação na amortização de mais valia | 278.158 |
| | **(526.611)** |

**17.6 Reserva de lucros:** O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal e os dividendos, poderá ser destinado para a formação de reserva de lucros, sendo que no período de 31 de dezembro de 2021 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo, não cabendo a constituição de reservas. **17.7 Ações em tesouraria:** Ações próprias da Companhia adquiridas no âmbito dos Programas de Recompra de Ações, com o objetivo de atender ao vesting de outorgas de ações diferidas referentes ao Plano de Ações Diferidas, podendo ainda serem mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, com redução do capital social. Em 12 de março de 2021 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Alphaville S.A. (AVLL), no volume máximo de até 140.098 (cento e quarenta mil e noventa e oito) ações, das quais 139.998 (cento e trinta e nove mil, novecentas e noventa e oito) ações foram adquiridas até 10 de setembro de 2021, no valor de R$ 3.834. Sendo assim, em 21 de setembro de 2021 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o segundo Programa de Recompra de Ações, no volume máximo de 70.049 (setenta mil e quarenta e nove) ações das quais 50.400 (cinquenta mil e quatrocentas) ações foram adquiridas até 31 de dezembro de 2021, pelo valor de R$ 1.380, totalizando R$ 5.214. **17.8 Dividendos:** Os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% do lucro líquido do exercício. Porém em face o prejuízo no período na controlada AUSA*,* não há proposição de dividendo em 31 de dezembro de 2021 para a controladora. No período de 2021 houve distribuição de dividendos para os minoritários do Grupo que apresentaram saldo de reserva de lucros no valor de R$ 483. **17.9 Plano de ações diferidas:** *Condições do plano:* A Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações, aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de dezembro de 2020, que seguem as regras estabelecidas no Primeiro Programa de Ações Diferidas da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de julho de 2020. O Plano estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo a ser conferido aos administradores e empregados da Companhia e suas subsidiárias, a critério do Conselho de Administração. O limite de outorga do Primeiro Programa é de 672.474 ações diferidas e em 04 de março de 2021 foram outorgadas 560.395 ações diferidas. O Plano confere aos beneficiários o direito de receber uma ação ordinária de emissão da Companhia para cada ação diferida outorgada, condicionado ao cumprimento de determinadas condições. O Plano tem como objetivos: (a) recompensá-los em razão de seus cargos e pelo tempo de serviço na Companhia; (b) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (c) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores por meio de benefícios conforme a performance das ações; (d) incentivar a geração de resultados sustentáveis; e (e) atrair e reter os administradores e empregados da Companhia com a oportunidade de serem acionistas e na medida em que a sua participação no capital social da instituição permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído. A aquisição do direito ao recebimento de ações pelo beneficiário ocorrerá em 3 etapas anuais de 1/3 cada, sendo a primeira em 31 de dezembro de 2021, e ocorrerá em função do tempo. O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer, no momento da outorga de ações diferidas, condições adicionais de *Vesting*, incluindo condições vinculadas ao desempenho da Companhia e/ou metas de performance. As ações diferidas serão consideradas maduras (*vesting*) em 4 (quatro) parcelas anuais correspondentes a 25% das ações outorgadas e estão sujeitas a *lock up* de 5 (cinco) anos contados da data da outorga. *Valor justo do plano:* O modelo de precificação utilizado pela Companhia para determinação do valor justo levou em consideração as 560.395 ações outorgadas, a probabilidade de os beneficiários permanecerem na Companhia durante todo o período de aquisição do direito ao exercício e o valor de mercado da ação na data da outorga R$ 23,61 - (valor a três reais e sessenta e um centavos). O valor justo atribuído às ações diferidas é apropriado ao resultado à medida em que a Companhia recebe o benefício pelos serviços prestados pelos administradores e empregados, durante o período de aquisição do direito de exercício, em contrapartida ao patrimônio líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apropriadas despesas no montante de R$ 2.938. Em 31 de dezembro de 2021 a movimentação é a seguinte:

| | 2021 |
|---|---|
| | Número de ações |
| Saldo inicial | 560.395 |
| Novas | 8.968 |
| Canceladas | (6.726) |
| Saldo final | 562.638 |

**17.10 Prejuízo por ação:** O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período. Considerando os grupamentos mencionados acima e a oferta de ações, o capital social passou a ser representado por 22.415.794 ações, ajustando de forma retrospectiva o cálculo do prejuízo básico e diluído por lote de mil ações em circulação com base no que determina o CPC 41 / IAS 33.

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia | (377.126) | (306.709) |
| Média ponderada do número de ações | 22.416 | 22.416 |
| Prejuízo básico por ações - em reais | (16,82) | (13,68) |

**18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos. **a. Considerações sobre riscos: i. Risco de crédito:** O Grupo restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração atrelada ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Com relação ao contas a receber de clientes, o Grupo restringe a sua exposição a riscos através de análise de crédito e capacidade de pagamento por parte dos clientes no momento da realização da venda. Adicionalmente, o Grupo busca proteção da carteira de recebíveis através da alienação fiduciária dos contratos de compra e venda, mediante o registro em cartório, e distrato (As taxas médias de perda utilizadas no cálculo da provisão estão informadas na NE 5.1). **ii. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimo estão mencionadas na NE 10. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na NE 4.2. **iii. Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade do grupo e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, conforme mencionados na NE 2 (Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado de capital, o Grupo monitora permanentemente seu nível de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam adequadas para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Menos de 1 ano | 1 a 3 anos | 4 a 5 anos | Mais que 5 anos | Total |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | | | | | |
| Aplicações financeiras (NE 4.2) | 110.340 | - | - | - | 110.340 |
| Certificado de recebíveis imobiliários subordinados (NE 5.2) | - | 51.703 | - | - | 51.703 |
| Contas a receber | 419.527 | 339.536 | 92.723 | 83.369 | 935.155 |
| Empréstimos e financiamentos (NE 10) | (17.925) | (9.830) | - | - | (27.755) |
| Debêntures (NE 11) | (89.894) | (328.305) | (468.621) | (19.916) | (906.736) |
| Obrigações com cessões de créditos (NE 5.1.1) | (88.243) | (92.962) | (24.434) | (14.478) | (220.117) |
| Fornecedores | (57.350) | - | - | - | (57.350) |
| Efeito líquido | 276.455 | (39.858) | (400.332) | 48.975 | (114.760) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **Menos de 1 ano** | **1 a 3 anos** | **4 a 5 anos** | **Mais que 5 anos** | **Total** |
| Aplicações financeiras (NE 4.2) | 322.860 | - | - | - | 322.860 |
| Certificado de recebíveis imobiliários subordinados (NE 5.2) | - | 30.382 | - | - | 30.382 |
| Contas a receber | 448.463 | 419.649 | 137.963 | 143.230 | 1.149.305 |
| Empréstimos e financiamentos (NE 10) | (50.167) | (76.208) | - | - | (126.375) |
| Debêntures (NE 11) | (58.419) | (329.963) | (463.660) | - | (852.042) |
| Obrigações com cessões de créditos (NE 5.1.1) | (90.815) | (103.109) | (29.564) | (21.447) | (244.935) |
| Fornecedores | (91.608) | - | - | - | (91.608) |
| Efeito líquido | 480.314 | (59.525) | (355.261) | 121.783 | 187.211 |

**iv. Hierarquia de valor justo:** O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Segue abaixo o nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo através do resultado do Grupo apresentados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| **Em 30 de dezembro de 2021** | **Hierarquia de valor justo** | | |
| **Ativos financeiros** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** |
| Caixa e equivalentes de caixa (NE 4.1) | - | 11.137 | - |
| Aplicações financeiras (NE 4.2) | - | 110.340 | - |
| Certificado de recebíveis imobiliários subordinados (NE 5.2) | - | 51.703 | - |

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **Hierarquia de valor justo** | | |
| **Ativos financeiros** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** |
| Caixa e equivalentes de caixa (NE 4.1) | - | 21.227 | - |
| Aplicações financeiras (NE 4.2) | - | 322.860 | - |
| Certificado de recebíveis imobiliários subordinados (NE 5.2) | - | 30.382 | - |

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. **b. Valor justo dos instrumentos financeiros: Cálculo do valor justo:** Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que o Grupo poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Os seguintes métodos e premissas seguintes foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável: (i) Os valores caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e demais recebíveis e demais passivo circulante se aproximam de seu valor justo registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (ii) O valor justo dos empréstimos bancários e outras dívidas financeiras é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas anualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e vencimentos. Segue abaixo os valores contábeis e justo dos principais ativos e passivos e financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 Valor contábil | 2021 Valor justo | 2020 Valor contábil | 2020 Valor justo | Tipo de Mensu-ração | Tipo de Mensu-ração |
| **Ativos financeiros** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (NE 4.1) | 11.137 | 11.137 | 21.227 | 21.227 | "VJR" | "VJR" |
| Aplicações financeiras (NE 4.2) | 110.340 | 110.340 | 322.860 | 322.860 | "VJR" | "VJR" |
| Certificado de recebíveis imobiliários subordinados (NE 5.2) | 51.703 | 51.703 | 30.382 | 30.382 | Custo Amortizado | Custo Amortizado |
| Contas a receber (NE 5.1) | 552.840 | 552.840 | 703.959 | 703.959 | Custo Amortizado | Custo Amortizado |
| **Passivo financeiro** | | | | | | |
| Emprést. e financiamentos (NE 10) | 27.755 | 29.569 | 126.651 | 134.729 | Custo Amortizado | Custo Amortizado |
| Debêntures (NE 11) | 906.736 | 1.000.495 | 852.042 | 888.381 | Custo Amortizado | Custo Amortizado |
| Fornecedores (NE 16) | 57.350 | 57.350 | 91.608 | 91.608 | Custo Amortizado | Custo Amortizado |

**c. Risco de aceleração de dívida:** Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, com cláusulas restritivas (*"covenants"* ), relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros (NE 10 e 11). **i. Risco de mercado:** O Grupo declica-se à construção e venda de loteamentos. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves e regulamentações ambientais e de zoneamento, as atividades do Grupo são especificamente afetadas pelos seguintes riscos. A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores. O grau de interesse dos compradores em novo projeto lançado ou o preço de venda por unidade, necessário para vender todas as unidades, pode ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado. Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande Companhia do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras Companhias que atuam no setor. Condições do mercado imobiliário local e regional, tais como excesso de oferta, escassez de terrenos em certas regiões ou aumento significativo do custo da aquisição de terrenos. Risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das propriedades do Grupo, bem como à sua localização. As margens de lucro do Grupo podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmio de seguro, tributos imobiliários e tarifas públicas. As oportunidades de loteamentos podem diminuir. A construção e venda de unidades dos empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando o aumento dos custos de construção ou a rescisão dos contratos de venda. Inadimplemento de pagamento após a entrega das unidades adquiridas a prazo. O Grupo tem o direito de promover ação de cobrança, tendo por objetivo os valores devidos e/ou a retomada da unidade do comprador inadimplente, não podendo assegurar que será capaz de reaver o valor total do saldo devedor ou, uma vez retomado o imóvel, a sua venda em condições satisfatórias. A queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque, antes do lançamento do empreendimento ao qual se destina, e a incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para os respectivos loteamentos. **ii. Gestão do capital:** O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições financeiras, uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios doo Grupo e maximizar o valor aos acionistas, vide analise complementar mencionada na NE 2 (Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas). O Grupo inclui dentro da estrutura de dívida bancária: empréstimos menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras):

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Empréstimos e financiamentos (NE 10) | - | - | 27.755 | 126.651 |
| Debêntures (NE 11) | 139.994 | 130.209 | 906.736 | 852.042 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (NE 4.1 e 4.2) | (29.188) | (283.050) | (121.477) | (344.087) |
| Dívida líquida do caixa | 110.806 | (152.841) | 813.014 | 634.606 |
| Patrimônio líquido | 13.115 | 392.517 | 12.796 | 396.673 |

**d. Análise de sensibilidade:** Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para um período de um ano. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possui os seguintes instrumentos financeiros: (a) Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos indexados ao CDI e IGP-M (débentures); (b) Contas a receber indexados ao IGP-M; Para a análise de sensibilidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo considerou a taxa de juros de aplicações, empréstimos e contas a receber, CDI a 8,76% e IGP-M a 17,79%, de um ano (CDI à 1,90% e IGP-M à 23,14% em 31 de dezembro de 2020). Os cenários considerados foram: • **Cenário I:** apreciação 50% das variáveis de risco utilizadas para

continuação

## ALPHAVILLE S.A. - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24. Informações e compromissos dos empreendimentos em construção:**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **(i) Receita de vendas apropriar de unidades vendidas** | **2021** | **2020** |
| (a) Receita de vendas contratadas | 947.296 | 573.077 |
| (b) Receita de vendas apropriadas líquidas | | |
| Receita de vendas apropriadas | 370.475 | 332.667 |
| Distratos - receitas estornadas | (52.675) | (73.557) |
| Total Líquido | 317.800 | 259.110 |
| **Receita de vendas apropriar (a-b) (a)** | **629.496** | **313.967** |
| **(ii) Receita indenização por distrato** | **194** | **(567)** |
| **(iii) Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para reconhecimento de receita** | **1.868** | **4.151** |
| **(iv) Provisão para distratos (Passivo)** | | |
| Ajustes em receitas apropriadas | 8.638 | 28.504 |
| Ajustes em contas a receber de clientes | (6.949) | (20.100) |
| Receita indenização por distratos | (338) | (1.681) |
| **Total** | **1.351** | **6.723** |
| **(v) Custos orçados a apropriar de lotes vendidos** | | |
| Empreendimentos em construção: | | |
| (a) Custo orçado dos lotes | 560.816 | 376.903 |
| Custo incorrido líquido: | | |
| (b) Custos de construção incorridos | (226.524) | (219.608) |
| (c) Distratos - custos de construção | 30.643 | 44.371 |
| Total Líquido | (195.881) | (175.237) |
| **Custo a incorrer dos lotes vendidos (a+b+c) (b)** | **364.935** | **201.666** |

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **(vi) Custo orçado a apropriar de lotes em estoque** | **2021** | **2020** |
| Empreendimentos em construção: | | |
| (a) Custo orçado dos lotes | 171.300 | 89.126 |
| (b) Custos de construção incorridos | (15.942) | (17.639) |
| **Custo orçado a apropriar em estoques (a+b)** | **155.358** | **71.487** |

(a) As receitas de unidades vendidas a apropriar não consideram os efeitos de impostos incidentes a ajuste a valor presente. (b) Os custos orçados das unidades vendidas a incorrer não contemplam encargos financeiros. **25. Informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa:** Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento:

| Controladora | Transações | Que afetaram o caixa | | Que não afetaram o caixa | Controladora |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2020 | Pagamento juros | | Juros | 2021 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (NEs 10 e 11) | 130.209 | (47) | | 9.832 | 139.994 |
| **Consolidado** | **Transações** | **Que afetaram o caixa** | | **Que não afetaram o caixa** | **Consolidado** |
| | **2020** | **Capitalizações** | **Pagamento juros** | **Pagamento principal** | **Juros** | **2021** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures (NEs 10 e 11) | 978.693 | 100.741 | (66.084) | (164.485) | 87.340 | 936.205 |

**25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** O Grupo apresenta na demonstração de fluxo de caixa o pagamento de juros nas atividades de financiamentos, porque são custos da captação de recursos financeiros. **26. Seguros:** O Grupo e suas controladas mantêm seguros, como indicados a seguir, para cobrir eventuais riscos sobre seus e/ou responsabilidades:

| | Consolidado |
|---|---|
| | **2021** |
| **Modalidade** | |
| a) Risco de danos físicos aos imóveis de terceiros | 21.014 |
| b) Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil | 227.850 |
| c) Responsabilidade civil sobre ações de Diretores e Gestores | 70.000 |
| d) Seguro de Performance Bond (obra) | 109.111 |
| e) Execuções judiciais | 44.624 |
| f) Fiança Locatícia | 2.326 |
| Seguros | 474.925 |

**27. Apresentação de Informações por segmento:** A Administração entende que o Grupo está organizado em uma única unidade de negócios - desenvolvimento de loteamentos fechados. Embora possa comercializar produtos com denominação distinta, efetua o monitoramento de suas atividades, a avaliação de desempenho e a tomada de decisão para alocação de recursos ao nível do empreendimento imobiliário e não ao nível de segmento. Todas as receitas são geradas no Brasil e não há concentração de receitas de transações com um único cliente externo, que equivalem a 10% ou mais da receita da Companhia. Sendo assim a Administração entende que a divulgação de informações por segmento não é aplicável as atividades do Grupo. **28. Eventos Subsequentes:** Durante o período de exames das demonstrações financeiras da Companhia, que compreendem o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 até a data da emissão das demonstrações financeiras, a administração da Companhia não identificou eu tem conhecimento de eventos relevantes a serem divulgados como eventos subsequentes.

**A Diretoria** **Contador** Claudemir Jose Corvalan - CRC 1SP116707/O-7

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas da **Alphaville S.A** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alphaville S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alphaville S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Alphaville S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis as entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditores para auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda da unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de Receita - Estimativa dos custos de construção e percentual de conclusão da obra ("POC") - Controladora e Consolidado:** Nota explicativa 2.4.2 e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia e suas controladas utilizam o método de Porcentagem de Conclusão ("POC" - "Percentage of completion") para contabilizar as receitas de vendas de lotes pela controlada Alphaville Urbanismo S.A.. Devido à relevância dos custos de construção a incorrer, que são base para o reconhecimento de receita e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação do percentual de conclusão da obra, cuja alteração nas premissas utilizadas poderem impactar de forma significativa as receitas de vendas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos e, com base em amostragem, a efetividade dos controles internos selecionados como relevantes relacionados à aprovação e acompanhamento dos orçamentos de custos de construção individualizados por empreendimento. Com base em uma amostra de empreendimentos, inspecionamos o valor dos custos registrados na contabilidade e comparamos com a respectiva documentação suporte, avaliamos a natureza e as mudanças ocorridas no custo orçado, efetuamos a análise do percentual de evolução da obra e avaliamos a evolução dos custos a incorrer para verificar eventuais movimentações relevantes. Recalculamos o reconhecimento de receita considerando os mapas gerenciais de evolução física. Em relação aos custos incorridos, analisamos, em base amostral, a respectiva documentação comprobatória. Avaliamos também as divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia e suas controladas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos originados do processo de reconhecimento de receita e respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Redução ao valor recuperável ("impairment") de contas a receber e estoques - Controladora e Consolidado:** Notas explicativas 2.4.1 (i) (a) e (b), 2.4.3 (iii) e (iv) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber e estoques com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda esperada do contas a receber e perda por redução ao valor realizável dos estoques. A determinação do *impairment* de contas a receber e estoques é documentada em políticas internas e exige, por sua natureza, a utilização de julgamentos, que para o contas a receber estão representados pela definição do percentual histórico de perdas, faixas de atraso e alternativas de recuperação econômico de PVR (Pontos de Venda Interno Bruto). Em relação aos estoques representados pelos valores recentemente praticados na comparação ao valor de custo contabilizado. Devido à relevância de contas a receber e dos estoques e ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas com a mensuração da provisão para perda esperada do contas a receber e perda por redução ao valor realizável dos estoques, que pode impactar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equidade patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Obtivemos entendimento do processo relacionado a mensuração da perda por redução ao valor recuperável dos contas a receber e dos estoques. Para o contas a receber, avaliamos a razoabilidade das premissas e critérios, mensuração do percentual histórico de perdas e a utilização de fatores macroeconômicos utilizados pelo Grupo para mensurar as perdas esperadas, incluindo o recálculo matemático dessas provisões para perdas esperadas. Para os estoques os unidades concluídas de lotes a comercializar, analisamos a documentação relativa aos valores de vendas praticados recentemente pela própria Companhia, que suportam a posição do Grupo quanto ao valor realizável desses ativos, e adicionalmente para o valor dos terrenos verificamos as cotações de valor indicativo de mercado. Avaliamos também as divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia e suas controladas. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e divulgação da redução do valor recuperável do contas a receber, os quais não foram acatados pela Administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de contas a receber e estoques e respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão são de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios de grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, incluindo eventuais deficiências significativas nos controles internos identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os meios relacionamentos ou assuntos que podemos afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022

**KPMG Auditores Independentes Ltda.** CRC 2SP014428/O-6 **Fernando Antonio Rodrigues Alfredo** Contador CRC 1SP252419/O-0

## Gran Torino Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

**("Sociedade" ou "Gran Torino")**

CNPJ/ME NÚMERO: 26.327.520/0001-05 - NIRE: 35.230.168.310

**Ata da Reunião de Sócios**

**1. Data, Hora e Local:** Em 04 de abril de 2022, às 10h00min., na sede da Sociedade, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Mourato Coelho, nº 936, sala 61, Pinheiros, CEP 05417-010. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Fabio Terepins. Secretária: Marcela Scarparo Sheldon. **3. Convocação**: Sócia representando a totalidade do capital social, dando por dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei 10.406/02 ("Código Civil"). **4. Presença: Vibra Residencial Ltda.**, com sede na Rua Mourato Coelho, nº 936, 6º andar, sala 62, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP 05417-001, inscrita no CNPJ/ME sob nº 26.173.891/0001-71, com seu Contrato Social registrado na JUCESP sob NIRE 35.230.109.411, neste ato representada por seu sócio administrador **Fabio Terepins**, brasileiro, convivente em união estável, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.758.828-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 304.866.468-82, residente e domiciliado no Município de São Paulo, com endereço comercial na Rua Mourato Coelho, nº 936, sala 62, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP 05417-001 ("**Vibra**"). **5. Ordem do Dia:** Exame e discussão sobre a redução do capital social da Sociedade, julgado excessivo pela Sócia nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil. **6. Deliberações:** Em vista da Ordem do Dia, a Sócia delibera sem quaisquer restrições, por **aprovar** a redução do capital social da Sociedade em R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), passando assim, o capital social da Gran Torino de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) dividido em 500.000 (quinhentas mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada quota para R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada quota. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião Ordinária de Sócios e lavrada esta Ata, que foi lida, aprovada e assinada pelas presentes. São Paulo, 04 de abril de 2022. **Fabio Terepins** - Presidente; **Marcela Scarparo Sheldon** - Secretária. **Vibra Residencial Ltda.** - Sócia representada por Fabio Terepins.

## Somos Sistemas de Ensino S.A.

CNPJ nº 49.323.314/0001-14

**Aviso aos Acionistas**

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Encontram-se disponíveis na sede da Companhia. São José dos Campos, 31 de março de 2022. **Bruno Giardino Roschel de Araújo** - Diretor de Relações com Investidores.

Citação. Prazo 20 dias. Processo nº **0094262-60.2005.8.26.0100**. A Dra. Priscila Bittar Neves Netto, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível Central/SP, Faz saber a Iza Santos de Albuquerque Melo CPF 792.936.205-10, Sistemas Sistemas e Máquinas Salvador Ltda. CNPJ 01.658.365/0001-98 e João de Albuquerque Melo Neto CPF 040.032.185-91, que Katun Bens Comércio de Suprimentos, Peças e Equipamentos Ltda. ajuizou ação de execução, para cobrança de R$ 75.619,29(fev/20), referente ao Contrato de abertura de crédito. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se este Edital, para o fim de citá-los a fluir do prazo supra, pagarem o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresentem embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para prazamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. [05,06]

## VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº: 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 29/04/2022, em 1ª convocação às 10h e em 2ª às 10h30min, na sede social da Companhia, situada na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciar o relatório da administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(iii)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia e do conselho fiscal; e **(iv)** consolidar o Estatuto Social; e **(v)** outros assuntos de interesse dos presentes. **Alberto Alfredo Arellano Garcia** - Presidente do Conselho de Administração - p.p. Gabriel Gomez Chavez. **(01, 02 e 05/04/2022)**

## ALPHAVILLE S.A.

*Companhia Aberta* - CNPJ/ME: 16.811.931/0001-00 - NIRE: 35.300.442.296

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da Alphaville S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") que será realizada no **dia 30 de abril de 2022, às 9h00**, horário de Brasília, **de forma exclusivamente digital** nos termos do artigo 4º, §2º, inciso II da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), com participação por meio de sistema eletrônico Microsoft Teams, com a possibilidade de envio do boletim de voto a distância, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(2)** definir o número de membros que comporá o Conselho de Administração da Companhia; **(3)** deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; **(4)** deliberar acerca da proposta para concessão da dispensa do requisito previsto no artigo 147, §3º, I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") em relação ao candidato Diego Siqueira Santos; **(5)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(6)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia a ser paga no exercício social de 2022. **Informações Gerais:** O Manual de Participação na Assembleia e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos previstos em lei e na regulamentação aplicável, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-70, na página de Relações com Investidores da Companhia (https://www.alphavilleurbanismo.com.br/ri), na página da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, nos termos do artigo 126 da Lei da S.A. Os acionistas, além de exibirem documentos hábeis de identificação, deverão apresentar, na hipótese de representação por procuração, instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante, na forma detalhada no Manual de Participação na Assembleia. Em atendimento ao artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91 e ao artigo 4º da Instrução ICVM 481, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Informa ainda que, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei da S.A., o requerimento para a adoção de voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. **Participação de forma digital, através do sistema eletrônico** *Microsoft Teams***:** De acordo com as disposições da Lei das S.A. e da ICVM 481, a Assembleia será realizada de forma **exclusivamente digital**, através do sistema eletrônico *Microsoft Teams*, com a utilização de áudio e vídeo, sem a possibilidade de comparecimento físico, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via *Microsoft Teams*, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 21-C, §2º e 3º da ICVM 481, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, sem necessariamente votar; ou (ii) participar e votar na Assembleia (caso em que, se o acionista tiver enviado o boletim de voto a distância, as instruções de voto anteriormente enviadas serão desconsideradas). Além disso, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o envio do boletim de voto a distância ("Boletim"). Os acionistas, representantes legais ou procuradores ("Participantes") que desejarem participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão efetuar o seu cadastro até o dia **28 de abril de 2022 (inclusive)**, mediante o envio de um e-mail para ri@alphaville.com.br, com o seguinte título "Cadastro para participação na AGO 2022", juntamente com o envio da documentação necessária, conforme indicado abaixo. Para fins de cadastro, os Acionistas deverão enviar: (i) acionistas pessoa física: documento de identificação com foto; (ii) acionistas pessoa jurídica: cópias do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) acionistas que sejam fundos de investimento: cópias do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor (conforme o caso), além da documentação societária outorgando poderes de representação e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iv) acionistas estrangeiros: mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros, traduzida para o português por tradutor juramentado, exceto se originalmente lavrada em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Os Participantes deverão consultar o Manual de Participação na Assembleia, que estabelece em maiores detalhes os documentos necessários ao credenciamento prévio, a participação virtual e a forma de recebimento do link de acesso à Assembleia. A solicitação de cadastro para participação na Assembleia através do sistema eletrônico deverá ser recebida pela Companhia impreterivelmente até o dia 28 de abril de 2022. Nos termos do artigo 5º, §3º, da ICVM 481, não será admitido o acesso ao Microsoft Teams dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 21-C, §1º, inciso III da ICVM 481. A Companhia não se responsabilizará por problemas de conexão que os participantes credenciados possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante. **Boletim de Voto a Distância:** O acionista que optar por exercer seu direito de voto através do Boletim poderá: (i) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observadas os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; (ii) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, a saber, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), transmitir as instruções de voto para o Bradesco, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Bradesco; ou (iii) preencher o Boletim e enviá-lo diretamente à Companhia, de forma digital ou física, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos abaixo. Nos termos do artigo 21-B da ICVM 481, o Boletim, devidamente preenchido e acompanhado da respectiva documentação, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, pelos agentes de custódia ou pelo escriturador de ações da Alphaville em plena ordem, conforme os respectivos procedimentos aplicáveis, até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até **23 de abril de 2022 (inclusive)**, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador, inclusive em razão de não se tratar de dia útil. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do Boletim diretamente à Companhia deverá encaminhar o Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado dos documentos listados acima, conforme aplicáveis, de forma exclusivamente digital, ao endereço eletrônico ri@alphaville.com.br, com o seguinte título: "Boletim de Voto a Distância AGO 2022". Caso o Acionista opte pelo envio do Boletim diretamente à Companhia de forma física, deverá fazê-lo no sede da Companhia, localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia. Não obstante a possibilidade do envio do Boletim e demais documentos de forma física, a Companhia solicita aos acionistas que dereçarem enviar o Boletim diretamente à Companhia que, na medida do possível, adotem a forma digital de envio, conforme indicado acima. O Boletim encontra-se disponível na página de Relações com Investidores da Alphaville (www.alphavilleurbanismo.com.br/ri), na página da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e na sede da Companhia. Solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na ICVM 481, bem como as orientações e prazos constantes no Manual de Participação na Assembleia para maiores informações, inclusive com relação às instruções de preenchimento e documentos que deverão acompanhar o Boletim, caso enviado diretamente à Companhia.

São Paulo, 31 de março de 2022.

**Ricardo Leonel Scavazza** - Presidente do Conselho de Administração

## Jaguatirica Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/ME nº 14.480.213/0001-72

**Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020** *(Em milhares de reais – R$)*

| Ativo | 2021 | 2020 | Passivo e patrimônio líquido | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | **Circulante** | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 6.677 | 1.933 | Fornecedores | 114 | 35 |
| Contas a receber de clientes | 3.488 | 3.601 | Obrigações trabalhistas e tributárias | 851 | 635 |
| Estoques de imóveis para comercialização | 194.119 | 194.119 | **Total Circulante** | **965** | **670** |
| Demais ativos | 1.180 | 1.253 | Não circulante | – | 403 |
| | | | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 1.765 | 1.813 |
| **Total Circulante** | **205.464** | **200.906** | **Total não circulante** | **1.765** | **1.813** |
| Não circulante | | | **Total do passivo** | **2.730** | **2.483** |
| Contas a receber de clientes. | 8.825 | 9.040 | **Patrimônio líquido** | | |
| Demais ativos | 2.861 | 4.030 | Capital social | 198.758 | 198.758 |
| Imobilizado | 738 | 978 | Reservas de capital | 13.816 | 12.884 |
| | 12.424 | 14.048 | Reserva de lucro | 2.584 | 829 |
| **Total do ativo** | **217.888** | **214.954** | **Total do patrimônio líquido** | **215.158** | **212.471** |
| | | | **Total do passivo e patrimônio líquido** | **217.888** | **214.954** |

**Demonstração do Resultado em 31 de dezembro** *(Em milhares de reais – R$)*

|

Processo: 1066927-32.2017.8.26.0002 - Interdição/Curatela. Requerente: Vanderlino Pereira Moura Requerido: Raimunda Pereira Costa Alves Pereira. Pelo exposto, acolho o pedido inicial para o fim de reconhecer a INCAPACIDADE RELATIVA de RAIMUNDA PEREIRA COSTA ALVES PEREIRA, portador (a) de CID-10.F03, para exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos seus direitos de natureza patrimonial e negocial, com a ressalva prevista nos artigos 6º e 85 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e nomear para o cargo de curador (a) definitivo(a) o(a) requerente VANDERLINO PEREIRA MOURA, sob compromisso

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1057906-92.2018.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Drag Comercio e Acessorios para Motos L e outro. 18ª Ofício Cível Foro Central da Capital/SP. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1057906-92.2018.8.26.0100. A Dra. Edna Kyoko Kano, Juíza de Direito da 18ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Isaias Matos de Brito (CPF. 058.569.645-43), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procede-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 950,40. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, publicado na forma da lei. SP, 10/02/2022. 05 e 06 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0079351-70.2010.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudia Longobardi Gennarini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FERNANDO FERREIRA MARTINS, CPF 116.556.148-43, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por Banco Bradesco S/A (sucessor da quantia de R$ 30.153,21 (dezembro de 2010), decorrente dos Contratos de Alfanqados, para Concessão de Bolsa de Estudo Reembolsável, através dos Contratos de Outorgas de Bolsas Restituíveis. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou oferega embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Não havendo pagamento voluntário ou oposição de Embargos no prazo legal, o reu será considerado revel, caso em que lhe será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2022. 02 e 05 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo 20 dias. Processo nº **0004832-04.2022.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Mun Hyung Song. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº: 0004832-04.2022.8.26.0100. O Dr. Rodrigo Cesar Fernandes Marinho, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Mun Hyung Song (CPF. 236.582.738-10), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Banco Bradesco S/A, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 42.052,31 (janeiro de 2022). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de março de 2022. 02 e 05 / 04 / 2022

Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo nº **1002512-37.2017.8.26.0100**. O Dr. Guilherme Madeira Dezem, Juiz de Direito da 44ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Nivania Teixeira da Silva (CPF. 324.848.308-31), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 42.416,40 (outubro de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo Pessoal nº 300.873.695. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito e/ou excesspe, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de março de 2022. 05 e 06 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1019889-68.2020.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Jessica Correa Gomes Me e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019889-68.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Jessica Correa Gomes (CPF. 473.569.818-31) e Jessica Correa Gomes ME (CNPJ. 27.016.027/0001-29), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 545.439,78 (outubro de 2021), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2022. 05 e 06 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1002213-40.2020.8.26.0008**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Antonio Mansour Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RANCHO DO CEREAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (CNPJ 28.874.697/0001/48 e a pessoa de seu representante legal que lhe foi proposta ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a quantia de R$ 141.337,64 (junho de 2020), representada pela Cédula de Crédito Bancário Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços nº 0041617/80. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, bem como sob pena de se converter em penhora o arresto efetuado no rosto dos autos nº 1016292-28.2019.8.26.0100, que tramita na MM. 10ª Vara Cível do Foro Central/Capital. Não apresentados embargos, o executado será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2022. 05 e 06 / 04 / 2022

11ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. DECISÃO – EDITAL. Processo nº: **0203572-54.2012.8.26.0100**. Classe - Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Fundação São Paulo. Requerido: Thiago Maldonado e outro. Vistos. HOMOLOGO a conversão, devendo o feito prosseguir pelo rito digital. Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida às fls. 291. Servirão o presente edital em cumprimento como edital. Este Juízo FAZ SABER a Thiago Maldonado e Adene Viana Maltos Maldonado, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação MONITÓRIA por Fundação São Paulo, alegando em síntese: ser credora da quantia de R$ 6.166,45, representados por meio de Contrato de Bolsa de Estudo Restituível, celebrado em 2008, encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, para que pague o débito, ou embargue a ação, ficando isento de custas e honorários em caso de pagamento, sob pena de conversão de mandado inicial em título executivo. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. Recolha a parte autora as custas referentes à publicação no DJE, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. São Paulo, 28 de março de 2022. Luiz Gustavo Esteves. Juiz de Direito. 05 e 06 / 04 / 2022

## EDITAL DE PROCLAMAS

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL**

**DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS**

**OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS**

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

**LUIZ FERNANDO LIMA FIGUEIREDO,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 20/09/1992, ENGENHEIRO ELETRICISTA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ROBERTO LOPES FIGUEIREDO E DE CRISTINA BONFIM DE LIMA FIGUEIREDO; E **MILENE DE JESUS SOUSA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 14/08/1994, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, NATURAL DE MONTE SANTO - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE AGOSTINHO SANTANA DE SOUZA E DE MARIA DE JESUS FILHA.

**LUIS EDUARDO TENORIO CORREIA,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 27/06/1993, MARCENEIRO, NATURAL DE ARAPIRACA - AL, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE LUIS CLAUDIO CORREIA E DE MARIA LUCIA TENORIO DE ARAUJO CORREIA; E **JULIANA DA SILVA ALVES,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 25/02/1998, RECEPCIONISTA, NATURAL DE DIADEMA - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSE FRANCISCO ALVES FILHO E DE LUCIANAMARIA DA SILVA.

**JOHNNY OLIVEIRA SALES PINTO,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 01/02/1998, AUXILIAR DE SER VIÇOS GERAIS, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ANTONIO OZARI LOPES PINTO E DE MARIA JOSE OLIVEIRAMORAES; E **JULIANA SOARES NONATO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 10/02/1999, DO LAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE GIOVANA SOARES NONATO.

**GABRIEL SILVA VIEIRA,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 21/07/1989, GARÇOM, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE NILSONALDO VIEIRA DA COSTA E DE MARIAS GRAÇAS SILVA VIEIRA; E **MIRIAM DÉBORA ALVES DA SILVA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 22/02/2004, DO LAR, NATURAL DE CAMPINA GRANDE - PB, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHADE JEOVÁ LIRA DUSILVA E DE RAQUEL ALVES.

**MARCIO NARDELLI LUIZ,** BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 17/01/1982, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ALVARO MARTO LUIZ E DE MARIACRISTINA NARDELLI LUIZ; E **SOLANGE CARDOSO PEREIRA,** BRASILEIRA, DIVORCIADO, NASCIDAAOS 29/10/1977, DO LAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO - SP, FILHADE JORGE PEREIRA E DE ONDINA CARDOSO PEREIRA.

**VIT OR CHAVES DE SANTANA,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 31/12/2001, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE CLAUDEMIR JORGE DE SANTANA E DE VALDIRENE CHAVES SANTANA; E **THAÍS ARAÚJO DE SOUZA,** BRASILEIRA SOLTEIRA, NASCIDAAOS 06/02/2003, AUXILIAR FISCAL, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO - SP, FILHADEALEX NASCIMENTO DE SOUZA E DE EDNA ROSA DE ARAÚJO SOUZA.

**CARLOS ALVES XAVIER,** BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 02/06/1967, MOTORISTA, NATURAL DE SÃO PAULO - SPRESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE SALVADOR DA SILVAXAVIER E DE QUITA ALVES DASILVAXAVIER; E **TELIANE FELIX DOSANJOS,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 04/08/1981, DO LAR, NATURAL DEALMADINA - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHADE ALDINÉ FELIX DOSANJOS.

**VINICIUS DA SILVA CAETANO,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDOAOS 23/02/1998,ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ALVARO CAETANO E DE SULAMITA MENEZES DA SILVA CAETANO; E **PRISCILA QUEÇADA COSTA,**BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 26/09/1995, DO LAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSEAVELINO NETO DA COSTA E DE SILVIA MARIASCOLA QUEÇADACOSTA.

**BRUNO VENCESLAU DOS SANTOS,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 27/01/1991, VENDEDOR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ CARLOS DOS SANTOS E DE SOLANGE MARIA VENCESLAU DOS SANTOS; E **DAYANE LIMA DA SILVA,**BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 15/10/1992, DO LAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOÃO JOAQUIM DA SILVA E DE CONCEIÇÃOAPARECIDA DE LIMA.

**GEOVANE RODRIGUES BATISTA,**BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 23/04/1994, MOTOBOY, NATURAL DE PORTO VELHO - RO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSE GERÔNCIO BATISTA FILHO E DE ELIANA BEGNATI RODRIGUES; E **BRUNA VENTURADA SILVA,**BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 07/10/1994, CALL CENTER, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO - SP, FILHADE VANDERLEI PEREIRA DA SILVA E DE RAIMUNDA VENTURADOS SANTOS SILVA.

**CAIO TENORIO GOMES,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDOAOS 04/01/1995, AJUDANTE GERAL, NATURAL DE CORRENTES - PE, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE AFONSO BERNARDO GOMES E DE MARIA CRISTA TENORIO DE LIMA; E **EBEA TRIZ LIMADE ASSIS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 26/05/1999,AUXILIAR DE CLASSE, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHADE VALMIR DEASSIS E DE ELISANGELA LIMA DE ASSIS.

**ANDRÉ REGINALDO DA SILVA,** BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDOAOS 30/11/1973, BANCÁRIO, NATURAL DE RECIFE - PE, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE REGINALDO COSTA DASILVA E DE LUZINETE TAVARES DA SILVA; E **FLAWIA MARIADOS SANTOS,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 02/07/1979, MANICURE, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHADEADELAIDE MARIA DO SANTOS.

**DAUTO LUIS DA SILVA LEÃO,**BRASILEIRA, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 10/05/1965, MOTORISTA, NATURAL DE CANDIBA - BA, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE FRANCISCO DAROCHA LEÃO E DE ADELICE DA SILVA LEÃO; E **ROSANA BARBOSA,**BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 19/10/1962, CAMAREIRA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO - SP, FILHADE JOSÉ ALVES BARBOSA E DE HILDA BARBOSA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

**7ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DE SÃO PAULO - EDITAL** para **CONHECIMENTO GERAL** - Prazo de **20 dias**. Processo nº **1112697-06.2021.1.8.26.0100**. A MM**ª** Juíza de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dra. ERICA REGIANNE CALMENERO COIMBRA**, na forma da lei, etc. **FAZ SABER** a quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de **ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS** movida por **JULIO WILSON VIGODA** (CPF 001.395.218-87 e **ANTÔNIA MARIA REIS COUTO VIGORITO,** CPF 607.791.958-68, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de novembro de 2021.

02 e 05/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0045603-54.2004.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Henrique Bretas Marzagão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Viviane Silva Carvalho Dias (CPF. 113.080.318-01), Cristina Carvalho Dias E Silvimmeire Carvalho Dias (CPF 137.307.847-12), Carmem Patricia Carvalho Dias (CPF. 171.456.128-36) e Vera Cristina Carvalho Dias Bove (CPF. 085.307.648-12), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Companhia Brasileira de Babbidagio, em face de CBP Central Brasileira Comércio e Indústria de Papel Ltda (CNPJ 02.428.100/0001-49), foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, manifestem-se sobre a desconsideração da personalidade jurídica da empresa CBP Central Brasileira Comércio e Indústria de Papel Ltda (CNPJ 02.428.100/0001-49), requerendo as provas cabíveis. Estando as requeridas em lugar ignorado, expede-se edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, inclusive no artigo 257, IV do CPC. NADA MAIS. 02 e 05 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001713-65.2020.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Fernando Cirillo, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) JAIME JOSE CORREA, Brasileiro, Solteiro, Empresário, RG 17.187.736-5, CPF 067.937.058-73, que lhe foi proposta uma ação de Cobrança, para pagamento do Despesa Vazia por parte do Condomínio e Comércio de Plásticos Lisa, CNPJ 52.528.502/0001-93, objetivando o rescisão do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel, para fins comerciais, celebrado entre as partes em 25.03.2019, do imóvel situado na Rua Campante nº 723, Cursino, São Paulo/SP, bem como a condenação ao pagamento dos locativos vencidos e vincendos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de vinte dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de fevereiro de 2022. B - 05 e 06

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS. COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 0014725-20.2009.8.26.0058. O MM. Juiz/Juíza de Direito da 8ª Vara de Fazenda Pública, Acidentes, Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr. Josué Vilela Pimentel, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS que lide uma o PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA-uma Desapropriação - Desapropriação contra Espólio de Lavinia Machado de Almeida, Espólio, Espólio de Roberto Machado de Almeida, Espólio, Espólio de Ruy Machado de Almeida, Espólio, Silva Porto Empreendimentos Imobiliários Ltda e Charles Luiz Dotto Batista, objetivando a desapropriação da área de 403,39m², consistente o lote/gleba do imóvel situado na Rua Deputado Laércio Corte, 13, Lote 14 da Quadra A, Jardim Recanto do Morumbi, contribuinte nº 170.033.0012-4. Contestada a ação, foi recusa a oferta. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Orgão Oficial. Nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022. B - 05 e 06

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0008689-54.2018.8.26.0008**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Alvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELISVANDRO FERNANDES BARRETO, Brasileiro, CPF 779.535.764-49, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO, cuja sentença nos autos principais da ação de Procedimento Comum, autos nº 0002501-19.2013.8.26.0008, foi julgada procedente condenando o réu ao pagamento de de R$ 37.785,75, atualizado até 08/2018, devidamente parcelado, cuja utilização originou o contrato no 1080040291/6. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO para, em prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo de 20 (vinte) dias do presente edital, pague a quantia de R$ 107.558,54 (01/12/2019), sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Codigo de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Codigo de Processo Civil, transcorrido o prazo indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2022. B - 05 e 06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001354-44.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gisele Valle Monteiro da Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a TONY ISSA - ME, CNPJ 14.564.748/0001-21, na pessoa de seu representante legal e a TONY ISSA, CPF 234.423.908-18, que Banco Santander (Brasil) S/A, ajuizou-lhes uma Ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 28.652,29 (nov/2016), referente ao saldo devedor da Cedula de Crédito Bancário nº 4778000003036801/68. Estando a parte executada em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL para que, em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, OPOR EMBARGOS, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente, poderá comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até seis parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra. Estando advertidas de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Fica ainda o executado INTIMADO do ARRESTO do veículo de placas CRF3853 e do prazo de 15 dias para IMPUGNAÇÃO. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. B - 02 e 05

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1001455-04.2014.8.26.0100** ( D-784 ) A Dra. Renata Pinto Lima Zanetta, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Francisco Antonio Pimentel e s/m Laura Cândida Pimentel ou Cândida Laura Pimentel, Lourival de Nascimento Ferreira e s/m Maria Nazaré Ferreira, Laura dos Santos e s/m Antonio dos Santos, Sérgio Pimentel e s/m Maria Dilce Diamantino, Maria de Lourdes Pimentel De Souza e s/m Edmar De Souza, SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, ou quem de direito, representante legal. Edifício Waldorf Santana, na pessoa de seu síndico, Condomínio Edifício Villaggio Di Toscana, na pessoa de seu síndico e Rubens Jeronimo, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros ou sucessores, que foi deferida a presente ação de USUCAPIÃO, ajuizada por Celso Roberto de Lima e Maria Lucia da Silva Lima (ambos casados em COMUNHÃO PARCIAL de bens, ele nascido em 10/08/1957, filho de Antonio Ferreira de Lima e Maria Lucia da Silva Lima, ela nascida em 15/08/1957, filha de Antonio Ferreira de Lima e Maria Lucia da Silva Lima, ambos brasileiros, ele comerciante e ela do lar, portadores das cédulas de identidade RG nºs 13.888.318-SSP/SP e 13.888.319-SSP/SP, respectivamente, inscritos no CPF/MF sob nºs 048.888.178-00 e 048.888.168-00, residentes e domiciliados na Rua Santo Egídio, nº 463, Chora Menino, São Paulo-SP), com área de 297,33 m² e contribuinte sob nº 017.052.0023-7, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. E para que todos os interessados, em tempo, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem a ação. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **(05.06)**

Processo 1122189/-79.2020.8.26.0100-Execução de Título Extrajudicial-Condomínio Edilícios Centro Odontológico Paulista. EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1121890-79.2020.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carsamuru Afonso Francisco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RICARDO RIBEIRO LOWE, Brasileiro, Solteiro, Dentista, RG 23729405-4, CPF 282362828/87, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Condomínio Edifício Centro Odontológico Paulista, objetivando a cobrança de R$ 54.518,08 (outubro/2021), referente às cotas condominiais vencidas e demais despesas dos meses de dezembro/2019 a dezembro/2020, do imóvel situado à Avenida Nove de Julho, 5483, unidade autônoma nº 93, pertencente ao Condomínio Edifício Centro Odontológico Paulista. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO E INTIMAÇÃO da penhora do bloqueio Sisbajud no valor de R$ 745,86, por EDITAL, e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou no prazo de 15 dias, opor embargos ou reconheça o crédito do Exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer o parcelamento em 6 parcelas mensais acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora. No silêncio, o executado será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 01 de março de 2022. **(5.6)**

**RICARDO NAHAT**, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAU UNIBANCO S/A, a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, FAZ SABER que **JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA**, solteiro, maior, sócio proprietário, RNE nº Q235716-V-CGPI/DIREX/DPF, CPF nº 238.452.068-70, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Eduardo Tamer, nº 235, Maranhão, ficou intimado a purgar a mora mediante o pagamento referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 29/05/2021 a 28/02/2022, no valor de R$15.325,75 (quinze mil, trezentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$15.418,75 (quinze mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), que atualizado até 04/06/2022, perfaz o valor de R$17.523,62 (dezessete reais e cinquenta e dois centavos), cuja planilha com os valores dias para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo ITAU UNIBANCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Rua François Adam, nº 9-C, abitga Rua Dora, antiga Rua Projetada Dora, lote 09 da quadra C, da planta particular, parte do quinhão 06 do antigo Sítio Caraguatá, bairro das Mercês, Saúde, Parelheiros - Distrito de Marsilac, com área de 250,00m², matriculado com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob n° 11 na matrícula nº 5.182. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:00hs e das 12:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o devedor desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, ITAÚ UNIBANCO S/A, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 18 de março de 2022. O Oficial.

01, 04 e 05/04

Edital de 1° e 2° Leilão de bem imóvel indivisível e de intimação de **UNION JACK LTDA (CNPJ nº 60.090

# Cerimônia marca lançamento da campanha de vacinação contra a gripe

Em cerimônia realizada na segunda-feira (4), em Brasília, foi lançada a Campanha Nacional de Vacinação Contra Gripe e Sarampo. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e representantes do ministério apresentaram os objetivos e metas da iniciativa, que vai até junho. O Dia D, principal data de mobilização da campanha, foi marcado para o dia 30 de abril.

Marcelo Queiroga destacou a importância da campanha para sensibilizar a população sobre a importância da imunização. "A vacinação é dever do Estado e direito dos brasileiros. Campanha promoverá conscientização da população. Já pagamos preço no passado por doenças que eram evitáveis", disse.

Segundo o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério, Arnaldo Medeiros, o público-alvo a ser imunizado contra a influenza totaliza 77,9 milhões de pessoas. A meta do ministério é imunizar 90% desses cidadãos. A primeira etapa teve início hoje a vai até o dia 30 de abril.

Nesse primeiro momento, o foco será os trabalhadores de saúde e os idosos, com idades de 60 anos ou mais. A segunda etapa vai de 2 de maio a 3 de junho. Nessa fase, serão contemplados crianças de 6 meses a 5 anos de idade, gestantes, puérperas, povos indígenas, professores, pessoas com deficiência, caminhoneiros, pessoas com comorbidades, trabalhadores de transporte coletivo, rodoviário e portuário e forças de segurança.

As doses serão trivalentes, que garantem imunização contra três variantes do vírus influenza, a H1N1, a H3N2 e a influenza B. Foram adquiridos mais de 80 milhões de doses, que serão distribuídas aos estados.

**Sarampo**

A vacinação contra o sarampo, que também faz parte da campanha, tem como público-alvo os trabalhadores da saúde e crianças com idades entre 6 meses e 5 anos, que somam 18,8 milhões de pessoas, sendo 5,8 milhões profissionais da saúde e 13 milhões crianças dentro da faixa etária estabelecida. A meta é imunizar 95% desse universo de pessoas.

A população deve buscar as unidades de saúde para se vacinar. Cada município organizará os locais que disponibilizarão a imunização contra a influenza e o sarampo. É importante que os cidadãos procurem se informar nas secretarias de Saúde e nas unidades de saúde perto de onde moram ou trabalham.

**Covid-19**

O ministro Marcelo Queiroga lembrou que a vacinação contra a covid-19 continua e que a campanha de imunização contra o coronavírus é fundamental para vencer a situação de emergência sanitária no Brasil. (Agencia Brasil)

## MAURICIO PICAZO GALHARDO

**TRATORES**

O decreto nº 11.014 que cria o Registro Nacional de Tratores e Máquinas Agrícolas (Renagro) foi assinado e entra em vigor a partir de outubro deste ano. A determinação que torna obrigatório, em todo território nacional, o registro de tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola, ou a executar trabalhos agrícolas sempre foi uma bandeira da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). É totalmente grátis, não tem IPVA de trator e máquinas agrícolas.

**DESPEDIDA 1**

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Tereza Cristina se despediu do cargo de ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual assumiu em 2019. Ela será candidata ao senado pelo Mato Grosso do Sul. O novo ministro é o médico e ex-prefeito de Uberaba, Marcos Montes.

**CARAVANA**

Foi anunciada a programação da Caravana Embrapa FertBrasil, que percorrerá 48 polos produtivos a partir de abril. As datas serão definidas pela coordenação da Caravana, e seguirão as épocas de plantio de cada polo e a logística de deslocamento dos pesquisadores que farão as palestras para técnicos e lideranças rurais. A apresentação teve a presença da agora ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tereza Cristina, e do presidente da Embrapa, Celso Moretti.

**COP-26**

O presidente da COP-26, Alok Sharma, esteve no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, para participar de uma mesa redonda sobre a transformação do setor agrícola. O ministro do Mapa, Marcos Montes, reafirmou o compromisso do governo brasileiro, por intermédio do Mapa, de continuar trabalhando pelo fortalecimento da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias.

**INVESTIMENTO**

Com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (FNDCT), a Embrapa investirá nos próximos dois anos R$ 23 milhões no desenvolvimento de tecnologias para atender a duas encomendas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), voltadas ao desenvolvimento do agro nacional. As encomendas da FINEP, num total de quatro, foram anunciadas em solenidade realizada no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), no dia 28 de março.

**AJUDA**

Em um ano marcado por incertezas econômicas internacionais, ainda reflexo dos efeitos da pandemia da COVID-19, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) distribuiu mais de 1,78 milhões de cestas de alimentos para comunidades em situação de insegurança alimentar. Além disso, a Conab pagou R$ 19,9 milhões em subvenção a extrativistas; adquiriu R$ 25 milhões em produtos da agricultura familiar; comercializou mais de 96,2 mil toneladas de milho para pequenos criadores.

**DESPEDIDA 2**

Entregas, inaugurações e lançamentos para fortalecer o Agro Paulista! Marcando um período iniciado há 10 meses sob gestão do Secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Itamar Borges, evento da SAA realizado, dia 31, contou com entregas, lançamentos, assinaturas e inaugurações. Foram realizados vários atos lembrando e citando os projetos e ações criadas sob a coordenação e liderança de Itamar Borges.

**CONGRESSO**

A 64ª edição do Congresso Estadual de Municípios (CEM), realizada em Campos do Jordão, pela Associação Paulista de Municípios (APM), contou com painel sobre o Agro Paulista apresentado pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Itamar Borges, e pelo Secretário Executivo, Francisco Matturro. O painel contou com comentários do ex-Secretário de Agricultura, o deputado federal Arnaldo Jardim, e as presenças da prefeita de São João da Boa Vista, Teresinha, em mesa comandada pelo presidente da APM, Fred Guidoni.

**CÉU ABERTO**

Um complexo científico e cultural a céu aberto em plena Vila Mariana, em São Paulo. Este será o Planeta Agro, um projeto da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e que nasceu da necessidade de aumentar a conexão entre o campo e a cidade. Ele foi apresentado pelo secretário de Agricultura do Estado Itamar Borges na Secretaria de Agricultura. (Com informações de assessorias)

**EDITOR**

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 64 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor agropecuário, e agora tem esta coluna semanal de noticias da agropecuária em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. - Email: mauricio.picazo.galhardo@gmail.com

AGRO CARTOON PICAZO

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

# OCDE sugere políticas públicas para governo e setor produtivo

Auxiliar na construção de uma Conduta Empresarial Responsável (CER) no país é o objetivo de um estudo lançado na segunda-feira (4) pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O relatório faz parte do esforço para o acesso do país à organização e traz recomendações para governo e setor produtivo sobre políticas públicas a serem adotadas com foco no desenvolvimento sustentável.

O estudo, iniciado em dezembro de 2019, atende à solicitação do Ministério da Economia e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A elaboração do documento incluiu consultas ao governo, bem como a associações empresariais locais e outras partes interessadas, durante todo o processo de elaboração do relatório.

O modelo adotado pela OCDE parte da constatação que atividades empresariais "causam impacto sobre as pessoas, o planeta e a sociedade" diretamente ligado a produtos ou serviços, por meio de cadeias de fornecimento e relações. A adoção de práticas responsáveis buscam auxiliar o setor produtivo a prevenir e mitigar impactos adversos.

As recomendações do relatório foram elaboradas a partir de diretrizes para governos e empresas nas áreas de direitos humanos, emprego e relações laborais, meio ambiente, transparência de informações, suborno e corrupção, interesses do consumidor, ciência e tecnologia, concorrência e tributação.

"Apesar do progresso socioeconômico nas últimas duas décadas, o desenvolvimento econômico brasileiro enfrenta diversos desafios estruturais no que diz respeito à produtividade, investimento, resultados fiscais, educação, segurança social, desigualdade de renda e corrupção. São fatores que afetam o bem-estar e o ambiente de negócios, além de restringir o crescimento inclusivo e sustentável", diz o documento.

**Estudo**

A pesquisa conclui que o Brasil ainda não desenvolveu a prática consistente de incorporar uma conduta empresarial responsável nas principais políticas para o desenvolvimento nacional. O documento traz 25 recomendações ao governo e empresas para uma atuação mais responsável em áreas como o combate ao desmatamento; proteção de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, por meio da demarcação de suas terras; combate ao trabalho análogo à escravidão; trabalho infantil. Sugere ainda medidas para incentivar a participação social, em particular para iniciativas que abordem os impactos sociais e ambientais dos negócios; e o acesso efetivo e acessível à reparação para as vítimas de violações dos direitos trabalhistas.

O documento também aponta a necessidade de adoção de medidas mais eficazes em relação ao meio ambiente, corrigindo falhas na legislação a fim de garantir "uma forte estrutura regulatória e de fiscalização na prevenção e enfrentamento de impactos ambientais adversos por parte das empresas; e de incluir os objetivos de proteção florestal e combate ao desmatamento como parte dos objetivos climáticos mais amplos do Brasil".

Além disso, traz recomendações para o combate à corrupção, como aperfeiçoar a estrutura legal para a proteção de denunciantes "para garantir que canais de fácil acesso e proteção contra retaliação estejam em vigor para empregados que denunciem atos suspeitos de corrupção às autoridades competentes" e a regulamentação das atividades de lobby.

"Um ambiente propício para a CER no Brasil pode ser fundamental para combater muitos dos desafios enfrentados pela economia brasileira. Isso inclui uma recuperação frágil de uma recessão recente, ameaçada pelo impacto da pandemia de Covid-19, além de fragilidades no mercado de trabalho, caracterizadas pelo alto desemprego, desigualdades e um elevado grau de informalidade", diz o estudo.

**Lançamento**

Durante o lançamento do estudo, o diretor de conduta empresarial (CER), responsável da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Allan Jorgensen, disse que o incentivo a uma cultura de conduta responsável nas empresas vai ajudar a ampliar a inserção das empresas brasileiras no mercado internacional.

"Identificamos que o Brasil mostra uma tradição forte de diálogo social, mas que está sob aparente pressão. [É importante] garantir a participação dos interessados, protegendo os direitos humanos para que avance nos objetivos de mudanças climáticas e outras áreas", disse. "Isso vai melhorar as habilidades das empresas para alcançar os padrões internacionais", acrescentou.

Para o secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antonio de Lisboa Amâncio Vale, o país está distante das recomendações feitas pela OCDE para uma conduta responsável por parte das empresas. O secretário lembrou de tragédias, com o rompimento de barragens nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho e também do alto índice de informalidade e trabalho precário no Brasil.

"Até hoje não se buscou as causas dessas duas tragédias, nem se buscou caminhos para mitigar outras possíveis. Até hoje temos pessoas na Justiça lutando para receber seus direitos. Isso mostra que as empresas brasileiras estão muito longe do que preconiza a OCDE", disse. Não adianta combater a informalidade com trabalho precário, tem que ser combatida para a formalização em conjunto com a defesa do trabalho decente", acrescentou.

Os representantes dos ministérios da Economia e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos informaram que o governo está trabalhando na elaboração de dois planos: um focado sobre a conduta responsável das empresas e outro com foco em negócios e direitos humanos.

De acordo com o subsecretário de Investimentos Estrangeiros do Ministério da Economia, Márcio Luiz de Freitas Naves de Lima, a previsão é que o plano focado na conduta empresarial deve ser finalizado até o mês de agosto.

"A revisão da política de CER nos forneceu recomendações de políticas concretas destinadas a alavancar práticas responsáveis no país", disse. "Esperamos que o plano seja uma parte importante para maior coordenação e prática de conduta empresarial responsável", acrescentou.

Já o secretário-adjunto de Proteção Global do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Eduardo Melo, disse que a pasta tinha divergências com algumas recomendações do estudo, mas que o documento vai ajudar a melhorar a implementação de políticas públicas.

"Ainda que haja pontos de discordância ou divergência sobre determinados temas, são essas abordagens distintas sobre realidade brasileira que proporcionam o aperfeiçoamento das políticas públicas", disse. (Agencia Brasil)

# Presidente e governador visitam áreas afetadas por chuva em Angra

O presidente Jair Bolsonaro e o governador fluminense Cláudio Castro visitaram na segunda-feira (4) o município de Angra dos Reis para acompanhar de perto a situação dos locais afetados pelas chuvas que caíram no fim de semana. Além de percorrer áreas atingidas, eles devem se reunir com o prefeito Fernando Jordão no centro de crise montado na sede da Defesa Civil do município.

Bolsonaro chegou a Angra dos Reis de helicóptero. Ele estava na capital fluminense desde cedo para o ato de assinatura de um protocolo de intenções entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, e a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro. Foram estabelecidas premissas para a preservação da biodiversidade, para a mitigação dos impactos ambientais e para a manutenção do acesso ao Morro do Corcovado e ao Santuário Cristo Redentor, além da definição de estratégias para a gestão do Parque Nacional da Tijuca.

As chuvas intensas que atingiram diversas cidades do Rio de Janeiro deixaram ao menos 18 mortos, sendo dez em Angra dos Reis e sete de Paraty. As duas cidades ficam na região da Costa Verde, a mais atingida por alagamentos e deslizamentos de terra. A outra vítima era morador de Mesquita, na Baixada Fluminense, e morreu eletrocutado em uma via alagada. O Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro ainda busca desaparecidos.

O estado do Rio vive um dos anos de maior preocupação e número de desastres em relação às chuvas. Em fevereiro, Petrópolis, na Região Serrana, foi duramente impactada por temporal que deixou mais de 230 mortos. O episódio foi reconhecido pela cidade como a maior tragédia de sua história.

Diante das novas ocorrências no estado neste fim de semana, o governador Cláudio Castro determinou no domingo (3) a criação de um gabinete de crise com a participação de várias secretárias. Ele também anunciou a construção de moradias em Angra dos Reis, em um terreno no bairro Monsuaba, onde um deslizamento de terra atingiu seis casas. O projeto será executado em parceria com o município e o governo federal.

O prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão, tem manifestado preocupação com o estado da rodovia Rio-Santos (BR-101) e cobrou medidas da concessionária CCR. Ele chegou a pedir o desligamento temporário das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, alegando que os bloqueios na estrada impossibilitam a implementação dos planos de emergência em um eventual acidente.

Na tarde de domingo (3), relatório da Defesa Civil Nacional apontava a existência de 23 pontos da BR-101 totalmente ou parcialmente interditados devido a quedas de árvores e deslizamentos de terra. Ao mesmo tempo, a Polícia Rodoviária Federal pediu, por meio das redes sociais, que motoristas não acessassem à rodovia BR-101 na região da Costa Verde, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro.

Na postagem, a PRF alertava para a instabilidade em todo o trecho que vai de Mangaratiba (RJ) até Ubatuba (SP). "Há quedas de barreiras constantes. Uma delas, inclusive, destruiu um posto da PRF em Paraty. Para a segurança do usuário, a orientação é de não acessar mais a rodovia, pois o trecho só chegará perto de ser normalizado dentro de alguns dias", registra a publicação.

No domingo (3), no fim do dia, Bolsonaro disse que estava trabalhando em conjunto com o governo do Rio de Janeiro para liberar as rodovias. (Agencia Brasil)